

Anais

FÓRUM NACIONAL DE PUBLICAÇÕES

Ano 2/2023

Volume 7



Anais

Volume 7

**FÓRUM NACIONAL DE
PUBLICAÇÕES
(Anais)**

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora

© 2023 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora

CNPJ: 39.242.488/0002-80

www.homeeditora.com

contato@homeeditora.com

9198473-5110

Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Souza

Diagramação

Autores

Design da capa

Worges Editoração

Revisão de texto

Autores

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Catálogo na publicação

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

Home Editora



F745

Fórum Nacional de Publicações / Home Editora. – Belém: Home,
2023.

(Fórum Nacional de Publicações/Ano II/2023-Vol 7)

Livro em pdf

ISBN: 978-65-84897-37-3

DOI: 10.46898/home.9786584897373

1. Fórum Nacional de Publicações. I. Home Editora. II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Capítulo 1	9
LUZ E CORES: UMA APLICAÇÃO NA SALA DE AULA	9
Capítulo 2	41
COMISSÃO DE GESTORES E CONSELHOS ADMINISTRATIVOS: TOMADAS DE DECISÃO PARA ADMINISTRAÇÃO DOS HOSPITAIS	41
Capítulo 3	55
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	55
Capítulo 4	69
O ACOLHIMENTO HUMANIZADO NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR	69
Capítulo 5	81
O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE À DOENÇA HIPERTENSIVA ESPECÍFICA GESTACIONAL (DHEG)	81
Capítulo 6	95
PREVENÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL	95
Capítulo 7	113
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DO TRABALHO NO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO	113
Capítulo 8	125
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CTI FRENTE AO USO DE TECNOLOGIA	125
Capítulo 9	137
GESTÃO DE QUALIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: O PAPEL DA AUDITORIA	137

Capítulo 10.....	151
A IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	151
Capítulo 11.....	169
EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO DE CASO ESCOLA MUNICIPAL JARA GUARI - MS.....	169
Capítulo 12.....	181
EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTANCIA DO DESENHO PARA INFÂNCIA	181
Capítulo 13.....	193
PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA POLO NO MUNICÍPIO DE JARAGUARI MS.....	193
Capítulo 14.....	211
O PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO AS-I 5.0 E SUAS PARTICULARIDADES	211
Capítulo 15.....	221
A TECNOLOGIA INDUSTRIAL FIELDBUS FOUNDATION ...	221
Capítulo 16.....	231
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?	231
Capítulo 17.....	331
ROBÓTICA EDUCACIONAL:	331
Uma ferramenta tecnológica inovadora no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental.....	331
Capítulo 18.....	349
SUGESTÃO PARA PRÉ-CANDIDATOS AOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsabilidade e transparência	349

APRESENTAÇÃO

Autores e autoras,

Apresento a vocês os Anais do Fórum Nacional de Publicações/Ano II/2023 publicado pela Home Editora, com a certeza de que essa é mais uma obra que contribuirá para a promoção da qualidade de vida das pessoas.

Os trabalhos acadêmicos apresentados neste livro, em sua maioria frutos de proficuas pesquisas acadêmicos (TCC, monografia, dissertação, tese), decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões nas suas respectivas áreas; pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que vêm sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores experientes e novatos no desenvolvimento social e científico que possa melhorar a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Acredito, verdadeiramente, que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Esse livro é parte da materialização dessa utopia.

Ednilson Ramalho

Editor-Chefe

Capítulo 1

LUZ E CORES: UMA APLICAÇÃO NA SALA DE AULA

Washington Martins dos Santos

DOI: 10.46898/home.e8bc3099f-3809-4061-8737-
a45411252f83

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FÍSICA
REDEFOR**

Washington Martins dos Santos

**LUZ E CORES: UMA APLICAÇÃO NA SALA DE
AULA**

**Campinas
2011**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FÍSICA
REDEFOR

Washington Martins dos Santos

LUZ E CORES: UMA APLICAÇÃO NA SALA DE
AULA

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Instituto de Física da
Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP e REDEFOR, para obtenção do
título de especialista em Física, sob a
orientação do Prof. Juliano Camillo

Campinas

2011

Dedico este trabalho em Memória de Minha Mãe Maria Martins dos santos que foi e sempre será uma das maiores incentivadora do meu sucesso, pois me mostrou e me ensinou os caminhos que devemos trilhar e acreditar em nossos sonhos, a minha esposa Adriana e meus filhos Raphael, Alef e Washington Jr que são meus alicerces tornando a cada dia momentos felizes de nossa união.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me dar força para superar os obstáculos, ao meu pai Manoel Felix por me educar e me proporcionar à pessoa que sou a minha esposa Adriana pela grande colaboração e paciência na elaboração deste trabalho. Aos meus filhos Raphael e Washington Jr, por toda a paciência e a força que estes me passaram mesmos sem perceberem com seu amor demonstrado diariamente assim me dando incentivo para continuar.

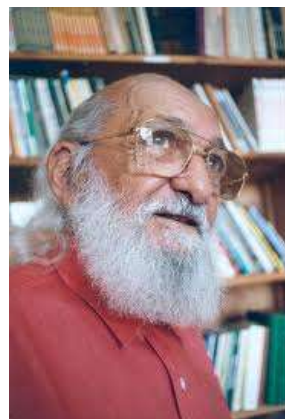
Aos meus irmãos Felix, Cleide, Senhorinha, Manoel e Jose Maria, meu enteado Alef, por toda força e pensamentos positivos.

Agradeço a Direção e aos Alunos do 2º ano da Escola Estadual Alexandrina Santiago Netto que participaram ativamente deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Juliano Camilo pela orientação e dedicação comigo na elaboração deste trabalho de conclusão de curso

Agradeço aos tutores Francisco Clóvis e Adriel e aos meus companheiros de curso pela ajuda oferecida no transcorrer deste curso.

Agradeço aos meus amigos e familiares pelo apoio e por acreditarem no meu potencial.



"Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." (Paulo Freire)

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a aplicação de uma atividade de ensino sobre o tema luz e cores. Apresenta ainda discussões sobre a natureza da luz e elementos históricos de tais modelos. Estamos apoiados na ideia de que discussões deste tipo podem trazer resultados interessantes para o processo de ensino e aprendizagem de Física, uma vez que apresenta tal disciplina no seu processo de desenvolvimento e não como um conjunto de resultados acabados e sem conexão com a vida dos estudantes.

Os resultados obtidos dessas atividades nos permitem verificar quais são algumas das concepções que os alunos trazem para a escola sobre o tema em questão. Buscamos ainda propiciar uma situação que privilegie uma aprendizagem significativa e que busque relações com o contexto de vivência dos alunos fora da escola.

Palavras-Chaves: Natureza da Luz, Luz e cores, Sequência didática

Sumário

1 - INTRODUÇÃO	8
2 - SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM PROPOSTA	10
2.1 PARTICIPANTES	10
2.2 OBJETIVOS	10
2.3 PLANO DE AULA REFERENTE À PROPOSTA DIDÁTICA	11
3 - RESULTADOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA	25
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
6 - ANEXOS	30

1 - INTRODUÇÃO

“De acordo com as suposições a serem contempladas aqui, quando um raio de luz se está propagando desde em ponto, a energia não está distribuída continuamente sobre espaços cada vez maiores, mas é constituída de um número finito de quanta de energia que são localizados em pontos no espaço, movendo-se sem dividir-se e podendo ser absorvidos ou gerados só no seu conjunto.” (Albert Einstein)

Os fenômenos luminosos estão relacionados a diversos fenômenos que nos cercam, seja no planeta Terra, próximo da gente, como nos mais longínquos pontos do universo. Dada esta importância, entendemos que é fundamental que os alunos também tenham a possibilidade de contemplar tais fenômenos.

Em uma busca histórica por modelos que versam sobre a natureza da luz, encontramos basicamente duas grandes correntes de pensamento científico: a que defende a luz como partícula e a que defende a luz como onda. Tais modelos foram sendo modificados ao longo dos anos. Isaac Newton, por exemplo, defendia a teoria corpuscular da luz, enquanto Christian Huygens defendia o modelo ondulatório da luz. Maxwell sugeriu que a luz é um tipo bastante especial de onda, as eletromagnéticas e não mecânicas. Albert Einstein, em 1905, propõe novamente uma natureza corpuscular para a luz, que em determinados fenômenos passaria a se comportar como pequenos pacotes de energia chamados fótons. Tem-se assim um modelo dual para a natureza da luz, que ora comportar-se como onda, ora como partícula: a dualidade onda-partícula.

Tendo tal perspectiva como pano de fundo, buscamos, neste trabalho gerar interesse nos alunos e discutir acerca do tema “luzes e cores”. Pretendemos fazer isto por meio de uma sequência didática que envolva os aspectos históricos dos modelos sobre a luz a fim de buscar uma visão mais completa deste conjunto sistemático de conhecimentos, chamado ciência.

Temos como conceitos centrais a serem ensinados: frequência da luz e cores, cores dos objetos, mistura de cores. Usaremos, sobretudo, o recurso da experimentação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam a necessidade da utilização de diferentes abordagens no ensino de ciências. Apoiados nesta perspectiva, entendemos que a atividade aqui sugerida tem implicações importantes e significativas para o processo de ensino e aprendizagem, pois a aula adquire uma forma dinâmica e bastante diferente da tradicional aula puramente expositiva, abrindo possibilidade para uma participação mais ativa dos alunos.

Como afirmar Perrenoud (2000) o processo de ensino e aprendizagem deve apresentar desafios de maneira os alunos busquem uma mobilização de recursos cognitivos, como a organização dos pensamentos e capacidade de abstração, para a resolução de tais problemas. A proximidade dos problemas com aqueles enfrentados no cotidiano é capaz de aumentar o interesse pela resolução destes problemas.

2 - SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM PROPOSTA

Esta seção tem como objetivo apresentar a sequência didática que será analisada. Tal sequência tem como objetivo desenvolver nos alunos as seguintes competências e habilidades:

- Investigar e intervir em situações reais
- Estabelecer relações entre variáveis
- Interpretar e propor experimentos
- Propor e verificar hipóteses
- Diagnosticar e enfrentar problemas

2.1 PARTICIPANTES

Participaram 35 alunos do 2º ano do ensino médio do período matutino da Escola Estadual Professora Alexandrina Santiago, localizada na cidade de Praia Grande – Estado de São Paulo. Este público alvo foi escolhido, devido esta atividade estar presente na Proposta Curricular do Estado de São Paulo dentro da Disciplina de Física na área de óptica.

2.2 OBJETIVOS

Nesta sequência didática temos como objetivo demonstrar por meio de aulas teóricas e práticas os modelos da luz como partícula e como onda, discutir sobre propriedades das ondas eletromagnéticas, fazer a diferenciação entre a cor da luz e a cor dos pigmentos, definir das cores primárias e mostrar a

influência da luz na percepção da cor refletida por um objeto, apontar a relação da cor com a frequência da onda e aprofundar os conceitos de reflexão nas superfícies e decomposição de luz branca.

Para o desenvolvimento da atividade utilizamos sete aulas com duração de 50 minutos cada, sendo quatro teóricas e três práticas, nas quais foram abordados os conteúdos conforme abaixo relacionado. A sétima aula constitui-se também da avaliação da sequência.

2.3 PLANO DE AULA REFERENTE À PROPOSTA DIDÁTICA

Primeira aula e segunda aula – Decomposição da luz branca e discussão dos modelos ondulatório e corpuscular da luz. Apresentação das ideias de Newton, Huygens, Maxwell e Einstein

Terceira aula – Discussão do modelo da luz como onda eletromagnética: Maxwell.

Quarta aula - Diferença entre cor-luz e pigmentos.

Quinta aula - Definição das cores primárias da luz e dos pigmentos. Os alunos respondem o questionário acerca das cores da luz e da mistura de pigmentos antes da realização da experiência.

Sexta Aula - Aula prática com montagem da caixa preta, para demonstração das cores dos objetos e influência da cor luz na percepção da cor refletida por um objeto.

Sétima Aula - Aula prática com misturas de pigmentos (tintas). Cores primárias amarelo, ciano e magenta. Fechamento da proposta - Avaliação do desempenho dos alunos na atividade proposta.

PRIMEIRA AULA E SEGUNDA AULA (duração 50 minutos cada)

Por meio de uma vídeo-aula foi apresentado aos alunos os modelos ondulatório e corpuscular da luz por meio das discussões das ideias dos físicos Isaac Newton, Cristian Huygens, James Maxwell e Albert Einstein.

Nesta vídeo-aula Newton defendia a Teoria Corpuscular, dizendo que a luz seria composta de minúsculas partículas com diferentes características e cada uma delas corresponderia a uma cor, todas misturadas, viajando à mesma velocidade.

A teoria ondulatória de Huygens defendia que a luz seria onda que se propagava em um meio, de forma análoga ao som. Embora estabelecesse várias semelhanças com o som, ele chama a atenção para algumas diferenças, como seu modo de produção. Huygens, em comparação com as ondas sonoras, propôs um modelo de propagação longitudinal. Eles imaginavam que deveria existir pelo espaço uma matéria muito sutil, chamada ÉTER, na qual a luz se propagaria. Nenhum deles podia ver, sentir ou medir qualquer presença dessa matéria (ZAHAR, 2008).

A teoria eletromagnética de Maxwell conclui que a luz é uma forma de radiação eletromagnética, e assim poderia calcular qual seria a velocidade dessas ondas, chegando um valor próximo a velocidade da luz, toda onda mecânica ou eletromagnética transporta energia e não matéria, no qual a energia se propaga sem arrastar meio, a velocidade de uma onda não depende da velocidade da fonte emissor (MODERNA 2008).

A Teoria de Albert Einstein (1879-1955) que, depois de ter analisado alguns trabalhos a luz, propôs que ela tem uma dupla natureza: ondulatória e corpuscular, sendo que as partículas da luz não possuem matéria, somente energia. Ele chamava as tais partículas de quantas de luz, conhecidos hoje como de fótons.

Einstein propõe isso apoiando-se nas ideias de quantização de energia propostas anteriormente pelo Físico alemão Max Planck ao estudar a radiação térmica, o que o levou a resolver o clássico problema da radiação do corpo negro.

Einstein utilizou a equação de Planck para calcular a energia dos quanta de luz. Segundo ele cada partícula de luz deveria se chocar com os elétrons transferindo para eles a energia pela colisão. Para se libertar, os elétrons necessitam de uma quantidade mínima de energia, chamada de função trabalho. A energia que sobra, depois de utilizada para arrancar o elétron ligado, transforma-se em energia cinética do elétron. Energia do fóton é dada por $E=h.f$.

Ao final do vídeo obtivemos algumas respostas de alguns alunos referentes ao que eles pensavam sobre a luz.

O aluno Sergio disse: “Professor, achava que a luz somente era uma energia”.

A aluna Raquel disse: “Professor, pensei que a luz seria emitida através de radiação”.

TERCEIRA AULA (duração de 50 minutos)

Também por meio de uma vídeo-aula foi apresentado aos alunos o modelo da luz como onda eletromagnética. A fim de compreendermos melhor o que é luz temos que entender também o funcionamento dos átomos. Todo átomo é composto de partículas com cargas elétricas: prótons positivos e elétrons negativos, além do nêutron, cuja carga é nula. Da oscilação destas cargas elétricas é que surgem as ondas eletromagnéticas. Por outro lado, quando radiação incide sobre estes átomos ele é capaz de absorver tal radiação.

Algumas teorias previam que a quantidade de energia absorvida pelos elétrons não dependia do comprimento de onda incidente, mas da potência e do

tempo de exposição de tais elétrons à radiação. Porém em um caso bastante específico de absorção, elétrons eram capazes de saltar do átomo após absorver energia da radiação. O efeito curioso é que absorção é função da frequência da radiação incidente e não da potência e do tempo. Nascia assim o Efeito Fotoelétrico, que foi explicado por Einstein ao sugerir que a luz, nesta situação comporta-se como partículas (ARAGÃO, 2005).

Voltando ao fenômeno da emissão, as cargas elétricas ao oscilarem emitem ondas eletromagnéticas em diversas frequências, das quais parte delas é capaz de sensibilizar o olho humano, o que nos leva ao sentido da visão. Tal faixa dentro do espectro eletromagnético é chamada de faixa visível. (FIGUEIREDO, 2000).

No espectro visível, o que diferencia uma cor da outra é a frequência da onda eletromagnética. Fora desta faixa de visível temos outras frequências que não são perceptíveis aos nossos olhos. Com maiores frequências que o visível se tem, por exemplo, os raios ultravioletas (os que queimam nossa pele ao ficarmos expostos à luz do Sol) e de frequência mais baixa que a da faixa do visível, temos, por exemplo, os raios infravermelhos.

Cor	Comprimento de onda	Frequência
vermelho	~ 625-740 nm	~ 480-405 THz
laranja	~ 590-625 nm	~ 510-480 THz
amarelo	~ 565-590 nm	~ 530-510 THz
verde	~ 500-565 nm	~ 600-530 THz
ciano	~ 485-500 nm	~ 620-600 THz
azul	~ 440-485 nm	~ 680-620 THz
violeta	~ 380-440 nm	~ 790-680 THz

Figura 1: Relação entre frequência e cor (retirado de: ufpa.br/dicas/htm/htm-cor4.htm)

Após esta discussão saímos da sala de aula e fomos ao pátio do colégio, onde os alunos puderam verificar por meio de um experimento a decomposição

da luz branca nas diversas cores que a compõe. Para tal demonstração utilizamos um prisma de vidro que foi exposto à luz branca vinda do Sol.

Diante de tal fenômeno discutiu-se ainda que este fenômeno ocorre na natureza em condições especiais, como a formação do arco íris. O arco-íris é formado pela decomposição da luz branca em suas cores componentes e isto ocorre quando existem gotículas de água no ar. A luz solar atinge essas gotículas e sofre o referido fenômeno da decomposição. Como cada cor possui um desvio diferente, acaba-se por ver as cores separadas.

Logo após a apresentação da vídeo-aula, os alunos fizeram algumas questões referentes às ondas eletromagnéticas:

A Aluna Maria disse: “Professor então o forno micro-onda emite ondas eletromagnéticas?”.

O aluno Raphael disse: “Professor então os controles remotos utilizam ondas eletromagnéticas?”.

O aluno João disse: “Professor então os rádios utiliza ondas eletromagnéticas para seu funcionamento?”.

QUARTA- AULA E QUINTA- AULA (duração de 50 minutos)

Estas aulas foram teóricas e tínhamos como objetivo demonstrar aos alunos a diferença entre cor-luz e cor dos pigmentos. Buscávamos ainda definir cores primárias da luz e dos pigmentos. Este é também o momento da aplicação de um questionário a fim de coletar dados sobre os conhecimentos dos alunos sobre luzes e cores.

Tal aula inicia-se com o questionamento aos alunos sobre o que é cor da luz e cor dos pigmentos?

A aluna Rafaela disse: “Cor-luz é a radiação emitida pelo sol e cor pigmento é a tinta”.

Aluno Rafael disse: “Cor-luz é a cor que a luz esta pintada e a cor pigmento é a tinta

que pinta a luz”.

Num segundo momento foi apresentado aos alunos que a decomposição da luz branca, no que diz respeito à faixa visível, vai do vermelho ao violeta conforme o experimento realizado com prisma na aula anterior. Enfatizando que a luz branca é chamada de policromática, ou seja, possui muitas cores. Caso a luz tenha somente uma cor, a chamamos de monocromática, a exemplo do laser.

No processo de funcionamento de nossos olhos quem controla sua abertura é íris que é parte que costuma ter cores azul, castanho, preto e verde, logo quando uma pessoa tiver olhos azuis e porque suas íris são azuis, a abertura central da íris e chamada pupila que é um buraco que fica mais aberto ou menos aberto dependendo da luz que incide sobre o olho.

O olho tem lentes que ajudam a focalização de objetos. A primeira destas lentes é a córnea que fica do lado de fora e a segunda chama-se cristalino, que é a lente interna. Essas duas lentes trabalham em conjunto para que imagem se projete com boa definição na “tela” que fica no fundo do olho que e chamada de retina.

Na retina os dois tipos de células transdutoras, chamadas de cones e bastonetes, os cones são mais sensíveis às cores, enquanto os bastonetes recebem melhor tonalidades situadas entre cinza e preto, o olho humano e preenchido por líquidos chamado de humor aquoso e humor vítreo que fica entre o cristalino e o fundo do olho.

As imagens transmitidas são projetadas sobre a retina que é transmitida ao cérebro através do nervo óptico, que em rigor é uma continuação natural da retina. (MONTANARI, 1997).

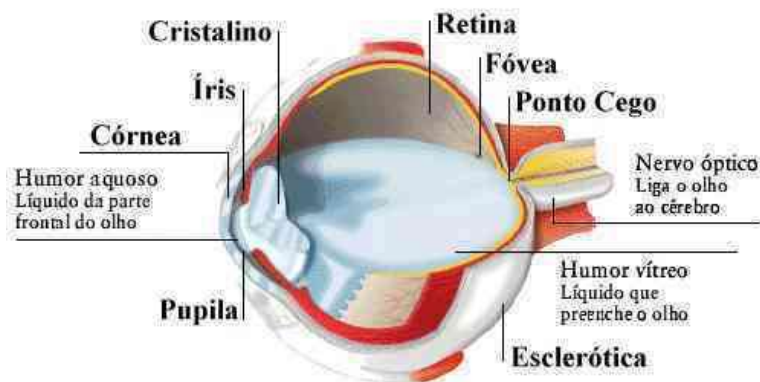


Figura 2: O olho humano (retirado de: http://www.sac.org.br/APR_FOH.htm)

Explicamos aos alunos que para podermos enxergar os objetos que nos circundam tem que haver luz (emitida por este objeto ou refletida por ele) , nossos olhos captam a luz que provém destes objetos. Quando a luz incide sobre qualquer objeto pode acontecer três processos entre eles são reflexão, absorção e transmissão da luz, então para surgir a cor dependemos destes fenômenos conjuntamente

No que diz respeito a cor dos pigmentos, esta é o efeito que causam no nosso sistema visual pois tais substancias refletem apenas determinadas faixas do espectro visível. O pigmento pode ser extraído da natureza, em materiais de origem vegetal, animal ou mineral e as cores primárias dos pigmentos se obtém por meio através das cores da luz primária: na mistura do verde e vermelho obtemos o amarelo, do verde e azul obtemos o ciano e o do vermelho e o azul obtemos o magenta.

Após encerramento da aula os alunos discutiram alguns conceitos sobre a reflexão e absorção de luzes e cores e preencheram os questionários referentes a luzes e cores.

A aluna Jessica disse: “Quando iluminamos um objeto que tem uma cor escura automaticamente este objeto irá absorver esta outra cor, assim quando

tiver uma cor clara irá ter uma reflexão, pois quando este sol devemos sempre utilizar roupas claras devido sua transpiração será normal por causa da reflexão do sol, mas quando estivermos utilizando roupas escuras teremos uma dificuldade de transpiração devido estar absorvendo o calor emitido”.

O aluno Felipe disse: “Uma parede branca exposta à luz solar então será branca pois ela estará refletindo todas as cores emitidas pelo Sol”.

O aluno Lucas disse: “Professor então só poderemos ver cores, se os objetos estiverem em luz visível, caso isso não conseguiremos enxerga-las?”.

A aluna Beth disse: “Professor então todas as cores que enxergamos esta relacionada à decomposição da luz Solar?”.

SEXTA AULA (duração de 50 minutos)

Aula prática com montagem da caixa preta para demonstração de cores em objetos e influência da cor da luz incidente na percepção da cor refletida por um objeto.

ROTEIRO PARA CONFECÇÃO DA CAIXA DE CORES

“Materiais Laboratório de Pesquisa em Ensino de Física da Faculdade de Educação da USP”

“Transposição das Teorias Modernas e Contemporâneas para a Sala de Aula”

- 1 caixa de papelão ou madeira com tampa
- papel color set preto ou tinta preta, para forrar a caixa por dentro

- máscaras da caixa de cores
- 1 soquete para lâmpada
- fio com tomada
- estilete
- cola
- papelão
- gelatina (filtro plástico colorido para iluminação) verde, vermelha e azul
- lâmpada de 40W
- fita isolante preta

Começamos a aula prática construindo junto com os alunos a caixa preta

Procedimentos

1 - Forre a caixa com papel color set preto ou pinte com tinta preta, inclusive a parte de dentro da tampa.

2 - Imprima as máscaras. Utilize a máscara sem cor como guia para cortar com estilete o papel preto. Coloque a máscara preta recortada sobre a máscara colorida e cole-as numa das faces do canto da caixa, conforme ilustração.

3 - Encaixe, do lado oposto da caixa, o suporte da lâmpada com a tomada e os fios saindo. Use lâmpada de potência baixa e evite a deixar muito tempo ligada para não esquentar demais a caixa e queimá-la. O ideal é colocar um interruptor.

4 - Faça também um orifício acima do suporte para a lâmpada, para que o aluno possa olhar os retalhos.

5 - Com o papelão faça um paralelepípedo e encaixe sobre o suporte de lâmpada, como na figura acima. Com outro paralelepípedo. Use fita isolante preta para fixar os filtros nos seus respectivos suportes.

6 - Coloque um dos filtros no paralelepípedo e tampe a caixa e ascenda a lâmpada .

7 - Peça para os alunos olharem para o orifício e anotarem as cores do objeto que vêm na Ficha de Observação das caixas de cores, chame o outro grupo para anotar a cor das figuras que eles estão vendo.

Ficha de observação da caixa de cores

Filtro	Retalho	Iluminado pela luz branca	Iluminado pelo Filtro

Começamos a aula prática utilizando os procedimentos de construção da caixa de cores, após isto foi solicitado aos alunos que se dividissem em grupos para realização da experiência e que cada grupo anotasse em sua ficha de observação as cores de filtros e retalhos que iriam ser utilizadas para completamos a ficha com a utilização da experiência.

O grupo I utilizou o filtro de cor luz vermelha e escolheu os retalhos verde, amarelo e azul e anotou na planilha cor do retalho quando iluminado por luz branca e qual seria seu resultado após iluminado pelo canhão de luz.

Filtro	Retalho	Iluminado pela luz branca	Iluminado pelo Filtro de cor vermelha
Vermelha	Verde	Verde	Preto
Vermelha	Amarelo	Amarelo	Preto
Vermelha	Azul	Azul	Preto

O grupo II utilizou o filtro de cor verde e escolheu os retalhos verde, vermelho e azul e anotou na planilha cor do retalho quando iluminado por luz branca e qual seria seu resultado após iluminado pelo canhão de luz.

Filtro	Retalho	Iluminado pela luz branca	Iluminado pelo filtro de cor verde
Verde	Verde	Verde	Verde
Verde	Vermelho	Vermelho	Preto
Verde	Azul	Azul	Preto

O grupo III utilizou o filtro de cor azul e escolheu os retalhos preto, branco e o vermelho e anotou em sua planilha sua cor quando iluminado por uma luz branca e qual seria seu resultado após iluminado pelo canhão.

Filtro	Retalho	Iluminado pela luz branca	Iluminado pelo filtro de cor azul
Azul	Preto	Preto	Preto
Azul	Branco	Branco	Azul claro
Azul	Vermelho	Vermelho	Preto

No final da aula foi discutido com os alunos que, por meio da atividade experimental, podemos conectar as teorias e os fenômenos podendo compreendê-los de maneira mais abrangente. Solicitou-se aos alunos que colocassem em questão o conhecimento que eles puderam adquirir durante a realização da atividade.

A aluna Maria disse: “Na experiência ela conseguiu adquirir conhecimentos de conforme a absorção de luz e reflexão e a luz solar e decomposta em varias assim , caso esteja utilizando uma blusa vermelha está iria absorver todas as cores e refletirá o vermelho”.

O Aluno Rafael disse: “Se a luz solar e decomposta em varias cores conforme o espectro então o enxergamos amarelo porque á a única luz sensível ao olho humano”.

O aluno Pedro disse: “Quando Uma luz é monocromática incide e um objeto este irá refletir a cor da luz se ela for a mesma do objeto e absorverá as demais”.

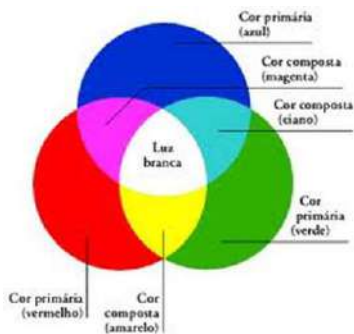


Figura 3: Mistura de luzes (fonte: Caderno Professor Disciplina de Física Secretária da Educação do Estado de SP)

SÉTIMA AULA (duração de 50 minutos)

Na sétima aula, também prática, realizou-se a misturas de pigmentos (tintas) e tem como objetivo de aprendizagem identificar as cores básicas de tintas utilizadas para obter as mais variadas cores que observamos.

Material Utilizado: tinta guache de varias cores (amarela, azul, ciano, vermelha, magenta e verde) pincéis, cartolina branca e compasso.

Começamos a aula prática solicitando aos alunos que se dividissem em grupos para realização da experiência e que cada grupo anota-se em sua ficha de observação das cores de obtidas através das misturas.

Ficha de Observação de Cores de Pigmentos

Alunos	Cor	Cor	Intersecção de cores

--	--	--	--

Procedimentos: Cada grupo construiu três jogos contendo dois círculos com 5 cm, todos de mesmo tamanho e possuindo uma região de intersecção, que é responsável por mostrar a mistura das cores.

Grupo I – utilizou na primeira experiência as cores amarelo e ciano e obteve a cor verde, na segunda experiência as cores amarelo e verde e obteve a cor ciano e na terceira experiência as cores azuis e vermelho e obteve a cor magenta.

Alunos	Cor	Cor	Intersecção de cores
Grupo I	Amarelo	Ciano	Verde
Grupo I	Amarelo	Verde	Ciano
Grupo I	Azul	Vermelho	Magenta

Grupo II – utilizou na primeira experiência as cores amarelo e magenta e obteve a cor vermelho, na segunda experiência as cores azul e verde e obteve a cor azul turquesa e na terceira experiência as cores amarelo e vermelho e obteve a cor laranja.

Alunos	Cor	Cor	Intersecção de cores
Grupo II	Amarelo	Magenta	Vermelho
Grupo II	Azul	Verde	Azul Turquesa
Grupo II	Amarelo	Vermelho	Laranja

Grupo III – utilizou na primeira experiência as cores azul e amarelo e obteve a cor verde, na segunda experiência as cores ciano e magenta e obteve a cor azul e na terceira experiência as cores vermelho e azul e vermelho a cor magenta.

Após o encerramento das experiências, os alunos expuseram alguns conceitos que aprenderam durante a experiência com as misturas de cores de pigmentos:

O aluno Pedro do grupo I disse: “Professor então através das cores primárias amarelo, ciano e azul poderemos obter a cor preta”.

A aluna Jessica do grupo II disse: “Professor então as cores primárias dos pigmentos são exatamente aquelas que compõem o cartucho colorido da impressora”.

O Aluno Felipe do grupo III disse: “Professor então somente através dos pigmentos pode obter a cor escura, quanto da cor-luz conseguimos obter a cor branca através das misturas das luzes primárias”

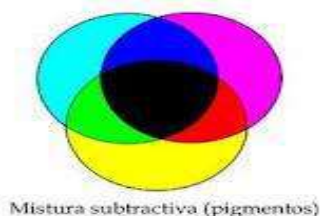


Figura 4: Mistura subtrativa (retirado de: Caderno Professor disciplina de Física, Secretaria da Educação Estado de SP)

3 - RESULTADOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Resposta das questões realizadas com os alunos 35 alunos do 2º ano do Ensino médio presentes em sala de aula, antes da realização da experiência. O questionário está presente nos anexos.

Pergunta	Certas	Erradas	Porcentagem de acertos	Porcentagem de erros
01	23	12	65,71%	34,29%
02	28	07	80%	20%
03	30	05	85,71%	14,29%
04	05	30	14,29%	85,71%
05	05	30	14,29%	85,71%
06	05	30	14,29%	85,71%
07	10	25	28,57%	71,43%
08	15	20	42,85%	57,15%
09	07	28	20%	80%
10	30	05	85,71%	14,29%

Este questionário prévio nos permite entender quais são os conceitos trazidos pelos alunos para a sala de aula antes da realização das atividades. Por meio dele podemos perceber que em geral os conceitos científicos divergem dos conceitos apresentados pelos alunos.

O maior número de respostas erradas relaciona-se com as questões nº 4, nº 5 e nº 6, nas quais obtivemos 85,71% de respostas erradas, seguida pela questão nº 9, com 80% de erro.

Sobre as questões 4 e 5, cuja resposta cientificamente aceita é que as luzes monocromáticas são aquelas composta de uma só cor e a poli cromáticas são luzes composta de varias cores. As confusões estão relacionadas a associar monocromática às cores escuras e as policromáticas às cores mais claras, ou ainda associar tais conceitos ao brilho de cada cor.

Outra questão com maior número de erros foi a nº6, na qual também obtivemos 85,71% de respostas erradas. Tal questão relaciona-se com a quantidade de cores que compõem a luz branca. Alguns alunos responderam que ela é formada por somente de uma a cor: a branca. Outros responderam que a luz por branca é formada por sete cores: as cores do arco-íris, outros ainda fizeram menção das cores primárias. Tais respostas são bastante interessantes, pois mostram como os alunos manifestam as respostas amplamente divulgadas no senso comum e também, infelizmente, presentes nos livros didáticos. Podemos, assim, inferir que tais concepções errôneas podem ter sido construídas no próprio ensino de ciências.

Analisando o desenvolvimento em sala de aula da proposta de atividade de ensino, podemos constatar que os alunos não compreendiam muitos dos conceitos relacionados à luz e cores, porém, por meio das discussões e dos vídeos que foram apresentados muitos alunos compreenderam relativamente bem o que é luz e quais os fenômenos relacionados com as cores dos objetos. Puderam compreender ainda

A dinâmica que se deu durante as atividades foi bastante da tradicional e buscou a interação dos alunos com o conhecimento, pois tiveram a chance de ser manifestar e comparar suas ideias com as dos colegas e com os conceitos que o professor apresentou

Entendemos assim que uma maneira de evitar uma distorção no ensino, que faz distanciar a Física da vida que se vive fora da escola é começar o processo por meio de uma temática e de uma linguagem comuns ao professor e aluno, contida no universo de vivência de ambos e só o transcenda na medida em que se amplie a área da compreensão e domínio (NUPIC-USP)

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho faz-se importante lançar um olhar crítico sobre ele a fim de entender, sobretudo, suas limitações.

Entendemos que este não é um trabalho de pesquisa aprofundado e não apresentou uma metodologia rígida de coleta de dados, mas serviu para uma primeira aproximação ao campo de pesquisa na sala de aula acerca dos resultados obtidos da aplicação de uma proposta didática. Esta é uma das limitações que este trabalho apresenta, mas que de maneira alguma invalida a sua existência.

É importante apresentar também as considerações mais pessoais do professor/pesquisador diante da aplicação e análise da atividade.

A coisa que mais deu certo, em nossa opinião, foi a maneira como os conceitos físicos propostos foram abordados: com a utilização de recursos tecnológicos, o que gerou bastante interesse nos alunos. Além dos recursos utilizados, outro elemento bastante interessante e que funcionou foi a busca por discussões mais aprofundadas por meios das aulas teóricas e práticas que fizeram os alunos buscarem questionamentos de uma forma mais ampla dos fenômenos que os cercam.

Como não deixariam de existir, também tivemos pontos que não deram certo como a não participação ativa de alguns alunos nas discussões e nas atividades propostas, pois ficaram com receios de fazer algum comentário. Outro ponto negativo foi a falta de um laboratório na escola.

Como modificação para uma próxima atividade deste mesmo tipo, buscaríamos realizar mais experimentos, favorecendo ainda mais a discussão e a proposição de questionamentos por parte dos alunos diante dos fenômenos.

Os alunos ficaram muitos motivados pois acharam que as aulas teóricas e praticas buscaram trazer um conhecimento mais concreto ou mais próximo do seu cotidiano. Os alunos ainda puderam apresentar seus conhecimentos prévios

sobre luz e cores e após verificarem em aulas teóricas e práticas de que alguns conceitos que tinham em mente estavam incorretos do ponto de vista científico.

A divisão em grupos também foi bastante interessante, pois permitiu uma participação mais efetiva dos alunos ao expressarem suas ideias e as discutirem com seus colegas procurando pontos de convergência e divergência entre elas.

Por fim, no processo educacional, entendemos que nós educadores devemos tornar tal processo mais consistente com a vida dos alunos, buscando em primeiro lugar os seus conhecimentos prévios dos alunos, diagnosticando as suas possíveis origens e os modos de pensar a eles associados para assim a contribuir para uma mudança significativa na nossa maneira de ensinar.

Existindo as trocas de ideias na sala de aula, por meio dos debates coletivos, aumentamos a chance de compreender melhor o caráter coletivo e dinâmico dos conhecimentos que buscamos construir com nossos alunos

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL ,Ministério de Educação Secretaria de Educação média e tecnologia PCN: Ensino Médio: Ciências da natureza, Matemática e suas Tecnologia .Brasília- Brasil,1999

Vasconcelos , C. dos S. Ed Construção conhecimento em sala de aula
pág 47

Figueiredo .Anibal 10. ed. : FTD -2000 –Luz e Cores pág 3, 4, 10 a 18

Soares, Paulo Toledoed. Moderna 1991- O mundo das cores págs 11 a
20

Montanari. Valdir – Ed. Moderna 1995- Nas Ondas das Luzpág15 a 25

Horowicz , Ricardo j. Moderna-1999Luz, Cores e Ação –Pás 14 a 37

Brás júnior, DulcídioEd. CDE -2002 Tópicos de Física Moderna pág 40

Barreto, Marcio Ed . Papyrus- Newton para o Ensino Médio pág 92 a 99.

GIRCOREANO, J.P., O Ensino da Óptica na perspectiva de compreender
a luz e a visão. Cad. Cat. Ens. Física, vol. 18.

Ed USP. Física térmica/óptica _secretaria da educação .2006.

6 - ANEXOS:

QUESTIONÁRIO DE DIAGNÓSTICO PRÉVIO

Escola Estadual Alexandrina Santiago Netto
Questionário
Decompondo e misturando luzes e cores
1) Quais são as cores primárias das luzes ?
2) Quais São as cores primárias dos pigmentos ?
3) O que é uma onda eletromagnética ?
4) O que é luz monocromática ?
5) O que é luz policromática ?
6) De quantas cores é composta a luz branca ?
7) Quantas cores são necessárias para obter a luz branca ?
8) Como podemos obter a cor preta nas misturas de pigmentos ?
9) O que diferença uma luz branca de uma vermelha ? E o que diferencia uma luz monocromática azul de uma monocromática vermelha?
10) Para obter o branco , quais cores de tintas devemos misturar ?

Capítulo 2

COMISSÃO DE GESTORES E CONSELHOS ADMINISTRATIVOS: TOMADAS DE DECISÃO PARA ADMINISTRAÇÃO DOS HOSPITAIS

Júlio Sérgio Brito dos Santos
Leonardo de Oliveira Luna

DOI: 10.46898/home.0d80429c-180f-4501-8fca-af7f588de1f9

COMISSÃO DE GESTORES E CONSELHOS ADMINISTRATIVOS: TOMADAS DE DECISÃO PARA ADMINISTRAÇÃO DOS HOSPITAIS

¹Júlio Sérgio Brito dos Santos

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: enfo.julio@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>
URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

²Leonardo de Oliveira Luna

Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: leonardolluna@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5840-2306>
URL: <http://lattes.cnpq.br/8127979368118288>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a administração hospitalar no processo de tomadas de decisão e a comissão de Gestores e conselhos administrativos. Com destaque em uma boa gestão hospitalar para uma adequada operação dos respectivos trabalhos, com humanização e respeito. Com isso promover uma saúde adequada, de qualidade e um ambiente sadio. A escolha do tema ficou clara a partir do momento que foi percebido a indispensabilidade da empregar conhecimento e dispositivos administrativos para determinar a interação com os pacientes. Trabalha a pesquisa com âmbito de conhecimento, pois ampara o leitor a esclarecer formas de conduzir uma boa gestão hospitalar para proceder com dificuldades que venham a ocorrer. Abordando o Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), se trata de um sistema tecnológico na saúde, ou um software que permite aprimorar e potencializar a administração hospitalar, abrangendo todos os setores a serem trabalhados promovendo uma gestão estratégica, abordaremos alguns desses sistemas para nível de conhecimento tático.

Palavras-chave: Saúde, Administração Hospitalar, Gestão em saúde, Responsabilidade Gerencial e Humanização.

¹ Autor

² Coautor

ABSTRACT

The present work has as general objective to understand the hospital administration in the decision-making process and the committee of Managers and administrative councils. With emphasis on good hospital management for an adequate operation of the respective works, with humanization and respect. With this to promote adequate health, quality and a healthy environment. The choice of topic became clear from the moment it was realized the indispensability of employing knowledge and administrative devices to determine the interaction with patients. The research works with a scope of knowledge, as it helps the reader to clarify ways of conducting good hospital management to deal with difficulties that may occur. Approaching the Hospital Management System (SGH), it is a technological system in health, or a software that allows to improve and enhance the hospital administration, covering all the sectors to be worked promoting a strategic management, we will approach some of these systems for the level of tactical knowledge.

Keywords: Health, Hospital Administration, Health Management, Managerial Responsibility and Humanization.

1. INTRODUÇÃO

A administração é uma área fundamental para o sucesso de qualquer organização, seja ela pública ou privada. Ela engloba diversas atividades, desde o planejamento estratégico até a gestão de recursos humanos e financeiros, visando garantir a eficiência e a eficácia dos processos organizacionais. Nesse contexto, cabe à administração diversas obrigações, que são fundamentais para o bom desempenho das organizações.

A história da administração pode ser dividida em quatro períodos principais: pré-científico, científico, clássico e moderno. No período pré-científico, que se estendeu desde a antiguidade até o final do século XIX, não havia uma teoria formal de administração, e as organizações eram gerenciadas de forma empírica e informal. No período científico, que se iniciou no final do século XIX e se estendeu até a década de 1930, surgiram as primeiras teorias científicas da administração, baseadas em estudos empíricos e na aplicação de métodos científicos aos processos organizacionais.(DRUCKER, 2012).

No período clássico, que se estendeu da década de 1930 até a década de 1950, as teorias da administração foram consolidadas e aprimoradas, dando origem às escolas clássicas de administração, como a escola da administração científica, a escola clássica e a escola das relações humanas. No período moderno, que se iniciou na década de 1950, surgiram novas abordagens da administração, como a teoria da contingência, a teoria dos sistemas e a teoria da administração participativa, que ampliaram o escopo da administração e trouxeram novos conceitos e práticas para a gestão organizacional.

A história da administração é marcada por diversas teorias e abordagens que influenciaram a forma como a administração é vista e praticada atualmente. Entre as principais contribuições para a administração, podemos citar as teorias da administração científica de Frederick Taylor, a teoria clássica de Henri Fayol, a teoria das relações humanas de Elton Mayo, a teoria da contingência de Lawrence e Lorsch, a teoria dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy e a teoria da administração participativa de Douglas McGregor. (CHIAVENATO, 2003).

A administração hospitalar se trata de um serviço de saúde que visa as necessidades humanas, com organização (CARNEIRO, 2009, P.5). Como tal deve

ser “subordinado à regulamentação, fiscalização e controle do Sistema Único de Saúde (SUS)” (CARVALHO, 2013). A administração hospitalar uma lógica concisa e estruturada “detém recursos estratégicos fundamentais para o cotidiano da vida organizacional. É uma área bem estruturada, regida por normas e rotinas, com linhas de mando verticalizadas, formalizadas e consideradas legítimas” (MATOS e PIRES, 2006, p.511).

Uma boa administração hospitalar deve poder conciliar uma boa economia com o diálogo, respeito em um ambiente harmonioso e ético (ZOBOLI, 2002, p.15). Para Maia (2016, p.3) um bom administrador hospitalar de ter uma “visão ampliada”, com uma mente aberta voltada para o mercado e seus pacientes, agindo assim consegue atender da melhor forma o atendimento dos mesmos. Marconi e Lakatos (2004, p. 275) afirma que o administrador hospitalar deve ter um olhar observador, além de ouvir e observar deve averiguar todos os acontecimentos. “A função primária de um complexo hospitalar é oferecer o cuidado ao paciente” (GRECH, 2002, p. 25).

Abordaremos o Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), se trata de um sistema tecnológico na saúde, ou um software que permite aprimorar e potencializar a administração hospitalar, abrangendo todos os setores a serem trabalhados promovendo uma gestão estratégica, abordaremos alguns desses sistemas para nível de conhecimento tático, como; O Sistema de Informação de Saúde (SIS), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (BRASIL, 2006), O Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) (BRASIL, 2012) e O Sistema de Informação do programa nacional de Imunização (SI PNI) (SVS, 2014).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Organização Hospitalar: Gestão e Saúde

A história das clínicas de saúde e hospitais ao longo do tempo “demonstra-nos que não havia condições de eles serem administrados como uma organização empresarial” (BORBA; LISBOA, 2006, p. 33). Os autores Cherubin; Santos (2002, p. 105) destacam que “hoje [...] o hospital deve ser administrado como uma empresa, embora de caráter social”. Com as instituições escolares de administração, o avanço da medicina e enfermagem. Fez com que aparecesse a organização de gestão hospitalar (CHERUBIN; SANTOS, 2002, p. 104). “o conjunto de princípios e atividades

que envolvem o planejamento, organização, direção e controle das ações praticadas por gestores de instituições de saúde das redes públicas e privadas” (BORBA; LISBOA, 2006, p. 32), A comissão de gestores e conselhos administrativos se atém a organização, “dentro das organizações de saúde tem por intuito promover a integração do ensino-serviço, visando à reorientação da formação do profissional, assegurando uma abordagem integral do processo de saúde” (LINO; GONÇALVES; FEITOSA, 2008, p. 8-9).

Os hospitais são organizados por propostas políticas variadas, onde determinam como é estruturado as funções hospitalares desempenhadas. Por se tratar de pessoas, muitas vezes podem estar lidando com profissionais instruídos e preparados que podem ter dificuldade em seguir regras ou responder a um superior. Que por sua vez procuravam buscar a produtividade e o lucro. (MATOS; PIRES, 2006, p.511). O passado nos remete a compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde nas suas respectivas funções, que remetem a “atendimentos, exames, diagnósticos e tratamentos, o planejamento e execução de internações, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos” (SENHORAS, 2007, p.45). O hospital é composto por vários setores e diferentes trabalhos, que juntos se empenham para mantê-lo em funcionamento e promover a saúde de seus pacientes. sendo importante considerar o médico com autoridade para constatar o que deve ser feito com relação aos pacientes, e devem ter hierarquia nessa cadeia de comando (CARAPINHEIRO, 1998 apud CECÍLIO e MENDES, 2004, p. 52).

Dentro dos Hospitais o trabalho deve ser conduzido em equipe e individualmente, ou seja, considerando o conhecimento técnico, bem como as habilidades individuais de cada funcionário (AMORIM et al, 2008, p.119). Os médicos são essenciais e precisam ser considerados, contudo alguns podem ter dificuldade em seguir regras em relação a corporação, inferindo seus pacientes e demais clientes envolvidos, considerando-os elementos para um trabalho, esquecendo que somos uma sociedade estabelecida em parâmetros legais que devem ser geridos de acordo com a jurisdição e organização trabalhista (MATOS e PIRES, 2006, p. 511). Devem ser realizados na organização hospitalar “procedimentos de avaliação dos recursos institucionais, voluntário, periódico, reservado e sigiloso, que tende a garantir a qualidade da assistência através de padrões previamente aceitos” (FELDMAN; GATTO; CUNHA, 2005, p. 215). A qualidade é o objetivo dessa organização, garantir que tudo está em conformidade e atender aos critérios avaliativos, de acordo com os

parâmetros, mais em conjunto com outras instituições com as mesmas características (KLÜCK et al, 2008, p. 99).

2.2 O Administrador Hospitalar ou o Gestor Hospitalar

O Departamento de Gestão Hospitalar (DGH) é a unidade incumbida de efetivar e implementar, concentrações interventivas administrativas nas unidades hospitalares. “Os serviços privados da saúde, além de serem de relevância pública, serão subordinados à regulamentação, fiscalização e controle do SUS” (CARVALHO, 2013). O autor ainda acrescenta que também serão subordinados os consultórios, clínicas, laboratórios, todos os procedimentos de saúde e profissionais da área. O administrador hospitalar ou gestor hospitalar é o profissional que trabalha dentro do DGH, ele é responsável por conduzir, coordenar e gerenciar as instituições de saúde, com dados recebidos dos departamentos hospitalares, funcionários e pacientes, portando essas informações o DGH administrador hospitalar determina diretrizes para a promoção da saúde. Mintzberg (1991, p. 16) destaca que: “[...] administrar a mais complicada corporação deve ser quase brincadeira de criança quando comparada à administração de qualquer hospital”.

Para desempenhar essa função o profissional deve possuir pós-graduação em Gestão Hospitalar, além de conhecer minuciosamente todo o exercício de atividades, movimentação, desempenho, procedimentos de saúde, como os setores estão organizados, ou seja, compreender tudo e todos no ambiente hospitalar. De acordo com o artigo 4º de julho de 1995 da Federação Brasileira de Administradores Hospitalares (FBAH), o gestor hospitalar deve cumprir com o código de ética pré estabelecido. O objetivo da FBA de é “I- congregar os administradores hospitalares e gestores de saúde do país e empenhar-se por sua defesa profissional” (FBAH, 1995); O mesmo artigo fala que os administradores hospitalares promovem e melhoram a saúde, ressalta a importância de favorecer o desenvolvimento profissional e cultural dos mesmos e possibilitar a troca de saberes e experiências dos administradores hospitalares. Foi a urgência por produtividade, grande demanda da busca pela saúde e eficiência no socorro médico que fez surgir os gestores hospitalares (NEIRA, 2000, p.25).

O administrador hospitalar deve compreender a organização de seu hospital, organizando todas as equipes de trabalho, bem como todo ambiente e “[...]garantir a

competitividade em um mundo de negócios altamente competitivo e complexo.” (CHIAVENATO, 2003, p. 11). O papel do administrador é garantir que todos os funcionários da saúde "funcionem como uma equipe para atender, em primeiro lugar, às necessidades da comunidade, em segundo lugar, às necessidades institucionais, e, em terceiro lugar, às necessidades individuais do empregado, do médico e do administrador.” (SANTOS, 1998, 64). Para Beltram e Camelo (2007, p. 55): “[...] nos hospitais, os gestores precisam repensar a cada momento em novos métodos de administração, novos investimentos para melhorar seus equipamentos e sua estrutura de atendimento [...]”.

[...] a intervenção dos programas não se faz diretamente sobre o ato clínico, mas é fundamental nos processos administrativos da organização hospitalar e a gestão profissionalizada, para que se alcance a qualidade nestes serviços. Os setores administrativos (faturamento, contas médicas, almoxarifado), os serviços de apoio logístico (lavanderia, transporte), enfim, todas as áreas da organização que garantem o funcionamento dos setores operacionais e se comportam como “amortecedores” seriam os objetos destes programas. Eles impedem que os setores operacionais finalísticos desperdicem seu tempo na resolução de problemas administrativos, que não é seu foco de trabalho, e se concentrem nas suas funções com melhores resultados. (GURGEL JÚNIOR; VIEIRA, 2002 p. 326),

O administrador hospitalar deve determinar e coordenar a instituição hospitalar, observar todo o ambiente e promover estratégias para facilitar o trabalho, promover um ambiente harmonioso e organizado e sobretudo promover a saúde e bem estar de todos os pacientes. O gestor hospitalar organiza a recepção, estoque, medicamentos, organizar os trabalhadores interdisciplinares, resolve dificuldades administrativas, trabalha em conjunto com o recursos humanos, além de participarem de reuniões de aprimoramento profissional, conversar com investidores e outros profissionais da área, como também os médicos e enfermagem a fim de assegurar um ambiente organizado seguindo todas as normas médicas necessárias e com todo apoio administrativo necessário para conduzir todos os casos e assim promover a saúde que é o objetivo de todos os funcionários da saúde. O administrador ou gestor hospitalar deve:

(1) a cognitiva, habilidade de compreender o particular por meio do conhecimento do geral; (2) a analítica, habilidade de saber a utilidade e a potencialidade das técnicas administrativas e adquirir mais realismo, profundidade e criatividade na solução de problemas; (3) a comportamental, habilidade de adquirir novas maneiras de interação humana, dentre padrões alternativos conhecidos e validados socialmente; e (4) a de ação que, denota

a capacidade de interferir intencionalmente no sistema organizacional (MOTTA, 1991, pág. 151).

De acordo com Carapinheiro (1998, p.22) quando a política se envolve com as questões da gestão hospitalar, é sempre vista como indícios de alterações administrativas onde “o hospital adapta-se constantemente às novas necessidades decorrentes da evolução do lugar da saúde no contexto socioeconômico mais vasto”. Assim “O gerenciamento é importante demais para ser reduzido à maior parte do que aparece nas prateleiras das livrarias. Fórmulas fáceis e soluções rápidas são hoje os problemas da administração, não as soluções” (MINTZBERG, 2006, p.14). Para Espírito Santo (2015, p.77) a gestão hospitalar “é geralmente considerada a existência de uma orientação do tipo corporativista como forma de compensar alguma perda de controle por parte dos profissionais que atuam no nível operacional”. Pires (2015) liga a gestão hospitalar à prática social, com respeito às organizações hospitalares, aos profissionais, pacientes e familiares.

2.3 OS SISTEMAS DE SAÚDE

Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), se trata de um sistema tecnológico na saúde, ou um software que permite aprimorar e potencializar a administração hospitalar, abrangendo todos os setores a serem trabalhados promovendo uma gestão estratégica, abordaremos alguns desses sistemas para nível de conhecimento tático. Um deles é o sistema de informação de saúde (SIS), para os autores Laudon e Laudon (1999, p.4), “Um sistema de informação pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera), processa, argumenta e distribui informações para dar suporte à tomada de decisão e ao controle da organização”.

Dentro do SIS temos o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), que organiza e controla informações “referentes ao atendimento ambulatorial e que possa subsidiar os gestores estaduais e municipais no movimento dos processos de planejamento, programação, regulamentação, avaliação, e controle dos serviços de saúde, na área ambulatorial.” (BRASIL, 2006). Já o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) estabelece estratégias para procedimentos diagnósticos de algum acontecimento com a população; “fornecer subsídios para a explicações causais dos compulsórios, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas

contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.” (BRASIL, 2006). O Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB):

Esse sistema é parte necessária da estratégia de saúde da família, pois contém os dados mínimos para o diagnóstico de saúde da comunidade, das intervenções realizadas pela equipe e os resultados dos sócios sanitários alcançados. Dessa forma, todos os profissionais da eda equipe de atenção básica devem conhecer e utilizar o conjunto de dados estruturados pelo SIAB a fim de traçar estratégias, definir metas e identificar intervenções que se fizeram necessárias na atenção da população das suas respectivas áreas de cobertura bem como avaliar o resultado do trabalho desenvolvido pela equipe. (BRASIL, 2012)

O Sistema de Informação do programa nacional de Imunização (SI PNI), tem objetivo de acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), “fortalecer dados sobre pessoas vacinadas; 2. fornecer dados sobre movimentos de imunobiológicos nas salas de vacinação para o programa nacional de imunização.” (SVS, 2014). Para os autores Machado e Kurcgant (2004) apud Senhoras (2007, p.47) a administração hospitalar “está disposta a enfrentar a mudança indo à raiz dos problemas, pois isso implica, muitas vezes, em perda de poder ou em redistribuição do mesmo”. No SUS diante das funções hospitalares, um dos grandes problemas do sistema público de saúde, especialmente na administração hospitalar “que não se modernizou nem conseguiu capacitar profissionais para gerir a complexidade de um sistema hospitalar que está fortemente marcado pela inovação tecnológica e práticas empreendedoras” (SANTOS, 2006, p. 1 e 2). Para Motta (1991), “a gerência é a arte de pensar, de decidir e de agir; a arte de fazer acontecer”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo acadêmico abordamos a importância de uma boa administração hospitalar, como também da dificuldade e responsabilidade em promovê-la. Pois uma boa gestão tem impacto direto no tratamento dos pacientes, harmonia entre os setores hospitalares e um adequado tratamento e promoção da saúde. Contudo é essencial um profissional capacitado para gerir um hospital, integrar o ambiente hospitalar O administrador hospitalar deve compreender a organização de seu hospital, observar todo o ambiente e promover estratégias para facilitar o trabalho, promover um ambiente harmonioso e organizado e sobretudo promover a saúde e bem estar de todos os pacientes. Organizando todas as equipes de trabalho, bem como todo ambiente e “[...]garantir a competitividade em um mundo de negócios altamente competitivo e complexo.” (CHIAVENATO, 2003, p. 11).

Compreendemos que o hospital é composto por vários setores e diferentes trabalhos, que juntos se empenham para mantê-lo em funcionamento e promover a saúde de seus pacientes. Devendo ser administrado como “caráter social” (CHERUBIN; SANTOS, 2002, p. 105). Dentro dos Hospitais o trabalho deve ser conduzido em equipe e individualmente, ou seja, considerando o conhecimento técnico, bem como as habilidades individuais de cada funcionário (AMORIM et al, 2008, p.119). Devem ser realizados na organização hospitalar “procedimentos de avaliação dos recursos institucionais, voluntário, periódico, reservado e sigiloso, que busca a qualidade da assistência” (FELDMAN; GATTO; CUNHA, 2005, p. 215). A qualidade é o objetivo dessa organização, garantir que tudo está em conformidade e atender aos critérios avaliativos, de acordo com os parâmetros, mais em conjunto com outras instituições com as mesmas características (KLÜCK et al, 2008, p. 99).

Para auxiliar no trabalho o administrador hospitalar conta com o Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), se trata de um sistema tecnológico na saúde, ou um software que permite aprimorar e potencializar a administração hospitalar, abrangendo todos os setores a serem trabalhados promovendo uma gestão estratégica, abordaremos alguns desses sistemas para nível de conhecimento tático, como; O Sistema de Informação de Saúde (SIS), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (BRASIL, 2006), O Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) (BRASIL, 2012) e O Sistema de Informação do programa nacional de Imunização (SI PNI) (SVS, 2014).

REFERÊNCIAS:

AMORIM, J. C. M.; BRAGA, D. G. (Org.) et al. **Curso negociação do trabalho no SUS**: caderno de textos. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Educação a Distância. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2008.

BORBA, V. R; LISBOA, T. C. **Teoria geral da administração**: estruturação e evolução do processo de gestão hospitalar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação Atenção Básica**. 2012. Disponível em: <<https://sisab.saude.gov.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan: normas e rotinas**. Brasília: editora do Ministério da Saúde, 2006.

BELTRAME, A. **O programa de reestruturação dos hospitais de ensino**: um projeto do governo brasileiro. 2007.

BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. **Teoria geral da administração**: gerenciando organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARAPINHEIRO, G. **Saberes e poderes no hospital**: uma sociologia dos serviços hospitalares. 3ª ed. Porto Portugal: Edições Afrontamento, 1998. ISBN: 9789723603064.

CARNEIRO, C. A. S. **Ciência da administração ou administração científica**: uma reflexão sobre as características epistemológicas da administração. In: Anais do XX ENANGRAD, Joinville, 2009.

CARNEIRO, C. A. S. **Negociação: do estratégico ao emocional**. Maceió, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/33592757/Negocia%C3%A7%C3%A3o_do_estrat%C3%A9gico_ao_emocional> 20 abr 2023. ISBN: 9788561549022.

CARVALHO, G. **A saúde pública no Brasil. Estudos avançados**. v. 27, n. 7-26, 2013.

CECÍLIO, L.C.O; MENDES, T. C. **Propostas alternativas de gestão hospitalar e o protagonismo dos trabalhadores**: por que as coisas nem sempre acontecem como os dirigentes desejam? Revista Saúde e Sociedade, v.13, n.2, p.39-55, mai./ago., 2004. ISSN 0104-1290.

CHERUBIN, N. A; SANTOS, N. A. **Administração hospitalar**: fundamentos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, P. F. **O essencial em administração**. São Paulo: HarperCollins, 2018.

ESPÍRITO SANTO, Z. C. C. **Atitudes e crenças de gestores e clínicos na governação dos hospitais**: um estudo exploratório em três hospitais

portugueses. Dissertação (Mestrado em Gestão e Economia da Saúde). Universidade de Coimbra. Portugal, Coimbra, 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/18114/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado%20Zita%20EspiritoSanto.pdf>>. Acesso em 21 de mar. 2023.

FBAH- Federação Brasileira de Administradores Hospitalares. Disponível em: <http://www.fbah.org.br/institucional.php?cod_inst=2>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

FBAH. Federação - Estatuto da FBA: Estatuto Social. ARTIGO 4º. A FBAH tem as seguintes finalidades. 1995. Disponível em: <<http://www.fbah.org.br/estatuto.php>>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

FELDMAN, L. B.; GATTO, M. A. F.; CUNHA, I. C. K. O. História da evolução da qualidade hospitalar: dos padrões a acreditação. **Acta Paul Enferm.**, v. 18, n. 2, p. 213-9, 2005.

GRECH, K. **Developments in hospital management:** a proposal for a new hospital management model for Malta. *Malta Medical Journal*, v. 14, n. 1, p. 21-26, nov., 2002.

GURGEL JÚNIOR, G. D; VIEIRA, M. M. F. Qualidade total e administração hospitalar: explorando disjunções conceituais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 325-34, fev. 2002.

KLÜCK, M. et al. A gestão da qualidade assistencial do Hospital de Clínicas de Porto Alegre: implementação e validação de indicadores. **RAS**, v. 10, n. 40 p. 97-102, jul-set. 2008.

LAUDON, K.C; LAUDON, J.P. **Sistemas de informações com internet.** 4ed, LTC Editora, 1999.

LINO, K. M. S.; GONÇALVES, M. F.; FEITOSA, S. L. **O administração hospitalar por competência:** o administrador como gestor hospitalar. 2008. 28f. Projeto de pesquisa (graduação). Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Belém - PA.

MACHADO, V. B.; KURCGANT, P. **O processo de formação de cultura organizacional em um hospital filantrópico.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v.38, n.3, 2004.

MAIA, A. C. **Miopia em Marketing no Segmento Hospitalar do Brasil.** Disponível em: <https://www.ufff.br/oliveira_junior/files/2011/08/MAIA-e-GIL-2002.pdf> Acesso em: 15 mar. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, E.; PIRES, D. **Teorias administrativas e organização do trabalho:** de taylor aos dias atuais, influências no setor saúde e na enfermagem. *Revista Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 3, jul./set., 2006.

MINTZBERG, H. **Health Care Management Review**, Gaithersburg, v. 4, n. 22, p. 9- 18, 1997.

MINTZBERG, H. **MBA? Não, obrigado:** uma visão crítica sobre a gestão e o desenvolvimento de gerentes. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MOTTA, P. R. **Gestão contemporânea:** a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1991.

NEIRA, A. Gestão hospitalar: elementos do contexto externo e a função do dirigente. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, v. 10, n. 30, p. 22-6, set. 2000.

PIRES, D. **Organização do trabalho na saúde.** In: LEOPARDI, M.T. (Org.) O processo de trabalho em saúde: organização e subjetividade. Programa de PósGraduação em Enfermagem/UFSC. Florianópolis: Papa-Livros, 1999.

PIRES, C. A. C. **Impacto da gestão participativa por objectivos na gestão da Qualidade.** Dissertação (Mestrado em Gestão da Qualidade). Universidade Aberta. Portugal, Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/1447>>. Acesso em 10 abr 2023.

SANTOS, L. **Da reforma do estado à reforma da gestão hospitalar federal:** algumas considerações. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4063/406345256013.pdf>> Acesso em: 15 de abr. 2023

SANTOS, N. A. A. P. **O trabalho do administrador hospitalar no gerenciamento do dia-a-dia dos hospitais filantrópicos gerais de grande porte no estado do Rio Grande do Sul.** 1998. 154f. Dissertação [Mestrado em Administração]. Universidade de Caxias do Sul da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 1998.

SENHORAS, E. M. **A cultura na organização hospitalar e as políticas culturais de coordenação de comunicação e aprendizagem.** Revista Eletrônica de Comunicação,

SVS, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual do sistema de Informação do programa nacional de imunização - SIPNI.** Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf>. 2014. Acesso em: 24 de maio de 2023.

WARELINE, Tecnologia em saúde. **Como está a saúde da sua Gestão Hospitalar?.** Publicado em: 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.wareline.com.br/gestao/como-esta-a-saude-da-sua-gestao-hospitalar/>>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

ZOBOLI, E. **Ética e administração hospitalar.** São Paulo: Loyola, 2002.

**A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA
ASSISTIVA PARA A INCLUSÃO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS**

Júlio Sérgio Brito dos Santos
Leonardo de Oliveira Luna

DOI: 10.46898/home.6b89c721-a8ad-45e3-9ab7-
738affa60dfe

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

¹Júlio Sérgio Brito dos Santos

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: enfo.julio@hotmail.com
Orcid.: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>
URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

²Leonardo de Oliveira Luna

Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: leonardolluna@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5840-2306>
URL: <http://lattes.cnpq.br/8127979368118288>

RESUMO

O presente trabalho visa abordar a importância da tecnologia assistiva para a inclusão de alunos com necessidades especiais. Nas constantes mudanças que passamos na atualidade, essas transformações estão principalmente associadas à tecnologia. A tecnologia assistiva é todo produto, meios e táticas que facilita a vida das pessoas portadoras de necessidades especiais, deficiências, pessoas idosas, dentre outras. qualquer produto, instrumento, ambiente, organização, estrutura que ajude a aliviar ou sanar uma deficiência ou desvantagem, promovendo bem estar, autonomia e melhor qualidade de vida. Também será abordado a aplicação das tecnologias para pessoas com necessidades especiais ou pessoas com deficiência (PcD), que são determinadas por quem revela algum tipo de perda física, neurológica ou psicológica, impossibilitando a mesma de desenvolver algumas tarefas. A Educação inclusiva é, uma transformação da educação que desenvolve a interação e participação de todos os estudantes, determinando assim a cidadania e os direitos de todos, com respeito e empatia. Para que a educação inclusiva aconteça é necessário um trabalho em conjunto, é muito difícil de ser promovida pois depende de uma revisão de atitudes e procedimentos adotados em prol da inclusão.

Palavras-chave: Pessoas com Necessidades Especiais; Inclusão; Tecnologia Assistiva; Bem Estar e Qualidade de Vida.

¹ Autor

² Coautor

ABSTRACT

The present work aims to address the importance of assistive technology for the inclusion of students with special needs. In the constant changes we are going through today, these transformations are mainly associated with technology. Assistive technology is every product, means and tactics that facilitates the lives of people with special needs, disabilities, elderly people, among others. any product, instrument, environment, organization, structure that helps alleviate or remedy a deficiency or disadvantage, promoting well-being, autonomy and a better quality of life. The application of technologies for people with special needs or people with disabilities (PwD) will also be addressed, which are determined by those who reveal some type of physical, neurological or psychological loss, making it impossible for them to perform some tasks. Inclusive education is a transformation of education that develops the interaction and participation of all students, thus determining citizenship and the rights of all, with respect and empathy. For inclusive education to happen, joint work is necessary, it is very difficult to be promoted as it depends on a review of attitudes and procedures adopted in favor of inclusion.

Keywords: *People with Special Needs; Inclusion; Assistive Technology; Well-being and Quality of Life.*

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia assistiva se trata de dispositivos, equipamentos, objetos, produtos, organização, dentre outros que facilite a vida e promova o bem estar das pessoas portadoras de necessidades especiais. A tecnologia assistiva ou de apoio segundo Eustat (1999) é, “[...] quando usado para compensar uma limitação funcional, para facilitar a vida independente e para ajudar idosos e pessoas com deficiência a atingir seu pleno potencial”.(EUSTAT, 1999). Para Bonilla (2005, p.68), se torna essencial para a tecnologia assistiva na educação, e para que ela aconteça deve se investir em cultura e conhecimento, levar em conta o contexto socioeconômico, as “diferenças/diversidades” e promover a formação continuada. Para Pretto (1996) a tecnologia influencia e promove a informação que na atualidade para o autor não consegue acompanhar a transformação social (1996, p. 218).

Os diferentes métodos educacionais desenvolvidos no decorrer da história, torna a educação, principalmente a especial à mercê da política e economia, contudo, “[...] no meio educacional, na escola, um espaço que os relativize e faça a sua crítica e questionamento. [...] fornecendo pistas para as transformações necessárias, que levem ao desenvolvimento de novos paradigmas de formação.” (GALVÃO FILHO, 2004, p. 46). Com respeito às diferenças e limites de cada indivíduo. O objetivo da

educação especial inclusiva é promover ao educando a, “[...] habilidade de compreender uma determinada situação e ser capaz de tomar decisões e de criar novas soluções” (VALENTE, 1999, p. 38), e para isso a tecnologia assistiva na educação principalmente a educação especial é uma ferramenta muito benéfica.

Tedesco (2005, p.62), enfatiza que a educação tecnológica assistida para a inclusão dos alunos com necessidades especiais, promove o, “[...] domínio dos códigos de circulação da informação -capacidade de tratar as informações - capacidade de resolver problemas -capacidade de trabalhar em equipe -capacidade de expressar necessidades”. De acordo com o decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, decreta o direito da inclusão das pessoas portadoras de deficiência, continua estabelecendo que a tecnologia assistiva são componentes para compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais de uma pessoa com deficiência, a fim de superar as barreiras de comunicação e movimento e permitir sua plena inclusão social (CEDIPOD, 2007).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Pessoas com necessidades especiais ou pessoas com deficiência (PcD), são determinadas por quem revela algum tipo de perda física, neurológica ou psicológica, impossibilitando a mesma de desenvolver algumas tarefas. “[...]a questão da deficiência atinge, indiretamente, 46 milhões de pessoas, o que representa 24% do total de brasileiros.” (IBGE, 2010). Ao entrevistar os moradores sobre o tema, o IBGE buscou captar as percepções sobre as dificuldades de ouvir, ver e andar ou subir escadas, inclusive com o uso de facilitadores como aparelhos auditivos, lentes de contato e bengalas. De acordo com diretrizes internacionais, são consideradas “pessoas com deficiência” as pessoas que respondem ter pelo menos muita dificuldade em uma ou mais questões.” (IBGE, 2010). Para a constituição Brasileira as pessoas com necessidades especiais se:

[...] apresentam durante o processo educacional, dificuldades acentuadas de aprendizagem que podem ser não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, abrangendo dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, bem como altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2005, p. 34)

Sasaki (2004) expõe que 24,6 milhões dessas pessoas portadoras de necessidades especiais são de alguma forma excluída da sociedade, essa exclusão social tira dessas PcD os direitos, cidadania e respeito, como: “educação, saúde, mercado de trabalho, lazer, desporto, turismo, artes e cultura. Esta afirmação, que se apresenta 17 como uma denúncia, consta em vários documentos, moções, relatórios, palestras, etc.” (SASSAKI, 2004).

Se faz necessário, de acordo com Bieler, Gil e Werneck (2005), o desenvolvimento de medidas políticas dirigidas com o objetivo de promover os direitos sócio-econômicos e humanos que buscam a igualdade social de todos, e isso tem início na educação. “[...] O paradigma de desenvolvimento inclusivo procura resgatar a ideia de diversidade como um ponto forte do processo de desenvolvimento” (BIELER, GIL e WERNECK, 2005).

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A Educação inclusiva de acordo com Rodrigues (2007) é, uma transformação da educação que desenvolve a interação e participação de todos os estudantes, “[...]independentemente das suas características individuais ou estatuto sócio-econômico, removendo barreiras à aprendizagem e valorizando as suas diferenças para promover uma melhor aprendizagem de todos”. (RODRIGUES, 2007, p. 34), determinando assim a cidadania e os direitos de todos, com respeito e empatia. “É necessário pensar a ‘inclusão’ como um conceito mais abrangente, que implique que o incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social em todas as suas instâncias.” (BONILLA, 2005, p. 62). Para que a educação inclusiva aconteça é necessário um trabalho em conjunto, é muito difícil de ser promovida pois, depende de uma revisão de atitudes e procedimentos adotados em prol da inclusão (RODRIGUES, 2008, p. 40).

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definindo uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001)

Para que a educação inclusiva aconteça de acordo com a legislação citada é necessário que, segundo Galvão (2004, p.57), a “escola crie condições para acolher a criança e suas necessidades”. De acordo com a Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, a Portaria nº 555/2007, sacramentada pela Portaria nº 948/2007, garante a educação inclusiva, bem como, “oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional”. (BRASIL, 2008), bem como a acessibilidade a esses alunos e colaboração de suas famílias, escola e comunidade para a promoção da educação inclusiva. De acordo com Mantoan (2007, p. 45), “[...] A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado.” é uma obrigação da mesma. A educação inclusiva está baseada na seguinte perspectiva, “Todas as crianças conseguem aprender” (PACHECO, 2007, p.14).

A tecnologia Assistiva de acordo com Cat (2007) é determinada por um trabalho interdisciplinar, onde envolve ferramentas, táticas, métodos e processo com o propósito de facilitar a aprendizagem, direcionada aos alunos com necessidades especiais, viabilizando uma aprendizagem independente e inclusão social. “A tecnologia facilita as coisas para pessoas sem deficiência. A tecnologia torna as coisas possíveis para pessoas com deficiência (RADABAUGH, 1993). As crianças com necessidades especiais e deficiência “[...] têm dificuldades que limitam sua capacidade de interagir com o mundo. Estas dificuldades podem impedir que estas crianças desenvolvam habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem.” (VALENTE, 1991, p. 01). Assim é fundamental que a escola e a família facilitem a interação social desses alunos, isso é interagir com o mundo ao seu redor.

É comum que as dificuldades de aprendizagem se apresentam junto ou após alguma dificuldade psicomotora, de acordo com os estudiosos Muñoz, Blasco e Suárez (1997, p. 301): “[...] à limitação das experiências adquiridas ao longo do seu desenvolvimento e a outras causas”, podem dificultar o processo de ensino aprendizagem. O psicólogo e teórico Vygotsky (1997) foi primeiro a estudar o desenvolvimento intelectual das crianças, e examinou o desenvolvimento das crianças com deficiência, ele detecta que essas crianças apesar das dificuldades apresentam novas formas de solucionar suas dificuldades por meio de “rotas alternativas”. No trabalho do autor “Fundamentos da Defectologia” (VYGOTSKY, 1997), o autor destaca que o desenvolvimento das crianças com e sem deficiência são iguais, o que torna diferente são que, “[...] as limitações interpostas pela deficiência funcionam como um elemento motivador, como um estímulo, uma “supercompensação”, para a busca de caminhos alternativos na execução de atividades ou no logro de objetivos dificultados pela deficiência.” (GALVÃO FILHO, 2004, p. 28).

2.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA

A tecnologia assistiva (TA) foi desenvolvida em 1988, por José Tonolli e Rita Bersch e é todo objeto que facilita o dia a dia das pessoas portadores de necessidades especiais. O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) de Portugal compreende que a tecnologia assistiva é todo

produto, meios e táticas que facilita a vida das pessoas portadoras de necessidades especiais, deficiências e pessoas idosas “[...] especialmente feitos ou geralmente disponíveis para prevenir, compensar, mitigar ou neutralizar danos, incapacidades ou desvantagens e para melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos” (PORTUGAL, 2007).

Já os meios e os artifícios utilizados na prática da tecnologia assistiva são, de acordo com a American With Disabilities ACT (ADA), equipamentos desenvolvidos especificamente para auxiliar a desenvolver as habilidades das pessoas com deficiência. A assistência ou serviços são, “[...] definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos” (ADA, 1994.). O Comitê de Ajuda Técnicas (CAT) desenvolvido pela portaria de Nº 142, de 16 de novembro de 2006, a tecnologia assistiva é campo de estudo que necessita da interdisciplinaridade para funcionar, destinasse a todo produto, meios, táticas, ferramentas e assistências “[...]que visam apoiar a funcionalidade relacionada com a atividade e participação de pessoas com deficiência, deficiência ou mobilidade reduzida com vista à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL - SDHPR - CAT, 2012).

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência. (MANZINI, 2005, p. 82)

Deixando bem estabelecido que de acordo com Eustat (1999) a tecnologia assistiva não se limita a objetos físico, mais também a todo planejamento que facilite a vida dessas pessoas portadoras de necessidades especial, o autor dá um exemplo: de veículos acessíveis aos deficientes com rampa, assentos demarcadas, câmbio e embreagem automáticos, dentre outros. Mas isso não é tudo, a tecnologia assistiva leva em conta toda a, “organização de transporte, incluindo gestão de tráfego, layout de paradas, informações e procedimentos para emissão/verificação de bilhetes, atendimento ao cliente, treinamento de pessoal, etc.” (EUSTAT, 1999). O autor continua afirmando que sem essa estrutura organizacional os veículos não disponibilizaram nenhum "transporte público". Além disso, quando falamos de assistência tecnológica, tratamos de certas dificuldades que essas pessoas com

deficiência ou necessidades especiais, transtornos e idosos tenham que venha a sem sanadas ou melhorada por meio dela, auxiliando assim a progredirem significativamente e ter uma melhor qualidade de vida.

Compreende-se como assistência técnica todo objeto, mercadoria, artefato, ferramentas, organização ou ações, que facilite a autonomia ou melhor qualidade de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais (CNAT, 2005). “qualquer produto, instrumento, equipamento ou sistema tecnológico, [...] usado por uma pessoa com deficiência para prevenir, compensar, mitigar ou eliminar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem” (ISO 9999:2007). Esse mesmo ISO mencionado acima dispõe de 11 classes que possuem o objetivo de promover a assistência técnica, disposta em produtos e utensílios, estão dispostos em:

Classe 03 Ajudas para tratamento clínico individual Classe 05 Ajuda para treino de capacidades Classe 06 Órteses e próteses Classe 09 Ajudas para cuidados pessoais e de proteção Classe 12 Ajudas para mobilidade pessoal Classe 15 Ajudas para cuidados domésticos Classe 18 Mobiliário e adaptações para habitação e outros locais Classe 21 Ajudas para a comunicação, informação e sinalização Classe 24 Ajudas para o manejo de produtos e mercadorias Classe 27 Ajudas e equipamentos para melhorar o ambiente, ferramentas e máquinas Classe 30 Ajudas para a Recreação (ISO 9999:2007)

2.4 A Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva

Recorrer a tecnologia para assegurar a aprendizagem é um grande trunfo, principalmente para a promoção da inclusão, visto que, as possibilidades da tecnologia são tantas que permite o aprimoramento das habilidades intelectuais dos educandos portadores de necessidades especiais, considerando que os alunos são responsáveis por sua própria aprendizagem. Através da inclusão sociodigital, fornecer a esses alunos ferramentas necessárias para a resolução de problemas, facilitando a interação social, como também prepará-los para o mercado de trabalho por meio da educação técnica (PROGRAMA INFOESP, 2008).

Hoje em dia foram elaboradas novas formas de aprender, com singulares ideias, melhor formuladas que antigamente, no presente o papel do educador é de mediação assistiva entre o discente e o que ele necessita aprender. “[...] A aplicação de tecnologias modernas de tratamento da informação estimula a pesquisa, bem como novos suportes pedagógicos, atraentes e melhores adaptados às dificuldades das crianças” (MIRANDA, 1999b, p. 02), como estabelece novos meios de avaliar seus alunos, educando por meio da compreensão de que certos discentes possuem

déficits de desenvolvimento, estabelecendo assim a melhor forma desses alunos aprenderem.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, 2007c)

De acordo com Vygotsky (1994), é essencial que na educação se considere as experiências vivenciadas, a interação social e a bagagem sócio cultural do discente. Ele ainda estabelece que a comunicação e a linguagem, forma o aluno de modo que ele aprenda a lidar com a frustração e estabeleça uma capacidade mental e emocional mais equilibrada, o que é necessário tanto para a aprendizagem como para todos os aspectos da vida. A tecnologia, cultura e educação promovem o ensino aprendizagem. As dificuldades que um aluno portador de necessidades especiais venha a ter pode ser um empecilho para adquirir essas habilidades de interação social estabelecidas acima. “a chamada Tecnologia Assistiva, seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem e desenvolvimento, proporcionados pela cultura.” (GALVÃO FILHO e DAMASCENO, 2003). De acordo com Rosa (2001), a sociedade tem uma função importante na socialização, “[...] assim, a partir do Iluminismo a educação passa a ser compreendida como uma atribuição não só da família, mas também da sociedade.” (ROSA, 2001, p. 13-14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o decreto 5296/2004 art. 61, a tecnologia assistiva é determinada por toda assistência técnica, produto, utensílios, ferramentas ou tecnologia adaptada, para promover o bem estar e a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, possibilitando a mesma uma melhor autonomia. O mesmo se dá na organização dos ambientes, estruturação de meios que possibilitem a acessibilidade (BRASIL, 2004). O objetivo deste trabalho junto ao desenho universal é possibilitar uma maior inclusão social, acessibilidade, igualdade e respeito às diferenças e diversidades (CARTA DO RIO, 2004).

Para Cat (2007), a tecnologia assistiva é uma ferramenta interdisciplinar, ou seja, requer o trabalho de todos os envolvidos para promovê-la, como professores, educadores, psicólogos, psicopedagogos, entre todos os envolvidos no processo educacional do aluno, e inclui "produtos, recursos, metodologias, estratégias, procedimentos e serviços" que ajudem a apoiar "a funcionalidade relacionada com a atividade e participação das pessoas com deficiência, deficiência ou mobilidade reduzida, tendo em vista a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social." (CAT, 2007).

Morin (1998, p.4) estabelece que o tempo faz do agora a necessidade de uma transformação educacional, pois estamos em uma época que estabelece oportunidades abrangentes e imediatas, destacando o termo "outro modo de pensamento", ou seja, se faz necessário ponderar práticas anteriores e utilizar as ferramentas a disposição para a promoção da aprendizagem. Bonilla (2005, p.12) retoma o pensador Marques (1999) quando ele aborda a tecnologia uma forma de "educação outra", isso remete a transformações tecnológicas socioculturais e individuais, mudanças para o autor que, "provocam na cultura, na sociedade, no sujeito, na linguagem, nas formas de pensar e construir conhecimento." (BONILLA, 2005, p. 12)

REFERÊNCIAS

ADA - **AMERICAN WITH DISABILITIES ACT** 1994. Disponível em: <https://www.ada.gov/topics/intro-to-ada/>. Acesso em: 05 de jan de 2023.

BRASIL, 2004. **Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 11 jan 2023.

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD**. 2009. Disponível em: <https://www.into.saude.gov.br/direitos-da-pessoa-com-deficiencia/569-secretaria-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 05 jan 2023.

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD**. 2012 Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/633.pdf> f>. Acesso em: 05 jan 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial, na Educação Básica**. Brasília, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, **Projeto presença: censo escolar da educação básica**. Programa gerador de cadastro (PGC). Brasília, 2005.

BRASIL, 2008. Ministério da Educação, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 10 jun 2023.

BIELER, R. B., GIL, M. e WERNECK, C. 2005. **Desenvolvimento inclusivo, pobreza e deficiência**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10563/1/Tese%20teofilo%20Galvao.pdf>>. Acesso em: 29 jan 2022.

BONILLA, M. H. **Escola aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

CARTA DO RIO, 2004. Desenho Universal para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável. Disponível em: <https://rets.org.br/node/13350>>. Acesso em: 15 jan 2023.

CAT, 2007c. Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007, **Comitê de Ajudas Técnicas**, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf >. Acesso em: 08 jan 2022.

CEDIPOD. Legislação. **Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N

C2%BA%203.298%2C%20DE%2020,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 11 jan 2023.

CNAT, 2005. Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas, **Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPC)**. Disponível em: <<https://ojs.ead.unesp.br/index.php/nead/article/download/SuppFile/InFor2120161/90>>. Acesso em: 11 jan 2023.

EUSTAT, 1999. **Educação em tecnologias de apoio para utilizadores finais**: linhas de orientação para formadores. Disponível em: Acesso em: 04 dez. 2007.

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. Tecnologias Assistivas na Educação Especial. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte: Dimensão, v. 9, n. 54, p. 40-47, 2003.

GALVÃO FILHO, T. A. **Ambientes computacionais e telemáticos no desenvolvimento de projetos pedagógicos com alunos com paralisia cerebral**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>> Acesso em: 25 jan 2023.

ISO 9999:2007. **Norma Internacional**; classificação. Disponível em: <<https://www.iso.org/standard/38894.html>>/. Acesso em: 07 jan 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva**: orientações pedagógicas. In: BRASIL. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação**: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

MIRANDA, T. G. **Interações dialógicas na construção da subjetividade de alunos com necessidades educativas especiais**. In: XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. Anais do XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

MORIN, Edgar. **Os países latinos têm culturas vivas**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5., set.,1998. Caderno Idéias/livros, p. 4.

MUÑOZ, J. L. G.; BLASCO, G. M. G.; SUÁREZ, M. J. R. **Deficientes motores II: paralisia cerebral**. In: BAUTISTA, R. (org.) Necessidades educativas especiais. Lisboa: Dinalivro, 1997.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PORTUGAL. **Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência**

PRETTO, N. L. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. Campinas: Papyrus, 1996.

PROGRAMA INFOESP. Centro de Reabilitação e Prevenção de Deficiências, **Obras Sociais Irmã Dulce**. Disponível em: <<http://www.galvaofilho.net/historic.htm>>. Acesso em: 20 de jan 2023.

RADABAUGH, M. P. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities** - A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, Março, 1993. Disponível em: <<https://ncd.gov/publications/1993/mar41993>>. Acesso em: 14 jan 2023.

RODRIGUES, D. Dimensões da formação de professores em educação inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Investigação em educação inclusiva**, v. 2. Lisboa: Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, 2007.

RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de educação inclusiva. **Revista Inclusão**, Brasília, SEESP/MEC, v. 4, n. 1, p. 33-40, 2008.

ROSA, D. L. A escola e a formação do sujeito moral: possibilidades e limites da instituição escolar. **Revista da FAGED**. Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, n. 5, p. 13-26, 2001.

SASSAKI, R. K. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão, **Revista Nacional de Reabilitação**, ano VIII, n. 39, julho/agosto 2004.

TEDESCO, J. C. Tendências atuais das reformas educacionais. In: DELORS, J. (org.) **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, p. 59-65, 2005.

VALENTE, J. A. (Org.) **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: UNICAMP, 1991.

VALENTE, J. A. (Org.) **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: UNICAMP, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas V: fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor, 1997.

**O ACOLHIMENTO HUMANIZADO
NA URGENCIA E EMERGENCIA
HOSPITALAR**

Júlio Sérgio Brito dos Santos

DOI: 10.46898/home.54abe505-7545-42bf-8ab5-
bcead59d3eea

O ACOLHIMENTO HUMANIZADO NA URGENCIA E EMERGENCIA HOSPITALAR

Júlio Sérgio Brito dos Santos

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: enfo.julio@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>

URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

RESUMO

Este trabalho acadêmico busca o acolhimento humanizado, seus benefícios, importância diante a urgência e emergência nas unidades hospitalares. Sua proposta é tornar a confiabilidade o profissional de saúde com o seu paciente e familiares, a fim de assegurar uma prática mais tranquilizadora e assertiva. Podemos então estabelecer que o acolhimento humanizado é um meio de aprimorar o atendimento médico para promoção da saúde, respeito e igualdade. O acolhimento na emergência hospitalar é o princípio do processo de saúde, o conhecimento técnico dos profissionais de saúde, sendo muito importante pois expande diagnósticos e protocolos, reconhecendo as dificuldades de cada paciente. Os profissionais da saúde devem, entretanto, trabalhar em sintonia para assegurar a prática do acolhimento humanizado, o relacionamento dos mesmos deve ser baseado na comunicação e empatia. O mesmo assegura um empenho com apoio emocional e de "corresponsabilização e de parceria entre os profissionais" (TESSER et al, 2010, p.3621). Parte do acolhimento hospitalar é da assistência à família do paciente. "Visita aberta: é o dispositivo que amplia as possibilidades de acesso para os visitantes, de forma a garantir o elo entre o paciente, sua rede social e os demais serviços da rede de saúde, mantendo latente o projeto de vida do paciente" (PNH, 2008, p. 5). Ajuda na compreensão das necessidades do paciente, família e comunidade. Assegurando um diagnóstico mais assertivo, humano, empático, com confiança e entendimento. Permitindo que as orientações médicas e profissionais sejam melhores recebidas e acatadas.

Palavras-chave: Acolhimento Humanizado, Respeito, Acolhimento Familiar e Hospitalar.

ABSTRACT

This academic work seeks the humanized reception, its benefits, importance in the face of urgency and emergency in hospital units. Its proposal is to make health professionals trust their patients and family members, in order to ensure a more reassuring and assertive practice. We can then establish that humanized reception is a means of improving medical care to promote health, respect and equality. The reception in the hospital emergency is the principle of the health process, the technical knowledge of health professionals, being very important because it expands diagnoses and protocols, recognizing the difficulties of each patient. Health professionals must however work in harmony to ensure the practice of humanized reception, their relationship must be based on communication and empathy. It ensures a commitment with emotional support and "co-responsibility and partnership between professionals" (TESSER et al, 2010, p.3621). Part of the hospital reception is the assistance to the patient's family. "Open visit: it is the device that expands the possibilities of access for visitors, in order to guarantee the link between the patient, their social network and the other services of the health network, keeping the patient's life project latent" (PNH), 2008, p. 5). It helps in understanding the needs of the patient, family and community. Ensuring a more assertive, humane, empathetic diagnosis, with confidence and understanding. Allowing medical and professional guidelines to be better received and followed.

Keywords: Humanized Reception, Respect, Family and Hospital Reception.

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico busca o acolhimento humanizado, seus benefícios, importância diante a urgência e emergência nas unidades hospitalares. O atendimento humanizado faz parte do Programa Saúde da Família (PSF), disposto respectivamente com o olhar voltado à prevenção e à saúde, e está sendo empregado no Brasil há 31 anos (FRACOLLI E ZOBOLI, 2004; MARIN et al, 2010). Sua proposta é tornar a confiabilidade o profissional de saúde com o seu paciente e familiares, a fim de assegurar uma prática mais tranquilizadora e assertiva. Podemos então estabelecer que o acolhimento humanizado é um meio de aprimorar o atendimento médico para promoção da saúde, respeito e igualdade.

De acordo com o ministério de saúde o acolhimento humanizado é a “Recepção ao usuário, desde a sua chegada, responsabilizando-se integralmente por ele, [...]” (BRASIL, 2006, p,35). Ou seja, receber seu paciente da melhor forma, saber ouvir e compreender suas queixas e necessidades, aprender a ter empatia além de realizar todos os aspectos técnicos e científicos pelo qual foi contratado, é um ofício em conjunto e mútua responsabilidade, ou seja, todos os profissionais de saúde devem estar dispostos a prestar o acolhimento humanizado do seu paciente. Esse trabalho em equipe só traz benefícios e potencializa a eficiência no atendimento.

O acolhimento na emergência hospitalar é o princípio do processo de saúde, o conhecimento técnico dos profissionais de saúde, sendo muito importante pois expande diagnósticos e protocolos, um olhar atento ao paciente possibilita reconhecer as dificuldades, aflições, embaraços e consternações, onde tal proposta do nativa de tempo e esforço, conduz os profissionais de saúde no caminho mais assertivo de sucesso. Os profissionais da saúde devem, entretanto, trabalhar em sintonia para assegurar a prática do acolhimento humanizado, o relacionamento dos mesmos deve ser baseado na comunicação e empatia.

Assim sendo o acolhimento humanizado deve seguir certas condutas, acima de tudo, respeito por todos a sua volta, empatia, cumprir com todas as obrigações, com uma decisão firme e independente, voltada para o alívio e conforto de seus pacientes. Supondo que o acolhimento humanizado depende de uma interação social de diálogo aberto e respeitoso. Estabelecendo uma comunicação amigável, com compreensão e estabelecendo mecanismos que funcionam para cada paciente e colegas de serviço. Enxergar ao outro suas dificuldades e limitações, capacitação

profissional, promovendo técnicas que conduzem a uma instrução estabelecida em formas para promover o acolhimento. Este artigo visa compreender a conduta dos profissionais da saúde que promovem esse primeiro acolhimento humanizado, viabilizando mecanismos de conduta e detector de conhecimento para assegurar o respeito e a empatia.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1-O ACOLHIMENTO HUMANIZADO

Instituído desde a década de 90 e criado em 2000 pelo Ministério de saúde, o acolhimento humanizado hospitalar aprimora a interação do paciente e profissionais de saúde para uma proposta donativa de tempo e esforço, conduz os profissionais de saúde no caminho mais assertivo de sucesso e eficiência no trabalho. O atendimento humanizado faz parte do Programa Saúde da Família (PSF), disposto respectivamente com o olhar voltado à prevenção e à saúde, e está sendo empregado no Brasil há 31 anos (FRACOLLI E ZOBOLI, 2004; MARIN et al, 2010). Para o Ministério da Saúde o acolhimento humanizado é definido como:

Recepção ao usuário, desde a sua chegada, responsabilizando-se integralmente por ele, ouvindo sua queixa, permitindo que ele expresse suas preocupações, angústias, e, ao mesmo tempo, colocando os limites necessários, garantindo atenção resolutiva e a articulação com os outros serviços de saúde para a continuidade da assistência, quando necessário (BRASIL, 2006, p.35).

Acolher é prestar total assistência ao paciente desde a sua entrada no hospital, compreender e promover o diálogo com seu doente; promover um ambiente que seja confortável, acolhedor e seguro, livre de qualquer julgamento e disponibilidade para assegurar o melhor atendimento necessário para a promoção da saúde. Para Fracolli e Zoboli (2004) O processo de saúde ligado às interações sociais; “[...] deve ser realizado por todos os trabalhadores de saúde e em todos os setores do atendimento. Não se limita ao ato de receber, mas se constitui em uma sequência de atos e modos que compõem o processo de trabalho em saúde” (MATUMOTO, apud, FRACOLLI E ZOBOLI, 2004, p.144).

Os autores complementam com, “Sem acolher e vincular não se concretiza a responsabilização e tampouco a otimização tecnológica das solubilidades que efetivamente impactam os processos sociais de produção da saúde e da doença” (FRACOLLI E ZOBOLI, 2004, p.144). basicamente os autores asseguram que sem o

acolhimento e o vínculo que se promove com o paciente junto com o auxílio tecnológico a promoção da saúde deficiente. Garuzi (2014) adota os estudiosos acima com a seguinte citação sobre o acolhimento, “modelo pautado no trabalho em equipe, priorização da família em seu território, acolhimento, vínculo, ações de prevenção e promoção da saúde, sem descuidar do tratamento e reabilitação” (GARUZI et al, 2014, p.145).

(...) a Estratégia da Saúde da Família (ESF) vem sendo implantada, desde a década de 90, como forma de reorientação dos serviços de saúde, por meio de intervenções no tocante a exposições, vulnerabilidades e necessidades dos indivíduos, o que possibilita aos profissionais da equipe a compreensão ampliada do processo saúde/doença e a necessidade de ações para além das práticas curativas. Por essa estratégia, elegem-se, como pontos centrais, o estabelecimento de vínculos e a criação de laços de compromisso e de responsabilização entre os profissionais de saúde e a população (MARIN et al, 2010, p.2).

Para a autora o acolhimento surgiu para possibilitar intervenções e assegurar uma confiança e comunicação aberta sobre tudo entre o profissional de saúde e o paciente. O que assegura um melhor diagnóstico e medidas assertivas para promover a saúde. Por isso a importância de assumir a responsabilidade por seus pacientes com respeito e consideração. Para o Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os aspectos administrativos, no ato de cuidar e acolher. Tal política de humanização permite “revisitar concepções, diretrizes e estratégias que orientam a própria formação desde o Humaniza SUS.” (Ministério da Saúde, 2010). O pensamento deve ser concreto, isso é representar exatamente como se descreve, o ser humano é um ser lógico, mas também emocional e sensitivo, então sim, o profissional de saúde deve saber lidar com ambos aspectos. Então fica assegurado como política do SUS o acolhimento humanizado.

2.2- ACOLHIMENTO HUMANIZADO FAMILIAR HOSPITALAR

Podemos analisar e perceber que a nossa sociedade de acordo com o sistema de saúde, a influência, está estabelecida em manter a percepção exclusiva na doença, buscando o auxílio médico em particular, nem sempre considerando o conjunto. Tal forma de ação se estabelece em procedimentos, em uma determinada logística de conduta que assegura o padrão de regras características, levando a solucionar as respectivas enfermidades. Tornando muito mais provável as prevenções das doenças. Podemos determinar a conduta certa no quesito hospitalar é assegurar além do bem

estar do paciente dos seus familiares, aparece, entretanto, para auxiliar nesse processo a Estratégia de Saúde da Família (ESF), ou o acolhimento humanizado familiar, tem como objetivo a prevenção da saúde e uma melhor qualidade de vida. deve ter constante observação dos hábitos da população e procurar meios que auxiliem em hábitos mais saudáveis. Se inicia no momento em que o paciente chega no SUS, hospitais ou qualquer outro sistema de saúde que adote essa estratégia. De acordo com o Ministério da Saúde (2008, p.4):

Partimos do pressuposto de que as pessoas fazem parte de sistemas complexos e interconectados que abarcam os fatores individuais, familiares e extra familiares, os amigos, a escola, o trabalho e a comunidade. Nessa concepção ecológica, um membro da família (da rede social) presente configura-se essencial não só para acompanhar a pessoa internada, mas também para ser orientado no seu papel de cuidador leigo. O acompanhante é representante da rede social do paciente que o acompanhará durante toda a permanência no ambiente hospitalar.

A PORTARIA Nº 280, DE 7 DE ABRIL DE 1999 DO 66-E, de 8/4/99, o Ministro de Estado da Saúde, "Art. 1º- permitam a presença do acompanhante de pacientes maiores de 60 (sessenta) anos de idade, quando internados. § 2º - No valor da diária de acompanhante estão incluídos a acomodação adequada e o fornecimento das principais refeições." As leis também asseguram acompanhantes para os portadores de deficiência e crianças e adolescentes menores de 18 anos. Para os visitantes dos internados temos a seguinte base: "Visita aberta: é o dispositivo que amplia as possibilidades de acesso para os visitantes, de forma a garantir o elo entre o paciente, sua rede social e os demais serviços da rede de saúde, mantendo latente o projeto de vida do paciente" (PNH, 2008, p. 5).

A humanização é retratada em termos da qualidade do relacionamento terapêutico e da relação de parceria estabelecida entre equipe e família. Termos como "gesto de caridade", "cuidar bem", "tratar com carinho e dar atenção" retratam bem a valorização destes aspectos. A capacidade e o interesse na comunicação dos profissionais também são ressaltados como características essenciais do cuidado humanizado. (FAQUINELLO, 2007, P. 613)

Ajuda na compreensão das necessidades do paciente, família e comunidade. Assegurando um diagnóstico mais assertivo, humano, empático, com confiança e entendimento. Permitindo que as orientações médicas e profissionais sejam melhores recebidas e acatadas. Procedimentos que devem assegurar o Acolhimento humanizado Familiar são: Avaliar a situação familiar, a comunidade em que estão inseridos, as dificuldades de saúde, sanitária, riscos ambientais, dentre quaisquer

outros que prejudiquem a saúde dos mesmos; Possibilitar a integração, visando o conhecimento técnicos dos profissionais de saúde, detectando possíveis prevenções para as doenças infecciosas, em todas as fases da vida humana; fomentar um tratamento continuado, considerando a classificação de risco hospitalar; prestar assistência absoluta, que modo que todos possam ser atendidos; promover um diálogo aberto e respeitoso entre os pacientes, familiares e colegas de trabalho sempre; Promover a cidadania e os direitos de todos os envolvidos; facilitar a compreensão do quadro de seus entes queridos, dentre outras.



Figura 1: Protocolo Institucional de acolhimento com classificação de Risco

Fonte: <https://www.camposnovos.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/6494/codNoticia/646503>

De acordo com o Ministério da Saúde (2006, p. 16) “[...] é preciso não restringir o conceito de acolhimento ao problema da recepção da ‘demanda espontânea’, tratando-o como próprio a um regime de afetabilidade (aberto a alterações), como algo que qualifica uma relação” (BRASIL, 2010). Complementa dizendo que o acolhimento na recepção é o princípio, sendo necessário que ele continue no decorrer da estadia no paciente no hospital. “Às vezes, as condições materiais são boas e busca-se praticar um bom atendimento, mas inexistente qualificação adequada dos funcionários da recepção ou pelo contrário” (RAMOS; LIMA, 2003, p. 28).

O autor complementa que a prática de acolhimento pode ser bem exercida na triagem e pré-consulta, contudo são interações insensíveis, indiferente e incompreensiva, isso deve ser uma preocupação. “um trabalho com interação social entre os trabalhadores, com maior horizontalidade e flexibilidade dos diferentes poderes, possibilitando maior autonomia e criatividade dos agentes e maior integração da equipe” (ALMEIDA E MISHIMA, 2001, p.150). “as experiências na área da saúde apontam como estratégia o uso de recursos como a comunicação, valorização do ser, que é de primordial importância neste contexto e que também seja realizada educação permanente contínua com estes profissionais (ARANHA, 2011, p.24)”.

Observa-se que a abertura das equipes à pressão da demanda costuma produzir angústia, carga exaustiva de trabalho e estresse emocional. Isso deve ser considerado, e a gestão local deve buscar formas de proteção para a equipe, de modo a permitir que prossiga lidando com a demanda e com a realidade sofrida da população brasileira. Apoio humano, emocional e institucional para a equipe é necessário, assim como facilitar a construção de clima de equipe, de corresponsabilização e de parceria entre os profissionais; e sua educação permanente. Além disso, outro importante esquema de proteção dos profissionais é a responsabilização limitada. Recomenda-se que o Acolhimento e a responsabilidade devam ser personalizados e referentes à coorte de pacientes adscrita a cada equipe. Assim, o Acolhimento tende a lidar com pessoas conhecidas com problemas conhecidos, ainda que complexos. Este fator tende a diminuir o estresse da avaliação de risco/vulnerabilidade e a facilitar a corresponsabilização entre equipe e usuários. Pacientes de outras áreas de abrangência aparecerão, mas serão avaliados e devolvidos para suas equipes de referência (TESSER et al, 2010, p.3621).

O autor acima fala um pouco da carga exaustiva do trabalho e o estresse nos hospitais e propõe que sejam implantados mecanismos para proteger seus funcionários e assegurar um bom trabalho. Assegurando um bom apoio emocional e de “corresponsabilização e de parceria entre os profissionais”; ele também trata da “responsabilização limitada”, ou seja, é basicamente o profissional ser responsabilizado de acordo com a sua participação. “encontrar a solução conjunta

para os problemas de saúde, já que muitas vezes o desabafo traz a resposta para determinada dificuldade” (COELHO E JORGE, 2009, p. 1530). Para Torres e Lelis (2010, p. 108) “respostas mais adequadas aos usuários com resolutividade e responsabilização, orientando, quando for o caso, o indivíduo e a família em relação a outros serviços de saúde”

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acolhimento hospitalar assegura um empenho com apoio emocional e de “corresponsabilização e de parceria entre os profissionais” (TESSER et al, 2010, p.3621). Sendo essencial a percepção da vivência de cada paciente sociocultural e econômica, determinando com melhor eficiência o que seu paciente realmente precisa e reconhecendo que as relações e preocupações do seu paciente também podem contribuir para a sua saúde debilitada. Lembrando que a prevenção também deve ser levada em conta pelo SUS, para assegurar aos pacientes a gravidade de cada paciente antes de encaminhá-lo para os hospitais.

Podemos então constatar que os profissionais de saúde ao promover o acolhimento humanizado, com respeito, empatia e compreensão. O acolhimento na emergência hospitalar é o princípio do processo de saúde, o conhecimento técnico dos profissionais de saúde, sendo muito importante pois expande diagnósticos e protocolos, um olhar atento ao paciente possibilita reconhecer as dificuldades, aflições, embaraços e consternações, onde tal proposta donativa de tempo e esforço, conduz os profissionais de saúde no caminho mais assertivo de sucesso. Os profissionais da saúde devem, entretanto, trabalhar em sintonia para assegurar a prática do acolhimento humanizado, o relacionamento dos mesmos deve ser baseado na comunicação e empatia.

Devemos salientar que faz parte do acolhimento hospitalar da assistência à família do paciente. “Visita aberta: é o dispositivo que amplia as possibilidades de acesso para os visitantes, de forma a garantir o elo entre o paciente, sua rede social e os demais serviços da rede de saúde, mantendo latente o projeto de vida do paciente” (PNH, 2008, p. 5). Ajuda na compreensão das necessidades do paciente, família e comunidade. Assegurando um diagnóstico mais assertivo, humano, empático, com confiança e entendimento. Permitindo que as orientações médicas e profissionais sejam melhores recebidas e acatadas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M.C.P; MISHIMA, S.M. O desafio do trabalho em equipe na Atenção à Saúde da Família: **Construindo “novas autonomias” no trabalho**. Rev.Interface, v.9, p.150-153, 2001.

ARANHA, J.S; SILVA, M.E.S; SILVA. J.L.L. **ACOLHIMENTO E HUMANIZAÇÃO: PERSPECTIVA DO ATENDIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA**. Rev. Informe-se em promoção da saúde. v.7, n.2, p.23-24, 2011.

ATHANÁSIO, Dr. JOSÉ. **Saiba como funciona o método de classificação de risco aos pacientes do hospital Dr José Athanásio**. Publicado em: 25 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.camposnovos.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/6494/codNoticia/646503>>. Acesso em: 03 mai 2023.

COELHO, M.O; JORGE, M.S.B. **Tecnologia das relações como dispositivo do atendimento humanizado na atenção básica à saúde na perspectiva do acesso, do acolhimento e do vínculo**. Rev . Ciências & Saúde Coletiva, v.14, nº.1, p. 1523-1531,2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2ª. Ed. Brasília: Distrito Federal, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde gabinete do ministro **portaria nº 280, de 7 de abril de 1999**. do 66-e, de 8/4/99. José Serra.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília DF: Ministério da Saúde, 2010. 242 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**. HumanizaSUS: visita aberta e direito a acompanhante. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2004 e 2.ed de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **HumanizaSUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: MS, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_base.pdf>. Acesso em: 05 fev 2023.

FAQUINELLO,Paula;HIGARASHI,Ieda H;MARCON,Sonia S. **O atendimento humanizado em unidade pediátrica: percepção do acompanhante da criança hospitalizada**.Texto contexto enfermagem.Florianópolis. v.16 n.4 out./dez. 2007.

FRACOLLI, L.A; ZOBOLI, E.L.C.P. Descrição e análise do acolhimento: **uma contribuição para o programa de saúde da família**. Rev . Esc Enferm USP, v.38, nº.2, p.143-151, 2004.

GARUZI, M; ACHITTI, M.C.O; SATO, C.A; ROCHA, S.A; SPAGNUOLO, R.S. Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: **revisão integrativa**. Rev Panam Salud Publica, v.35, nº.2,p. 144–149, 2014.

MARIN, M.J.S; STORNILO, L.V; MAROVICIK, M.Y. (2010). **A humanização do cuidado na ótica das equipes da estratégia de saúde da família de um município do interior paulista, Brasil.** Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421934015>. Acesso em: 20 jan 2023.

RAMOS, Donatela Dourado; LIMA, Maria Alica Dias da Acesso: e acolhimento aos usuários em uma unidade de saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 27-34. 2003.

SILVA, Lucía; BOCCHI, Sílvia Cristina Mangini; BOUSSO, Regina Szyllit. **O papel da solidariedade desempenhado por familiares visitantes e acompanhantes de adultos e idosos hospitalizados.** Texto contexto enferm. Florianópolis, v.17, n. 2 de Abril/ Junho de 2008.

TESSER, C.D; NETO, P.P; CAMPOS, G.W.S. Acolhimento e (des) medicalização social: **um desafio para as equipes de saúde da família.** Rev . Ciências & Saúde Coletiva, v.15, nº.3, p. 3615-3624, 2010.

TORRES, H.C; LELIS, R.B. (2010). Oficinas de formação de profissionais da equipe saúde da família para a gestão do acolhimento com classificação de risco. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=370441805011> acesso em: 03 dez 2022.

**O PAPEL DO ENFERMEIRO
FRENTE À DOENÇA
HIPERTENSIVA ESPECÍFICA
GESTACIONAL (DHEG)**

Júlio Sérgio Brito dos Santos

DOI: 10.46898/home.b93acd1c-8918-4b4e-a2f9-
2dd9d298a1fb

O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE À DOENÇA HIPERTENSIVA ESPECÍFICA GESTACIONAL (DHEG)

Júlio Sérgio Brito dos Santos

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: enfo.julio@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>
URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

RESUMO:

Abordamos a Pré-eclâmpsia, conhecida como Doença Hipertensiva Específica Gestacional (DHEG), apesar de poder ser transitória, ainda é uma das circunstâncias mais vitais nas dificuldades gestacionais, frequente e perigosa, podendo levar à morte. Então o cuidado em estabilizar a pressão durante a gravidez é essencial, a procura por conhecer essa patologia e seus cuidados devem ser uma das principais preocupações dos profissionais envolvidos no pré-natal, durante o parto e pós-parto. Envolto em estudos e pesquisas, podemos constatar que a hipertensão gestacional é preocupante e deve ser muito bem controlada, principalmente durante a gravidez que pode se apresentar de forma erma ou vinculada à hipertensão arterial, ou seja a pressão sanguínea nas artérias elevadas, o que torna mais possível, os resultados gestacionais insatisfatórios e a morbi-mortalidade materna e perinatal. Na Síndrome hipertensiva na gravidez os cuidados dos profissionais de enfermagem são essenciais para um parto mais seguro e a redução da mortalidade. Também são os profissionais de enfermagem que promovem o conhecimento do autocuidado e o benefício da assistência e amparo envolvidos na relação maternal com seu filho.

Palavras-chave: Hipertensão gestacional; DHEG; Assistência da Enfermagem e Pré-Natal.

ABSTRACT:

We approach Preeclampsia, known as Gestational Specific Hypertensive Disease (DHEG), although it can be transient, it is still one of the most vital circumstances in gestational difficulties, frequent and dangerous, and can lead to death. So care to stabilize the pressure during pregnancy is essential, the search for knowing this pathology and its care should be one of the main concerns of professionals involved in prenatal care, during childbirth and postpartum. Involved in studies and research, we can see that gestational hypertension is worrisome and must be very well controlled, especially during pregnancy, which can present itself in a bleak way or linked to arterial hypertension, that is, the blood pressure in the high arteries, which makes as possible, unsatisfactory pregnancy outcomes and maternal and perinatal morbidity and mortality. In the case of hypertensive syndrome in pregnancy, the care of nursing professionals is essential for a safer delivery and reduced mortality. It is also the nursing professionals who promote the knowledge of self-care and the benefit of assistance and support involved in the maternal relationship with their child.

Keywords: Gestational hypertension; DHEG; Nursing and Prenatal Assistance.

1. INTRODUÇÃO

A Doença Hipertensiva Específica Gestacional (DHEG) deve ser muito bem observada devido a aparições de doenças precisas da gestação o que caracteriza a gravidez como de alto risco que para Barcia Caldeyro (1973) é “aquela na qual a vida ou a saúde da mãe e/ou do feto e/ou do recém-nascido têm maiores chances de serem atingidas que as da média da população considerada” (BRASIL, 2010). A Doença Hipertensiva Específica Gestacional (DHEG), apesar de poder ser transitória, ainda é uma das circunstâncias mais vitais nas dificuldades gestacionais, frequente e perigosa, podendo levar à morte da mãe, do feto ou do recém nascido. O que é objeto de grande preocupação entre os profissionais de saúde envolvidos, por isso a escolha do tema, queremos abordar essa preocupação e estudar juntos modos que facilitem prevenir e atenuar tais fatalidades.

Podemos aperceber também o trunfo que é o profissional de enfermagem para ajudar nessa trajetória, a importância da informação da população para a prevenção e a da DHEG e a necessidade do investimento público em saúde. No decorrer do trabalho vamos detectar as possíveis causas da prematuridade onde apresentam uma situação de saúde deveras debilitada. Algumas das causas que levam ao parto prematuro são as infecções hospitalares, insuficiência istmo cervical, gravidez de múltiplos, diabetes gestacional, alterações clínicas, dentre outras. Tais circunstâncias causam o sofrimento fetal, onde acaba obrigando ao obstetra em determinadas circunstâncias a retirar o bebe antes do tempo, a sobrevivência dos bebês prematuros depende das condições de pré-natal, nascimento e as dificuldades do recém-nascido. Os neonatologistas consideram os cuidados iniciais ao bebe o mais importante pois tais cuidados determinam o resultado e efeito do desenvolvimento do recém-nascido.

Se torna necessário também determinar o que difere a hipertensão arterial sistêmica (HAS) que é a pressão arterial muito elevada ligada a ruim funcionalidade dos órgãos como o coração, rins, dentre outros. Já a Doença Hipertensiva Específica Gestacional (DHEG) está caracterizada pelas desordens hormonais relacionadas a gravidez. Para Montenegro (2012) a pré-eclâmpsia é determinada por hipertensão e proteinúria, surge logo depois das primeiras 20^o semanas da gestação, é uma preparação do corpo para o parto. Sendo muito importante diferenciar ambas para um tratamento consistente para a situação, pois cada tratamento é muito divergente entre si.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 DOENÇA HIPERTENSIVA ESPECÍFICA GESTACIONAL (DHEG)

O DHEG acontece ao passo que a pressão arterial está a 140 x 90 mmHg, mas deve se atentar a qualquer aumento da pressão principalmente no período gestacional e tomar precauções para estabilizar a mesma. Divididas características discriminatórias sendo: pré-eclâmpsia (DHEG) se apresenta depois da vigésima semana gestacional e concatenada a proteinúria; sendo a perda de proteínas pela urina (menor que 150 mg em 24 horas); hipertensão crônica quando já definido ou a partir da 16ª semana de gestação; pré-eclâmpsia quando a gestante já possui a hipertensão crônica e 4º- hipertensão gestacional depois da vigésima semana.

A observação de níveis tensionais absolutos iguais ou maiores do que 140mmhg de pressão sistólica e iguais ou maiores do que 90mmhg de pressão diastólica, mantidos em medidas repetidas, em condições ideais, em pelo menos três ocasiões. Este conceito é mais simples e preciso. A PA diastólica deve ser identificada pela fase V de Korotkoff. O aumento de 30mmhg ou mais na pressão sistólica (máxima) e/ou de 15mmHg ou mais na pressão diastólica (mínima), em relação aos níveis tensionais pré-gestacionais e/ou conhecidos até a 16ª semana de gestação, representa um conceito que foi muito utilizado no passado e ainda é utilizado por alguns. Entretanto, apresenta alto índice de falsos positivos, sendo utilizado de melhor forma como sinal de alerta e para agendamento de controles mais próximos. (BRASIL, 2013, p.89)

Quando tratamos de hipertensão gestacional precisa ter vigilância diferenciada a DHEG pois é muito frequente na gravidez podendo estar relacionada ou não a outros problemas arteriais e determinando o decorrer da mesma. Não é determinado precisamente porque esse aumento da pressão ocorre na gestação, pode ser considerado a herança genética, as mudanças hormonais nesse período é demasiada o corpo pode ter certas dificuldades em se adaptar causando essas alterações, também é importante considerar as condições gestacionais, isso é, o ambiente em que a gravidez ocorrer tanto física como emocionalmente, alterações de humor e situações precárias, podem acarretar doenças psicossomática e sistêmicas durante a gestação. Durante a gestação, com o aumento do volume do útero, ocorrem alterações dos vasos sanguíneos, especificamente das veias pélvicas e cava inferior. (BONICA, 1967) O aumento da pressão da veia femoral para se adaptar a compressão da veia cava inferior. Isso é essencial para atenuar danos de dores, anticoagulantes e bloqueio espinhal.

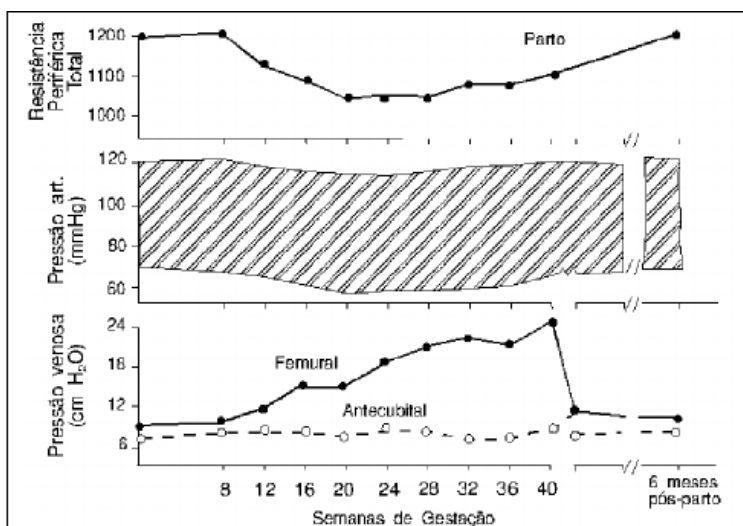


FIGURA 1: - Modificações circulatórias durante a gravidez (Bonica 1980)

Tabela I - Principais Alterações no Sistema Circulatório.

Variável	Direção da Mudança	Porcentagem
Débito Cardíaco	↑	+ 40%
Volume Sistólico	↑	+ 30%
Frequência Cardíaca	↑	+ 15%
- Pressão Venosa Femoral -	↑	+ 15 mmHg
Resistência Periférica	↓	- 15 %
PAM	↓	- 15 mmHg
Pressão Art Sistólica	↓	0-15 mmHg
Pressão Art Diastólica	↓	- 10-20 mmHg
PVC	Não se altera	

Adaptado de Cheek, Theodore G e Gutsche, Brett B, 1987.

A pré-eclâmpsia se não tratada adequadamente pode se tornar a eclâmpsia, que é mais complicada e muito agravante a saúde da gestante e do feto. São sintomas

da pré-eclâmpsia a proteinúria, perda de proteína pela urina; edema; pressão alta; ganho excessivo de peso e algumas doenças assintomáticas. Já na epilepsia o caso se agrava para dores de cabeça; sangramento; e o caso se agravar podendo levar a convulsões e até ao coma. Deve se atentar para gestantes que já possuem histórico de hipertensão antes da gravidez; doenças auto imunes como (Artrite reumatoide, Lúpus eritematoso sistêmico, Tireoidite de Hashimoto, Diabetes mellitus tipo 1...); Obesidade; Genética; gravidez na menopausa; gestação de múltiplos; dentre outros.

2.3 ENFERMAGEM: CUIDAR ATITUDE DE AMOR

Claro que já é mais que constatado a importância do profissional de enfermagem, independente, todos já foram atendidos por esse profissional e conhecem sua necessidade. A profissão de enfermagem sempre existiu na antiguidade como “cuidador” no século XIX a enfermagem foi atualizada como uma profissão voltada para “a preparação daqueles que cuidam de doentes” para o autor ela “[...] nasce de um interesse, de uma responsabilidade, de uma preocupação, de um afeto, [...] por sua vez, implicam ajudar a crescer.” (WALDOW, 2001, p.51). Os enfermeiros são indispensáveis, são esses profissionais que estão são esses profissionais que cuidam dos pacientes desde a entrada até a alta hospitalar, eles também são “pontes de comunicação” entre os funcionários do hospital, médicos e pacientes.

Waldow (2006, p. 63) apresenta que o enfermeiro, “[...] sempre esteve presente na história humana, [...] porém de maneira indiferenciada, às vezes, das práticas de cura, ou seja, da medicina.” O autor ainda acrescenta que em procedência se diferencia, mais como o mesmo propósito de ambos os profissionais de saúde que é a cura de seus pacientes. Para Boff (1999, p. 34) Cuidar: “é mais que um ato, é uma atitude. O cuidar abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo, o cuidado representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro.”

A Enfermagem, reconhecendo o poder do cuidado utilize-o para assegurar um ambiente favorecedor, que abrange o meio físico, como as instalações adequadas, o meio administrativo, onde a liderança reconhece a necessidade de pessoal e educação permanente para proporcionar a qualidade do atendimento, e o meio social, relações interpessoais norteada em valores como, diligência, paciência e consideração. (WALDOW, 2001, p. 146)

Então podemos perceber que o papel do enfermeiro não se aplica só em cuidar mais em assegurar um ambiente harmonioso, gentil e da melhor forma possível agradável para os pacientes, com "paciência e consideração". O enfermeiro deve ser perceptivo, observar o um humano que precisa de cuidados, acima de tudo. "(...) O ser cuidado/cliente atravessa um evento ou experiência que se caracteriza pela vulnerabilidade" (WALDOW, 2006, p. 119). Por isso o profissional de enfermagem nunca, jamais deve ser discriminatório ou demonstrar qualquer tipo de aversão a determinada tarefa. Exaltar as qualidades de seus pacientes sempre, e proporcionar o devido valor a tudo que seja importante para seu paciente, tratá-lo com zelo e dignidade.

Perceber que o "[...] cuidado inclui não somente atribuições técnicas do profissional, mas capacidade de perceber e compreender o ser humano, como ele está em seu mundo, como desenvolve sua identidade e constrói a sua própria história de vida." (PESSINI; BERTACHINI, 2004, p. 39). Para Souza et al. no artigo que trata sobre o papel da enfermagem menciona que: "A ideia de ajudar os outros na solução de problemas ou de um indivíduo colocar-se no lugar do outro, na maioria das sociedades, ainda permanece válida" (2005, p. 1)

A Enfermagem não pode ignorar que, ao cuidar do doente, toca-lhe o corpo e o expõe, muitas vezes sem pedir autorização, adotando uma postura de "poder" sobre o corpo de outrem. O doente pouco questiona essa invasão porque, na sua percepção, ela é necessária para sua recuperação, porém demonstra constrangimento, vergonha e embaraço. (PUPULIM e SAWADA, 2002, p. 2)

Por isso o profissional deve ser respeitoso sempre, compreender a vulnerabilidade do seu paciente e proporcionar a ele o maior conforto e dignidade possível. Mostrar que será respeitoso e cuidadoso com seu corpo, que entende e se sensibiliza com sua dor, com atitudes demonstrando ao paciente que não precisa se sentir constrangido, que seu papel como seu enfermeiro é ajudá-lo a melhorar. [...] a família deve ser elucidada sobre todos os acontecimentos com seu ente, possibilitando diminuir a angústia e a ansiedade. Assim, enxergar as angústias e ansiedades da família faz parte de um atendimento de qualidade, humanizado [...] e Giordani (2008, p. 42). Lembrando que também é papel do enfermeiro esclarecer cada passo ao cuidar de seu familiar, atenuando assim suas preocupações e possibilitando um atendimento humanizado.

2.4 A Enfermagem no Pré Natal Para o Tratamento do DHEG

A Doença Hipertensiva Específica Gestacional (DHEG) ou pré-eclâmpsia já foi apresentada e constatada que deve ser muito bem observada devido aos riscos à saúde de da gestante e do feto, a única forma conhecida ainda é a preventiva, cuidar para não se tornar a eclampsia. Isso requer um cuidado pré natal adequado e constante até o final da gestação, “A altura uterina deve ser medida em cada visita pré-natal [...]. Edema facial e ganho de peso rápido também devem ser notados, pois esta síndrome se associa à retenção de fluidos” (COZENDEY et al, 2015, p. 18). “Há evidências de que os índices de mortalidade materna e perinatal são influenciados pelas condições de vida e pela qualidade da assistência obstétrica e pré-natal” (BRASIL, 2011; BRASIL, 2002).

Entretanto, não existem evidências que possam associar a ocorrência de pré-eclâmpsia a algum tipo de comportamento ou eventual negligência pessoal. Apesar de não prevenir pré-eclâmpsia, iniciar o pré-natal o mais precoce possível pode permitir a antecipação de problemas. Não se sabe exatamente por que algumas mulheres desenvolvem pré-eclâmpsia e outras não. Parece existir alguma predisposição genética, isto é, filhas de mulheres que tiveram pré-eclâmpsia teriam maior chance de tê-la. Outros fatores relacionados ao sistema imunológico materno fazem com que mulheres que estejam grávidas pela primeira vez de seu marido ou companheiro tenham maior chance de pré-eclâmpsia. (SOUZA, 2014, p. 03)

Dieta com pouco sódio, medicamentos controlados (anti-hipertensivos ou anticonvulsivantes) o que o médico achar necessário, repouso, tranquilidade, controle de peso e da pressão. Após o parto é comum que a doença também acabe. Por isso a necessidade de um controle médico regular e a necessidade de seguir suas observações e advertências, saiba que o seu médico só quer o melhor para ambos os pacientes, fazer exercícios físicos regulares e adequados para cada caso, evitar a ingestão de bebidas alcoólicas e tabaco durante a gestação, permanecer em lugares tranquilos e confortáveis.

A assistência à mulher grávida é um direito da mulher, que de acordo com a lei, deve dar assistência à criança e ao adolescente o famoso ECA que permite assistência escolar, de saúde e lazer para toda criança e adolescente brasileiro. Isso também vale para o feto e sua mãe até completar 18 anos. “consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis”. (BRASIL,

2011, p.1) Isso assegura a grávida consultas gratuitas no pré-natal previstas pela Secretaria Municipal de Saúde, Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000 e Portaria nº 2.418 de 2 de dezembro de 2005 Assegurando a mesma a ser acompanhada por alguém de sua escolha durante todas as consultas e no parto. conforme a Portaria/GM nº 569 de 1º de junho de 2000 o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN) assegura da assistência a mulher grávida e o bebe antes e após o nascimento (BRASIL, 2002). De acordo com o Art 2º da PHPN:

Toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério; Toda gestante tem direito ao acompanhamento pré-natal adequado Toda gestante tem direito de saber e ter assegurado o acesso à maternidade em que será atendida no momento do parto; Toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que esta seja realizada de forma humanizada e segura, de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas na prática médica; Todo recém-nascido tem direito à assistência neonatal de forma humanizada e segura. As autoridades sanitárias dos âmbitos federal, estadual e municipal são responsáveis pela garantia dos direitos enunciados nas alíneas acima (BRASIL, 2000, p.1)

No Art 3º da PHPN na Rede Cegonha promove os seguintes direitos a gestante e seu bebe:

Fomentar a implementação de novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses; organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para que esta garanta acesso, acolhimento e resolutividade; reduzir a mortalidade materna e infantil com ênfase no componente neonatal. (BRASIL, 2011, p.2)

As gestantes também têm direito a exames gratuitos pelo sus durante todo o pré-natal. Ex.: exames de sangue, teste de DST, dentre outros. Esses exames podem ser repetidos pelo período que o médico achar conveniente. a gestante também tem direito de acordo com a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, de conhecer previamente o hospital que vai dar à luz. No hospital deve ser prestada toda assistência a gestante psicológica e física, deve ser ouvida e atendida, deve ser bem tratada e incentivada a externar todas as suas preocupações da forma que a convém e jamais ser julgada por isso. Deve ter direito a ser acompanhada por alguém da sua escolha durante o parto bem como a estar junto com seu filho após ele também tem direito a ser assistida pela enfermagem que deve informar todos os cuidados que deve ter consigo e seu filho.

A gestante deve ser atendida pelo seu médico após o parto e tomar ciência dos métodos anticonceptivos que devem ser entregues gratuitamente pelo SUS. de acordo com a Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996 do Planejamento Familiar, o governo

também garante de forma gratuita, se for do desejo do cidadão a vasectomia ou a ligadura de trompas. Apesar do sistema de saúde garantir o direito da gestante de ser bem assistida de acordo com Oreano (2012, p.32) “muitas das instituições de saúde ainda não as utilizam permanecendo ainda com a posição dorsal independente do desejo da mulher, talvez pela conveniência da posição para os profissionais que estão realizando o procedimento.” contudo esses direitos devem ser assegurados de acordo com a Lei Nº 7.498/86 o profissional de enfermagem, deve auxiliar todo processo da gestação, solicitar exames, prescrever medicamentos, orientar e assegurar sua segurança e seu conforto antes, durante e após o parto. Lembrando que é esse profissional que vai acompanhar o paciente em todo processo de internação e saída do hospital. Sua importância é essencial para assegurar um serviço humanizado e de qualidade a todas as mães e crianças brasileiras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos a Doença Hipertensiva Específica Gestacional (DHEG) que deve ser muito bem observada devido a aparições de doenças precisas da gestação o que caracteriza a gravidez como de alto risco que para Barcia Caldeyro (1973) é “aquela na qual a vida ou a saúde da mãe e/ou do feto e/ou do recém-nascido têm maiores chances de serem atingidas que as da média da população considerada” (BRASIL, 2010). Continuamos com a importância do profissional de enfermagem diante da DHEG. Então podemos perceber que o papel do enfermeiro não se aplica só em cuidar mais em assegurar um ambiente harmonioso, gentil e da melhor forma possível agradável para os pacientes, com “paciência e consideração”.

O enfermeiro deve ser perceptivo, observar o um humano que precisa de cuidados, acima de tudo. “(...) O ser cuidado/cliente atravessa um evento ou experiência que se caracteriza pela vulnerabilidade” (WALDOW, 2006, p. 119). Perceber que o “[...] cuidado inclui não somente atribuições técnicas do profissional, mas capacidade de perceber e compreender o ser humano, como ele está em seu mundo, como desenvolve sua identidade e constrói a sua própria história de vida.” (PESSINI; BERTACHINI, 2004, p. 39).

Concluimos assegurando o direito da Gravidas de ter acesso a esse atendimento de forma gratuita e humanizada. “consiste numa rede de cuidados que

visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro”. (BRASIL, 2011, p.1) o profissional de enfermagem, deve auxiliar todo processo da gestação, solicitar exames, prescrever medicamentos, orientar e assegurar sua segurança e seu conforto antes, durante e após o parto. Lembrando que é esse profissional que vai acompanhar o paciente em todo processo de internação e saída do hospital. Sua importância é essencial para assegurar um serviço humanizado e de qualidade a todas as mães e crianças brasileiras.

REFERENCIAL

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** 12 ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

BONICA, JJ. **Obstetric Analgesia and Anesthesia** - World Federation of Societies of Anaesthesiologists, 1980.

BONICA, JJ. **Principles and Practice of Obstetric Analgesia and Anesthesia.** Davis, Philadelphia, 1967.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.418 de 2 de dezembro de 2005. **Acompanhante para mulheres em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato nos hospitais públicos e conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS.** Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 02 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2418_02_12_2005.html>. Acesso em: 20 out 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.** – 5. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde. p.302. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** 1. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 318 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 32).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459 24 de junho de 2011. **Institui a Rede Cegonha.** Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 24 jun 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>. Acesso em: 23 out 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 0569 1º de junho de 2000. **Institui o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento.** Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 1º jun 2000. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html> Acesso em: 30 out 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher** . Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf> Acesso em: 17 nov 2022.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 11.770, de 9 de Setembro de 2008. **Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade.** Diário Oficial da União da República

Federativa do Brasil. Brasília, 02 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/lei-no-11-770-de-9-de-setembro-de-2008/>. Acesso em: 19 nov 2022.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.498/86, de 25 de Julho de 1986. **O Exercício profissional de Enfermagem Brasileira**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 25 de Julho de 1986. Disponível em: <https://www.ipebj.com.br/docdown/_49651.pdf>. Acesso em: 20 nov 2022.

BRASIL. **Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento**. Brasília (DF): Ministério da Saúde. 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>. Acesso em: 17 out 2022.

CABEZAS CRUZ E. **Mortalidade materna y perinatal em adolescente**. Ver. Cuba Obster Ginecol. 2002.

COZENDEY, Aline Guedes et al. Análise clínica e epidemiológica da doença hipertensiva específica da gestação. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, v. 10, n. 2, p. 17-20, 2015.

GIORDANI, Anecy Tojeiro. **Humanização da saúde e do cuidado**. São Caetano do Sul: Difusão Editora. 2008.

MONTENEGRO, Carlos Antônio Barbosa e FILHO, Jorge de Rezende. 12ed .Rio de janeiro:Guanabara Koogan, 2012.

OREANO, J. M. **A não utilização de boas práticas na atenção ao parto sob a ótica das usuárias de uma maternidade-escola**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 59.

PESSINI, Leo; BERTACHINI Luciana. **Humanização e cuidados paliativos**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

PUPILIM, Jussara Simone Lenzi; SAWADA, Namine Okino. O cuidado de Enfermagem e a invasão da privacidade do doente: uma questão ético-moral. **Rev. Latino Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto. v. 10, n. 3. 2002.

SHNIDER, Sol M e LEVINSON, G. **Anesthesia for obstetrics**. Second Edition, 1987.

SOUZA, Girelete Silva de; ALMEIDA, Diego Magno Alves de; VERSIANI, Clara de Cássia. ALVES, Carolina dos Reis. Doença hipertensiva específica da gravidez (DHEG): uma revisão integrativa. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 19, Nº 195, Agosto de 2014.

SOUZA, Maria de Lourdes et al. O cuidado em Enfermagem: uma aproximação teórica. **Texto & Contexto**. Florianópolis. v. 14, n. 2., 2005.

WALDOW, Vera Regina. **Cuidado humano: o resgate necessário**. 3 ed. Porto Alegre:

Sagra Luzzatto, 2001.

WALDOW, Vera Regina. **Cuidar expressão humanizadora da Enfermagem.**
Petrópolis: Vozes, 2006.

**PREVENÇÃO DE INFECCÕES
HOSPITALARES EM UNIDADES DE
TERAPIA INTENSIVA NEONATAL**

Júlio Sérgio Brito dos Santos

DOI: 10.46898/home.ca469e5c-9467-4cd7-b60b-
e2c7be6987c1

PREVENÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Júlio Sérgio Brito dos Santos

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: enfo.julio@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>
URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

RESUMO

A enfermagem especializada em Pediatria Neonatal tem por objetivo apresentar ações educativas para todos que integram e participam da recuperação dos recém-nascidos nas UTI 's. A educação aparece como um instrumento a mais para que se evitem situações que possam ocasionar em infecções hospitalares. A informação e a reeducação dos pais e visitantes são primordiais para assegurar a segurança dos recém nascidos e prevenir infecções hospitalares. Abordaremos o ambiente hospitalar onde faz-se necessário em sua totalidade e principalmente em Unidades de Terapia Intensiva a promoção de algumas regras de higiene para prevenção de infecções hospitalares. Onde a lavagem das mãos ainda é a principal prática para prevenir e controlar as infecções. Ainda enfatizamos a importância do profissional de enfermagem em todas as instituições de saúde, pois ele prima pelo cuidado do paciente, a ele que agencia e cuida de todos os aspectos que o paciente necessite. O enfermeiro é a base da saúde, ele precisa preservar sua saúde e estar bem para cuidar dos seus pacientes. Ainda fundamentamos com as instruções da Anvisa relacionadas à prevenção de infecções hospitalares em UTI 's Neonatais.

Palavras-chave: Pediatria Neonatal, ações educativas, recém-nascido, infecções hospitalares, educação, informação.

ABSTRACT

The nursing specialized in Neonatal Pediatrics aims to present educational activities for all who are part of and participate in the recovery of newborns in the ICU's. Education appears as one more instrument to avoid situations that could lead to hospital infections. Information and re-education for parents and visitors are essential to ensure the safety of newborns and prevent hospital infections. We will approach the hospital environment where it is necessary in its entirety and especially in Intensive Care Units, the promotion of some hygiene rules to prevent hospital infections. Where hand washing is still the main practice to prevent and control infections. We also emphasize the importance of the nursing professional in all health institutions, as he or she excels in patient care, who manages and takes care of all the aspects that the patient needs. Nurses are the basis of health, they need to preserve their health and be well to take care of their patients. We still support it with Anvisa's instructions related to the prevention of hospital infections in Neonatal ICUs.

Keywords: Neonatal Pediatrics, educational actions, newborn, ICUs, nosocomial infections, education, information.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende mostrar quais as ações educativas que podem ser introduzidas nas UTI's Neonatais podendo salvar muitas vidas. Quando se trata de recém-nascidos cada minuto se torna crucial para que a criança sobreviva e se restabeleça. A fragilidade e o fortalecimento de sua imunidade diante do seu estado clínico são os principais desafios a serem enfrentados. É difícil para qualquer mãe ter alta e ver seu filho permanecer no hospital. Nesse sentido, a enfermagem não pode somente cumprir protocolos, mas se faz necessário o acolhimento, a escuta e a orientação. A profissão precisa estar tecnicamente comprometida, mas a humanidade do profissional em alguns momentos precisa ser despertada. Mesmo com a preocupação de se envolver, o que não pode acontecer, em certos momentos sua percepção, caridade e solidariedade devem servir como instrumentos também.

Nosso trabalho está estruturado a partir de pesquisa bibliográfica e artigos publicados. Mostrar o trabalho de algumas unidades de saúde que mostram como as ações educativas são primordiais para que se evitem infecções hospitalares em UTI's Neonatais são inspiração, realidades que podemos repetir e colocar em prática buscando a integração entre educadores e enfermeiros. A presente pesquisa traz relevância pessoal, profissional e acadêmica. Pessoalmente observar esses ambientes e de forma sábia e consciente praticar ações educativas para que haja um ambiente mais seguro é de fundamental importância; assim como profissionalmente, obter um olhar mais detalhado e cuidadoso com relação aos pacientes e a nós, os próprios enfermeiros; sobre a eficácia de gestos simples de higiene que podem evitar infecções hospitalares em vidas que se iniciam. Academicamente, é evidente que a persistência é que nos levará a excelência, pois as normas de higiene são aprendidas, mas muitas das vezes não são aplicadas de forma criteriosa nos hospitais; por esse motivo, ainda mais num período de pandemia é essencial destacar ações educativas que precisam ser utilizadas rigorosamente nos hospitais e em nosso cotidiano.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 INFECÇÃO HOSPITALAR

Falamos de infecção hospitalar qualquer tipo de infecção obtida no decorrer do tempo que o paciente esteja no hospital, identificada igualmente de Infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). Quando não incubada anteriormente à internação ou não apresente-se em cirurgias, operações, manobras ou intervenções. Onde pode acontecer de revelar-se antes ou depois do paciente receber alta do hospital. Isso é capaz de dificultar a recuperação do paciente, agravar ou contrair enfermidades. A PORTARIA Nº 2616/98 do Ministério da Saúde pronuncia que: “quando se desconhecer o período de incubação do microrganismo e não houver evidência de infecção no momento da internação, convencionou-se infecção hospitalar toda manifestação clínica de infecção que se apresentar a partir de 72 horas após a admissão;”. Tal infecção pode prejudicar significativamente o quadro do paciente, aumentar os gastos com os hospitais, manifestar outras enfermidades, trazendo sofrimento tanto aos familiares quanto aos pacientes ou até mesmo levar ao falecimento.

Por ser tratar de um espaço hospitalar o fluxo de diferentes indivíduos e doenças, implica em diversos micro-organismos que estarão vigorantes em todas as áreas. Com isso se faz necessário que os equipamentos, roupas de cama e objetos dos presentes estejam devidamente limpos e esterilizados, para prevenir o surgimento de germes, como também que os visitantes respeitem as regras dos hospitais tanto de higiene, os visitantes devem não comparecer para visitar os pacientes se estiverem gripados ou doentes de alguma forma, como de forma alguma levar alimentos de fora para dentro dos hospitais, dentre outras. Esses micro-organismos ruins são capazes de se proliferar em ambientes de alta temperatura então se faz necessário que os hospitais sempre estejam com uma temperatura baixa adequada. Todo cuidado é necessário quando se trata de infecção hospitalar, e todos devem colaborar para sua prevenção.

2.2 AS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAIS E AS INFECÇÕES HOSPITALARES

Quando falamos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) partimos da premissa que seu objetivo é prestar auxílio e cuidado essenciais a vida dos recém nascidos e prevenir as infecções hospitalares aos mesmos. Ou seja, seu objetivo é possibilitar a sobrevivência dos recém nascidos extenuados e sua habituação à vida fora do útero. Contudo o entendimento passou a ser além da saúde física biológica para o bem estar emocional dos recém nascidos e suas genitoras, possibilitar um ambiente terapêutico adequado aos mesmos é de extrema importância, bem como, assegurar o contato físico com a mãe. As tecnologias apareceram para auxiliar nesse importante trabalho e uma equipe diversificada de profissionais de saúde. O objetivo geral desta pesquisa é mostrar que a medicina por si só não consegue prever infecções e que a prevenção seja dos profissionais que estão diretamente no atendimento como também os familiares dos recém-nascidos se tornam essenciais nesse momento tão frágil. Quando falamos da prevenção das infecções hospitalares nas unidades de terapia intensiva de neomatais o trabalho em equipe para introduzir de forma eficaz ações educativas como orientações primordiais para amparar o tratamento intensivo que o recém-nascido e a mãe passarão.

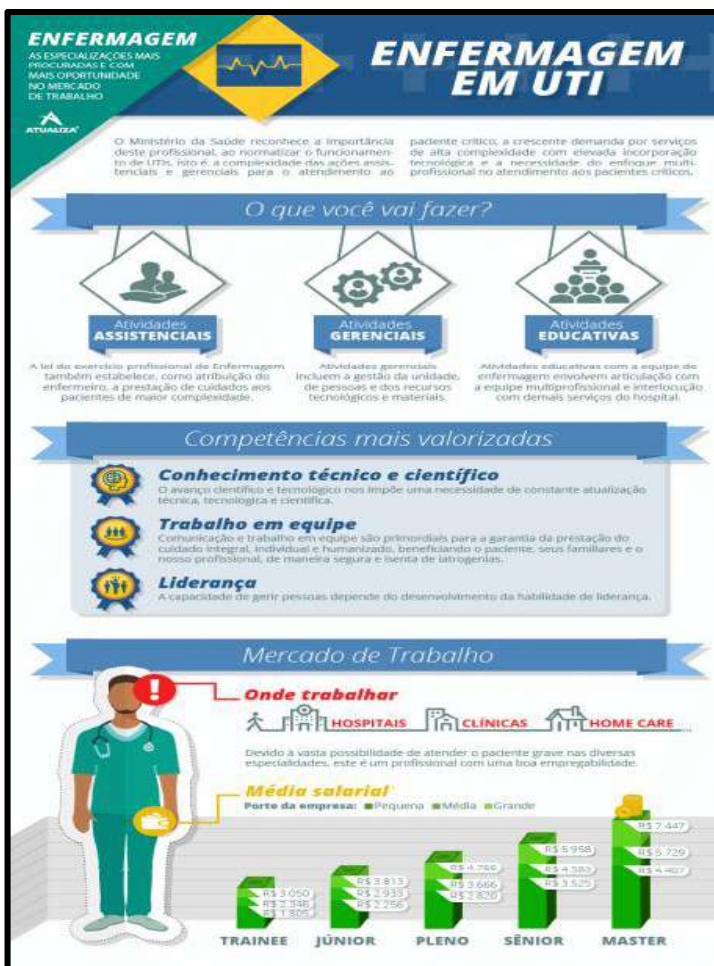
A incorporação de diferentes tecnologias de ponta, equipamentos, instrumentos, e a presença de novos modos de organização do trabalho desencadeiam também a modificação daquilo que é pedido ou exigido aos trabalhadores, ou seja, uma adaptabilidade e flexibilidade técnicas instrumentais e intelectuais, designadas pelo genérico termo 'competências'. As mudanças ocorridas no trabalho em saúde, mais precisamente na assistência, ao incluir a necessidade de um heterogêneo universo de "policompetências" e da integração dos profissionais na assistência, resgata o sentido do trabalho em equipe multiprofissional, já que esse tipo de atividade deixou de se restringir a uma única área de conhecimento, necessitando cada vez mais da interação de trabalhadores de várias carreiras e níveis de escolaridade partilhando espaços de iniciativa e corresponsabilização. (SCHUARTZ, DURRIVE,2007; GOMES, HEBERT, PINHEIRO, BARROS, 2010)

Os aspectos psicológicos e emocionais têm grande relevância na adaptação dos recém nascidos que estão internados na UTINs, a interação com os pais pode ser benéfica para o desenvolvimento dos recém nascidos, depende do equilíbrio emocional dos responsáveis pois influencia o bebê. O leva ou tóxico que para os genitores estarem emocionalmente equilibrados para ajudar seu filho é importante um

tratamento psicológico preventivo dos mesmos. terapia em conjunto também pode ajudar bastante, reunir vários pais que estão passando pela mesma situação com seus filhos podem se apoiar mutuamente, compartilhando sentimentos e medos. De acordo com o Dr. Almir Gabriel da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (2011/2012, p.02) O contato com a família é importante para o bebê; o banho, com água morna envolto na toalha; conversas; apoio emocional em situações de doença; dormir juntos, considerando seus horários; trocar fraldas, observar as atitudes do bebê, com relação a contrariedade e disciplina; como lidam com enfermidades; barulho; luzes fortes; escuro; a amamentação, possibilitando o apoio de equipe multiprofissional, para o recém-nascido e a família.

2.3 A Importância dos Profissionais de Enfermagem nas UTIs Neonatais

Já os objetivos específicos encontram-se na união da educação e saúde em prol da prevenção contra infecções hospitalares neonatais. A enfermagem atualmente não pode se prender somente aos métodos técnicos, mas saber humanizar as técnicas e se atualizar diante das diversas situações que se apresentarem. É necessário enfatizar a importância do profissional de enfermagem em todas as instituições de saúde, pois ele prima pelo cuidado do paciente, a ele que agencia e cuida de todos os aspectos que o paciente necessite. O enfermeiro é a base da saúde, ele precisa preservar sua saúde e estar bem para cuidar dos seus pacientes. É o profissional de enfermagem zelado pelo individual e coletivo, é o primeiro profissional que atende o paciente, cuida no agravamento do quadro, até o momento da alta do mesmo. O profissional de enfermagem deve ser dotado de valores éticos, sociais e religiosos, entender e respeitar todos seus pacientes e estar sempre buscando o aperfeiçoamento profissional. Exemplifiquemos:



Fonte: <https://atualizacursos.com.br/blog/infografico-enfermagem-em-uti-tudo-que-voce-precisa-saber/>

É pertinente dizer que se atualizar se faz necessário constantemente, pois a enfermagem trabalha com seres humanos, e mesmo já graduada, pós-graduada, os estudos precisam continuar devido às progressivas mudanças que ocorrem nos organismos dos seres humanos e da aparição de novas doenças que precisarão de pesquisa e soluções emergenciais como o Novo Coronavírus. Mesmo que uma enfermeira não seja pesquisadora ainda, é necessário entender a sua importância, pois ela vive o dia a dia dos pacientes, e suas observações devem ser levadas em consideração. Os enfermeiros podem vir a trabalhar em diferentes áreas no quadro acima eles abordam as atividades assistenciais, gerenciais e educativas. Onde nas

atividades assistenciais esses profissionais formulam histórico, prescrição e o quadro dos pacientes mais graves, relaciona e observa o trabalho dentre outros. Nas assistências gerenciais, o profissional de enfermagem dentro das instituições de saúde hospitalar é diverso, onde o mesmo assiste os pacientes de forma direta ou indireta. A gerência é responsável por cuidar do paciente internado diretamente como todas as atribuições da assistência indireta. Já nas atividades educativas os enfermeiros devem atender aos pacientes no decorrer das consultas, em suas residências, terapias em conjunto, sempre assegurando práticas protetivas para eles e seus pacientes, buscar sempre prevenir e assegurar a saúde, dentre outras. Justifica-se essa pesquisa pelas constatações de diversos artigos que descreveram a importância de ações educativas durante as intervenções nas UTI's Neonatais.

Quando se entende a educação em saúde como uma ação inerente à prática de todos os profissionais da área, esta deve ser contemplada pelos novos referenciais pedagógicos, a fim de atingir seus objetivos, integrando saberes diversificados a envolver a vigilância à saúde e ações de prevenção e reabilitação. Ressalta-se que todo profissional de saúde é um educador em saúde em potencial, sendo condição essencial à sua prática seu próprio reconhecimento enquanto sujeito do processo educativo, bem como o reconhecimento dos usuários enquanto sujeitos em busca de autonomia. (L'ABBATE, 1994; SMEKE, OLIVEIRA, 2001)

Não são apenas os artigos que justificam a importância do tema de nossa pesquisa, o próprio Ministério da Saúde compreende que educação e saúde devem caminhar de mãos dadas. Para o Ministério da Saúde a “Educação em saúde se constitui como um conjunto de práticas pedagógicas e sociais, de conteúdo técnico, político e científico que no âmbito das práticas de atenção à saúde deve ser vivenciada e compartilhada por todos” (FUNASA, 2007). O tema abordado em nosso trabalho traz em sua relevância acadêmica mostrar que os serviços essenciais como educação e saúde devem se unir, pois a escola não é o único espaço de ensino-aprendizagem.

Todo profissional de saúde torna-se educador nos espaços do cuidado, uma vez que são passíveis da realização de práticas educativas, não sendo o espaço da atenção primária o único capaz de alocar esse tipo de ação dos profissionais. O hospital constitui-se também em um rico espaço para o desenvolvimento de ações envolvendo o processo ensino-aprendizagem para o cuidado como forma de promoção da autonomia do sujeito e como práticas dialógicas que permitam a transformação do próprio sujeito, da sua realidade e da sociedade que se constrói.” Brasil EGM, (QUEIROZ MVO, MAGALHÃES SS., 2015)

2.4 PREVENÇÃO DAS INFECÇÕES HOSPITALARES NAS UTIs NEONATAL

Alguns artigos podem fundamentar a questão da infecção neonatal adquirida nos hospitais. Refletindo sobre essa questão no artigo: Ações educativas para prevenção de infecções hospitalares em uma unidade neonatal, da Revista REME (Revista Mineira de Enfermagem) pude perceber que um bom profissional da saúde necessita ter a prática de estudar constantemente, mesmo sendo um assunto antigo, é pertinente se atualizar e aliar também a educação às práticas de um hospital, principalmente quando se trata de Neo Pediatria. Segundo o Ministério da Saúde deve ser um assunto esclarecedor tanto para os profissionais de saúde atuantes como para a família que precisa levar em consideração todos os cuidados de higiene para reduzir as infecções hospitalares (IHs), que são um dos grandes motivos de morbimortalidade.

O Ministério da Saúde (MS), da Portaria nº 2.616 de 1998, caracteriza as infecções hospitalares acometidas depois da entrada do paciente no hospital, podendo atingir o mesmo durante ou depois da alta hospitalar. Ainda refletindo sobre esse mesmo artigo, percebe-se que alguns autores mostram que ações educativas tanto para aqueles que estão atuando como enfermeiros como também a própria mulher que cuida de seu recém-nascido e o acompanha pode reduzir as IHs em larga escala. Com um trabalho executado por The UK Neonatal Staffing Study Group, as IHs vêm a possibilitar a prevenção através do respeito às regras do hospital, higienização dos profissionais da saúde, externalização dos equipamentos e ter sempre a disposição pias para a higienização das mãos. O hábito de sempre lavar as mãos em conjunto com medidas preventivas, distância social e o cumprimento delas por todos os funcionários da saúde, pacientes e visitantes. Serão esses hábitos de higiene que de forma educativa e discreta poderão salvar vidas, assim como a autora abaixo nos fala de forma clara e sucinta.

...as ações de educação em saúde são essenciais na intervenção para a redução e controle das taxas de mortalidade infantil, principalmente em neonatologia em que as mães e acompanhantes estão diretamente envolvidos no cuidado com o recém-nascido. Segundo a autora o conceito atual de educação em saúde é: "processo teórico prático que visa integrar os vários saberes: científico, popular e do senso comum, possibilitando aos sujeitos envolvidos uma visão crítica, uma maior participação responsável e autônoma. (GAZZINELLI, 2006)

É de suma importância preparar os pais para qualquer intervenção que precise ser feita visando o restabelecimento do recém-nascido de forma criteriosa. Nos hospitais percebe-se pelos relatos de enfermeiros e mães como tem sido primordial essa preocupação. Falamos tanto no nosso dia-a-dia em reeducação alimentar, mas o ato correto de higienizar também se torna uma reeducação, é notório neste período de quarentena que estamos vivenciando. A pesquisa consistia em reeducar mães e acompanhantes de recém-nascidos após o parto cesariano ou normal. Todos devem estar cientes das práticas de higienização além dos profissionais de saúde, pais, visitantes... todos que venham a entrar nas UTIs. É preocupante quando certos acontecimentos como desorientação emocional e mental das mães, rejeição do bebê, negativa da doença, dificuldade para ir visitar seus filhos internados ou falecimento. Para que a mãe consiga reverter o quadro e ajudar o seu bebê é necessário que esteja instável mentalmente para isso.

Todos os visitantes devem ser orientados quanto a higienização para a prevenção de infecção hospitalar, as perguntas devem ser verbalizadas e todas as questões sanadas. pode ser aplicados questionários com perguntas a respeito da higienização e infecção hospitalar, todo cuidado é necessário, afinal estamos lidando com vidas que depende de cada um para ter condições de se recuperar. Negligências a esse respeito podem levar à morte dos recém nascidos. Perguntas como formas corretas de lavar as mãos, como melhor forma de prevenir as infecções; os tipos de vestimentas corretos para entrar nas UTIs; como os micro-organismos são propagados; a importância do aleitamento materno para o bebê; o que são infecções hospitalares, dentre outras.

A reeducação sobre a higiene faz toda a diferença quando se trata de microorganismos em recém-nascidos, o ambiente hospitalar e o senso de humanidade e paciência dos enfermeiros mostram de forma esclarecida que sua formação e a promessa de salvar vidas não se limitam somente às técnicas empregadas, mas a compaixão pelo ser humano, sendo um trabalho árduo, mas que edifica o profissional que não se fecha a novas possibilidades de estudo e pesquisa. Assim, segundo Fonseca, a saúde pode se aliar à educação para obter melhores resultados. Nota-se que muitas famílias não têm esclarecimento necessário para ajudar no processo de restabelecimento do recém-nascido, além de alguns impedimentos apresentados por diversas mães, "mães com confusão mental, recusa de conversar, abandono do recém-nascido, permanência no berçário apenas no final

de semana ou noite, impossibilidades da mãe de visitar o bebê e óbitos” (VIANNA et al, 2011). É pertinente dizer que os cuidados com higiene e adaptações através de ações educativas previnem infecções em UTI's Neonatais. Exemplo:



Fonte: https://www.researchgate.net/publication/347004465_Fatores_relacionados_as_infecoes_hospitalares_por_bacterias_uma_revisao_narrativa

Tabela 1:1. Etapas para conduzir uma avaliação de prevenção e controle de riscos de infecções

1. Criar uma equipe de avaliação de risco ou um grupo de orientação	<p>Parcerias benéficas Equipe-chave, por exemplo, enfermagem, medicina, qualidade/segurança do paciente, farmácia, laboratório, serviços de apoio, gerenciamento de risco, saúde do funcionário, serviços ambientais e da instalação; Líderes de opinião no hospital; Liderança administrativa e clínica para apoio e endosso.</p>
2. Estabelecer uma linha de tempo	<p>Considerar o planejamento estratégico e os ciclos de orçamento e reuniões da equipe; Um processo anual, no mínimo.</p>
3. Obter dados	<p>Dados do hospital Revisar relatórios importantes no hospital para conduzir a avaliação de risco, por exemplo, serviços fornecidos, populações atendidas, características, volumes, questões</p>

	<p>ambientais especiais, relatórios de microbiologia e dados de uso de antibióticos pela farmácia; Revisar os dados de vigilância do programa de PCI, incluindo taxas de MULTIR e tendências; Revisar os eventos adversos; Conferir os dados hospitalares (prontuários médicos, registros laboratoriais, números de internação e alta), se for o caso; Revisar os relatos relacionados à infecção, relatos de risco, dados de mortalidade e outros relatos e dados; Revisar os custos institucionais de infecções MULTIR. Dados científicos Revisar a literatura médica para novas tendências; os exemplos incluem: <i>Journal of the American Medical Association, The New England Journal of Medicine, Clinical Infectious Diseases, Pediatrics, Infection Control and Hospital Epidemiology, American Journal of Infection Control</i>; Acessar endereços eletrônicos importantes; os exemplos incluem: CDC, OMS, APIC, SHEA, Infectious Diseases Society of America; Dados da comunidade; Entrar em contato com os departamentos de saúde locais para identificar as tendências que podem afetar o risco de infecção por MULTIR nas instalações; Coletar dados sobre patógenos emergentes Examinar as informações sobre populações da comunidade de alto risco.</p>
4. Desenvolver métodos e modelos sistemáticos	<p>Montar uma equipe multidisciplinar para classificar os dados a fim de determinar prioridades; Desenvolver uma sistemática para coletar e analisar dados de risco _ Transformar os dados qualitativos em informação quantitativa quando for possível; Desenvolver um esquema de classificação para determinar as principais prioridades.</p>
5. Fornecer Apoio	<p>Fornecer apoio e orientação para outros envolvidos avaliarem o risco relacionado a MULTIR; Fornecer sessões de educação a públicos específicos; Compartilhar dados de PCI relacionados a vigilância, surtos, morbidade e mortalidade; destacar a incidência e as consequências de MULTIR; Planejar um modelo simples para a avaliação de risco.</p>
6. Executar a avaliação de risco	<p>Montar a equipe; Fornecer dados; Apresentar o modelo; Completar o modelo; Orientar a discussão e o debate; Obter o consenso e selecionar as principais prioridades;</p>

	Apresentar as prioridades a equipes e líderes adequados para apoio e aprovação.
7. Usar as prioridades para desenvolver os objetivos e o plano de PCI	Desenvolver metas para cada prioridade selecionada; Criar um plano de ação e um processo de avaliação.
8. Disseminar a informação	Comunicar a importância da avaliação de risco e compartilhar resultados; Desenvolver relatórios concisos e claros, com pontos-chave destacados; Agradecer a todos que participaram do processo; Tornar claras as expectativas dos PASs na redução das infecções.

Fonte: Adaptada de Arias K.M., Soule B.M. (eds.): *The APIC/JCR Infection Prevention and Control Workbook*, 2ª ed. Oak Brook, IL: Joint Commission Resources, 2010.

(Fonte: https://www.medicinanet.com.br/conteudos/qualidade-e-seguranca/5338/vigilancia_para_prevencao_e_controle_de_infecoes.htm)

Assim como as mães e pais que visitam o recém-nascido, a orientação que deve ser dada pela enfermagem é lavar as mãos de forma técnica e adequada, assim também se faz necessário que a enfermagem esteja treinada a fazer o mesmo, como nos fala SANTOS (2002).

A lavagem das mãos é uma prática de assepsia simples que continua sendo a principal forma de prevenir e controlar as infecções, sem ônus significativos para as instituições, além de gerar benefícios extensíveis àqueles envolvidos no processo de cuidado, devendo configurar-se como um hábito que todos os profissionais de saúde devem realizar antes e depois de qualquer procedimento, seja ele invasivo ou não.

Ainda falando sobre a técnica da lavagem das mãos, também podemos analisar o que MENDONÇA (2003) diz.

Quanto à realização da técnica de lavagem das mãos, os achados nesta pesquisa são confirmados com os achados em pesquisa realizada em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal de um Hospital Público do Município de Goiânia, estado de Goiás, em setembro de 2001, em que se teve como população alvo a equipe de enfermagem. Notou-se que esses profissionais apresentaram 100% de adesão à técnica de lavagem das mãos.

O ambiente hospitalar, principalmente nas UTI's Neonatais são realizadas pesquisas para que as técnicas de lavagem de mãos sejam de fato uma ferramenta fundamental para a prevenção, e desta forma se evite infecções. Um hábito simples, mas eficaz.

Estudos realizados na UTI neonatal de um Hospital Público do Município de Goiânia, estado de Goiás, em setembro de 2001, demonstraram que as equipes de enfermagem foram as que mais valorizaram a lavagem das mãos como um procedimento capaz de reduzir as taxas de infecção hospitalar (MENDONÇA *et al*, 2003).



Fonte: <https://www.hospitalmontesinai.com.br/noticias/dicas-de-saude/higienizacao-das-maos-pratica-simples-e-fundamental>

Ao estudar o ambiente hospitalar percebe-se que em sua totalidade e principalmente em Unidades de Terapia Intensiva se faz necessário algumas regras de higiene para prevenção de infecções hospitalares. São elas: Não vá visitar os pacientes internados se estiver com algum adoecimento ou mal estar; cabelos presos e unhas curtas; tire todo enfeite, como cordão, brincos, anéis dentre outros; o uso do jaleco pelos profissionais de saúde é restrito para o uso dentro do recinto hospitalar; não é recomendado a entrada de objetos externos que não seja imprescindível para as necessidades do paciente; proibida a entrada de alimentos que não seja preparada pela cozinha do hospital; delimite a visita de crianças, grávidas ou pessoas com imunidades baixas; higienize as mãos antes e depois de entrar na UTI; evite percorrer o interior das unidades hospitalares.

Ainda é fundamental seguir as instruções da Anvisa que apresenta em seu manual de Pediatria as seguintes informações relacionadas à prevenção de infecções hospitalares em UTI 's Neonatais. Para a prevenção de IH em UTIs neonatais deve ter pias acessíveis para a higienização das mãos, reduzir o uso de substâncias antimicrobianas, ou seja reduzir a permanências de bactérias e fungos, quando estiver realizando algum procedimento invasivo; Conhecer as diversas doenças infecciosas e contagiosas; promover o isolamento adequado a situação; a internação deve ser extremamente necessária; observar os visitantes atentamente, se estão seguindo as regras de higienização e sempre lembrar o protocolo de segurança para a prevenção das infecções. A Anvisa ainda alerta sobre dois tipos de fatores de risco em UTI's Neonatais, destacamos os seguintes fatores: que quanto mais pesado o recém-nascido for maior risco de IH; os recém nascidos principalmente os prematuros têm baixa imunidade, A prematuridade do recém-nascido implica em procedimentos invasivos; também deve ser levado em conta que as unidades hospitalares é um ambiente com diversas bactérias e isso facilita a aquisição de IH; bem com, as condições de internação.

PADRONIZAÇÃO DE SOLUÇÕES ANTI-SÉPTICAS E SEQÜÊNCIA SUGERIDA PARA PROCEDIMENTOS INVASIVOS EM RECÊM-NASCIDOS					
Produtos e seqüência de uso por procedimentos	Alcool a 70%	Clorexidina Degermante (2% ou 4%)	Clorexidina Solução alcoólica (0,5%)	Clorexidina Solução aquosa (0,2% - 0,5%)	Soro Fisiológico (SF0,9%)
Anti-sepsia das mãos no pré-operatório ou em procedimentos de risco		1º			
Punção venosa ou arterial	1º		ou 1º		
Procedimentos Vasculares Invasivos		1º	3º		2º
Anti-sepsia da pele pré-operatória		1º	3º		2º
Hemocultura Coleta de LCR Punção supra-púbica			1º		
Sondagem vesical		1º		3º	2º

Fonte: https://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_pediatria.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos a infecção hospitalar com qualquer tipo de infecção obtida no decorrer do tempo que o paciente esteja no hospital, identificada igualmente de Infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). Quando não incubada anteriormente à internação ou não apresente-se em cirurgias, operações, manobras ou intervenções. Onde pode acontecer de revelar-se antes ou depois do paciente receber alta do hospital. Isso é capaz de dificultar a recuperação do paciente, agravar ou contrair enfermidades. Todo cuidado é necessário quando se trata de infecção hospitalar, e todos devem colaborar para sua prevenção.

trazemos também a importância da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e partimos da premissa que seu objetivo é prestar auxílio e cuidado essenciais a vida dos recém nascidos e prevenir as infecções hospitalares aos mesmos. Ou seja, seu objetivo é possibilitar a sobrevivência dos recém nascidos. Conclui-se que hábitos simples podem fazer a diferença nos hospitais. Nossa pesquisa tem como foco nas UTI's Neonatais, considerando esta, uma das unidades mais frágeis e expostas a infecções hospitalares devido à baixa imunidade dos recém-nascidos. No ambiente hospitalar faz-se necessário em sua totalidade e principalmente em Unidades de Terapia Intensiva a promoção de algumas regras de higiene para prevenção de infecções hospitalares. Onde “A lavagem das mãos é uma prática de assepsia simples que continua sendo a principal forma de prevenir e controlar as infecções” (SANTOS, 2002).

É necessário enfatizar a importância do profissional de enfermagem em todas as instituições de saúde, pois ele prima pelo cuidado do paciente, a ele que agencia e cuida de todos os aspectos que o paciente necessite. O enfermeiro é a base da saúde, ele precisa preservar sua saúde e estar bem para cuidar dos seus pacientes. É o profissional de enfermagem zelando pelo individual e coletivo. Ao estudar o ambiente hospitalar percebe-se que em sua totalidade e principalmente em Unidades de Terapia Intensiva se faz necessário algumas regras de higiene para prevenção de infecções hospitalares. Ainda é fundamental seguir as instruções da Anvisa que apresenta em seu manual de Pediatria as seguintes informações relacionadas à prevenção de infecções hospitalares em UTI 's Neonatais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Portaria n. 2.616 de 12 de maio de 1998**. Brasília. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html>. Acesso em: 05 jun 2022.

Costa R. **Saberes e práticas no cuidado ao recém-nascido em terapia intensiva na década de 1980 em Florianópolis** [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2009.

Costa R, Monticelli M. **O Método Mãe-Canguru sob o olhar problematizador de uma equipe neonatal**. Rev Bras Enferm. 2006;59(4):578-82.

FONSECA LMM, Leite AM, Vasconcelos MGL, Castral TC, Scochi CGS. **Cartilha educativa on line sobre os cuidados com o bebê pré-termo: aceitação dos usuários**. Ciênc Cuid Saúde. 2007;6(2):238-44.

Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - Unidade Materno-Infantil - Dr. Almir Gabriel (2011/2012). **Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: Método Canguru** [folder]. Belém.

GAZZINELLI MF, Reis DC; Marques RC. **Educação em saúde: teoria, método e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2006.

MENDONÇA, et al. **Lavagem das mãos: adesão dos profissionais de saúde em uma unidade de terapia intensiva neonatal**. Acta Scientiarum. Health Science, Maringá, v.25, n.2, p. 147-153, 2003.

SANTOS, A.A.M.. **Higienização das mãos no controle das infecções em serviços de saúde**. Revista de Administração em Saúde, São Paulo, v.4, n.1, p.10-14, 2002.

VIANA, Mayara Sousa; BRAGA, Aline Martins; MENEZES, Luciana Camponez de Ávila; ARMOND, Guilherme Augusto; CANGUSSU, Dirciana; JESUS, Lenize Adriana de; CLEMENTE, Wanessa Trindade. **Ações educativas para prevenção de infecções hospitalares em uma unidade neonatal. Educational activities for the prevention of hospital infection in a neonatal unit. Disponível em:** <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/502> >Acesso: 08 jun 2022.

Dia Mundial de Higiene das Mãos: a prevenção salva vidas, **Hospital Pequeno Príncipe**. 2018. Disponível em: <<https://pequenoprincipe.org.br/noticia/dia-mundial-de-higiene-das-maos-prevencao-salva-vidas/>>. Acesso em: 14 jun 2022.

Capítulo 7

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DO TRABALHO NO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO

Júlio Sérgio Brito dos Santos

DOI: [10.46898/home.785f5dcb-4de9-4622-b298-9ff4abee94f5](https://doi.org/10.46898/home.785f5dcb-4de9-4622-b298-9ff4abee94f5)

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DO TRABALHO NO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO

Júlio Sérgio Brito dos Santos

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: enfo.julio@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>

URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

RESUMO

A enfermagem do trabalho é muito importante no serviço de saúde, possibilita um ambiente seguro, realiza exames de diagnóstico e presta auxílio a todo suporte profissional promovendo a saúde de todos. Ainda se diferencia em relação à saúde ocupacional. A proximidade com os funcionários está ligada à enfermagem do trabalho, que trabalha diretamente com os trabalhadores, na prevenção e recuperação da saúde. Procede prestar socorro e promover um ambiente preventivo, dando suporte para todos os trabalhadores que sofreram algum acidente no seu local de trabalho ou por meio dele, lesões, perturbação funcional ou até a morte. O enfermeiro do trabalho pode da mesma forma. Abordamos a enfermagem de trabalho e a tecnologia, no serviço de saúde educacional, bem como foco na atuação do enfermeiro nesse contexto.

Palavras-Chave: Enfermagem do Trabalho, Saúde Ocupacional, Bem Estar e Trabalhador.

ABSTRACT

Occupational nursing is very important in the health service, it provides a safe environment, performs diagnostic tests and provides assistance to all professional support promoting everyone's health. It still differs in relation to occupational health. Proximity to employees is linked to occupational nursing, which works directly with workers in the prevention and recovery of health. It provides assistance and promotes a preventive environment, giving support to all workers who have suffered an accident at or through their workplace, injuries, functional disruption or even death. The work nurse can do the same. We approach occupational nursing and technology in the educational health service, as well as focus on nurses' performance in this context.

Keywords: Occupational Nursing, Occupational Health, Welfare and Worker.

1. INTRODUÇÃO

A promoção da saúde, práticas ocupacionais adequadas, trabalho em conjunto com os serviços públicos de saúde, autoridades sanitárias, dentre outros. Promover o cumprimento das leis que determinam a saúde do trabalhador como: (BRASIL, 2002), (BRASIL, 2004), Lei nº 6337, de 19 de outubro de 1976, que cuida dos acidentes ocupacionais, de trabalho, dentre outras.

Sendo essencial os profissionais capacitados, como os enfermeiros, para a promoção dessas leis. De acordo com Silva et al (2011) o enfermeiro do trabalho é um profissional especializado em enfermagem do trabalho, com a função de prestar auxílio à saúde e aos cuidados com ela, e a prevenção de doenças de todos os trabalhadores. Que promovem a saúde física e emocional, individual e coletiva dos trabalhadores bem como a prevenção de doenças e acidentes de trabalho. A Enfermagem do trabalho nesse quesito compõe-se em proporcionar práticas necessárias para a saúde e bem estar dos funcionários, arguto aos perigos do seu local de trabalho, promovendo o autocuidado e diminuir possíveis perigos do seu local de trabalho. (BULHÕES, 1998)

Abordaremos também os riscos ocasionados no ambiente de trabalho, que são aqueles que expõem o trabalhador a situações de riscos que afetam sua dignidade, saúde física e emocional. Um ambiente de trabalho adequado é essencial para que ocorra a saúde do trabalhador, sendo, higiênico, limpo; equipado com tecnologias e materiais adequados para realizações de suas funções; como todos os equipamentos de proteção individual (EPI); ambiente arejado, boa circulação de ar; condições sanitárias e conforto; sinalização e segurança, dentre outras. De acordo com as regras da saúde ocupacional. (BRASIL, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde, 1991, os trabalhadores são todos “que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais ou informais da economia.” (BRASIL, 1991). Precisamos analisar o estilo de vida dos trabalhadores para a manutenção da sua saúde, é o seu dia a dia que determina por intermédio do meio em que está inserido quais “ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e a proteção da saúde do trabalhador, assim como visa a recuperação e a reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho” (Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080/90, art. 6º, § 3

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 ENFERMAGEM DO TRABALHO

A enfermagem do trabalho é voltada para a saúde e bem estar de seus funcionários. De acordo com o Ministério da Saúde, o Caderno de Atenção à Saúde do Trabalhador (BRASIL, 2002), a saúde do trabalhador nesta lei busca analisar a prevenção e cuidado com a saúde dentro do aspecto de trabalho. em conjunto com Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, Governo do Brasil (SESMT), buscando minimizar os acidentes do trabalho e evidenciar as práticas de segurança do trabalho. Para ser um enfermeiro do trabalho é necessário além do curso de enfermagem, uma especialização, pós graduação reconhecida em enfermagem do trabalho. O profissional de enfermagem do trabalho ocupacional também faz parte desse processo, são especializados em saúde do trabalhador, presta auxílio e compreende os procedimentos de segurança, medidas de precaução e procedimentos de emergências. O enfermeiro do trabalho pode atuar em clínicas, hospitais ou “empresas de alto grau de risco” de acordo com serviços especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho, norma regulamentadora NR4, dentre outros.

Detectar tais processos relacionadas a enfermagem do trabalho, abrangem certos critérios ambientais, como as condições insalubres, que é o ambiente de trabalho nocivo ao trabalhador que coloca o trabalhador em situação perigosas; a ergonomia que estuda a relação do trabalhador e seu ambiente de trabalho, selecionando critérios que auxiliam nessa relação e um ambiente de trabalho organizado e limpo, que é de extrema importância para evitar infecções e doenças, bem como formar um local de trabalho mais agradável e acolhedor. A Enfermagem do trabalho nesse quesito compõe-se em proporcionar práticas necessárias para a saúde e bem estar dos funcionários, arguto aos perigos do seu local de trabalho, promovendo o autocuidado e diminuir possíveis perigos do seu local de trabalho. (BULHÕES, 1998)

O papel da enfermagem no trabalho abrange muitos aspectos, além de cuidar de todo emprego e ofícios dos profissionais; busca a prevenção de doenças; assegura um ambiente próprio para o trabalho; se assegura de tomar medidas emergenciais no caso de ocorrer algum acidente de trabalho ou qualquer outra doença ocupacional; saúde ambiental e meio ambiente ocupacional, toxicologia, educação e saúde

ocupacional; segurança e higiene do ambiente de trabalho, bem como a higiene pessoal no mesmo; além de ser conhecedor de todos os aspectos legais e políticas públicas da saúde no trabalho. Portanto quem escolhe por essa especialização, embarca numa jornada altruísta e constante de prevenção da saúde e da vida.

2.2 SAÚDE OCUPACIONAL

A saúde ocupacional é caracterizada por cuidar dos direitos e da saúde do trabalhador. O que está direcionada a prevenção de doenças e aos acidentes do trabalho. O enfermeiro do trabalho, atua em conjunto com a constituição para a promoção da saúde ocupacional. Focando em promover a saúde física e psicológica do trabalhador; a qualidade de vida e um local de trabalho adequado, isso é, proporciona um ambiente de trabalho físico e emocionalmente saudáveis, para executar suas atribuições profissionais. “É inadmissível falar em qualidade do produto sem tocar na qualidade dos ambientes e condições de trabalho, o que seria sobremaneira auxiliado pela democratização das relações sociais nos locais de trabalho.” (LACAZ, 2000).

Um ambiente de trabalho adequado é essencial para que ocorra a saúde do trabalhador, sendo, higiênico, limpo; equipado com tecnologias e materiais adequados para realizações de suas funções; como todos os equipamentos de proteção individual (EPI); ambiente arejado, boa circulação de ar; condições sanitárias e conforto; sinalização e segurança, dentre outras. De acordo com as regras da saúde ocupacional. (BRASIL, 2020). São necessários falar de alguns dos riscos ocasionados no ambiente de trabalho, são aqueles que expõem o trabalhador a situações de riscos que afetam sua dignidade, saúde física e emocional. Veja alguns exemplos abaixo:

Figura 1- Classificação dos Principais Riscos Ocupacionais em Grupos

GRUPO I: VERDE	GRUPO II: VERMELHO	GRUPO III: MARROM	GRUPO IV: AMARELO	GRUPO V: Azul
Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Biológicos	Riscos Ergonômicos	Riscos de Acidentes
Ruídos	Poeiras	Vírus	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Radiações ionizantes	Neblinas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Radiações não-ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalhos em turnos diurno e noturno	Probabilidade de incêndio ou exposição
Pressões anormais	Substâncias, compostos ou produtos químicos em geral	-	Jornada de trabalho prolongada	Armazenamento inadequado
Umidade	-	-	Monotonia e repetitividade	Animais peçonhentos
-	-	-	Outras situações causadoras de estresse físico e/ou psíquico	Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes

Fonte: Tabela I (anexo IV) NR-5, Portaria 3214/78.

Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR5.pdf>

De acordo com o Ministério da Saúde, 1991, os trabalhadores são todos “que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais ou informais da economia.” (BRASIL, 1991). Precisamos analisar o estilo de vida dos trabalhadores para a manutenção da sua saúde, é o seu dia a dia que determina por intermédio do meio em que está inserido quais “ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e a proteção da saúde do trabalhador, assim como visa a recuperação e a reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho” (Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080/90, art. 6º, § 3º).

Na observação da doença quer que seja nos domicílios ou em hospitais públicos, o que mais chama a atenção do observador é que os sintomas ou sofrimentos considerados inevitáveis e próprios da enfermidade são, muitas vezes, não sintomas da doença, mas algo bem diferente, isto é, a falta de um ou de todos os seguintes fatores: ar puro, claridade, aquecimento, silêncio, limpeza, ou de pontualidade e assistência na ministrarção da dieta.

(NIGHTINGALE, 1989, p. 13 e 14)

Na atualidade as empresas devem seguir as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), NR nº 4 da Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978. Determina que:

As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. (BRASIL/ MTE 78).

Ao analisarmos o MTE nº 202.22, de 22 de dezembro de 2006, NR nº 33, a saúde e segurança dos trabalhadores em lugares confinados é “fazer o reconhecimento, avaliação, monitoramento e controle dos riscos reais de modo que a segurança e a saúde dos trabalhadores estejam garantidas sendo interações diretas ou indiretas.” É considerado espaço confinado “qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes.” ou escassez de oxigênio (BRASIL/MET, 2006)

2.3 Enfermeiro do Trabalho na Manutenção e Saúde dos Trabalhadores

De acordo com Silva et al (2011) o enfermeiro do trabalho é um profissional especializado em enfermagem do trabalho, com a função de prestar auxílio à saúde e aos cuidados com ela, e a prevenção de doenças de todos os trabalhadores. De acordo Bulhões (1986, p. 243) "A enfermagem do trabalho é uma especialidade destinada ao cuidado daquele que trabalha, portanto, preocupa-se com os trabalhadores." em qualquer que seja sua profissão é função da enfermagem de trabalho prestar auxílio. A enfermagem do trabalho é caracterizada como:

Um ramo da enfermagem de saúde pública e, como tal, utiliza os mesmos métodos e técnicas empregados na saúde pública visando a promoção da saúde do trabalhador; proteção contra os riscos decorrentes de suas atividades laborais; proteção contra agentes químicos, físicos, biológicos e psicossociais; manutenção de sua saúde no mais alto grau de bem-estar físico e mental e recuperação de lesões, doenças ocupacionais ou não ocupacionais e sua reabilitação para o trabalho (Silva, 2005, p. 34).

Sua importância parte da prática preventiva, que até hoje continua sendo a melhor metodologia utilizada pela saúde. Fica como atribuição do enfermeiro do trabalho criar formas de assegurar a segurança de todos os trabalhadores, assegurar

o suporte em casos de acidentes. Essa prática beneficia tanto o trabalhador quanto a empresa, que além de aumentar a produtividade, minimiza as faltas e cria um ambiente de trabalho mais encorajador, estimulante, incentivador e promissor. De acordo com a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com o decreto nº 611, de 21 de julho de 1992, art. 19, pontua que:

Acidente de trabalho é o que ocorre pelo serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso XII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária da capacidade para o trabalho. (BRASIL, 1991, p. 16)

A Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, qualifica a prevenção de doenças em conjunto ao acidente de trabalho. (BRASIL, 1976). Os trabalhadores devem ter todo suporte necessário se ocorrer um acidente de trabalho ou proveniente dele, com agilidade e precisão. Possibilitando assim benefícios tanto para os funcionários como para a empresa, como o aumento da produtividade; lucratividade; funcionários mais sadios física e emocionalmente, possibilitando assim mais assertividade na realização das suas funções, evitando acidentes de trabalho; baixa nas faltas; uma melhor imagem pública, evitando multas e processos trabalhistas. Para Chiavenato (2005, p. 8) “As pessoas devem ser visualizadas como parceiras das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações”, o autor ainda continua, que é nesse ambiente de valorização dos funcionários que se “compartilham conhecimento e desenvolvem as suas competências”. (CHIAVENATO, 2005, p.8)

Já nos anos 1930, os pesquisadores estudavam a relação entre satisfação e produtividade, concluindo prematuramente que os trabalhadores felizes eram trabalhadores realmente produtivos. Consequentemente, os gerentes dos anos 1930 a 1950 ficaram encantados com a ideia de aumentar a satisfação do funcionário em seu cargo. Um resultado disso foi o paternalismo empresarial. Para tornar os trabalhadores felizes, os gerentes formavam equipes de boliche na companhia, faziam empréstimos, realizavam piqueniques e treinavam os supervisores para serem sensíveis às preocupações dos subordinados. (ROBBINS, 2002, p.236)

É necessário identificar o "paternalismo empresarial" mencionado pelo autor, que se trata da preocupação que os mesmos devem ter com seus funcionários, acompanhando seus progressos, limitações, dificuldades e necessidades. Podemos afirmar, de acordo com o autor acima, que quando os trabalhadores estão felizes, temos mais produtividade. (ROBBINS, 2002, p.236) Não sendo o único benefício pois é cumprindo com a lei e cuidando do bem estar e da saúde de seus funcionários as empresas diminuem os impostos institucionais e evitam multas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho acadêmico desenvolveu a atuação do profissional de enfermagem do trabalho na promoção da saúde do trabalhador ou saúde ocupacional. O enfermeiro do trabalho deve ser formado em enfermagem e especializado em enfermagem do trabalho. De acordo Bulhões (1986, p. 243) "A enfermagem do trabalho é uma especialidade destinada ao cuidado daquele que trabalha, portanto, preocupa-se com os trabalhadores." em qualquer que seja sua profissão é função da enfermagem de trabalho prestar auxílio.

O enfermeiro do trabalho pode atuar em clínicas, hospitais ou "empresas de alto grau de risco" de acordo com serviços especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho, norma regulamentadora NR4, dentre outros. Fica a cargo desse profissional promover a saúde física e mental do trabalhador; um ambiente propício para o desenvolvimento das suas funções, tanto tecnológico como físico; atua também na prevenção de doenças e evitando acidentes ocupacionais, isso é do trabalho.

A Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, qualifica a prevenção de doenças em conjunto ao acidente de trabalho. (BRASIL, 1976). Os trabalhadores devem ter todo suporte necessário se ocorrer um acidente de trabalho ou proveniente dele, com agilidade e precisão. Possibilitando assim benefícios tanto para os funcionários como para a empresa, como o aumento da produtividade; lucratividade; funcionários mais saudáveis física e emocionalmente, possibilitando assim mais assertividade na realização das suas funções, evitando acidentes de trabalho; baixa nas faltas; uma melhor imagem pública, evitando multas e processos trabalhistas.

Abordamos também as cinco classes dos principais riscos ocupacionais em grupos, caracterizando exemplos, respectivamente, riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes ocupacionais. Para Robbins (2002, p.236), o "paternalismo empresarial", se trata da preocupação que os mesmos devem ter com seus funcionários, acompanhando seus progressos, limitações, dificuldades e necessidades. Podemos afirmar, de acordo com o autor acima, que quando os trabalhadores estão felizes, temos mais produtividade, como também assegura o cumprimento da lei da prevenção e da saúde de seus funcionários diminuindo assim, impostos institucionais e evitando multas. (ROBBINS, 2002, P.236)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Assistência Social. **Lei nº 6337, de 19 de outubro de 1976**. Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, e dá outras providências. Brasília, 1976.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador**. 2004. Disponível em: Acesso em: 14 de novembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção à Saúde do Trabalhador**. 2002. Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/cd03_12.pdf> Acesso em: 15 de março de 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NORMA REGULAMENTADORA N.º 01 - DISPOSIÇÕES GERAIS e GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS**. Brasília, DF, 2020

BULHÕES, Ivone. **Riscos do Trabalho de Enfermagem** – 2 ed. Rio de Janeiro, 1998.

BULHÕES, Ivone. **Enfermagem do trabalho**. Rio de Janeiro: Ideas, 1986.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LACAZ, F.A.C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000.

LEI nº 7.492. institui a política estadual de saúde do trabalhador em conformidade com as disposições do art. 200, incisos II e VII da Constituição da República Federativa do Brasil, do art. 187 da Constituição do Estado de Alagoas e art. 6º da Lei Orgânica da Saúde, **Lei Federal nº 8.080**, de 19 de setembro de 1980.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre enfermagem**. p.13 e 14. São Paulo: Cortez, 1989.

PORTARIA, nº 3214/78, NR nº 5. O que é Mapa de Riscos?. **PROMETAL EPIS**. publicado em, 08 JANEIRO 2018, por Segurança do Trabalho Disponível em: <<https://www.prometalepis.com.br/blog/93-o-que-e-mapa-de-riscos/>>. Acesso em: 19 março 2023.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1992.

ROBBINS, S. Stephen P. **Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações**. 4. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO – NR 4. Disponível em: < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-04.pdf>> Acesso em: 06 abr 2023.

SILVA, LA; SECCO, IAO; DALRI, RCMB; ARAÚJO, AS; ROMANO, CCR; SILVEIRA, SE. **Enfermagem do trabalho e ergonomia:** prevenção de agravos à saúde. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2011. abr/jun; 19(2): 317-23, p.317. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-601593> >. Acessado em: 17 de março de 2023.

SILVA, Sergio Lima da. **As interações do enfermeiro do trabalho com a saúde do trabalhador em âmbito de prática e assistência de enfermagem.** (2005) Tese de Doutorado. UFRJ: Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-119130/interacoes-do-enfermeiro-do-trabalho-com-a-saude-do-trabalhador-em-ambito-de-pratica-e-assistencia-de-enfermagem>>. Acesso em 9 abr 2023.

**ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
NO CTI FRENTE AO USO DE
TECNOLOGIA**

Júlio Sérgio Brito dos Santos

DOI: 10.46898/home.e53bf717-aca5-4b5e-8c7a-
cceedb9bb787

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CTI FRENTE AO USO DE TECNOLOGIA

Júlio Sérgio Brito dos Santos

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: enfo.julio@hotmail.com

Orcid.: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>

URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

RESUMO

Esse projeto acadêmico visa a utilização da tecnologia no CTI, com a assistência da enfermagem com objetivo na humanização do trato aos pacientes. O trabalho está inserido em aspectos dispostos sobre a relação do paciente e seu enfermeiro, e que o trato humanizado deve ser sempre promovido. Só tem benefícios com a humanização na saúde como a conexão entre o paciente e profissional; promove confiança e acessibilidade aos cuidados necessários ao paciente; ética profissional; fidelização; entre outros. Dispondo de táticas de humanização, sendo elas, o acolhimento com a família do paciente; a tecnologia no cuidado do mesmo; o enfermeiro e seu profissionalismo; um ambiente adequado para os pacientes e profissionais envolvidos, limpo, tecnológico, higienizado, equipado. Possibilitando a percepção de que a tecnologia e a humanização estão envolvidas sempre com o trato adequado e na promoção da saúde do paciente hospitalizado no CTI. Compreendendo que a tecnologia está inserida como ferramenta dos profissionais de saúde no cuidado do paciente.

Palavras-Chave: Tecnologia, Humanização, CTI, Enfermagem, Respeito.

ABSTRACT

This academic project aims to use technology in the ICU, with nursing assistance with the objective of humanizing the treatment of patients. The work is inserted in aspects arranged about the relationship of the patient and his nurse, and that the humanized treatment must always be promoted. It only has benefits with humanization in health, such as the connection between the patient and the professional; promotes trust and accessibility to the care needed by the patient; professional ethics; loyalty; among others. Having humanization tactics, namely, the reception with the patient's family; technology in its care; nurses and their professionalism; a suitable environment for the patients and professionals involved, clean, technological, sanitized, equipped... Enabling the perception that technology and humanization are always involved with the proper treatment and health promotion of the patient hospitalized in the ICU. Understanding that technology is inserted as a tool for health professionals in patient care.

Keywords: Technology, Humanization, CTI, Nursing.

1. INTRODUÇÃO

A saúde debilitada e a necessidade da internação é um momento delicado na vida do paciente e seus entes queridos. A humanização na saúde é importantíssima nesse momento difícil, já que está baseada nas relações de respeito, compaixão, empatia, com assistência efetiva e na compreensão da totalidade de todas as necessidades do paciente. Por se tratar de um Centro de terapia intensiva (CTI) deve portar equipamentos tecnológicos e humanos para o trato do paciente, por receber pacientes muito debilitados, as máquinas tecnológicas ligadas aos mesmos são necessárias para a promoção da vida, bem com um ambiente frio que evita contação, tornando o cuidado humanizado muito mais essencial.

As inovações tecnológicas vêm proporcionando um cuidado que demandou muitos benefícios aos pacientes e os profissionais de saúde, desde a prevenção de doenças, diagnósticos mais atrativos e menos impactantes aos pacientes e a promoção do tratamento mais adequado. O que sim causou mudanças na prevenção e tratamento da saúde, contudo deve ser considerado que as tecnologias apesar de conceder benefícios devem ser manuseadas por profissionais capacitados, sendo considerada uma ferramenta facilitadora para o tratamento e prevenção de doenças, sendo essencial a enfermagem, médicos, bem como todos os profissionais que trabalham na saúde, dentre outros nesse processo.

Então podemos levantar questões de como os enfermeiros podem promover um atendimento humanizado, fazendo uso das tecnologias em CTI's; As informações de que forma a tecnologia e a humanização da saúde podem promover um tratamento e prevenção de doenças com melhores resultados; formas de facilitar o processo de internação para os pacientes, seus familiares e entes queridos, assegurar um ambiente limpo, confortável, confiável e acolhedor, como profissionais éticos e capacitados que promovam o respeito, a solidariedade e a empatia. Apesar de necessitarmos do avanço tecnológico na saúde, nada nunca vai dispensar o cuidado humano. (BOFF, 1999, p. 34) Que para o autor cuidar é uma atitude de "ocupação, preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro".

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM, ATO DO CUIDADO HUMANIZADO

Descreve-se a assistência da enfermagem como cuidar, Para Waldow (1998) A assistência na enfermagem é o ato do cuidado humanizado, pois quem cuida se envolve e se preocupa com o bem estar do outro. Assim podemos dizer que de acordo com o autor. De acordo com O Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH), “a humanização abrange circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas que estão presentes no relacionamento humano.” (CAMPONOGARA, SILVIAMAR et al., 2011, p. 124). Ou seja, promover o respeito à vida, buscando a praticidade, efetividade, o conjunto das relações de causa e efeito, conhecimento, levando em consideração as emoções do paciente e familiares, bem como suas debilidades, com respeito e empatia.

É necessário que os profissionais da saúde possam ir além das aparências, valorizando aspectos qualitativos dos fenômenos presentes na vida humana, relacionados ao significado atribuído a eles por quem os vivencia. Compreender o significado da vida no processo do cuidado inclui não somente atribuições técnicas do profissional, mas capacidade de perceber e compreender o ser humano, como ele está em seu mundo, como desenvolve sua identidade e constrói a sua própria história de vida (PESSINI; BERTACHINI, 2004, p. 39).

Para Souza (2005, p. 2), “o cuidado deve ser entendido como desvelo, solicitude, diligência, atenção e se concretiza no contexto da vida em sociedade”, Já Giordani (2008, p. 40), “cuidar supera um ato, uma ação mecânica ou automatizada, sendo, portanto, mais caracterizada por uma atitude”. ou seja, já detectamos que a assistência da enfermagem é uma atitude de humanização e cuidado que demanda amor, respeito e empatia, Boff (1999, p. 34) refere-se cuidar como: “[...] mais que um ato, é uma atitude. O cuidar abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo, o cuidado representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro.”

O que estou fazendo aqui? Por que isto aconteceu comigo? O que farão comigo? Qual a minha situação? Estou com algo grave? Vou morrer? Como vou fazer com a minha família, meu trabalho? Como deverei me comportar? Isso vai doer? Será isso realmente necessário? Quem são estas pessoas? Serão competentes? O que estão querendo dizer? Serão capazes de me ajudar? E assim por diante. (...) O ser cuidado/cliente atravessa um evento ou experiência que se caracteriza pela vulnerabilidade (WALDOW, 2006, p. 119).

A enfermagem ou o cuidador(a) tem papel ativo na humanização, onde necessita de cuidar ativamente de seu paciente ou o cuidado, que possui o papel passivo, onde depende de um cuidador, o objetivo da enfermagem nesse processo é promover o autocuidado. Waldow (2006, p. 113). O fato do paciente ser dependente o transforma em vulnerável e é um sentimento que causa muitas dores e constrangimento então para Pessini e Bertachini (2004, p. 41) A enfermagem no papel de cuidador humanizado deve respeitar a autonomia dos pacientes, bem como sua dignidade.

Deve ficar claro que quando falamos de cuidado humanizado na enfermagem falamos de comunicação de interação, ou seja, é saber transmitir cuidados e por outro lado saber ouvir as necessidades do paciente, suas angústias físicas e emocionais, sem julgamento, tornando sua estadia no CTI o mais confortável possível. "Vários estudos realizados por enfermeiros mostram que a interação, uma das instâncias da comunicação, favorece um cuidado personalizado" (CIANCIARULLO, 2005, p. 68). Por outro lado, Giordani (2006, p.42) complementa que, "a família deve ser elucidada sobre todos os acontecimentos com seu ente, [...] Assim, enxergar as angústias e ansiedades da família faz parte de um atendimento de qualidade, humanizado". Então o cuidado humanizado é prestar atendimento também a família do paciente.

2.2 A ENFERMAGEM NO CENTRO DE TRATAMENTO DE TERAPIA INTENSIVA

O Centro de Tratamento de Terapia Intensiva (CTI) ou Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um setor hospitalar que cuida continuamente da saúde dos pacientes em estados graves. Faria (2013, p.635) fala que no CTI é envolto de muitas emoções, sentimento de angústias, perda, desespero, impotência, dentre outros, estão presentes nesse ambiente. Pontua que o profissional que trabalha nesse ambiente deve ter uma especialização técnica científica muito boa, além de ser capaz de lidar com o sofrimento, dor e perda. Continua com: "A sobrecarga imposta pelo cotidiano de trabalho ao paciente crítico faz com que a equipe de saúde acabe prestando uma assistência mecanizada e tecnicista, esquecendo-se de humanizar o cuidado" (FARIA, 2013, p. 635). A humanização é fundamental para a promoção da saúde, necessitando da tecnologia para alcançar seu objetivo. Com o acolhimento, respeito, um ambiente adequado, profissionais capacitados e a empatia, a humanização é instituída. Para Camponogara e Silviomar et al (2011, p.124-132) O CTI:

Neste setor atuam diversos profissionais, das mais variadas áreas, dentre estes, destacamos os profissionais de enfermagem, que são os responsáveis por muitas atividades relacionadas ao cuidado intensivo, tais como: a realização de diversos procedimentos, a constante monitorização dos pacientes, o uso de aparelhagens diversas, a atuação em situações de emergência. Diante desse contexto, a coexistência de um trabalho mecanizado e do cuidado humanizado pode ficar ameaçada, resultando em crescente desumanização. Nestas situações, tudo deve estar pronto e no lugar muito rápido, o que leva a uma valorização da tecnologia, impedindo que o profissional se torne mais sensível, crítico e humanizado frente à situação do paciente.

O profissional de enfermagem deve estar ciente que ao tratar seu paciente nesses estados graves são necessários cuidados que invadem a intimidade física do indivíduo e não tem como solicitar tal invasão. Onde Pupulim e Sawada (2002, p.2) dizem que com isso o enfermeiro acaba “adotando uma postura de “poder” sobre o corpo de outrem”. Ele continua que o paciente apesar de saber da necessidade de sua situação, onde se torna necessário tal invasão, sentimentos como a vergonha, aflição e humilhação, estão presentes, por isso a importância de promover a assistência humanizada. A dificuldade da enfermagem de promover assistência humanizada acaba vindo “historicamente da prática da Enfermagem foi norteadada pela racionalidade científica moderna que é de subjetividade, cartesiana e se operacionalizou pelo modelo biomédico.” (PERSEGONA et al, 2007, p. 519)

Como mencionada acima o profissional que trabalha no CTI deve estar preparado para a perda, para Silva apud Machado e Leite (2006, p.83) Morrer pode levar tempo e “é essencial a contribuição da equipe de Enfermagem durante o tempo que a pessoa precisa para partir ou fazer a passagem para o outro plano existencial, quando se compreende a vida numa perspectiva contínua” (SILVA apud MACHADO e LEITE 2006, p. 83). Então o preparo do profissional cientificamente e emocionalmente é essencial nesse processo. Por isso Scher et al (2006, p. 3) destaca que se espera: “[...] que a instituição universitária esteja comprometida com o destino dos homens, associando o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social, sinalizando na direção da superação da fragmentação do conhecimento.” Giordani (2008, p. 14) ainda acrescenta que o profissional deve compreender até as necessidades que não são visíveis em seus pacientes, perceber suas peculiaridades e formar um mecanismo de cuidado adequado para cada paciente.

Diante do CTI também é atribuição da enfermagem, tornar o ambiente de trabalho “harmonioso e prazeroso” Lima (2006, p. 34), que por sua vez seja capaz de

cumprir com suas obrigações profissionais, promover a relação social com seus colegas, pacientes e entes queridos, “é benéfico para o bem estar da saúde espiritual e humana de cada um neste contexto” (LIMA, 2006, p. 34). A enfermagem como do acordo com Pupulim e Sawada (2002, p.2) “adotando uma postura de “poder” sobre o corpo de outrem” deve promover um ambiente harmonioso e confiável, que assegura a necessidade de seus pacientes fisicamente, onde o meio importa. “proporcionar a qualidade do atendimento, e o meio social, relações interpessoais norteadas em valores como, diligência, paciência e consideração.” (WALDOW, 2001, p. 146).

2.3 O Papel do Enfermeiro Frente às Tecnologias

O CTI cuida de pacientes em estado grave que por sua vez necessitam de tecnologias para a continuação da vida. Esses recursos tecnológicos são essenciais e necessitam de um profissional capaz de manusear adequadamente. Todo o tempo que o paciente se encontra no CTI são monitorados por esses aparelhos. Alguns dos principais equipamentos tecnológicos do CTI são Eletrocardiógrafos (ECG), monitor de frequência cardíaca; oxímetro, mede o oxigênio do sangue; respirador pulmonar, ajuda na respiração dos pacientes que não conseguem fazê-lo sozinhos; multiparamétrico, é um monitor que acompanha os sinais vitais dos pacientes; o Desfibrilador Automático Externo (DEA) ou Desfibrilador cardíaco, identifica o ritmo cardíaco do paciente.

[...] enfermeiro depara-se constantemente com a necessária e difícil tarefa de harmonizar as tecnologias e a interação mais próxima do paciente. A existência de tecnologias duras pode, assim, colocar em risco a construção do espaço do cuidado humanizado pela equipe de enfermagem, já que, pelo fato de haver possibilidade de monitoramento contínuo e menor contato e relação com o paciente, os profissionais podem deixar de lado as relações interpessoais e a percepção de que outro ser encontra-se sob sua responsabilidade, aspectos primordiais na dimensão do cuidado humanizado” (LIMA, 2018, p. 280).

A importância de integrar a tecnologia com a assistência da enfermagem aos pacientes internados no CTI, é que promove a vida e oferece uma assistência humanizada ao paciente, que merece estar assistido em relação a sua saúde com dignidade. “[...]O cuidado tecnológico também, de certa forma, está presente nas diversas civilizações, porém de maneira indiferenciada, às vezes, das práticas de cura, ou seja, da medicina.” (WALDOW, 2006, p.63). ele ainda continua frisando que as tecnologias não substituem o cuidado, que ambos têm o mesmo objetivo a promoção da cura. “A literatura aponta a necessidade de conjugar a tecnologia dura e leve na

assistência ao paciente crítico, pois acredita-se que estas se complementam” (ALMEIDA, 2016, p. 191-196).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o presente trabalho acadêmico detectamos que a assistência a enfermagem é o ato de humanizar, Para Waldow (1998). Ou seja, promover o respeito à vida, buscando a praticidade, efetividade, o conjunto das relações de causa e efeito, conhecimento, levando em consideração as emoções do paciente e familiares, bem como suas debilidades, com respeito e empatia. Onde a humanização também necessita da assistência familiar, tanto quanto dos seus pacientes. Ficando claro que quando falamos de cuidado humanizado na enfermagem falamos de comunicação de interação, ou seja, é saber transmitir cuidados e por outro lado saber ouvir as necessidades do paciente, suas angústias físicas e emocionais, sem julgamento, tornando sua estadia no CTI o mais confortável possível.

A enfermagem ou o cuidador(a) tem papel ativo na humanização, onde necessita de cuidar ativamente de seu paciente ou o cuidado, que possui o papel passivo, onde depende de um cuidador. Waldow (2006, p. 113). O fato do paciente ser dependente o transforma em vulnerável e é um sentimento que causa muitas dores e constrangimento então para Pessini e Bertachini (2004, p. 41). A enfermagem no papel de cuidador humanizado deve respeitar a autonomia dos pacientes, bem como sua dignidade. Abordamos também a importância do preparo do profissional de saúde cientificamente e emocionalmente é essencial nesse processo. (SCHER et al, 2006, p. 3). Diante do CTI também é atribuição da enfermagem, tornar o ambiente de trabalho “harmonioso e prazeroso” Lima (2006, p. 34), que por sua vez seja capaz de cumprir com suas obrigações profissionais, promover a relação social com seus colegas, pacientes e familiares.

Finalizamos abordando as tecnologias no CTI, e como elas complementam a assistência humanizada, apresentamos algumas delas, e destacamos a importância de integrar a tecnologia com a assistência da enfermagem aos pacientes internados no CTI, é que promove a vida e oferece uma assistência humanizada ao paciente, que merece estar assistido em relação a sua saúde com dignidade. “[...]O cuidado tecnológico também, de certa forma, está presente nas diversas civilizações, porém de maneira indiferenciada, às vezes, das práticas de cura, ou seja, da medicina.”

(WALDOW, 2006, p.63). ele ainda continua frisando que as tecnologias não substituem o cuidado, que ambos têm o mesmo objetivo a promoção da cura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Q.; FÓFANO, G. A. Tecnologias leves aplicadas ao cuidado de enfermagem na unidade de terapia intensiva: uma revisão de literatura. **HU Revista**, v. 42, n. 3, p. 191-196, 22 nov. 2016.

CAMPONOGARA, Silviomar et al. O cuidado humanizado em unidade de terapia intensiva: uma revisão bibliográfica. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 1, n. 1, p. 124-132, 2011.

CIANCIARULLO, Tâmara Iwanow. **Um desafio para a qualidade de assistência**. São Paulo: Atheneu. 2005

DE FARIAS, Flávia Baluz Bezerra et al. Cuidado humanizado em UTI: desafios na visão dos profissionais de saúde. **Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental online**, v. 5, n. 4, p. 635-642, 2013

DE LIMA GOMES, Andréa Tayse et al. Tecnologias aplicadas à segurança do paciente: uma revisão bibliométrica. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 7, 2017.

GIORDANI, Anncy Tojeiro. **Humanização da saúde e do cuidado**. São Caetano do Sul: Difusão Editora. 2008.

LIMA, Vanessa Cristine. É PRECISO HUMANIZAR: A EQUIPE DE ENFERMAGEM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v.16, n.2, p. 2, 2018.

LIMA, Adeânio Almeida; JESUS, Daniele Santos de; SILVA, Tainara Leal. Densidade tecnológica e o cuidado humanizado em enfermagem: a realidade de dois serviços de saúde. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, p. e280320, 2018.

MACHADO, Willian César Alves; LEITE, Joséte Luzia. **Eros e thanatos: a morte sob a óptica da Enfermagem**. São Caetano do Sul: Yendis, 2006.

PERSEGONA, Karin Rosa; LACERDA, Maria Ribeiro; ZAGONEL, Ivete Palmira. A subjetividade permeando o processo de cuidar em Enfermagem à criança com dor. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 9, n. 2., 2007.

PESSINI, Leo; BERTACHINI Luciana. **Humanização e cuidados paliativos**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

PUPILIM, Jussara Simone Lenzi; SAWADA, Namine Okino. O cuidado de Enfermagem e a invasão da privacidade do doente: uma questão ético-moral. **Rev. Latino Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto. v. 10, n. 3. 2002.

SCHER, Zeyne Alves Pires; SCHER, Edson Arthur e CARVALHO, Ana Maria Pimenta. Reflexões sobre o ensino da Enfermagem e os primeiros contatos do aluno com a profissão. **Rev. Latino Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto. v. 14, n. 2. 2006

SILVA, Alcione Leite. **Cuidado transdimensional: um novo paradigma para a saúde**.

São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

SOUZA, Maria de Lourdes et al. O cuidado em Enfermagem: uma aproximação teórica. **Texto & Contexto**. Florianópolis. v. 14, n. 2., 2005.

WALDOW, Vera Regina. **Cuidar expressão humanizadora da Enfermagem**. Petrópolis: Vozes, 2006.

WALDOW, Vera Regina. **Cuidado humano: o resgate necessário**. 3 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

Waldow VR. **Cuidado humano: o resgate necessário**. Porto Alegre (RS): Sagra Luzzatto; 1998.

**GESTÃO DE QUALIDADE NOS
SERVIÇOS DE SAÚDE: O PAPEL DA
AUDITORIA**

Júlio Sérgio Brito dos Santos
Leonardo de Oliveira Luna
Gilmar Jophilis dos Santos

DOI: 10.46898/home.19bf28bf-8280-4423-82a1-
40b986d087b7

GESTÃO DE QUALIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: O PAPEL DA AUDITORIA

¹ **Júlio Sérgio Brito dos Santos**

Mestrando em Desenvolvimento local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: enfo.julio@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8720-8661>
URL: <http://lattes.cnpq.br/1905191424258887>

² **Leonardo de Oliveira Luna**

Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: leonardolluna@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5840-2306>
URL: <http://lattes.cnpq.br/8127979368118288>

³ **Gilmar Jophilis dos Santos**

Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: gaçal_rj@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4932-2150>
URL: <https://lattes.cnpq.br/4681403516868916>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a gestão de qualidade nos serviços de saúde, por meio do papel da auditoria. A auditoria sendo a observação do exercício dos profissionais e atividades desenvolvidas, determinando por meio do controle das funções institucionais, determinar se estão de acordo com as normas governamentais estabelecidas, como a série de normas da ISO 9001:2000, que existe para assegurar a gestão de qualidade nas instituições de saúde. São regras estabelecidas com o intuito de efetivar de modo apropriado, de forma a conduzir da melhor maneira e com eficiência o andamento de cada setor e aspecto da empresa, garantindo assim a qualidade do serviço. Podemos dizer que a auditoria se trata de um praticas investigativas que ajudam a promover a qualidade do serviço nas instituições de saúde, com atenção primordial a gestão financeira, isto é, as despesas, serviços e análise dos custos.

Palavras-chave: Auditoria, gestão de qualidade, NBR ISO 9001:2000, Auditor.

¹ Autor

² Coautor

³ Coautor

ABSTRACT

The present work has as general objective to understand the quality management in health services, through the role of the audit. The audit being the observation of the exercise of the professionals and activities developed, determining through the control of the institutional functions, to determine if they are in accordance with the established governmental norms, as the series of norms of ISO 9001:2000, that exists to assure the management of quality in health institutions. These are rules established in order to carry out properly, in order to conduct the progress of each sector and aspect of the company in the best way and efficiently, thus ensuring the quality of the service. We can say that the audit is an investigative practice that helps to promote the quality of service in health institutions, with primary attention to financial management, that is, expenses, services and cost analysis.

Keywords: *Audit, quality management, NBR ISO 9001:2000, Auditor.*

1. INTRODUÇÃO

As finanças hospitalares devem estar muito bem equilibradas para suprir todas as necessidades das mesmas, onde se identifica a importância da auditoria nesse processo. Para Pinto e Melo (2005) a auditoria tem como principal objetivo o “[...] controle dos custos da assistência prestada” (PINTO e MELO, 2005). Determinar o sistema e seu desenvolvimento analisando cada aspecto das instituições hospitalares, através do papel da auditoria na saúde, para a promoção da qualidade nos serviços de saúde. Estabelecendo que uma boa gestão, requer uma dedicação do profissional, bem como, recursos necessários e disposição.

Nas instituições hospitalares a auditoria vem assumindo o papel de extrema necessidade, onde a gestão e supervisão da mesma, suprir as dificuldades informativas. Para auxiliar o gestor a identificar os problemas, são estabelecidos objetivos e regras que promovam a qualidade nos serviços de saúde, e também uma boa economia. Existe uma padronização mundial estabelecida NBR ISO 9001:2000 pelo Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), estabelecida pelo Comitê técnico de qualidade e gestão de qualidade (ISO/TC 176), em 2015 (CERQUEIRA, 2004). Estabelecendo regras para assegurar uma gestão de qualidade. De acordo com O’ Hanlon (2005, p. 41); “Há tipicamente uma gama de cinco objetivos da Auditoria da Qualidade: - melhoria; - conformidade; - eficácia; - regulamentação; - registro/certificação”.

Souza et al (2010) a “importância da auditoria, a diversidade de profissionais que a realizam e como é específica e complexa e quanto colabora na gestão de serviços de saúde. ” podemos então afirmar que de acordo com o autor a auditoria completa a gestão hospitalar, como também influencia em soluções e efeitos melhores para a promoção da saúde. De acordo com O’ Hanlon (2005, p. 41); “Há tipicamente uma gama de cinco objetivos da Auditoria da Qualidade: - melhoria; - conformidade; - eficácia; - regulamentação; - registro/certificação.” A auditoria assegura a qualidade da saúde disponibilizada, aperfeiçoa o processo de cuidado e as informações que devem ser disponibilizadas pelos hospitais, e assegura um serviço de qualidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1-PAPEL DA AUDITORIA NA SAÚDE

Auditoria vem do inglês “to audit”, que quer dizer investigar e analisar o processo de saúde. A auditoria em saúde, para o autor Souza et al (2010) é: “análise sistemática e formal de atividades por profissional não envolvido na sua execução, com o objetivo de assegurar a conformidade, a qualidade e o controle em uma função, processo ou instituição”. Já para Gil (1999, p. 13), auditoria “é uma função organizacional de revisão, avaliação e emissão de opinião quanto ao ciclo administrativo (planejamento/execução/controle) em todos os momentos/ambientes das entidades”. Podemos dizer que a auditoria se trata de um praticas investigativas que ajudam a promover a qualidade do serviço nas instituições de saúde, com atenção primordial a gestão financeira, isto é, as despesas, serviços e análise dos custos.

O auditor em saúde analisa todos os pagamentos e recebimentos da unidade de saúde. além de, promover considerações a respeito dos contratos e despesas; convênios médicos; guias médicas, acordos financeiros, procedência com remédios de importância financeira significativa; como desempenham suas funções profissionais na saúde, estabelecendo uniformidade nesse quesito; auxílio ao gestor ao administrador hospitalar; diminui gastos supérfluos; preza pela boa condição econômica da instituição de saúde e descobre movimentações financeiras impróprias ou possíveis erros contábeis. “Atualmente a auditoria é adotada como ferramenta de controle e regulação da utilização de serviços de saúde e, especialmente na área privada, tem dirigido o seu foco para o controle dos custos da assistência prestada” (PINTO e MELO, 2005).

A auditoria de contas hospitalares é uma das modalidades de atuação dos auditores em saúde e tem um importante papel para as instituições, especialmente no âmbito financeiro-comercial. Tem como principal objetivo avaliar consumos e cobranças realizadas aos pacientes ou prestadores de serviços, podendo ser realizada tanto na sede do prestador (nas OPS) como nos hospitais. O auditor de contas hospitalares pode ser membro da própria instituição (auditor interno), representante de fontes pagadoras (in loco) ou, ainda, sem nenhum vínculo (auditoria externa). Esse tipo de auditoria de contas hospitalares é mais conhecido por parte dos profissionais de saúde. (RIOLINO et al, 2003)

Para desempenhar a função de auditor de saúde, o profissional além de possuir capacitação em auditoria deve ser formado em alguma dessas profissões: enfermagem, medicina, administração, direito, contabilidade, dentre outras. Segundo

Souza et al (2010) a “importância da auditoria, a diversidade de profissionais que a realizam e como é específica e complexa e quanto colabora na gestão de serviços de saúde.” podemos então afirmar que de acordo com o autor a auditoria completa a gestão hospitalar, como também influencia em soluções e efeitos melhores para a promoção da saúde. De acordo com, Zunta e Lima (2017), “o mapeamento, a descrição e a comprovação dos processos de faturamento, auditoria e recursos de glosas propiciam maior visibilidade e legitimidade às ações desenvolvidas pelos enfermeiros auditores”.

O papel da auditoria de saúde também é verificar e solucionar os possíveis problemas que podem aparecer com relação a cobertura dos convênios e clínicas, isso não saúde se denomina “glosas”. “As glosas” no dicionário significa tornar claro ou explicativo, na saúde, glosas são as cobranças que não foram atendidas pelos convênios médicos dos pacientes. Rodrigues et al (2018) afirmam que “as glosas são indicadoras essenciais para as instituições verificarem os pontos críticos a serem melhorados e que é preciso atenção dos gestores para trabalhar os aspectos causadores das glosas, como forma de prevenção de prejuízos maiores”.

2.2-Auditoria de Qualidade: Auditor

A qualidade é um estado de constância, estabilidade, harmonia, cooperação, adequação, excelência e coerência, onde se implementa metodologias estratégicas, que promovam efeitos satisfatórios, promover ações, controle de auditoria, para ser atingidos metas pré estabelecidas, executáveis e planejadas de controle “controle e auditoria dos processos e resultados da “entidade” cuja qualidade está em foco/sob atuação/sendo objeto de esforços.” (GIL, 1999, p.61). O exercício do trabalho de um profissional capacitado, devidamente registrada, que assume o compromisso e devidas consequências da assistência médica que atribui aos seus pacientes, onde as pesquisas e fatos constante, respeitoso e justo compõe meios que asseguram uma análise comprometida, e operativa da auditoria de qualidade (REBELO, 1999, p.13).

A auditoria ou controle de qualidade necessita de uma fiscalização periódica e imparcial para averiguar se tudo está sendo realizado dentro dos conformes e se as providências estabelecidas são eficientes e conforme o cumprimento das propostas (CERQUEIRA, 1998, p.28). São regras estabelecidas com o intuito de efetivar de modo apropriado, de forma a conduzir da melhor maneira e com eficiência o

andamento de cada setor e aspecto da empresa, promovendo um ambiente harmonioso entre todos os envolvidos e antagonista (MARANHÃO, 2005, p.27). De acordo com O' Hanlon (2005, p. 41); “Há tipicamente uma gama de cinco objetivos da Auditoria da Qualidade: - melhoria; - conformidade; - eficácia; - regulamentação; - registro/certificação.”

- o Auditor: pessoa com competência para realizar uma auditoria; deve ter autorização para essa auditoria especificada; cada auditoria pode ser executada por um ou mais auditores, e nesse caso o condutor da mesma é chamado Auditor Líder; - o Cliente da Auditoria: organização ou pessoa que requisitou a auditoria; é o responsável pela análise crítica dos resultados; - o Auditado: organização a ser auditada; pode ser uma divisão ou parte do cliente, ou uma organização completamente independente do cliente. (CERQUEIRA, 2004, p. 16)

Para a Mills (1994, p. 09), “o cliente é a organização ou pessoa que solicita a realização da auditoria”. Sendo importante salientar que existe uma padronização mundial estabelecida NBR ISO 9001:2000 pelo Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), estabelecida pelo Comitê técnico de qualidade e gestão de qualidade (ISO/TC 176), em 2015 (CERQUEIRA, 2004). Estabelecendo regras para assegurar uma gestão de qualidade. Cerqueira (2004, p. 23) “deseja ter seu sistema de gestão avaliado e comparado com uma norma de sistema de gestão”.

Quadro 1 – A Série de Normas ISO 9000:2000

A Série de Normas ISO 9000:2000

Número	Título	Finalidade
NBR ISO 9000	Sistemas de Gestão da Qualidade– Fundamentos e Vocabulário.	Estabelecer os fundamentos e o vocabulário da Qualidade.
NBR ISO 9001	Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos.	Especificação dos requisitos de SGQ para uma organização “produzir” produtos conformes e obter satisfação dos clientes. É a única norma de natureza contratual da série 9000.
NBR ISO 9004	Sistemas de Gestão da Qualidade – Diretrizes para melhorias de desempenho.	Prover guias para SGQ, incluindo melhorias contínuas, para satisfação dos clientes e de outras partes interessadas.
NBR ISO 1901	Diretrizes para auditoria de Sistemas de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental.	Prover requisitos e diretrizes para processos de auditorias (SGQ/SGA).

Maranhão (2005, p. 35)

De acordo com Gil, (1999, p. 102) o “auditado pode ser uma área/ambiente/função interna, ou externa da organização que solicita a auditoria para constatação do nível da qualidade vigente”. Fica como encargo do auditor determinar e comunicar a finalidade da auditoria a todos os funcionários com transparência e compreensibilidade. Disponibilizando todas as soluções indispensáveis à auditoria, com o objetivo de assegurar um recurso de auditoria operativo e produtivo. Equipar e suprir todas as necessidades e equipamentos necessários que a equipe venha a precisar, de acordos com os auditores. proporcionar uma equipe unida e harmoniosa que trabalhem com o mesmo objetivo de assegurar essa gestão de qualidade. estabelecer e determinar meios para solucionar as dificuldades encontradas pela auditoria (CERQUEIRA, 2004, p. 24).

Figura 2: Aplicação aos Sistema de Gestão de Qualidade: Ambiental e Saúde e Segurança Ocupacional.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/28429041387429546/>

A auditoria pode ser realizada para avaliar a empresa, por um auditor interno, pelo cliente, por um auditor independente (CERQUEIRA, 2004). Maranhão (2005, p.

46) acrescenta estabelecendo que pode uma auditoria ser estabelecida por uma organização externa credenciada pelo Organismo Certificador Credenciado (OCC), de acordo com as normas estabelecidas pela NBR ISO 9001/2000. Para Maranhão (2005, p. 45), o objetivo da auditoria de saúde é: “[...] determinar em que grau os requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade foram atendidos. As constatações da auditoria são usadas para avaliar a eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade e para identificar oportunidades de melhoria.” Essa padronização da auditoria tem o objetivo de promover a economia com medicamentos, promover formas de interações que possibilitem efetivar a segurança nos serviços prestados, proteger o consumidor e a saúde dos pacientes (CIERCO, 2003, p.57).

2.3- ABORDAGENS DA AUDITORIA

A abordagem da auditoria deve ser muito clara e precisa, portanto, todas as informações necessárias e assegurando a veracidade delas, de modo que a compreensão seja o foco da mesma (LAKATOS; MARCONI, 2001). De acordo com a Conselho Federal de Contabilidade, CFC (2003, p.173), os objetivos do controle interno é, com base em relatos de auditores precedentes, com também dispor e organizar a contratação e a auditoria, na elaboração e procedência da mesma; de forma que simplifique ao máximo o objetivo da auditoria; e determinar os pontos apresentados na abordagem trabalhada, com o propósito de operar o proceder do auditor independente. Para Attie (2010, p.148), a gestão interna é a preparação de uma estrutura administrativa constando procedimentos, técnicas e proporções, “[...] adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

Falhas ou equívocos por descuido ou confusão podem ocorrer quando isso acontecer as abordagens adotadas pela auditoria de acordo com Attie (2010, p.164) deve ser de interpretação vejamos alguns casos, quando ocorre erros nas abordagens e transações financeiras da instituição; “[...] de omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor; decorrentes de má aplicação de uma norma ou procedimento.” Para o CFC (2003, p.180), uma maior atenção deve ser aplicada para evitar certos erros, a procedência da auditoria deve estar sempre de acordo com as normas estabelecidas, além de ser sempre claro o procedimento das

auditorias, auditores e demais funcionários da instituição, a promoção de um ambiente saudável também é essencial para isso, observando certas “[...] Transações que pareçam anormais; Problemas internos no cumprimento dos trabalhos de auditoria; e Fatores específicos no ambiente de sistemas de informação computadorizados”.

2.4- ISO 9001/2000

Podemos contar com o Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), para averiguar a qualidade de produtos e serviços, e credenciado pelo INMETRO temos a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que para CIERCO (2003, p. 61) é, “responsável pela produção de normas nacionais e pela representação brasileira na ISO”. Determinando se um medicamento ou método está de acordo com as regras estabelecidas (CIERCO, 2003, p. 59). O Organismo Certificador Credenciado (OCC) é o órgão que concede a certificação de conformidade. Para Maranhão (2005, p. 116) “uma vez credenciados, passam a ter o direito de certificar empresas, sob a chancela de órgão oficial de credenciamento. Os OCCs possuem escopos de certificação, de acordo com sua respectiva competência”.

Já na NBR ISO 9001:2000, o sistema de gestão de qualidade na empresa de saúde deve estruturado de forma que se assegure de viabilizar os medicamentos, equipamentos e produtos necessários para atender seus clientes, tendo como intuito o cuidado e o compromisso com as necessidades do cliente (OLIVEIRA, 2001, p. 68). A ISO 9001/2000 é um selo de qualidade importante, para O’Hanlon (2005, p. 07): “embora a ISO 9001:2000 não seja uma especificação de produto, ela serve, de fato, para criar um conjunto de práticas de trabalho que, se corretamente aplicadas, levarão a produtos e serviços que atenderão a requisitos definidos”. Para atender os critérios deste ISO 9001, Cierco (2003, p.66) determina que as empresas de saúde devem ter: “compromisso da administração, foco no cliente, política da qualidade, planejamento, responsabilidade, autoridade e comunicação, e análise crítica pela administração.” São proventos de efetuar a ISO 9001/2000:

- redução de não-conformidade de bens e serviços;
- eliminação do retrabalho e do custo com garantia e reposição;
- aumento da competitividade;
- redução do custo operacional;
- maior sustentação em disputas judiciais;
- melhoria de imagem e reputação;
- aumento da participação no mercado nacional e em mercados internacionais;
- melhor relacionamento técnico e comercial com o cliente;
- maior integração entre os processos e departamentos da empresa;

- melhor desempenho organizacional pela promoção do treinamento, da qualificação e da certificação pessoal. (CIERCO, 2003, p. 69)

O'Hanlon (2005, p. 10), “o manual da qualidade serve a poucos propósitos na rotina diária; entretanto, fornece o rumo e a estrutura global do sistema”. O que é necessário para estar de acordo com as normas estabelecidas de uma determinada instituição, e a formulação de regras que ajudem a melhorar o desempenho da mesma. Aproveitando as qualidades culturais das instituições (MARANHÃO, 2005, p. 100). Para O' Hanlon (2005, p. 41) essas normas existem para desenvolver, e padronizar a equivalência na prática profissional, comprovar o cumprimento das regras de conduta e procedimentos, registro e certificado. “após a emissão do certificado, é usual a realização de auditorias de vigilância, semestrais ou anuais, com o fim de verificar a evolução do Sistema de Gestão da Qualidade. São também chamadas de auditoria de manutenção”, (MARANHÃO, 2005, p.117).

Figura 3: O Ciclo de Auditoria Interna ISO 9001 está concluído.

Requisito 04 - Contexto da Organização	04 OM ligadas às temáticas de: partes interessadas, inteligência organizacional, monitoramento do ambiente organizacional e riscos. Áreas envolvidas: Diplan.
Requisito 06 - Planejamento	08 OM e 03 NC ligadas às temáticas de: indicadores e planejamento para o alcance de metas, ações para abordagem de riscos e oportunidades. Áreas envolvidas: Diplan, Ger-TI, Ouvidoria, Seccex.
Requisito 07 - Apoio	17 OM e 2 NC ligadas às temáticas de: comunicação, gestão da infraestrutura, pessoas, conhecimento e informação documentada. Áreas envolvidas: Dicom, Secadm, Secgeral, Ger-TI, ILB, Seccex.
Requisito 08 - Operação	5 OM e 1 NC ligadas às temáticas de: comunicação e satisfação do cliente, controle e rastreabilidade de fornecedores. Áreas envolvidas: Ouvidoria e Secadm.
Requisito 09 - Avaliação de Desempenho	3 OM ligadas às temáticas de avaliação de desempenho das ações estratégicas da organização. Áreas envolvidas: Diplan.
Requisito 10 - Melhoria	1 OM ligada à temática de registro e rastreabilidade de melhorias na organização. Áreas envolvidas: Seccex.

Fonte: <https://portal.tce.go.gov.br/-/ciclo-de-auditoria-interna-iso-9001-esta-concluido>

3. CONCLUSÃO

A auditoria na saúde é fundamental para uma boa gestão de qualidade de todos os hospitais. É um trabalho que requer muito empenho e dedicação, mas é ela que permite que as instituições de saúde tenham êxito no mercado. Como também, de proporcionar um atendimento adequado ao cliente de qualidade, e uma boa gestão financeira. O que permite que ela seja de vital importância nas instituições, para a satisfação de todos os envolvidos com as instituições de saúde, sendo funcionários, clientes, distribuidores, dentre outros. O papel da auditoria é, de acordo com O' Hanlon (2005, p. 41) os; “[...] objetivos da Auditoria da Qualidade: - melhoria; - conformidade; - eficácia; - regulamentação; - registro/certificação.”

Na NBR ISO 9001:2000, o sistema de gestão de qualidade na empresa de saúde deve estruturado de forma que se assegure de viabilizar os medicamentos, equipamentos e produtos necessários para atender seus clientes, tendo como intuito o cuidado e o compromisso com as necessidades do cliente (OLIVEIRA, 2001, p. 68). A ISO 9001/2000 é um selo de qualidade importante, para O'Hanlon (2005, p. 07): “embora a ISO 9001:2000 não seja uma especificação de produto, ela serve, de fato, para criar um conjunto de práticas de trabalho que, se corretamente aplicadas, levarão a produtos e serviços que atenderão a requisitos definidos”. Para atender os critérios deste ISO 9001, Cierco (2003, p.66) determina que as empresas de saúde devem ter: “compromisso da administração, foco no cliente, política da qualidade, planejamento, responsabilidade, autoridade e comunicação, e análise crítica pela administração.”

Para finalizar Maranhão (2005, p.117), destaca a importância da auditoria de qualidade, destacando os aspectos de desenvolvimento e do cuidado ao realizar a auditoria, pois promove, benefícios na operação da forma correta em sanar problemas de qualidade, reparar as protestações dos pacientes, analisando as normas da SGQ, referente ao não atendimento aos requisitos estabelecidos pela ISO 9000, seguindo as regras estipuladas pelas instituições e pontuadores de objetivos.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CERQUEIRA, J. P., MARTINS, M. C. **Auditorias de sistemas de gestão: ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, ISO/IEC 17025, AS 8000, ISO 19011:2002**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

CERQUEIRA, J. P., MARTINS, M. C. **Formação de auditores internos da qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1998.

CIERCO, Agilberto Alves. **Gestão da qualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, auditoria e perícia**. Brasília: CFC, 2003.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 986/03 NBC TI 01: da auditoria interna**. Brasília: CFC, 2003.

GIL, A. de L. **Auditoria da qualidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Gustavo Alexandre Aires R. **O Ciclo de Auditoria Interna ISO 9001 está concluído**. Publicado em: 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://portal.tce.go.gov.br/-/ciclo-de-auditoria-interna-iso-9001-esta-concluido>>. Acesso em: 23 de jan de 2023.

MARANHÃO, Mauriti. **ISO série 9000, versão 2000: manual de implementação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MILLS, Charles A. **A auditoria da qualidade: uma ferramenta para avaliação constante e sistemática da manutenção da qualidade**. São Paulo: Makroon Books, 1994.

NAHO. PDCA, **Aplicação aos Sistema de Gestão de Qualidade: Ambiental e Saúde e Seguiância Ocupacional**. Pinterest. Disponível em: <<https://bí.pintefest.com/pin/28429041387429546/>>. Acesso em: 25 jan 2023.

O'HANLON, Tim. **Auditoria da qualidade**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.

PINTO, João. **Pós-graduação Lean Management**. 22ª edição, 2018. Pinterest. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/16818198592201675/>>. Acesso em: 30 jan 2023.

PINTO, Karina; MELO, Cristina. **A prática da enfermeira em auditoria em saúde**. 13º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem; 2005. São Luis (MA), Brasil.

REBELO, Antonio Raimundo Coutinho. **Auditoria da qualidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

RIOLINO, Angelina Nagy; KLIUKAS, Gabriela Brunetti Vellego. **Relato de experiência de enfermeiras no campo de auditoria de prontuário: uma ação inovadora.** Nursing: Revista Técnica de Enfermagem (São Paulo), 2003.

RODRIGUES J A R M, Cunha I C K O, Vannuchi MTO, Haddad MCFL. **Glosas em contas hospitalares: um desafio à gestão.** Rev Bras Enferm 2018.

SOUZA, LAAS, Dyniewicz AM, Kalinowski LC. **Auditoria: uma abordagem histórica e atual.** Rev. RAS, 2010 pag 71-78.

ZUNTA, R., & Lima, A. **Processo de auditoria e faturamento de contas em hospital geral privado: um estudo de caso.** Revista Eletrônica De Enfermagem, V19 de 2017.

Capítulo 10

A IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliana Batista de Carvalho
Genisia Silva de Jesus
Ozana Dos Anjos Santana

DOI: 10.46898/home. b4c977cb-c994-4129-b19a-
b35c7bd0e344

A IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELIANA BATISTA DE CARVALHO¹
GENISIA SILVA DE JESUS²
OZANA DOS ANJOS SANTANA³

RESUMO:

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica tendo em vista que será elaborada a partir de informações coletadas de artigos publicados em revistas científicas indexadas e de livros. Segundo Marconi e Lakatos (2003) a Pesquisa Bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O estudo investigativo sobre o direito de inclusão escolar da pessoa com deficiência à luz da legislação brasileira, estudo na Educação Infantil. Esse trabalho tem por objetivo colher informações, e com base nos aspectos teóricos e nas legislações vigentes que abordam a temática, realizar uma análise sobre as implicações e os possíveis encaminhamentos que possam indicar soluções que minimizem a discrepância entre o direito constituído e o direito exercido. Para atingir os objetivos propostos dentro da perspectiva da abordagem qualitativa, nos valem da pesquisa bibliográfica, bem como a análise de situações a luz da legislação vigente. Primeiramente para saber qual é os direitos para inclusão escolar da pessoa com deficiência, tivemos que saber qual é o direito de cada um de nós, aonde foi seu início e como foi construído. Fazendo uma breve pesquisa sobre o direito da pessoa humana. Com isso para que aprofundarmos na história, tivemos que fazer o mesmo da pessoa com deficiência, a sua origem e qual seu contexto, dando assim a raiz da nossa pesquisa. E por fim para entrar no meio jurídico e aprender as diferenças de vários julgamentos com a mesma matéria, mas com resoluções diversas, tivemos que fundamentar o princípio da equidade que tem o seu conceito desta forma: tem adaptação a regra a um caso específico, a fim de deixá-lo mais justa. Ela é uma forma do Direito ser aplicado, mas sendo o mais perto possível e justo para ambas as partes.

Palavras-Chave: Direitos, Deficiência, Inclusão.

summary

This research is a bibliographical research considering that it will be elaborated from information collected from articles published in indexed scientific journals and books. According to Marconi and Lakatos (2003) the Bibliographic Research is developed based on material already elaborated, consisting mainly of books and scientific articles. The investigative study about the right to school inclusion of the disabled person in light of the Brazilian legislation. The objective of this work

is to gather information, and based on the theoretical aspects and current legislation that addresses the subject, to carry out an analysis of the implications and possible referrals that may indicate solutions that minimize the discrepancy between the constituted right and the right exercised. In order to reach the proposed objectives from the perspective of the qualitative approach, we use bibliographical research, as well as the analysis of situations in light of the current legislation. Firstly, in order to know the rights of the disabled to school, we had to know the right of each of us, where we started and how it was built. Doing a brief research on the right of the human person. With this in order to deepen the history, we had to do the same of the disabled person, its origin and its context, thus giving the root of our research. Finally, in order to enter into the legal environment and learn the differences of several judgments with the same subject matter, but with different resolutions, we had to base the principle of equity that has its concept in this way: it adapts the rule to a specific case, order to make it fairer. It is a form of Law to be applied, but being as close as possible and fair to both parties.

Palavras-Chave: Direitos, Deficiência, Equidade.

INTRODUÇÃO

A garantia de direitos de uma escolarização com qualidade das pessoas com deficiência ultimamente tem sido alvo de discussão para além do âmbito escolar, envolvendo concomitantemente áreas como educação, saúde e poder judiciário. As legislações brasileiras não negam esses direitos, mas muitas vezes eles não são exercidos ou usufruídos por desconhecimento ou por interpretação equivocada dos mesmos. A Constituição Federativa (1988), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) além de postular um ensino pautado na igualdade de atendimento e acesso ao ensino de qualidade, para todos, não nega a condição que, para alguns casos específicos, é requerido um atendimento individualizado ao aluno, facilitando assim limitações de atendimento que são restritas, devido as diferenças existentes.

Estes direitos foram adquirindo força, quando todos perceberam e aceitaram que mesmo sendo nobre ou pobre, no final o direito de um e outro é o mesmo, porque não tem diferença entre um e outro. Todos nós somos livres, mas também todos têm o seu dever e seus direitos. A mesma lei que protege um, tem de proteger o outro, os direitos são iguais. Os direitos e garantias do ser humano nasceram com cada um, sendo que as leis que foram criadas ao decorrer de todos os anos

foi adequando qual é o direito de cada ser humano e qual a sua obrigação. Deixando uma igualdade entre todos.

Expondo como houve o surgimento do direito da pessoa com deficiência, esclarecemos esse pensamento no segundo capítulo, “O Direito da Pessoa com Deficiência”, buscando minúcias da origem e da evolução, dos direitos da pessoa com deficiência. A reafirmação do processo de construção de políticas e práticas inclusivas, mas especificamente nas garantias do direito à educação de qualidade para as pessoas com deficiência, aconteceu na “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, ocorrida em junho de 1994, na cidade de Salamanca-Espanha, resultando na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), da qual o Brasil é signatário”.

Com o acontecimento da Conferência Mundial em Salamanca-Espanha, as leis tiveram outro caminho, e assim seguindo de forma mais devolutiva para os que precisam do seu direito. E assim as pessoas com deficiência puderam reivindicar seus direitos, que antes eram deixados de lado, contudo, entendemos que os direitos da pessoa, tem que ser analisado conforme o princípio da Equidade, assunto esse que nos propomos discutir no terceiro capítulo, analisando cada sujeito na sua singularidade e atendendo as suas necessidades específicas, garantindo direitos iguais nos aspectos que possam dar menos valia a uns em relação a outros e garantindo direitos diferentes, quando a sua condição requerer esse olhar diferenciado.

O princípio da Equidade não teremos casos resolvidos de forma prejudicial, não favorecendo um ou prejudicando o outro, será feito a conclusão de forma igualitária para ambas as partes que estiver reivindicando ou cumprindo a lei.

DESENVOLVIMENTO

O estudo optou se por uma pesquisa bibliográfica a respeito da “Inclusão social” e “educação inclusiva na Educação Infantil” são expressões que ganharam importância no discurso de diferentes correntes políticas-ideológicas nos últimos anos. Debates com tais finalidades têm focalizado as chamadas

“minorias” ou “grupos excluídos” que, numericamente, representam a maior parte da população mundial. É exatamente um diagnóstico de produção de “exclusão social” que tem justificado a necessidade de propor políticas que contemplem a “inclusão social”.

Nessa pesquisa, tivemos a pretensão de investigar e analisar mais acuradamente a literatura específica sobre a temática, bem como as legislações vigentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência no contexto regime escolar e quais implicações decorrentes dos seus direitos fundamentais e a discussão ultrapassa os muros da escola e instiga a sociedade civil a dar respostas coerentes e possíveis quanto a proposição de práticas sociais genuinamente inclusivas, que considerem como foco o sujeito, considerando as suas necessidades individuais e a singularidade.

Outrora as leis favoreciam apenas os nobres e quem não pertencia a essa classe não tinham uma valorização e eram despojados dos seus direitos.

Tendo um início de uma visualização pessoal e atual, poderíamos alcançar a compreensão de que os Direitos Fundamentais são de origem da constitucionalização. Analisando a história da evolução do pensamento humano, temos a conclusão que a verdadeira origem de tais direitos se encontra a muito tempo, e que os Direitos Fundamentais positivados nos dias de hoje nas Constituições são elementos de várias transformações que ocasionou ao decorrer da História. Os primeiros acontecimentos que houve proteção individual teve o surgimento ainda no antigo Egito e Mesopotâmia, com as ideias do Código de Hamurabi (1690 a. C), conforme lembra Moraes (1998). Foi o primeiro Código que tem presentes os direitos comuns a todos os homens, Comparato (2001) elaborou obra com estudo aprofundado a respeito do tema. Segundo ele, no período axial, compreendido pelos séculos VIII a II a.C., com o surgimento do monoteísmo, surgiram os primeiros resquícios que deram origem aos Direitos Fundamentais. No mesmo período nasce a filosofia, substituindo o saber mitológico da tradição pelo saber lógico da razão. Através da tragédia grega, o homem passa a ser objeto de reflexão, e estabelecem-se os primeiros princípios e diretrizes fundamentais de vida:

É a partir do período axial que o ser humano passa a ser considerado, pela primeira vez na História, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças de sexo, raça, religião ou costumes sociais. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a ela inerentes. (COMPARATO, 2001, p. 11)

Na Grécia houve o surgimento através das ideias dos sofistas e estóicos, o entendimento da lei não redigida, é posta ao conhecimento pelo consenso universal, e não é uma lei própria de cada povo. Estas leis tem um fundamento moral e, como a justificativa para sua validade, aí começa a serem elevadas as ideias religiosas, bem como os pensamentos do direito natural.

O entendimento do Cristianismo, dizendo que todos nós somos irmãos enquanto filhos de Deus, foi aonde houve o surgimento da base de proteção aos direitos fundamentais da pessoa, e não deixar de saber as diferenças de cada indivíduo e dos grupos. Para explicar este acontecimento sobre natural, foi adquirida a teoria do estado natural, que tem o seu contexto que os homens são livres e idênticos e seus direitos são inerentes, por natureza.

Tal é o entendimento da doutrina jusnaturalista, coloca como a real precursora da teoria individualista, pois considera o homem como titular de direitos por si mesmo, e não apenas como um membro da sociedade, ao contrário da anterior concepção organicista, segundo a qual a sociedade é um todo, e o todo está acima das partes. No entender de Bobbio, “concepção individualista significa que primeiro vem o indivíduo [...], que tem valor em si mesmo, e depois vem o Estado, e não vice-versa, já que o Estado é feito pelo indivíduo”. (BOBBIO, 1992)

E ainda afirma que os fundamentos aumentaram a variedades dos direitos, e não tendo diferenças entre homens segundo sua nacionalidade.

Continuando nos pensamentos do autor Bobbio (1992), a segunda fase dos Direitos Fundamentais teve o início, desde o momento que os mesmos foram ser positivados pelos Estados. Mesmo com os pensamentos de democracia e controle dos órgãos políticos, com a partida em Atenas e na República Romana consecutivamente, aconteceu o desaparecimento do início do feudalismo, e assim está afirmativa positiva dos Direitos Fundamentais tem o começo na Idade Média.

No mesmo período, pelos estudos de Comparato (2001), teve a extinção dos poderes políticos e financeiros. Porém, na Baixa Idade Média, os reis começaram a buscar seus direitos e poderes, em conjunto com o papa.

No ano de 1215 o Rei João da Inglaterra, assinou a Carta Magna, como solução de acabar com os vários conflitos que tinha diante aos barões feudais e ao papado e não tem a função especificamente em uma declaração de direitos, pois se tinha como uma Carta que somente havia privilégios aos senhores feudais. Porém, era importante para as pesquisas sobre os Direitos Fundamentais, para ter a conclusão que foi o primeiro sinal de alcance máximo do poder soberano monarca. E foi pela primeira vez que o rei se achou limitado pelas leis que ele mesmo criou, na história medieval.

Os direitos fundamentais têm referência com os direitos de todos que por sua vez é reconhecido e positivados no contexto do Direito constitucional positivo de um determinado local (um Estado). Os direitos fundamentais são diferentes dos direitos humanos, que na maioria das vezes são confundidos. Já que os Direitos humanos têm o seu contexto universal, ou seja, é utilizado a todo ser humano em todas as nações e todos esses tempos, sendo reconhecido pelo Direito Internacional por meios de leis e tratados, observando que tem um caráter universal.

Com tudo isso os direitos fundamentais tiveram o nascimento com o indivíduo e, porém, o Estado não pode considerá-los como concessão. É por essa razão que, no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU-1948), não se diz que tais direitos são outorgados ou mesmo reconhecidos, preferindo-se dizer que eles são proclamados, numa clara afirmação de que eles preexistem a todas as instituições políticas e sociais, não podendo, assim, ser restringidos ou excluídos. Essa Proclamação dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana torna claro que as instituições governamentais devem proteger tais direitos contra qualquer ofensa.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 trouxe em seu Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais, subdivididos em cinco capítulos:

a- Direitos individuais e coletivos: São os direitos ligados ao conceito de pessoa humana e à sua personalidade, tais como à vida, à igualdade, à dignidade, à segurança, à honra, à liberdade e à propriedade. Estão previstos no artigo 5º e seus incisos;

b- Direitos sociais: o Estado Social de Direito deve garantir as liberdades positivas aos indivíduos. Esses direitos são referentes à educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Sua finalidade é a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, concretizando assim, a igualdade social. Estão elencados a partir do artigo 6º;

c- Direitos de nacionalidade: nacionalidade, significa, o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo com que este indivíduo se torne um componente do povo, capacitando-o a exigir

sua proteção e em contra partida, o Estado sujeita-o a cumprir deveres impostos a todos;

d- Direitos políticos: permitem ao indivíduo, através de direitos públicos subjetivos, exercer sua cidadania, participando de forma ativa dos negócios políticos do Estado. Elencado no artigo 14;

e- Direitos relacionados à existência, organização e a participação em partidos políticos: garante a autonomia e a liberdade plena dos partidos políticos como instrumentos necessários e importantes na preservação do Estado democrático de Direito. Elencado no artigo 17.

Os direitos e garantias já nascem com todo o ser humano, sabendo que estes não terão capacidades de ser considerados como uma concessão do Estado, pois, poucos destes direitos são criados pelos ordenamentos jurídicos, outros criados através da manifestação de vontade, e outros somente são reconhecidos nas cartas legislativas. Todas as pessoas devem fazer a exigência que a sociedade respeite sua dignidade e que os meios de atendimento das suas necessidades básicas sejam previstos e providos.

Os direitos humanos têm uma posição bidimensional, pois por um lado tem um ideal a atingir, que é a conciliação entre os direitos do indivíduo e os da sociedade; e por outro lado, assegurar um campo legítimo para a democracia. Os Direitos Fundamentais, também denominados como Liberdades Públicas ou Direitos Humanos, são definidos como conjunto de direitos e garantias do ser humano à institucionalização, cuja finalidade principal é o respeito a sua dignidade, com proteção ao poder estatal e a garantia das condições mínimas de vida e desenvolvimento do ser humano, ou seja, visa garantir ao ser humano, o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e a dignidade, para o pleno desenvolvimento de sua personalidade. Esta proteção deve ser reconhecida pelos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais de maneira positiva.

Nessa perspectiva José Eduardo Faria (2002) afirma que:

“desde algum tempo a teoria do direito ocidental está fundamentada sobre uma categoria: direito subjetivo. Não importa que tal categoria seja objeto de crítica e análise acadêmica. De fato, a prática jurídica, seja a dos tribunais, dos advogados, dos legisladores, dos administradores públicos, do homem comum em geral, consagra a ideia de direito subjetivo a primazia. Tenho direito de fazer isto? Tenho direito a isto ou aquilo? Está-se sempre diante da ideia do direito subjetivo. Diz o nosso Código Civil, em seu art. 75: A cada direito corresponde uma ação, que o assegura. Direito subjetivo é, pois, direito de ação. A falta de tutela, ou a falta de ação disponível, significa de fato a inexistência ou a inexigibilidade do direito subjetivo”. (FARIA, 2002, pag. 87).

Existem no Brasil tantas situações de marginalização e de injustiça social, que paulatinamente são evidenciadas em situações cotidianas, causando-nos impressão de que nada pode ser falado de positivo relativamente à posição dos Direitos Humanos. O que existe, de fato, é acumulação histórica de injustiças, que podem ser consideradas desde o início do século XIV, para melhor entendimento dessa trajetória, que teve um mau começo em termos de reconhecimento e respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana.

E com estudos realizados por historiadores, comprovam que, desde a colonização do Brasil pelos portugueses, isso no ano de 1500, foi estabelecido na população brasileira uma sociedade profundamente marcada pela diferenciação entre os novos senhores de terra e os outros. Os índios foram as primeiras vítimas desta sociedade, que eram os primitivos habitantes da terra brasileira, que o colonizador explorou de várias maneiras, tentando escravizá-los e roubando-lhes as terras.

A impossibilidade de escravizar os índios estimulou a escravidão de negros africanos, que começaram a chegar ao Brasil enviado pelos portugueses, a partir de colônias que Portugal havia estabelecido na África. Dessa forma, identificamos claramente que com o envio dos negros para serem escravizados houve uma espoliação do direito da pessoa humana, de ser livre. Cabe ao Estado rever essas questões, visto que o direito e garantias fundamentais são bases do ordenamento jurídico, conforme classifica seu gênero na CF/88, em seu Título II:

Direitos e deveres individuais e coletivos: Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Direitos sociais: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Direitos de nacionalidade: Art. 12: São Brasileiros. Direitos políticos: Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

Partidos políticos: É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Atitudes de desrespeito a condição do ser humano são recorrentes, não se restringindo às questões étnico-raciais, mas estendendo-se a todas as outras minorias, dentre as quais destacamos as pessoas com deficiência, que é o mote dessa pesquisa.

Os Direitos Fundamentais, atualmente, são reconhecidos mundialmente, por meio de pactos, tratados, declarações e outros instrumentos de caráter internacional. Esses Direitos fundamentais nascem com o indivíduo. E por essa razão, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU-1948), diz que os direitos são proclamados, ou seja, eles pré existem a todas as instituições políticas e sociais, não podendo ser retirados ou restringidos pelas instituições governamentais, que por outro lado devem proteger tais direitos de qualquer ofensa.

Direitos fundamentais são, portanto, todas aquelas posições jurídicas concernentes às pessoas que, do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram, por seu conteúdo e importância (fundamentalidade em sentido material), integrados ao texto da Constituição e, portanto, retiradas da esfera de disponibilidade dos poderes constituídos (fundamentalidade formal), bem como as que, por seu conteúdo e significado, possam lhes ser equiparados, agregando-se à Constituição material, tendo, ou não, assento na Constituição formal.

Nesse ínterim, de acordo com Sarlet (2007a), as pretensões públicas subjetivas podem ser encontradas em várias partes da CR/88, bem como em tratados internacionais, inclusive passíveis de constituir direitos não escritos decorrentes do regime e dos princípios adotados pela mesma CR/88. Segundo Cattoni de Oliveira (2002):

“O direito deverá englobar os princípios aos quais os indivíduos devem estar submetidos, quando pretendem orientar a vida social através do direito. Deverá, portanto, englobar os princípios que tornem possível o processo de legitimação de direitos. Tais princípios serão os chamados direitos fundamentais. Os direitos fundamentais exprimem as condições de possibilidade de um consenso racional acerca da institucionalização das normas do agir”.

Ao discorrer sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, enfatiza que, dentro de um caso concreto, é plenamente possível que exista a possibilidade de renúncia ou negociação dessas pretensões. Com isso, o citado autor (2008) quebra aquela concepção tradicional, ensinada na maioria dos manuais de direito constitucional, em que os direitos dessa natureza possuem as características de inalienabilidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade e inegociabilidade. Essas características podem ser vistas em sua totalidade apenas nas relações verticais entre o Estado e indivíduos, pois nas relações horizontais há a possibilidade de, por exemplo, as partes negociarem suas pretensões essenciais.

Estudo divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2011 revela que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo apresenta algum tipo de deficiência: uma em cada cinco (entre 110 milhões e 190 milhões) tem a vida dificultada por falta de condições. No Brasil de acordo com Censo Demográfico 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população do país, ou seja, mais de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter alguma deficiência.

No Brasil a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala, que foi promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001, conceituam deficiência, para fins de proteção legal, como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social. Logo após a cristalização da democracia com a Constituição Cidadã de 1988, a Lei 7.853/89 reza, in verbis:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Já de acordo com o Decreto 3298/1999, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência diz o que se segue:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

Porém, somente em 2008, com a ratificação da Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, em decorrência do Decreto Legislativo 186 de 09 de julho de 2008, originou temas que não eram abordados e que têm uma grande importância para esse desenvolvimento deste estudo. E neste contexto, cabe afirmar que se trata do primeiro texto internacional que tem força de norma constitucional no Brasil, conforme prevê a Emenda 45.

Em seu artigo 3º, "a", a Convenção garante "o respeito pela dignidade inerente", independência da pessoa, inclusive a "liberdade de fazer as próprias escolhas, e autonomia individual", bem como liberdade contra tortura ou tratamento ou punição cruel, inumana ou degradante, contra a exploração, violência e abuso, liberdade de movimento e nacionalidade. Ainda, garante o direito a "escolher seu local de residência, onde e com quem irão viver em bases iguais às outras pessoas, e não sejam obrigadas a morar em um sistema específico de moradia".

O texto da Convenção trouxe à tona as matérias de ordem pessoal, preocupando-se com a efetividade da norma e não somente a sua vigência. Vejamos a partir do art. 21: liberdade de procurar, receber e compartilhar informações e ideias, em iguais bases com outros, e por língua de sinais e Braille, meios alternativos e aumentativos de comunicação e todos os outros meios, modos e formatos de comunicação de sua escolha. Nenhuma pessoa com deficiência, independentemente do local de residência ou arranjos de moradia, será submetida à interferência arbitrária ou ilegal de sua privacidade, família, lar ou correspondência, ou outros tipos de comunicação, ou a

ataques ilegais a sua honra e reputação. As pessoas com deficiência tenham igual oportunidade de experimentar sua sexualidade e de ter relacionamentos sexuais e outros relacionamentos íntimos, e experiência de paternidade e maternidade; Os direitos das pessoas com deficiência, que estejam em idade de casar e ter uma família, com base no consentimento livre e pleno dos cônjuges pretendentes seja reconhecido; Os direitos das pessoas com deficiência a decidir livremente e responsabilmente sobre o número e momento para ter filhos, ter acesso à informação apropriado a idade, educação reprodutiva e de planejamento familiar, e aos meios necessários para exercer esses direitos e oportunidades iguais de manter sua fertilidade;

A partir destas definições podemos entender um pouco melhor sobre deficiência. De acordo com Macedo (2008) as chamadas deficiências físicas congênitas definem-se como “qualquer perda ou anormalidade de estrutura ou função fisiológica ou anatômica, desde o nascimento, decorrente de causas variadas” como, por exemplo prematuridade, anóxia perinatal, desnutrição materna, rubéola, toxoplasmose, trauma de parto, exposição à radiação, uso de drogas, causas metabólicas e outras desconhecidas.

A pessoa com deficiência antes de tudo ela é simplesmente uma pessoa normal, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. São pessoas que lutam pelos seus direitos, que tem a valorização ao respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, tendo a evidencia.

O pressuposto da educação como direito universal, segundo Pletsch (2010), implementou-se nas décadas de 50 e 70, período em que, a América Latina, conforme determinado em conferências voltadas para essa finalidade, deveria matricular todas as crianças em idade de educação primária, até a década de 70, uma vez identificada a potencialidade dessa região para o cumprimento de tal meta, conforme relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (1999). Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 4.024, ao fazer referência à educação especial em dois Artigos, imprime uma nova tendência a ser adotada pelo sistema oficial de ensino:

Art. 88 – A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

Dez anos depois foi sancionada a Lei nº. 5.692 que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Esta Lei manteve os Artigos 88 e 89, acima transcritos e estabeleceu:

Art. 90: Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Neste contexto e, pressionado pelos movimentos em defesa dos direitos da pessoa com deficiência em nível mundial, o Brasil cria, em 1973, vinculado ao Ministério da Educação, o primeiro órgão oficial responsável pela definição da política de educação especial, denominado de Centro Nacional de Educação Especial – CENESP que, em 1986, é redimensionado para ser criada a Secretaria de Educação Especial – SESP. Neste mesmo ano, também é instituída a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE com o objetivo de coordenar as [...] ações executadas pelos órgãos e instituições de atuação setorial existentes, buscando racionalizar os esforços e conjugar as iniciativas, tornando-as intercomplementares. (MENDES, 2010).

A declaração de Salamanca de 1994 que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", proclama que: Que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, e ainda possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

No entendimento da declaração os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, em escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem

os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A Constituição federal BRASIL (1988), trata sobre educação inclusiva e destaca que no Título VIII, artigo 208, inciso III e V.

III - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

No Brasil, anterior aos eventos internacionais, a Constituição Federal de 1988, introduziu no País a era dos direitos, contrapondo práticas de benesse, caridade e favor, que impregnavam projetos sociais, mantendo, sobretudo, a hegemonia das instituições e a fragilidade dos cidadãos. Com isso, defendendo a cidadania plena e, ao mesmo tempo envolvendo o Estado, a sociedade e as famílias, direcionando-as a assegurar o acesso aos bens sociais, sem discriminação de qualquer natureza.

CONCLUSÃO

Neste contexto dessa pesquisa podemos concluir que o direito de cada um é o mesmo, mas sempre há perspectivas diferenciadas dependendo da situação do caso concreto, e também tem uma análise diferente entre todos os julgadores. Podemos saber que cada um tem seu problema a ser solucionado de forma exata e fiel, porém temos que ter iguais resoluções por ser casos iguais, mas não podemos ter resolução diferente por sermos pessoas de classes diferentes ou por estar em condição diferente.

Portanto não pode haver resoluções diferenciadas porque nós somos de classes diferentes, mas o direito de um é o mesmo que do outro. Conseqüentemente quem analisa tem que ser fiel com a lei, contudo não deixar de observar o princípio da equidade, para que as resoluções não sejam discrepantes.

Em análise de contexto da história, para demonstrar como começou o direito da pessoa, observei que ao longo dos tempos o direito próprio dito foi somente melhorando, porque antes somente alguns tinham, e ao passar dos tempos foi mudando, passando para todos os direitos de ir e vir, quando começou o direito da pessoa. A partir da história podemos ter conclusão que o direito só veio aumentando e melhorando para todos, assim dando direitos iguais para todo ser vivo. Este direito começou antes de Cristo e até hoje vem sendo trabalhado e aumentado.

Este trabalho na realidade é o foco de sabermos como que é a inclusão da pessoa com deficiência no regime escolar, e com isso podemos concluir que as Diretrizes, indubitavelmente, ampliaram o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização pelo próprio sistema de ensino, estando em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10.172/2001, que enfatiza que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Este documento, no entanto, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializou a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, conforme previa o seu artigo 2º.

E assim podemos observar nesta pesquisa um caso concreto específico que houve na cidade de Campo Grande – MS, que mesmo com laudos concluídos por especialistas dizendo que pela Legislação Brasileira a autora (deficiente) não tem direito de um professor auxiliar especializado, pelo motivo que sua patologia tem direito a um acompanhamento, mas não nos horários regulares da escola, e sim tem direito a um acompanhamento nos horários contra turnos, em salas multifuncionais. Porém sem estudo e observado no âmbito geral a justiça concedeu a liminar, ordenando o auxílio nos horários regulares, que poderá até atrapalhar o desenvolvimento do aluno.

REFERENCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 60.

BRASIL. **Decreto Nº 3.298/99** - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. 1999.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jontien/Tailândia, 1990b.

_____. **Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília/DF. 1993.

_____. **Lei no. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília:DF, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96,** Brasília/DF, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. ed. Atual. São Paulo: Saraiva. 1997a.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1997b.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.** CNE/CEB no. 11, 2000a.

_____. **LEI Nº10. 098/00 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** 2000b.

_____. **Lei 10.048/00 – Institui a prioridade de atendimento.** 2000c.

_____. **Decreto Nº 3956/01 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. (Convenção da Guatemala).** Brasília/DF. 2001a.

BRASIL. CNE/CEB. **Resolução nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001a.**

_____. **Parecer nº 17/2001.** Brasília, 2001b.

BRASIL. MEC/SEF/SEESP. Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 1998.

BRASIL. Presidência da República. MARE. Câmara da reforma do Estado. Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder, *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.* Saraiva: São Paulo, 2001, 2ª ed., p. 8/1.

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA
DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL: UM ESTUDO DE
CASO ESCOLA MUNICIPAL JARA
GUARI - MS**

Dayana Villela Lopes
Eliana Batista de Carvalho
Ozana dos Anjos Santana

DOI: 10.46898/home.dfc97dcc-c6c4-47d9-84d0-
3d9d24e7a7cb

EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: UM ESTUDO DE CASO ESCOLA MUNICIPAL JARA GUARI - MS

Dayana Villela Lopes¹
Eliana Batista de Carvalho²

Ozana dos Anjos Santana³

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo proporcionar uma análise e reflexão a respeito da inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular, enfatiza uma pesquisa bibliográfica e de campo acerca da inclusão escolar dos alunos em uma escola da rede municipal de ensino no município de Jaraguari MS. Vale ressaltar que em relação ao aluno deficiente mental, acreditamos que a sua inserção na escola deve realizada dentro desse paradigma da inclusão escolar, possa constituir uma experiência fundamental que venha a definir o sucesso ou fracasso de seu futuro processo de inclusão na sociedade. Conclui-se para que haja a inclusão educacional, é preciso identificar e assumir as dificuldades encontradas, uma vez que os professores relatam que a dificuldade não era, somente, saber o que fazer para incluir, ou qual recurso selecionar, mas que havia outras questões, como, as administrativas, os familiares e as decorrentes da estrutura escolar. Sem dúvida a inclusão dos educandos com deficiência intelectual é consequência de uma escola de qualidade, isto é uma escola capaz de perceber cada aluno e percebe é que a criança com ou sem deficiência seja ela especial ou educativa especial, na escola inclusiva também depende do sistema escolar e da gestão escolar, onde todos trabalham em prol dos mesmos objetivos desenvolvendo um bom relacionamento da escola com a família, a escola deve estar sempre aberta à comunidade para discussão da perspectiva inclusiva e equitativa.

Palavras chave: Educação Inclusiva; Deficiência Intelectual;

SUMMARY

The present monograph aims to provide an analysis and reflection on the inclusion of the student with intellectual disability in Regular Education, emphasizes a bibliographical and field research about the school inclusion of the students in a school of the municipal school network in the municipality of Jaraguari MS . It is worth emphasizing that in relation to the mentally handicapped student, we believe that their inclusion in school must be carried out within this paradigm of school inclusion, can constitute a fundamental experience that will define the success or failure of their future process of inclusion in society. It is concluded that there is educational inclusion, we must identify and assume the difficulties encountered, since teachers report that the difficulty was not only knowing what to do to include, or which resource to select, but that there were other issues , As well as administrative, family and school structures. Undoubtedly the inclusion of students with intellectual disabilities is a consequence of a quality school, this is a school that every student can understand and realize that the child with or without disabilities is special or special education, inclusive school also depends on the system School and school management, where everyone works towards the same goals by developing a good relationship between the school and the family, the school should always be open to the to discuss the inclusive and equitable perspective.

Keywords: Inclusive Education; Intellectual Disability; Learning Apprentice.

INTRODUÇÃO

Ao falar do processo inclusivo no Brasil, deve-se compreender o estágio que a mesma se encontra, para tanto se precisa retroceder alguns marcos na história, no contexto em que as ações educacionais foram geradas. A Inclusão no Brasil teve seu marco inicial no período imperial. Em meados de

1854, na qual foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, mais só em 1891 o nome foi alterado e passou a se chamar Instituto Benjamin Constant-IBC. Mas, em 1957, D. Pedro II também criou o Instituto Imperial dos Surdos Mudos, que veio da França para o Brasil com o intuito de fundar uma escola para alunos com estas necessidades diferentes dos alunos do IBC, no mesmo ano a escola passou a ter o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES (ZANFELICI, 2008).

Mais para frente à Declaração de Salamanca em 1994, sendo um dos maiores marcos da incorporação da inclusão do país, pois foi oriundo de um grupo de pessoas que viviam e compreendiam as necessidades de aumentar a discussão sobre o tratamento digno destinado aos deficientes com necessidades especiais entre outras ânsias sociais, com o objetivo de literalmente “regaçar as mangas”, ou seja, repensar as práticas sócias excludentes.

Dois anos mais tarde, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN – Lei n. 9394/96), em seu capítulo V, a nova LDBN proporciona uma padronização para o amparo de pessoas com deficiências em escolas regulares e para sua integração na sociedade (BRASIL, 1996). A legislação ocasionou a inclusão de inúmeras crianças com deficiências em diversas escolas no Brasil, isto posto, todos começaram a discutir, debater sobre o grandioso processo inclusivo.

Além disso, ficou muito explanado que se existe Políticas Públicas, ela aconteceu naquele ano. Por outro lado, tem muito há se fazer com relação a inclusão. Mas, ainda há muito a se pensar sobre a qualidade, eficácia, eficiência e efetividade, ou seja, aprimorar, organizar as Políticas Públicas de Educação dessa inclusão.

Em consequência disso, nosso pensamento é esse, poderíamos então concluir por aqui, mas, não! Ao falarmos em sala de aula estudos realizados em (2012) qualificam a extrema essência dos recursos humanos e da magnífica importância da habilitação dos profissionais para encarar os inúmeros desafios no âmbito escolar, quando a palavrinha inclusão entra em cena. Fica claro que, a formação continuada dos profissionais da área da Educação e de outras não menos importantes é primordial para que não fique mais complexo, já que uma vez estando preparado já é algo desnorteador, pode-se imaginar sem precaver-se (BRINT; OLIVER, 2012).

Com isso, pode ser interessante pensar no professor como um grande protagonista na vida de um aluno, de modo especial o professor de Educação Física, seu contato é muito direcionado, é ele que acompanha todo o processo de desenvolvimento e nada mais justo que ele colher bons produtos deste desenvolvimento, por isso, sair da zona de conforto é extremamente importante.

Em virtude dos argumentos apresentados, constata-se que a pesquisa será de cunho qualitativo, com objetivo de verificar na literatura como pode ser a Educação Escolar inclusiva dos educandos com deficiência intelectual.

O estudo está organizado em três capítulos, porém interligados entre si. No primeiro, contextualizam-se os aspectos históricos da inclusão. No segundo momento apresenta-se, conceitos teóricos acerca das crianças com deficiência mental. No terceiro, serão colocadas algumas observações e registro do ensino aprendizagem do atendimento educacional especializado. E finalmente apresenta-se a conclusão da pesquisa.

O estudo optou-se por uma abordagem qualitativa, na qual realizou-se uma observação na Escola Municipal Francisco Antônio de Souza Polo, no Município de Jaraguari MS e como coleta de dados por meio de alguns questionamentos aos professores e posteriormente registro a fim de verificar a respeito da inclusão e como é feito o atendimento educacional especializado bem como as ferramentas pedagógicas na prática docente.

Primeiramente realizou-se uma conversa formal e informal com o diretor da escola com informações básicas sobre a escola. Posteriormente o questionamento com os professores pesquisa durante a hora atividade dos docentes.

Constatou-se que a escola possui 20 dependências, sendo 08 salas de aula que dão suporte a 376 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino, 01 sala de tecnologia e multimídias, 01 sala de professores, 01 sala de recurso, 01 depósito, 01 cozinha, 01 sala de reforço, 01 banheiro acessível e 02 banheiros normais.

A referida escola é uma escola de pequeno porte, com salas pequenas e está localizada no centro da cidade, os alunos são a maioria oriunda das áreas rurais, sendo que apenas 40% residem na área urbana do município.

Na escola tem atendimento educacional especializado na sala de recurso multifuncional. Segundo a coordenadora pedagógica se dá nos dois períodos matutino e vespertino e os alunos são atendidos no contra turno.

Os professores da sala de recurso são formados em pedagogia, possuem especialização em Educação Inclusiva e também participaram de formação

continuada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Esses docentes ficam responsáveis para dar suporte aos alunos com deficiência da escola nos atendimentos que forem necessários.

A sala de recurso da escola se dispõe de vários mobiliários e materiais didáticos pedagógicos que dão suporte ao professor para trabalhar com educando com necessidades especiais no processo ensino aprendizagem como: microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD e terminal, fones de ouvido, Scanner, impressora laser, bandinha rítmica, dominó, material dourado, esquema corporal, memória de numerais, tapete encapetado, quebra-cabeça, softwares, dominó de animais em língua de sinais, lupas manuais (aumento 3x, 4x e 6x) 21 dominó com Textura 22 Plano Inclinado, mesa redonda, cadeiras para computador, cadeiras para mesa redonda, armário de aço, mesa para computador, mesa para impressora, globo terrestre adaptado e kit de desenho geométrico adaptado.

A Educação Inclusiva no geral faz parte dos direitos humanos, contudo, Sanchez (2005), relata para a Comissão Internacional sobre a educação e ainda acrescentou quatro pilares básicos para centrar a educação ao longo da vida de uma pessoa, dentre eles temos: Aprender a conhecer, o fator aprender é corriqueiro, é fácil, difícil mesmo é compreender, isto está bem nítido quando temos um pilar, na qual diz que devemos ser os instrumentos para a vida daquela pessoa e fazer com que a mesma compreenda o mundo que a cerca e sim aprender a aprender. Outro pilar é o Aprender a fazer, que está completamente ligado ao fato de estar preparado para o que possa vir futuramente, disposto para as inúmeras situações do mundo, do dia-a-dia e disseminar o que o professor ensina na teoria e enfim levar até a prática.

O fator Aprender Juntos trata-se da cooperação, do trabalho em grupo, todo este envolvimento traz uma sócia afetividade com relação ao próximo em que se trabalha ou estuda, traz também uma maior compreensão com relação às lutas contra a exclusão por meio de traçado que favorecem o contato e a comunicação. Por fim, temos o Aprender a Ser que pode ser mútuo, sereno, mas na verdade é saber ser, na qual o mundo deste indivíduo seja repleto de qualidades, que o mesmo consiga se desenvolver, por meio de suas desestabilizações, pois não há desenvolvimento sem erros.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência) (SANCHEZ, 2005, p. 11).

Considerando a colocação do autor, a escola solida de todos, deve propor a diversidade dos educandos fazendo com que a instituição de ensino consiga atender esta demanda completamente diferenciada, excluindo apenas a desigualdade e a injustiça social. Sem contar que isso deveria acontecer sempre na Inclusão escolar, trabalhar com a diversidade e com as dificuldades, mas, para isso o corpo docente deve estar extremamente preparado, pois em uma aula todos tem o mesmo direito seja ele de aprender a ler ou de participar de quaisquer atividades recreativas e esportivas.

A Declaração de Salamanca (1994) defende que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciador a mesma educação para todas as crianças, atendendo às demandas delas. Pois é preciso permitir ao aluno que tenha acesso a tudo, por outras vias, que eliminem as barreiras existentes. Isso pode ocorrer por meios de jogos, brincadeiras e experimentações de diferentes estratégias (BRASIL, 2012 p. 10).

O Plano Nacional de Educação – PNE 2015, ao estabelecer objetivos e metas para os sistemas de ensino referente à oferta de matrículas para alunos que necessitam da inclusão na rede regular de ensino, ao atendimento educacional especializado. Ainda na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, no seu currículo, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (MEC, SEESP, 2007 p. 4).

A resolução CEE nº 449/2002, coloca que as crianças com necessidades especiais serão preferencialmente atendidas na rede regular de ensino, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos. E ainda, os espaços físicos deverão ser projetados de acordo com a proposta pedagógica. No entanto otimizando o processo de desenvolvimento e aprendizagem no que se refere à inclusão social é certo de que:

“Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional” (BRASIL, 2007, p.10).

Alguns autores relataram que as dificuldades para incluir poderiam estar além das condições de trabalho, mais exatamente na indisponibilidade de parte dos docentes em aceitar mudanças, refletir e modificar sua conduta, assim como, o desinteresse em estudar e dialogar com os pares acerca de possibilidades e novas ideias (FALKENBACH; LOPES, 2010).

Segundo a Declaração de Salamanca de 1994 (BRASIL, 1997):

O “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégia de ensino, usam de recurso e parceria com as comunidades. Contudo, se o professor alega que o aluno não está aprendendo antes de ele ser rotulado e / ou excluído, devem ser respondidas, pelo menos, três perguntas: O que se está esperando que ele aprenda, ou seja, quais objetivos estão previstos no seu processo de escolarização? O que lhe está sendo ensinado e para que, portanto, quais conteúdos estão compondo o planejamento do professor? Como está se realizando seu ensino, ou seja, que metodologia e quais procedimentos são administrados e que materiais e equipamentos estão à disposição?” 1994 (BRASIL, 1997).

Essa concepção de aprender juntos é consequência do processo da autoaprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com as suas potencialidades de incorpora lós dentro do ensino aprendizagem.

A inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar é um debate atual que demanda a organização de várias propostas de trabalho, pelas diversas barreiras existentes no contexto escolar. Ao se pensar nessa inclusão é importante refletir acerca do que é incluir de fato, já que se trata de um tema polêmico do ponto de vista da prática educacional (BRASIL, 2012 p. 08).

Desta forma a pesquisa destaca ainda outros participantes envolvidos com a inclusão: os pais, família às vezes acaba por dificultar a inclusão de alunos com deficiência, segundo os resultados das pesquisas, à medida que superprotegeu ou negou a deficiência do filho.

Cabe à instituição, elaborar, executar e avaliar um plano de atendimento educacional especializado para o aluno, e também definir cronograma e atividades aos alunos, respeitando seus interesses, bem como organizar as estratégias pedagógicas e elaborar e utilizar recursos acessíveis (BRASIL, 2012 p. 36).

De acordo com a Declaração de Salamanca, pontua como conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação é para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Salamanca, 1994).

O atendimento educacional especializado deve privilegiar o desenvolvimento e a superação dos educandos naquilo que lhe for limitado, pois geralmente eles encontram inúmeras barreiras nas

interações que realiza com o meio para assimilar desde os componentes físicos do objeto de conhecimento.

Como foi muito bem explicada no item acima a formação de professores é essencial, pois é um dos focos centrais das Políticas Públicas. Mas, existe uma indagação de definição que ainda não foi exatamente sanada, por diversos autores, na verdade o autor Camargo, (2017, p. 01) foi excepcional ao se arriscar dizendo que:

Inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem. Na área educacional, o trabalho com identidade, diferença e diversidade é central para a construção de metodologias, materiais e processo de comunicação que deem conta de atender o que é comum e o que é específico entre os estudantes. (CAMARGO, 2017 p. 56).

De modo consequente, a Inclusão, vai além das perspectivas das escolas para alunos com necessidades especiais, dos docentes leigos com relação de fato da Inclusão, pois a inclusão, inclui todos sem exceções, sem restrições, sem choramingo. Já que a mesma envolve os alunos com necessidades especiais, com doenças crônicas e depressivas, com preconceitos com relação ao outro e /ou a si mesmo, envolve também alunos vítimas de *bullying*, vítimas de assédio seja ele qual for, entre inúmeras diferenças étnicas, culturais e sociais que temos dentro de uma sala de aula. Com isso, esta prática social que deve ser aplicada ao nosso redor, deve ser ainda mais pesquisada, para que possam dar valor em quem realmente deve ser valorizado, não estamos falando de uma política que “diz” incluir sendo que na verdade, a própria trata a Inclusão escolar como Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais sinônimos uma da outra, já que não é bem assim que as coisas funcionam, a Inclusão não pode ser para alguns, ela é para todos e de todos, não pode haver diferença e nem preferência (CAMARGO, 2017).

Para tanto, se pararmos e pensarmos, até onde essa “inclusão” está indo? Digo, até onde os Alunos com Necessidades Especiais podem ir? E é a própria Política Pública que nos permite a “resposta”. A lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (LDB) as diretrizes e bases da educação nacional, constitui para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 2013a), determina em seu Art. 4, Incisos I e III:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; [...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2013a).

Para uma compreensão mais clara das deficiências a Organização Mundial de Saúde (OMS) propôs três níveis com intuito de esclarecer todas as deficiências, a saber: deficiência, incapacidade e desvantagem social.

No entanto, a Convenção de Guatemala, internalizada na Constituição Brasileira pelo Decreto 3956/2001, no seu artigo 1º deficiência como:

[...] uma restrição física, intelectual, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. A deficiência constitui um impasse para o ensino na escola comum e para definição de atendimento especializado, pela complexidade do conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens. (BRASIL, 2007 p.12).

Destaca-se a deficiência intelectual se caracteriza por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas e tem início antes dos 18 anos de idade.

Os principais critérios diagnósticos da Deficiência Intelectual são: Funcionamento intelectual significativamente inferior à média; Limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais e interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer e segurança. Os alunos público-alvo do AEE são definidos da seguinte forma:

- Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;
- Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2010 p. 12).

Segundo Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos.

“Sabemos que nos processos compensatórios no desenvolvimento da criança mentalmente atrasada”,

Vygotsky (1931) comenta a tendência de aproximação da escola especial para a escola comum:

Ainda que as crianças mentalmente atrasadas estudem mais prolongadas, ainda que aprendam menos que as crianças normais e ainda que, por fim, se lhes ensine de outro modo, aplicando métodos e procedimentos especiais, adaptados às características específicas de seu estado, devem estudar o mesmo que as demais crianças receber a

mesma preparação para a vida futura, para que depois participem dela em certa medida, como os demais (Vygotsky, 1931^o, p.149 apud SILVA 2007).

Sendo assim a deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber, podendo ser uma interrogação e até um objeto de investigação para todas as áreas do conhecimento.

CONCLUSÃO

Diante do exposto seria possível afirmar que a Educação inclusiva que temos hoje está inteiramente pautada nas deficiências com necessidades educativas especiais, excluindo da sua prática a teoria. Mas, qual teoria?

Sendo que na maior parte das pesquisas os autores estão sempre preocupados com a inclusão dos portadores com necessidades educativas especiais, não que não seja importante e que também é uma dificuldade, porém ninguém está olhando para o negro, o índio, homossexual, para obesidade, gostaríamos muito que os autores se importassem com o preconceito que existe dentro das salas de aula, do machismo familiar que meninos e meninas carregam, ou com o feminismo exacerbado, não que apenas tapassem os olhos para não ver estas crianças que muitas entram em depressão por serem excluídas pela nossa falta de cuidado e atenção.

Portanto para que haja a inclusão educacional, é preciso identificar e assumir as dificuldades encontradas, uma vez que os professores relatam que a dificuldade não era, somente, saber o que fazer para incluir, ou qual recurso selecionar, mas que havia outras questões, como, as administrativas, os familiares e as decorrentes da estrutura escolar.

A inclusão dos educandos com deficiência intelectual é consequência de uma escola de qualidade, isto é uma escola capaz de perceber cada aluno e percebe é que a criança com ou sem deficiência seja ela especial ou educativa especial, na escola inclusiva também depende do sistema escolar e da gestão escolar, onde todos trabalham em prol dos mesmos objetivos desenvolvendo um bom relacionamento da escola com a família, a escola deve estar sempre aberta à comunidade para discussão da perspectiva inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1997.

_____. **Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/>. Acesso em: 28 de Janeiro de 2017.

_____. **Ministério da Educação Política Nacional de Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Ministério da Educação Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Ministério da Educação Política Nacional de Educação Especial**. / Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRIANT, M.E.P.; OLIVER, F.C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.18, n.1, p.141-154, 2012.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. *A integração de pessoas com eficiência*. São Paulo: Memnon. SENAC

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão - Revista da Educação Especial*, Out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

VIGOTSKI, L. S. *Fundamentos da defectologia (Obras escogidas)*, v. V. Madrid: Visos, 2007.

ZANFELICI, Tatiane Oliveira. JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004. **Educare**, Curitiba, n. 32. Editora UFPR, p. 253-256, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a17.pdf>> Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

**EDUCAÇÃO INFANTIL: A
IMPORTANCIA DO DESENHO PARA
INFÂNCIA**

Marilda Numes Vilela
Maura Siles Muller
Ozana dos Anjos Santana

DOI: 10.46898/home.4d6a1223-7bd6-48f0-830b-
f88b95979108

EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTANCIA DO DESENHO PARA INFÂNCIA

Marilda Numes Vilela¹

Maura Siles Muller²

Ozana dos Anjos Santana³

RESUMO: *O presente um estudo a Educação Infantil, buscando verificar a importância do desenho para a infância. Tem como objetivo investigar a relação do desenho com o ensino na Educação Infantil, acerca do processo ensino aprendizagem e contribuição no desenvolvimento da criança. Realizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo que deram sustentação ao estudo. E analise a pesquisa os resultados apontaram que o desenho proporciona resultados positivos na Educação Infantil, pois as crianças têm a oportunidade de se expressar e se comunicar livremente e possibilitam que os pequenos conheçam determinados objetos ou que vivenciem determinadas situações, compreensões de tais experiências que só terão sentido quando as representarem no maravilhoso mundo do faz de conta. As crianças, de um modo geral, são influenciadas por diversos fatores em sua vida diária, que podem refletir em seu caráter de formação. Portanto, ingressar na vida escolar desde cedo também favorece as relações sociais. A partir do exposto, concluem-se que os professores têm uma concepção positiva, eles acreditam que há uma grande importância do desenho como uma fonte criativa e inovadora no sentido de recrear e de educar ao mesmo tempo, que possibilita o desenvolvimento integral da criança, afetivamente, socialmente e mentalmente.*

PALAVRAS-CHAVE: *Desenho, Desenvolvimento e Educação Infantil.*

CHILDHOOD EDUCATION: THE IMPORTANCE OF DRAWING FOR CHILDHOOD.

SUMMARY: This is a study of Early Childhood Education, seeking to verify the importance of drawing for childhood. It aims to investigate the relationship between drawing and teaching in Early Childhood Education, about the teaching-learning process and contribution to child development. Bibliographic research and field research were carried out to support the study. And analyze the research, the results showed that drawing provides positive results in Early Childhood Education, as children have the opportunity to express themselves and communicate freely and allow the little ones to know certain objects or experience certain situations, understandings of such

experiences that only will make sense when they represent them in the wonderful world of make-believe. Children, in general, are influenced by several factors in their daily lives, which may reflect on their training character. Therefore, entering school life from an early age also favors social relationships. From the above, it is concluded that teachers have a positive conception, they believe that there is a great importance of drawing as a creative and innovative source in the sense of recreating and educating at the same time, which enables the integral development of the child, affectively, socially and mentally.

KEYWORDS: *Drawing, Development and Early Childhood Education.*

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL

A legislação educacional estabelece que a Educação Infantil deve atender as crianças de 0 a 5 anos, conforme segue:

Art.21. A educação escolar compõe-se de: 1. Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Seção II. Art. 29... A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II- pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos. Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996 p. 25).

As Diretrizes Nacionais da Educação Infantil propõem qualidade no desenvolvimento das crianças, em seu contexto social, ambiental e cultural:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1996 p. 28).

Para conceituar corretamente a Educação Infantil, há que se atingir a compreensão de que a etapa que vai de zero a cinco anos, na vida da criança, é um momento em que todo o trabalho voltado para o desenvolvimento infantil deve se realizar, ou seja, é nele que se deve

explorar o seu desenvolvimento, suas características físicas, emocionais, cognitivas, afetivas e sociais. E, portanto, a interação, as brincadeiras e a espontaneidade são consideradas atividades importantes e necessárias para o desenvolvimento da criança. É necessário que tenhamos claro que a criança precisa ser ao mesmo tempo, educada e cuidada. É um trabalho que deve permitir o desenvolvimento das suas potencialidades, a aquisição do conhecimento e a construção desse conhecimento de maneira diferenciada.

A aprendizagem das crianças deve acontecer de maneira integrada no processo do desenvolvimento infantil, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, de relação interpessoal, de ser e estar com outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e confiança e acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 2001, p. 23).

Nesse sentido, podemos afirmar que no início da escolaridade, ao realizar as atividades lúdicas em sala de aula, as crianças trazem consigo pelo menos um jogo ou uma brincadeira, e isso deve ser compartilhado com aqueles que estão à sua volta, podendo a criança, se sentir valorizada por trazer algo do seu cotidiano.

As crianças, de um modo geral, são influenciadas por diversos fatores em sua vida diária, que podem refletir em seu caráter de formação. Portanto, ingressar na vida escolar desde cedo também favorece as relações sociais. Por volta dos dois anos de idade, os pequenos deixam a fase do egocentrismo. Nesse momento, começam a ter com mais clareza a ideia do outro. Como hoje em dia muitas crianças não têm irmãos, o local para o contato com outras crianças é a escola.

A Educação Infantil é um período muito fértil e a criança precisa ser conduzida de maneira adequada para não comprometer sua formação, sendo que a “escola é capaz de estimular a formação das crianças em

várias áreas e de maneira constante. Para a criança, tudo é brincadeira e, enquanto ela brinca, ela aprende”(SACCHETTO, 2000, p. 25), outro fator que torna a educação infantil importante é porque ela serve como alicerce para o conhecimento que a criança vai adquirir durante a vida.

Nessa direção, Vygotsky (1984) afirma que no início da vida da criança, sua ação sobre o mundo é determinada pelo contexto perceptual e pelos objetos nele contidos.

A inserção da educação infantil na educação básica, como sua primeira etapa, é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar – lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer – lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. (BRASIL, 1996).

A necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo-se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando. Para desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 5 anos, torna-se imprescindível a indissociabilidade das funções de educar e cuidar.

Sendo a ação da educação infantil complementar à da família e à da comunidade, deve estar com essas articuladas, o que envolve a busca constante do diálogo com as mesmas, mas também implica um papel específico das instituições de educação infantil no sentido de ampliação das experiências, dos conhecimentos da criança, seu interesse pelo ser humano, pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade:

O meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. Há dois pressupostos de partida: primeiro, é que a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso aos conteúdos; segundo, que a aprendizagem deve ser ativa e, para tanto, supõe-se um meio estimulante. (LANEE CODÓ apud LA ROSA, 2002, p. 32).

Sendo assim é importante que o centro de educação infantil tenha clareza e comprometimento com a sua prática nas atividades dirigidas às crianças. Pesquisadores afirmam que as peculiaridades da criança nos primeiros anos de vida, antes de ingressar na escola fundamental, exige pensar em objetivos que contemplem também as dimensões de cuidado e outras formas de manifestação e inserção social próprias deste momento da vida.

Sabemos que a criança é um ser social e que se desenvolve entre outros seres humanos no espaço e tempo determinados. Esse desenvolvimento é sequencial e caminha de estruturas mais simples para estruturas mais complexas. “O desenvolvimento, portanto, é uma equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio maior” (PIAGET, 1990, p. 11).

Porém, não podemos esquecer o fato de que, conforme mostra Vygotsky (1984, p. 110) “O aprendizado das crianças começa muito antes delas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia”.

Para Vygotsky (1984, p. 110), o aprendizado:

[...] tal como ocorre na idade pré-escolar difere nitidamente do aprendizado escolar, o qual está voltado para assimilação de fundamentos do conhecimento científico. No entanto, já no período de suas primeiras perguntas, quando a criança assimila os nomes dos objetos em seu ambiente, ela está aprendendo. De fato, por acaso é de se duvidar que a criança aprenda a falar com os adultos; ou que, através da formulação de perguntas e respostas, a criança adquira várias informações; ou que, através da imitação dos adultos e através da instrução recebida de como agir, a criança desenvolve um repositório completo de habilidades.

Assim, o ser humano é um ser ativo no processo de aprendizagem, no qual a mediação nas formas superior de comportamento (percepção, memória, atenção) é assimilada de acordo com a organização mental prévia de cada um. Em consequência desse processo o indivíduo passa a modificar a sua realidade.

O mundo da criança na educação infantil é um mundo mágico. O jogo do “faz de conta” domina todas as suas atividades. Através da imaginação e da fantasia a criança salta as fronteiras do tempo e do espaço e aumenta os limites de sua força real.

Para Piaget, não existe técnica hereditária de imitação, assim lactente vai aprendendo pouco a pouco o ato de imitar:

Primeira, é simples excitação, pelos gestos análogos do outros, movimentos visíveis do corpo (sobretudo das mãos) que a criança sabe executar espontaneamente, em seguida, a imitação senso-motor torna-se uma cópia cada vez mais precisa de movimentos que lembram os movimentos conhecidos, e, finalmente, a criança reproduz os movimentos novos mais complexos [...] (PIAGET, 1990 p. 67).

A criança passa a se servir de seu corpo e de seus gestos para representar os objetivos a fim de se expressar em atos a imagem mental que faz desses objetos. Ou seja, através da imitação, a criança interpreta a realidade e interage com o seu mundo. Machado (2003, p.21) afirma que:

Brincar é nossa primeira forma de cultura. A cultura é algo que pertence a todos e que nos faz participar de ideais e objetivos comuns. A cultura é o jeito de as pessoas conviverem se expressarem, é o modo como às crianças brincam, como os adultos vivem, trabalham, fazem arte. Mesmo sem estar brincando com o que denominamos “brinquedo”, a criança brinca com a cultura.

O brincar é uma linguagem e que para explorar, descobrir e apreender a realidade, a criança utiliza o faz de conta e as brincadeiras. Brincando, ela aprende a linguagem dos símbolos e entra no espaço original de todas as atividades sócio-criativo-culturais.

Como ressalta Fortuna (2008, p.15):

[...] Brincar é um meio de aprender a viver e de proclamar a vida. Um direito que deve ser assegurado a todos os cidadãos, ao longo da vida, enquanto restar dentro do homem a criança que ele foi um dia e enquanto a vida nele pulsar. ‘Quem vive brinca’.

O brincar é tão importante no desenvolvimento da criança, é também fundamental para o desenvolvimento da aquisição da comunicação e dos vários fatores entre eles: o biológico, o afetivo e o social.

No processo de socialização para a respectiva cultura, as crianças aprendem coisas que constituem as características comuns da sua cultura, por exemplo: mitos, contos de fadas, canções e história. As ferramentas integram uma arte extremamente importante de uma cultura, a criança precisa de ir conhecendo as ferramentas fundamentais para a nossa cultura [...]. (SALOMÃO, 2007, p. 78).

O conceito central da teoria de Vygotsky é o de Zona de Desenvolvimento Proximal, e o autor define como a discrepância entre o desenvolvimento atual da criança e o nível que atinge quando resolve problemas com auxílio. Partindo deste pressuposto considera-se que

todas as crianças podem fazer mais do que o conseguiriam fazer por si sós.

A criança fará amanhã sozinha aquilo que hoje é capaz de fazer em cooperação:

Por conseguinte, o único tipo correto de pedagogia é aquele que segue em avanço relativamente ao desenvolvimento e o guia; devem ter por objetivo não as funções maduras, mas as funções em vias de maturação. (VYGOTSKY, 1979, p. 138).

Vygotsky, que apresenta o conceito de Zona do Desenvolvimento Proximal, faz referência à criança em idade escolar, no entanto, isto não significa que o autor considere que este conceito seja apenas aplicável em idade escolar e em consequência do papel exercido pelas aprendizagens formais.

A criança brinca pela necessidade de agir em relação ao mundo mais amplo dos adultos e não apenas ao universo dos objetos a que ela tem acesso, o brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade.

Para Piaget (2010), o desenho pode ser considerado uma manifestação semiótica, ou seja, uma das maneiras que a função de atribuir significado pode ser construída ou expressada. Essa atividade é realizada concomitante com as demais manifestações desenvolvidas pela criança, com relação à construção da linguagem verbal, com o brincar e com o brinquedo.

Lavelberg (2003) postula que o desenho da criança recebe desde muito cedo a influência da cultura que está ao seu redor, como por intermédio de materiais e suportes com que faz seus trabalhos, de imagens e várias produções artísticas que observa por meio da mídia, do computador, dos livros, gibis, objetos artísticos, vídeos, cinemas e outros recursos. A autora também menciona que a criança pode ser autônoma ao realizar e interpretar trabalhos artísticos, embora realize as atividades por meio de influência cultural, recebe das suas vivências do meio em que está inserida, das aprendizagens, das suas ideias criativas relacionadas ao que é o desenho e para que serve, sua criatividade e reflexão acerca das suas produções artísticas e dos outros.

O desenho infantil no século XIX passava pela avaliação rigorosa dos adultos, ou seja, o resultado final de todo processo criativo da criança deveria seguir os padrões da concepção estética dos adultos. No entanto, os adultos seguiam fielmente as propostas pedagógicas do ensino

tradicional, que tinha como objetivo o desenvolvimento da destreza, da precisão e da cópia. Por meio dessas coibições, as crianças começam a denominar seus desenhos de feios, ridículos, afirmando que não sabem desenhar, ficam cada vez mais inseguros e com medo de errar, o mesmo acontece quando a atividade a ser realizada apenas enfatiza a pintura e o desenvolvimento da coordenação motora, que não possibilita à criança criar seus desenhos por meio de suas vivências e experiências:

A fase lúdica da infância se expressa nos desenhos, por meio de linhas, traços e cores, dando vida as suas criações. Dessa maneira, esse ensino contribui para o desenvolvimento do potencial criativo, pois compreende que as crianças devem expressar sua criatividade por meio do desenho, não necessariamente como livre expressão, mas como postula Barbosa (2012b, p. 26), "a ideia de basear o ensino da arte no fazer e ver arte é o cerne de todas as manifestações pós-modernas da arte/educação em todo mundo". Portanto, o ensino deve propiciar para as crianças ações que possibilitem experiências significativas com as linguagens artísticas e, dessa maneira, contribuirá para o desenvolvimento da expressão, da criatividade, da imaginação, da percepção, da emoção e da criação.

Garatuja (0 a 2 anos): essa fase do desenvolvimento infantil faz parte da fase que Piaget (2010) denominou de Sensório-motora (0 a 2 anos) e também está no início da fase pré-operacional, que corresponde de 2 a 7 anos. Essa fase tem como característica a busca visual pelo objeto, esse desenvolvimento mental é fundamental para a criança, pois precisa ser aprendida antes de iniciar outro conceito, que seria a permanência do objeto, ou seja, a criança vai percebendo que o objeto que procura com seu olhar ora desaparece e ora aparece. Nesse período, a figura humana não existe em seus desenhos, pois para a criança ainda não tem valor.

Piaget (2010) defende que a criança, no início dessa fase nomeada de garatuja, desenha simplesmente por extremo prazer para descobrir movimentos e, para ver riscos deixados no papel. As cores, para a criança nessa fase não têm muito valor, pois o que interessa é o contraste que deixou no papel. Para Piaget (2010), a garatuja pode ser dividida em dois momentos, que denominou de garatuja desordenada e ordenada, são dois momentos que ocorrem na fase sensório-motora.

Na garatuja desordenada, a criança ao desenhar faz movimentos amplos, desordenados e contínuos, não havendo nenhuma preocupação no desenho em si, mas no gesto que faz ao movimentar o lápis ou giz. A criança desenha várias vezes no mesmo espaço, não interessando o

desenho que já consta no papel, ela também não se prende aos limites da folha, ou seja, a garatuja sai várias vezes fora da folha.

Piaget (2010) destaca que essa fase está relacionada à fase pré-operatória, ou seja, no pré-esquemática, a criança faz uma relação entre o que está desenhando, com o seu pensamento e com o meio que está ao seu redor. Até os dois anos, aproximadamente, a criança está na fase da garatuja, faz riscos sem qualquer intenção com esse ato, porque para ela, nessa fase, o desenho em si não tem qualquer significado e, sim, as marcas que deixou registrada na folha.

A partir dos três anos, a criança começa a atribuir significados ao seu desenho, faz riscos verticais e horizontais, espirais e circulares e, às vezes, nomeia o que desenhou. Aos quatro anos, a criança torna-se ainda mais criativa e representa o que sente por meio dos seus desenhos. Nessa fase, a criança desenha o que ela realmente está vivenciando e sentindo, não se preocupando com o tamanho e a cor correta do que desenhou, pois ela desenha as coisas a sua maneira e não parecido com o real. TÓPICO.

A criança desenha a partir de suas emoções e sentimentos, ou seja, no início dessa fase, a criança ainda não faz relação do traçado e da cor com as características próprias do desenho, apenas utiliza sua imaginação para desenhar. Quando a criança desenha, ela estabelece uma ação com o desenho, parece que dá vida aquilo que desenhou, mas é fruto da sua imaginação.

Na fase pré-esquemática, a criança procura imitar a escrita dos adultos ou imagens que observa nas mídias e ao seu redor. Como nessa fase a criança desenha pelo prazer, o fato de levantar e abaixar o lápis no papel estimula o desenvolvimento de sua capacidade criadora. Por volta dos quartos anos, a criança começa a nomear o que desenhou e, a garatuja vai dando espaço para as formas.

A criança, nesse estágio, começa a desenhar a figura humana, surge a representação denominada de homem girino, ou seja, a criança desenha um círculo caracterizando a cabeça e faz os braços ou as pernas, o

restante do corpo ainda não é desenhado. No desenho a seguir, podemos verificar que a criança utiliza várias linhas verticais e horizontais, bem como algumas formas circulares.

CONCLUSÃO

Os resultados dessa pesquisa possibilitaram a constatação positiva em relação ao desenho na infância, principalmente na Educação Infantil, contribui na formação social e psicológica da criança, fazendo com que ela aprenda com mais facilidade e de forma acessível à sua realidade.

Essa capacidade implica diretamente nas possibilidades mais amplas do conhecimento de mundo, portanto, o desenho faz parte da elaboração e das noções referentes às áreas de conhecimento, o desenho permite exercícios de movimento, linguagem, imaginação, percepção e concentração numa mesma atividade. Assim, nesse âmbito de aprendizagem a criança constrói seu conhecimento social, afetivo, cognitivo e motor.

Além da interação, do desenho proporciona mecanismo para desenvolver a memória, a linguagem, a atenção, a percepção, a criatividade e habilidade para melhor desenvolver a aprendizagem.

Constatando dessa forma, que é possível aprender e se desenvolver brincando, sendo de suma importância reconhecer o desenho como essencial para a formação da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Educação Infantil** – No 9.394/1996. 4. ed. Brasília, 1998.

CUNHA, Nyelse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. São Paulo: Maltese, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida, et al. **Jogo, Brinquedo, Brincadeiras e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAES MARIA. V.; ALMEIDA. S.; SILVA. A. X.; ALMEIDA. B. C.; FURTADO, J. L.; BARBOSA. R. V. C. A ludicidade no processo ensino-aprendizagem. *Corpus et Scientia*, vol. 5, n. 2, p.5-17, setembro 2006.

PIAGET, J. **A formação do Símbolo na Criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

VIGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

**PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA
NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO –
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO
ANTONIO DE SOUZA POLO NO
MUNICÍPIO DE JARAGUARI MS**

Eliana Batista de Carvalho
Luciene Antunes Barbosa
Ozana dos Anjos Santana

DOI: 10.46898/home.fcc332aa-c218-4b11-892b-
acab68d5a479

PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA POLO NO MUNICÍPIO DE JARAGUARI MS.

Eliana Batista de Carvalho ¹

Luciene Antunes Barbosa²

Ozana dos Anjos Santana³

RESUMO:

O trabalho tem por objetivo conhecer o desenvolvimento do processo da leitura e escrita no ciclo de alfabetização da Escola Municipal Francisco Antônio de Souza Polo, situada em Jaraguari MS. Destacando a importância da metodologia do professor bem como o trabalho pedagógico no cotidiano escolar, no que diz respeito às práticas pedagógicas de leitura e escrita desenvolvidas nas salas de alfabetização. O ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano), o objetivo do professor deve ser o de promover o ensino do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), é primordial também fazer uso da escrita nas interações sociais. Assim, o contato com a diversidade de gêneros e as situações de leitura e produção de textos pode ampliar a possibilidade de o aluno recorrer à tecnologia da escrita. Como metodologia realizou-se uma pesquisa bibliográfica e de campo utilizando um questionário que deram sustentação ao estudo, a pesquisa de campo se deu para verificar as principais práticas de leitura e escrita desenvolvidas no ciclo de alfabetização. As análises dos resultados apontaram que no ciclo de alfabetização desta unidade escolar contam com diversos materiais que favorecem aprendizagens mais significativas em relação à leitura e escrita. Dentre os vários suportes textuais que podem atrair as crianças e as formações continuadas dos professores no PNAIC e Roda da Leitura. Concluiu-se que o grande desafio dos professores é desenvolver práticas pedagógicas que favoreçam a formação de crianças, que reconheçam os usos da escrita em práticas sociais e que possibilitem a formação de leitores e escritores.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura, Escrita, Prática, Alfabetização.

ABSTRACT:

This aims to understand the development of the process of reading and writing classes in the Municipal School cycle Francisco Antonio de Souza Polo, located in Jaraguari MS. Highlighting the importance of the teacher's methodology and pedagogical work in school life, with regard to the teaching of reading and writing practices developed in literacy classes. The literacy cycle (1st to 3rd year), the aim of the teacher should be to promote the teaching of Alphabetic Writing System (SEA), it is essential also to make use of writing in social interactions. Thus, contact with the diversity of genres and situations of reading and production of texts can increase the possibility of the student use the technology of writing. The methodology conducted a literature and field research using a questionnaire that gave support to the study, fieldwork was given to verify the main reading and writing practices developed in literacy cycle. The analysis of the results showed that the literacy cycle of this school unit have different materials may favor more meaningful learning in relation to reading and writing. Among the various textual media that can attract children and continuing education of teachers in PNAIC and Wheel Reading. It concluded that

the challenge for teachers is to develop pedagogical practices that promote the education of children, recognizing the uses of writing in social practices and provide training for readers and writers.

KEYWORDS : Reading, Writing , Practice , Literacy .

1. INTRODUÇÃO

Considerando as possibilidades de estudar a criança no contexto da apropriação do sistema de escrita alfabética, o presente trabalho visa relatar os dados da pesquisa envolvendo trabalho de campo, com o tema: Prática de leitura e escrita no ciclo de alfabetização, realizado na Escola municipal Francisco Antônio de Souza Polo, no município de Jaraguari MS.

Como problemática partiu se do pressuposto de que a prática de leitura e escrita são instrumentos necessários para as diversas áreas do conhecimento? De que forma os professores vem estimulando os alunos na prática de leitura e escrita, no contexto do ciclo alfabetização?

A temática escolhida justifica-se pelo fato da leitura ser um ato sumamente individual, uma adesão voluntária do sujeito e trata-se de um movimento interior que se perfaz no intelecto do aluno, mas se estende e faz vibrar as suas cordas mais sensíveis.

Apresenta se as questões teóricas, abordando a fundamentação a partir de algumas concepções relacionadas à prática de leitura e escrita a fim de proporcionar uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento da criança e as práticas pedagógicas do professor do ciclo da alfabetização.

Destaca se a metodologia da pesquisa a partir de temas relevantes a discussão como: professores e suas concepções e práticas, questionamentos relevantes à leitura e escrita.

Também apresenta se as análises e interpretação dos resultados, com a organização de um relato descritivo para explicitar a compreensão dos dados obtidos.

Por fim, estão as considerações, momento este de reflexão para aqueles que se dedicam à ação e à reflexão sobre as concepções da prática de leitura e escrita na alfabetização.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolvimento da pesquisa, conforme os objetivos do estudo optou-se por realizar uma investigação envolvendo um trabalho de campo, numa perspectiva descritiva. Assim “A pesquisa de campo utiliza técnicas específicas, que têm o objetivo de recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo” (ANDRADE, 2001, p. 146).

De acordo com Gil (1999, p. 46),

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também os mais solicitados por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos [...]

O trabalho constitui em uma pesquisa de investigação realizada no mês de novembro do ano de 2018, com a aplicação de um questionário com 10 questões, com a coordenadora pedagógica e a 3 professoras formadas em pedagogia do ciclo de alfabetização da Escola Municipal Francisco Antônio de Souza Polo, situada na Rua José Serafim Ribeiro, nº80, no Município de Jaraguari - MS.

A pesquisa buscou analisar as concepções e as práticas existentes na Instituição de Ensino centradas na prática de leitura e escrita, sobre os recursos didáticos, planejamento, estratégias, metodologia. E traz como problemática, o pressuposto de que a prática de leitura e escrita são instrumentos necessários para as diversas áreas do conhecimento? De

que forma os professores vem estimulando os alunos na prática de leitura e escrita, no contexto do ciclo alfabetização?

Os questionários foram aplicados através de um encontro na sala dos professores durante o horário de planejamento dos professores, as perguntas foram feitas e transcritas pela pesquisadora. Também se realizou a observação, voltada à atenção ao planejamento, rotina dos professores, organização das ações, recursos didáticos utilizados, metodologia, competência e habilidades dos conteúdos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa procura se explicitar a importância da leitura e escrita no processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), em relação à teoria e prática, as contribuições do aprender e do processo de aprendizagem e dos conhecimentos no desenvolver dos alunos.

Em análise a matriz curricular da Escola Municipal Francisco Antônio de Souza Polo constatou se que a escola tem um componente curricular/disciplina de Produção Interativa, que passou a integrar o currículo, a partir de 2015, da parte diversificada, no ensino fundamental da rede municipal.

A disciplina tem como objetivo de ajudar o professor de língua portuguesa em os quatro eixos de modo articulado para melhor explicitar os objetivos pedagógicos que facilitarão o processo de ensino e de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental: eixo da oralidade, no eixo da prática da leitura, no eixo da prática de produção e reprodução, no eixo análise e reflexão sobre a língua e a linguagem.

A professora do 1º ano destacou que as crianças aprendem a ler participando de atividades de uso da escrita junto com pessoas que dominam esse conhecimento, aprendem com mais facilidade quando convivem que estimulam dentro do seu ambiente a acham que podem fazer isso. É difícil uma criança aprender a ler quando se espera dela o

fracasso ela não demonstra muito interesse em aprender a ler se ela não achar finalidade na leitura.

Para a professora do 2º ano trabalhar com textos variados e de diferentes gêneros é de suma importância na contribuição da alfabetização e letramento das crianças, também mencionou a seleção do material escrito, deve estar guiada pela necessidade de iniciar as crianças no contato com diversos textos e de facilitar a observação de práticas sociais de leitura e escrita.

Na opinião da professora do 3º ano para aprender a ler é preciso lidar com a diversidade de texto, e os leitores para participarem de atos de leitura de fatos, precisam negociar o conhecimento que já têm e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivo e ajuda de um professor alfabetizador.

Segundo a Coordenadora Pedagógica os professores do ciclo da alfabetização participam de algumas formações continuada que ajudam na metodologia da leitura e da escrita. Atualmente participam do Projeto entre na roda e do PNAIC (Programa Nacional na Idade Certa), programa esse que tem por objetivo de em ajudar os professores aprofundar a compreensão sobre o currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a definição de direitos de aprendizagem e desenvolvimento nas áreas da leitura e da escrita.

O programa PNAIC, também encaminhou para escola três coleções de livros de literatura infantil do acervo das obras complementares, com objetivo: permitir que a criança compreenda o funcionamento particular da escola, num processo que não deve desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato; Garantir o seu acesso qualificado ao mundo da escrita e à cultura letrada em que vivemos sem, no entanto, desconsiderar sua cultura de origem.

As obras complementares são recursos que podem favorecer a ampliação do letramento da criança e da reflexão sobre o sistema de escrita alfabética, além disso, pela característica dos livros que compõem

os acervos, é possível ainda favorecer o contato das crianças com variadas áreas do conhecimento escolar, possibilitando descobertas por meio de situações prazerosas de leitura.

A coordenadora diz que a escola tem alguns projetos de intervenções pedagógicas para acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos alunos em relação à leitura e escrita.

Uma das atividades mencionada pela coordenadora é a ficha de instrumento de registro para verificar a apropriação do sistema da escrita alfabética e da leitura:

Análise Linguística S=Sim P=Parcial N=Não

Nome:	Turma:		
Escreve o próprio nome.			
Diferencia letras e números e outros símbolos.			
Reconhece diferentes tipos de letras em textos de diferentes gêneros e suportes textuais.			
Percebe que palavras diferentes variam quanto ao número, repertório e ordens de letras.			
Percebe que as vogais estão presentes em todas as sílabas.			
Lê, ajustando a pauta sonora ao escrito.			
Domina as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a escrever palavras e textos.			
[...]			

Leitura S=Sim P=Parcial N=Não

Nome:	Turma:		
Lê textos não verbais, em diferentes suportes.			
Lê textos (poemas, canções, tirinhas, textos de tradição oral, dentre outros), com autonomia.			

Compreende textos lidos por outras pessoas, de diferentes gêneros e com diferentes propósitos.			
Estabelece relação de intertextualidade entre textos.			
Interpreta frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor.			
Localiza informações explícitas em textos de diferentes gêneros, temáticas, lidos com autonomia.			
[...]			

Oralidade **S**=Sim **P**=Parcial **N**=Não

Nome:	Turma:		
Participa de interações orais em sala de aula, questionando, sugerindo, argumentando e respeitando os turnos de fala.			
Escuta com atenção textos de diferentes gêneros, sobretudo os mais formais, comuns em situações públicas, analisando-os criticamente.			
Planeja intervenções orais em situações públicas: exposição oral, debate, contação de história.			
Analisa a pertinência e a consciência de textos orais, considerando as finalidades e características dos gêneros.			
[...]			

Produção de textos escritos **S**=Sim **P**=Parcial **N**=Não

Nome:	Turma:		
Produz textos de diferentes gêneros, atendendo a			

diferentes finalidades, por meio da atividade de um escriba.			
Planeja a escrita de textos considerando o contexto de produção: organiza roteiros, planos gerais para atender a diferentes finalidades, com ajuda de escriba.			
Utiliza vocabulário diversificado e adequado ao gênero e as finalidades.			
Revisa autonomamente os textos durante o processo de escrita, retomando as partes já escritas e planejando os trechos seguintes.			
[...]			

O direito à Educação Básica é garantido a todos os brasileiros e, segundo prevê a Lei 9394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (Art.22).

Sendo assim, a escola é obrigatória para as crianças e tem papel relevante em sua formação para agir na sociedade e para participar ativamente das diferentes esferas sociais. Dentre outros direitos, é prioritário o ensino da leitura escrita, conforme previsto no artigo 32:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo,[...].

O ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano), o objetivo do professor deve ser o de promover o ensino do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), mas não basta levar o aluno a dominar a tecnologia da escrita. É primordial também fazer uso da escrita nas interações sociais. Assim, o contato com a diversidade de gêneros e as situações de leitura e produção de textos pode ampliar a possibilidade de o aluno recorrer à tecnologia da escrita.

Ferreiro (2001) destaca que: “A escrita é importante na escola, porque é importante fora dela e não o contrário”, assim fica claro que para uma alfabetização eficaz é de suma importância levar em consideração objetos e situações do cotidiano para a sala de aula, para que o aluno utilize os conhecimentos adquiridos na escola, no seu contexto social, pois como afirma Freire (1991, p.68)

A escrita é uma prática discursiva que na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social.

Sem dúvida o processo da escrita é de suma importância para o ensino da língua portuguesa, a produção textual é uma prática que possibilita o aluno a se interar, na alfabetização faz parte da conquista da escrita por um indivíduo, ou grupo. Enquanto o letramento “focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (TFOUNI, 1995).

No entanto a alfabetização e o letramento são dois métodos de desenvolvimento da linguagem que devem estar interligadas durante todo o processo de ensino aprendizagem.

Conforme Araújo (2011), as situações de leitura e de escrita em seu universo cultural marcam, desde o primeiro momento, as explorações

das crianças com relação à escrita e à leitura, e nesse processo elas vão criando sentidos e se tornando naturalmente usuária da língua escrita.

FERREIRO destaca a importância do ambiente alfabetizador (1993):

Faz necessário criar um ambiente alfabetizador havendo um “canto ou área de leitura” onde se encontrem não só livros bem editados e ilustrados, como qualquer tipo de material que contenha a escrita (jornais, revistas, dicionários, folhetos, embalagens e rótulos comerciais, receitas, embalagens de medicamentos etc.). Quanto mais variados esse material, mais adequado para realizar diversas atividades de exploração, classificação, busca de semelhanças e diferenças para que o professor, ao lê-los em voz alta, dê informações sobre “o que se pode esperar de um texto” em função da categorização do objeto que veicula. Insisto: a variedade de materiais de materiais não é só recomendável no meio rural, mais em qualquer lugar onde realize uma ação alfabetizadora.

Pode se afirmar que criar um ambiente alfabetizador pode contribuir para que as crianças tenham oportunidades de construir conhecimentos sobre a leitura e escrita, FREIRE (1990) relata que o ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra.

A alfabetização e o ensino da língua, segundo o PCN de língua portuguesa, fala-se das necessidades da leitura e escrita na escola.

É habitual pensar sobre a área de Língua Portuguesa como se ela fosse um foguete de dois estágios: o primeiro para se soltar da Terra e o segundo para navegar no espaço. O primeiro seria o que já se chamou de “primeiras letras”, hoje alfabetização, e o segundo, aí sim, o estudo da língua propriamente dita. (PCN de língua portuguesa, p. 2, 1997).

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se

comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Quando se pensa e se fala sobre a linguagem mesma, realiza-se uma atividade de natureza reflexiva, uma atividade de análise linguística. Essa reflexão é fundamental para a expansão da capacidade de produzir e interpretar textos. É uma entre as muitas ações que alguém considerado letrado é capaz de realizar com a língua. (PCN de língua portuguesa, p. 30, 1997).

Desta forma um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Uma prática constante de leitura na escola deve admitir várias leituras, pois outra concepção que deve ser superada é a do mito da interpretação única, fruto do pressuposto de que o significado está dado no texto.

O significado, no entanto, constrói-se pelo esforço de interpretação do leitor, a partir não só do que está escrito, mas do conhecimento que traz para o texto. O professor deve compreender o que há por trás dos diferentes sentidos atribuídos pelos alunos aos textos.

A mediação do Professor no trabalho com a linguagem conforme o PCN de língua portuguesa

Nas situações de ensino de língua, a mediação do professor é fundamental: cabe a ele mostrar ao aluno a importância que, no processo de interlocução, a consideração real da palavra do outro assume, concorde-se com ela ou não. Por um lado, porque as opiniões do outro apresentam possibilidades de análise e reflexão sobre as suas próprias; por outro lado, porque, ao ter consideração pelo dizer do outro, o que o aluno demonstra é consideração pelo outro. (PCN de língua portuguesa, p. 47, 2000).

O PCN, também nos orienta com as práticas de linguagem:

A grande diversidade de gêneros, praticamente ilimitada, impede que a escola trate todos eles como objeto de ensino; assim, uma seleção é necessária. Neste documento, foram priorizados aqueles cujo domínio é fundamental à efetiva participação social, encontrando-se agrupados, em função de sua circulação social, em gêneros literários, de imprensa, publicitários, de divulgação científica, comumente presentes no universo escolar. (PCN de língua portuguesa p.53, 1997).

A leitura em sala de aula deve ser trabalhada diariamente de forma silenciosa e em voz alta, porém, alguns cuidados devem ser tomados. Antes do aluno, ou grupo, fazer a leitura para o restante da classe, esta deve ser lida com os olhos, para uma análise prévia e conclusão de possíveis dúvidas.

A produção oral pode acontecer nas mais diversas circunstâncias, dentro dos mais diversos projetos:

- atividades em grupo que envolva o planejamento e realização de pesquisas e requeira a definição de temas, a tomada de decisões sobre encaminhamentos, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- atividades de resolução de problemas que exijam estimativa de resultados possíveis, verbalização, comparação e confronto de procedimentos empregados;
- atividades de produção oral de planejamento de um texto, de elaboração propriamente e de análise de sua qualidade;
- atividades dos mais variados tipos, mas que tenham sempre sentido de comunicação de fato: exposição oral, sobre temas estudados apenas por quem expõe; descrição do funcionamento de aparelhos e equipamentos em situações onde isso se faça necessário; narração de acontecimentos e fatos conhecidos apenas por quem narra etc.

De acordo com o PCN as práticas de leitura tem a finalidade:

A formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da

intertextualidade e fonte de referências modalizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria-prima para a escrita: o que escrever. Por outro, contribui para a constituição de modelos: como escrever. (PCN de língua portuguesa p.40, 1997).

Na escola, uma prática de leitura intensa é necessária por muitas razões e pode:

- Ampliar a visão de mundo e inserir o leitor na cultura letrada;
- Estimular o desejo de outras leituras;
- Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação;
- Permitir a compreensão do funcionamento comunicativo da escrita: escreve se para ser lido;
- Expandir o conhecimento a respeito da própria leitura;
- Aproximar o leitor dos textos e os tornar familiares — condição para a leitura fluente e para a produção de textos;
- Possibilitar produções orais, escritas e em outras linguagens;
- Informar como escrever e sugerir sobre o que escrever;
- Ensinar a estudar;
- Possibilitar ao leitor compreender a relação que existe entre a fala e a escrita;
- Favorecer a aquisição de velocidade na leitura;
- favorecer a estabilização de formas ortográficas.

Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. O PCN ainda destaca na alfabetização, para aprender a ler e escrever é preciso:

É preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente a linguagem. Algumas situações didáticas favorecem especialmente a análise e a reflexão sobre o sistema alfabético de escrita e a correspondência fonográfica. São atividades que exigem uma atenção à análise — tanto quantitativa como qualitativa — da correspondência entre segmentos falados e escritos. São situações privilegiadas de atividade epilingüística, em que, basicamente, o aluno precisa: • ler, embora ainda não saiba ler; e • escrever, apesar de ainda não saber escrever. Em ambas é

necessário que ele ponha em jogo tudo o que sabe sobre a escrita para poder realizá-las. Nas atividades de “leitura” o aluno precisa analisar todos os indicadores disponíveis para descobrir o significado do escrito e poder realizar a “leitura” de duas formas: — pelo ajuste da “leitura” do texto, que conhece de cor, aos segmentos escritos; e — pela combinação de estratégias de antecipação (a partir de informações obtidas no contexto, por meio de pistas) com índices providos pelo próprio texto, em especial os relacionados à correspondência fonográfica.

Villardi (1999) menciona que a leitura é fundamental não apenas para atender às necessidades do aluno, porem para sua vida cotidiana e também na formação do cidadão, cuja tarefa é também da escola.

Segundo Barbosa (1994), quando a criança começa com seus primeiros contatos com a leitura, ela inicia o processo evolutivo da aprendizagem, pois a escrita está presente em suas várias formas e usos, permitindo considerar uma diversidade de condições de leitor.

O ato de ler permite o desenvolvimento do senso crítico, aprimorando a capacidade e as possibilidades de participação social.

Para Vygotsky (1984, p. 110), o aprendizado:

[...] tal como ocorre na idade pré-escolar difere nitidamente do aprendizado escolar, o qual está voltado para assimilação de fundamentos do conhecimento científico. No entanto, já no período de suas primeiras perguntas, quando a criança assimila os nomes dos objetos em seu ambiente, ela está aprendendo. De fato, por acaso é de se duvidar que a criança aprenda a falar com os adultos; ou que, através da formulação de perguntas e respostas, a criança adquira várias informações; ou que, através da imitação dos adultos e através da instrução recebida de como agir, a criança desenvolve um repositório completo de habilidades.

Assim, o ser humano é um ser ativo no processo de aprendizagem, no qual a mediação nas formas superior de comportamento (percepção,

memória, atenção) é assimilada de acordo com a organização mental prévia de cada um. Em consequência desse processo o indivíduo passa a modificar a sua realidade.

CONCLUSÕES

No entanto leitura e da escrita são atos que exigem processos organizados e que dependem de estímulo e motivação, pois o hábito de ler e de escrever pode ser adquirido em qualquer época da vida do estudante.

Com base na reflexão realizada nesse estudo, a prática da leitura e da escrita deve começar cedo, desde a infância, quanto antes às crianças se apropriarem desses ensinamentos, mais poderão desenvolvê-las com êxito em seus anos de escolaridade, sendo capazes de utilizá-las como práticas discursivas com muita facilidade durante sua trajetória escolar.

Vale ressaltar que a escola loca do estudo de campo realizada varias atividades e projetos de intervenções pedagógicas para acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos alunos em relação à leitura e escrita.

Dessa forma, notou se que há necessidade de alfabetizar a criança de forma que a criança esteja ligada com a leitura e a escrita. Porém este trabalho deve ser feito pelo educador e também pelas pessoas que participam do aprendizado da criança, requerendo mudanças significativas nas práticas pedagógicas comumente utilizadas para a ocorrência do seu aprimoramento nas séries iniciais e, consequentemente, a formação dos leitores do presente e do futuro.

O grande desafio dos professores é desenvolver práticas pedagógicas que favoreçam a formação de crianças, que reconheçam os usos da escrita em práticas sociais e que possibilitem a formação de leitores e escritores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, Mairce da Silva. **Ambiente Alfabetizador** - a sala de aula como um entrelugares de 2011.

BARBOSA, Juvêncio José. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1994 – 2,ed. Ver – (Coleção magistério - formação do professor; v 16).

BRASIL, MEC Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa*. v. 3, 2. ed. Brasília: DP&A, 1997.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – No 9.394/1996. 4ª ed. Brasília, 1996.

FERREIRO, Emilia: **Reflexões sobre alfabetização**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. & MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira** – Rio de Janeiro: Qualitymark / Dunya ed.,1999.

VIGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

----- . **A Construção do Pensamento e da Linguagem:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1995.

**O PROTOCOLO DE
COMUNICAÇÃO AS-I 5.0 E SUAS
PARTICULARIDADES**

Bianca dos Anjos Nogueira
Gustavo Pereira Soares

DOI: 10.46898/home.5f262d5a-a6cc-4e2d-aac2-
1447981fb07b

O PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO AS-I 5.0 E SUAS PARTICULARIDADES

NOGUEIRA, BIANCA DOS ANJOS¹

SOARES, GUSTAVO PEREIRA²

RESUMO

Conduzir este trabalho com objetivo de avaliar o AS-I, um sistema de rede industrial que realiza uma conexão entre dispositivos em campo e sistemas de processamentos de dados. Este artigo tem como finalidade, apresentar o funcionamento, as características, pontos positivos e negativos, além de exemplos práticos, referente ao protocolo de comunicação AS-i 5.0,

Palavras Chaves: Protocolo de Comunicação, Sistema de Rede, AS-i, Industrial.

SUMMARY

Conduct this work with the objective of evaluating AS-I, an industrial network system that performs a connection between devices in the field and data processing systems. This article aims to present the operation, characteristics, positive and negative points, as well as practical examples, referring to the AS-i 5.0 communication protocol,

Keywords: Communication Protocol, Network System, AS-i, Industrial.

1. INTRODUÇÃO

O protocolo AS-Interface, também conhecido como protocolo de comunicação AS-i (*Interface Sensor Atuador*) foi desenvolvido em 1990 por um consórcio liderado pela Siemens, com a colaboração de mais de 90 empresas que também eram envolvidas com outras Redes Industriais de grande porte. Teve como maior objetivo levar os benefícios dos níveis superiores da escala da automação aos sensores e atuadores.

Deste modo, foi desenvolvida a rede, caracterizada como *sensorbus*, para poder melhorar o sistema, o tornando mais fácil e eficaz para a conexão dos sensores e atuadores com os controladores. Oito anos depois ela foi padronizada pela norma EN

50295 e passou a ser considerada uma solução simples para aplicações em redes industriais, no nível mais baixo de automação.

A Rede AS-Interface foi desenvolvida para poder facilitar o barramento de Dados em Automação Industrial, porém em projetos de pequeno porte, principalmente para aqueles onde a conexão digital de sensores e atuadores faz parte da maioria das instalações elétricas da aplicação.

2. O AS-i E SUAS CARACTERÍSTICAS

AS-i, acrônimo de *Actuator Sensor Interface*, é um sistema de alimentação certificado, descentralizado e poderoso que gerencia a comunicação de dados no nível do atuador/sensor em todas as áreas da tecnologia de automação. Ele é um sistema aberto para o nível mais baixo de automação (nível *sensorbus*), e é compatível com todos os sistemas de barramento de campo comum. Ele foi implantado de maneira integral como uma normativa mundial, para transferência econômica de energia e sinais ao longo de um único cabo. O novo padrão ASI-5 conecta os atuadores e sensores comumente disponíveis do nível de *fieldbus*.

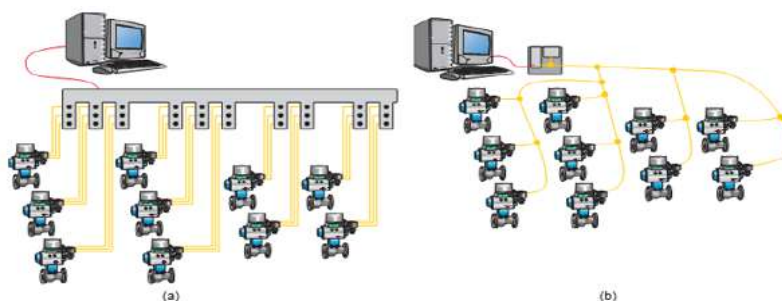


Figura 1: a) Sistemas convencionais; b) Rede AS-i.
Fonte: StoneL Corporation.

Esse tipo de sistema traz uma série de benefícios, tais como:

Simplicidade, por ser uma rede muito simples que necessita apenas de um único cabo para conectar os módulos de entrada e saída seja ele de qualquer fabricante. A de

mais, a rede não necessita de terminadores e de arquivos de descrição de equipamento.

Desempenho, pois eles são eficazes e rápidos, já existem mestres do sistema desenvolvidos para comunicarem com sistemas legados de controle e promovem uma suave integração entre tecnologias já existentes.

Flexibilidade, vincule-o a um módulo, faça o endereçamento, em seguida, conecte o cabo da rede. A rede AS-i suporta qualquer tipo de cabeamento: estrela, barramento, árvore, anelar ou qualquer outra configuração com até 100 metros de cabo. Ou, então, com a adição de repetidores é possível expandir o sistema até 300 metros. A rede AS-i é de fácil instalação, pois não há necessidade de terminadores nos pontos finais.

Custo, visto que a rede reduz o custo em até 50% em comparação as outras redes, tudo por conta da utilização de um número reduzido de cabos, o que influencia no baixo custo de instalação, comissionamento e as horas de engenharia.

2.2 Conectividade

A rede AS-i pode se conectar a fonte de duas formas, a primeira é direta. Neste caso, o mestre é parte de um CLP ou PC sendo executado dentro dos tempos de ciclos determinados por esses dispositivos. A segunda maneira de se conectar é através de um acoplador (gateway) entre uma rede de mais alto nível e a rede AS-i.

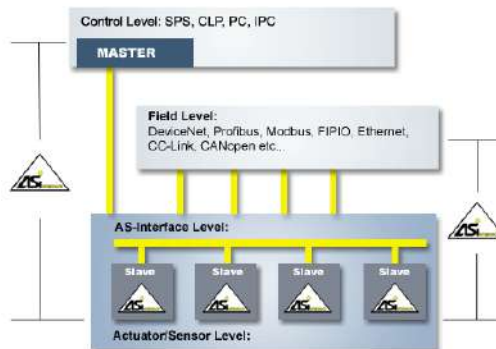


Figura 2: Interligação da com outras redes digitais.

Fonte: AS-International Association (2008)

O sistema fornece uma atuação simples para acesso a sensores e atuadores em campo. As redes industriais AS-i foram feitas para serem instaladas em ambientes automatizados, substituindo as conexões tradicionais de atuadores e sensores do tipo "switch" (liga-desliga) por um barramento único. Além desses é possível conectar ao barramento sensores/atuadores que realizam uma conversão analógico/digital ou vice-versa.

Tradicionalmente essas conexões são feitas por pares de fios que conectam um a um os atuadores e sensores ao controlador correspondente, em geral um Controlador Lógico Programável (CLP). O sistema é configurado e controlado por um mestre, o qual programa a interface entre um controlador e o sistema AS-i. Esse mestre realiza a troca de informações de forma contínua entre todos os sensores e atuadores ligados ao barramento AS-i de forma pré-determinada e periódica.

A comunicação feita é entre duas partes, onde a primeira, denominada como mestre gerencia a comunicação, e tem como função solicitar e receber os dados e comandos. Já os outros participantes, nunca iniciam uma comunicação, apenas respondem com dados para o mestre, que mantém uma lista de todos os presentes na rede e rotineiramente solicita para cada um a troca de dados.

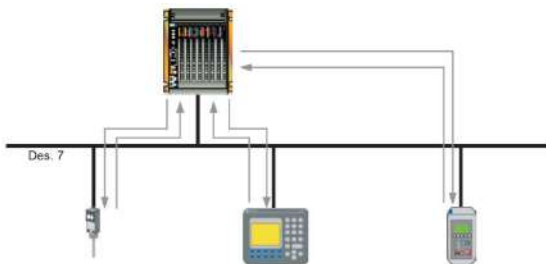


Figura 3: Comunicação Mestre / Escravo

Fonte: Rede AS-Interface M.I (2004).

2.3 A Modulação

A modulação APM é um procedimento para transmissão serial em banda base. A sequência de bits é inicialmente codificada de maneira que uma mudança de fase ocorre sempre que o sinal é modificado (codificação Manchester). O resultado é uma

corrente de envio que em conjunto com um único indutor no sistema usa diferenciação para gerar o sinal de tensão nos condutores. Vários aspectos são levados em consideração para a escolha desse processo, como o sinal de modulação tem que ser apostado ao sinal de alimentação, o processo de transmissão deve ser simples e barato para haver integração com o escravo, o sinal deve ser concentrado em uma banda estreita para que não haja interferência eletromagnética.

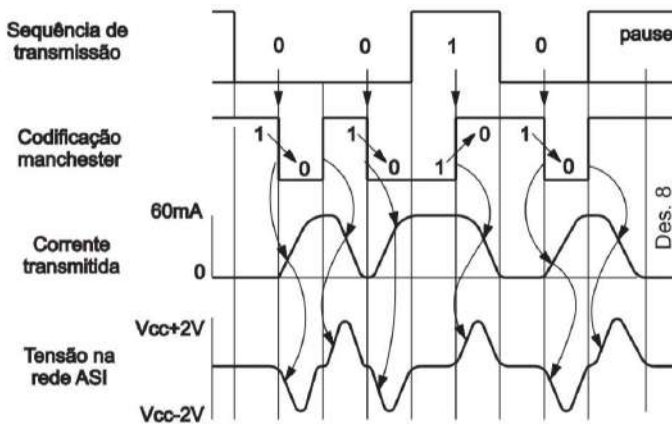


Figura 4: Comunicação Mestre / Escravo
Fonte: Rede AS-Interface M.I (2004)

A camada de transmissão, também conhecida por controle de transmissão, é responsável por fazer a troca de telegramas individuais com os escravos. Ela recebe do controle de execução uma requisição de envio, juntamente com os dados que serão enviados através do canal de comunicação, adicionando a eles o *start bit*, o *bit* de paridade e o *end bit*, gerando, portanto, o telegrama do mestre. Esse telegrama é enviado seguindo os requisitos de tempo do sistema de transmissão.

É possível que a requisição do controle de execução seja de dois tipos: transmissão única ou não. Na primeira forma, em caso de não haver resposta do escravo depois do tempo limite de espera ou a resposta não for válida, o controle de transmissão reporta imediatamente o erro à camada superior, sem reenviar o telegrama. Na segunda forma, o erro só é reportado depois de uma segunda tentativa mal sucedida. Em contrapartida, caso a transação seja bem sucedida, o controle de transmissão

fornece ao controle de execução os dados enviados pelo escravo, sem os bits adicionais de início, e fim de paridade.

Cabe também ao controle de transmissão reportar um sinal AS-i *Power Fail* (APF), que indica tensão abaixo do limite inferior no barramento AS-i. A estrutura de comunicação entre o mestre e os escravos, consiste em um chamado do mestre, uma pausa, a resposta do escravo, e uma nova pausa.

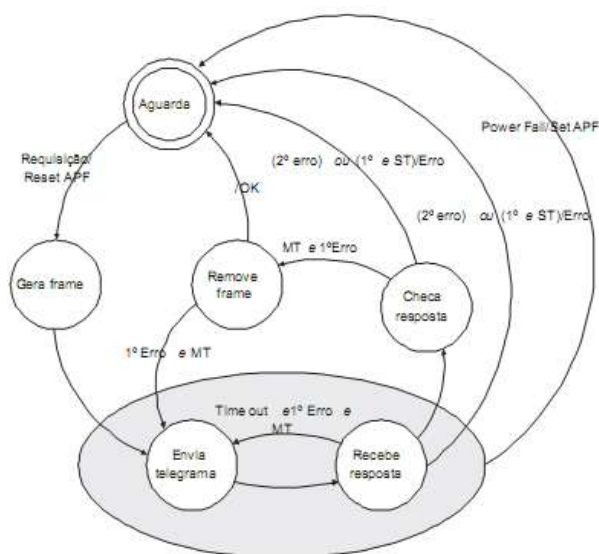


Figura 5: Controle de transmissão
Fonte: SANCHES, L.B. (2004)

2.4 Rede

A topologia de rede é deixada ao usuário, o que facilita o seu projeto. A restrição que deve ser observada é o limite máximo de 100m de comprimento para o cabo. É importante notar também que não são necessárias impedâncias terminais, o que também facilita a instalação. Estruturas em árvore, linear, estrela e até em anel são permitidas.

Em caso de necessidade de conexões com comprimentos maiores, repetidores podem ser usados, ampliando o alcance da rede, desde que respeitados os limites de 62 escravos e um mestre.

Quando se tem a necessidade de mais instalações, em relação ao valor permitido, pode se utilizar mais cartões mestres, desde que fique dentro de algumas adequações, como: memória disponível, os slots e a velocidade.

Há 2 tipos de cabos para rede, o cabo Flat amarelo, padrão da AS-Interface possui uma seção geometricamente especificada e transmite ao mesmo tempo dados e alimentação para os sensores. Existe ainda um cabo auxiliar na cor preta para 24Vcc e marrom para CA, que tem como função básica levar alimentação auxiliar para os módulos I/O de saída que devem atuar cargas que consomem mais energia, evitando alta queda de tensão no cabo de rede.

O cabo Redondo PP, que possui as mesmas características elétricas (seção, impedância e capacitância distribuída) que permite a implementação de redes com o mesmo comprimento de 100 m. Deve-se ser sempre utilizado com os equipamentos de rede certificado para uso em atmosferas potencialmente explosivas.

Já os endereços de todos os escravos participantes tem que ser programados antes do funcionamento da rede. Isto pode ser feito através do mestre da rede ou através de um aparelho que faz o endereçamento. Os endereços podem ser configurados de 1 a 31. Um escravo novo, ainda não endereçado, tem o endereço 0, ele também é reconhecido pelo mestre como novo e ainda não endereçado, neste caso o escravo ainda não estará integrado na rede. Existe uma opção estável no gateway de auto endereçamento, que caso esteja ativo, ao encontrar um escravo novo na rede (endereço 0), o gateway automaticamente ré endereça o módulo para o primeiro endereço faltante em sua configuração (relação de escravos) que tenha os mesmo parâmetros de configuração (I/O e ID).

2.5 Software

O software mais comum encontrado em aplicações AS-Interface é o "AS-Interface Control Tolls" da Bihl Wiedmann, necessário para configuração do sistema. Lembramos que existem outros softwares de outros fabricantes para configuração da rede e também os softwares específicos para programação de lógica de intertravamento dos PLC's de outros fabricantes ou ainda até de controles baseados

em PC. Através do software AS-Interface Control Tools pode-se visualizar os escravos detectados na rede, bem como alterar seus endereços.

Através do botão de monitoração, pode-se verificar o estado das entradas e saídas, desde que o software esteja funcionando no modo on-line, para que os dados do equipamento possam ser apresentados. Observe que existe um retardo entre o acionamento das entradas e sua indicação, pois a comunicação utilizada é assíncrona, pois a rede está informando prioritariamente o PLC, e somente quando existe disponibilidade é que as informações chegam ao PC. Para ver os dados deve-se conhecer o equipamento de campo, portanto vide o manual do fabricante para saber os significados dos bits.

Deste modo, é notório as vantagens da utilização do protocolo de comunicação AS-i são muitas, e você pode aproveitá-las em sua planta industrial para a instalação de diversos equipamentos e máquinas, pois sua velocidade é adequada e atende bem até mesmo em redes mais robustas.

CONCLUSÃO

A partir desse artigo, conseguimos ver e compreender todos os benefícios que esse tipo de sistema pode trazer para seu sistema de automação. O AS-i é o mais indicado pois é considerado como o mais econômico e ideal para comunicação entre atuadores e sensores.

Os benefícios da utilização de uma rede AS-i vão desde economias de hardware até o comissionamento de uma rede AS-i propriamente dita.

REFERÊNCIAS

AS-INTERFACE. **ASi-5: Increased Performance**. ASI. Disponível em: < <https://www.as-interface.net/en/asi-5/technology> >. Acesso em: 24 out.2022.

SANCHES, L.B. (2004). **Estudo Técnico EST-DE-0087-04** – Protótipo AS-i, Nova Smar S/A, agosto.

SENSE SENSORS E INSTRUMENTS. **Guia de Instalação AS-Interface**. Disponível em:< <https://www.sense.com.br/arquivos/produtos/arg0/3000000093A.pdf> >. Acesso em: 24 out.2022.

SMAR TECHNOLOGY COMPANY. **Relatório sobre a Tecnologia AS-i**. Smar. Disponível em: < <https://www.smar.com/pt/asi> >. Acesso em: 24 out.2022.

**A TECNOLOGIA INDUSTRIAL
FIELDBUS FOU DANTION**

Bianca dos Anjos Nogueira
Gustavo Pereira Soares

DOI: 10.46898/home. a96ec3af-06f0-4db8-8d5d-
89b216e2d60c

A TECNOLOGIA INDUSTRIAL FIELDBUS FOUNDATION

BIANCA DOS ANJOS NOGUEIRA

Biih_nogueira@hotmail.com

GUSTAVO PEREIRA SOARES

gustavopereirasoares@gmail.com

RESUMO

O presente artigo, tem como objetivo apresentar a tecnologia Fieldbus Foundation. O Foundation Fieldbus é um sistema de comunicação totalmente digital, em série e bidirecional que conecta equipamentos "Fieldbus" tais como sensores, atuadores e controladores. O fieldbus é uma rede local (LAN) para automação e instrumentação de controle de processos, com capacidade de distribuir o controle no campo. Mostrando assim todas as características do produto, e apresentar todo o protocolo da rede tais como: funcionamento, vantagens, desvantagens e seu uso. Visto que os dispositivos modernos Fieldbus, com comunicação poderosa microprocessada permitem que os erros de processo possam ser reconhecidos mais rapidamente e com uma maior certeza. Como consequência, os operadores de planta são notificados de condições anormais ou da necessidade de manutenção preventiva, e podem tomar melhores decisões sobre a produção. Os problemas que diminuem a eficiência operacional são corrigidos mais rapidamente, permitindo um aumento no rendimento enquanto que o custo de matéria prima e os problemas de emissões perigosas diminuem.

Palavras Chaves: Protocolo, Tecnologia, Rede, Fieldbus, Foundation.

SUMMARY

This article aims to present the Fieldbus Foundation technology. Foundation Fieldbus is a fully digital, serial, two-way communication system that connects "Fieldbus" equipment such as sensors, actuators and controllers. Fieldbus is a Local Area Network (LAN) for process control automation and instrumentation, with the ability to distribute control in the field. Thus showing all the characteristics of the product, and presenting the entire network protocol such as: operation, advantages, disadvantages and its use. Since modern Fieldbus devices, with powerful microprocessor communication allow process errors to be recognized more quickly and with greater certainty. As a result, plant operators are notified of abnormal conditions or the need for preventive maintenance, and can make better production decisions. Problems that decrease operational efficiency are corrected more quickly, allowing for an increase in yield while raw material cost and hazardous emissions issues are reduced.

Keywords: Protocol, Technology, Network, Fieldbus, Foundation.

1. INTRODUÇÃO

A Fieldbus Foundation foi criada a partir da relação de duas empresas conhecidas como: ISP (Interoperable Systems Project) e WorldFIP (World Factory Instrumentation Protocol). A união e o estabelecimento para a criação da empresa, surgiu do desejo

que ambas tinham de criar uma nova tecnologia que pudesse operar no âmbito de áreas com alto índice de explosão.

Ademais começou a nascer a ideia e a necessidade de se desenvolver um protocolo baseado nas normas que levava em consideração as normas IEC, que pudesse ser aplicado na indústria e na área de automação, e assim surgiu o protocolo Foundation Fieldbus.

Até os dias atuais é a organização que cuida de toda a parte de manutenção e inovação desse protocolo. Ele não faz parte de nenhuma empresa autoritária e nem é regulado por apenas um único órgão ou nação. E a empresa não tem nenhum fim lucrativo.

Ela veio para substituir o protocolo HART o 4-20mA e comunicações on/off, 100% digital, realiza a comunicação e alimentação de muitos mecanismos. Todo o processo de desenvolvimento e teste, deste produto levou mais de 10 anos. Por ser um sistema e um protocolo que tem com função atuar em áreas extremamente perigosas, a organização foi extremamente cautelosa em seus estudos para chegar em um melhor resultado.

2. A FINALIDADE DO SISTEMA

O Fieldbus é um sistema de comunicação digital bidirecional que faz a ligação entre os mecanismos de campo com sistemas localizados na sala de comando. Esse sistema leva em consideração o pensamento de que as informações não devem ser todas centralizadas em uma única parte de todo o processo, mas sim dividida do nível mais baixo até o mais complexo.

A integração num ambiente simulado foi feito no simulador de protocolo FOUNDATION FieldbusTM denominado FBSIMU (Pinotti Jr e Brandão, 2005) (Pantoni et al., 2008).

O simulador foi desenvolvido em LabVIEW, utilizando a linguagem de programação G, nativa do ambiente. Cada módulo do FBSIMU simula uma estrutura de um sistema FF real, tais como escalonamento de mensagens na rede, algoritmos de controle,

blocos funcionais, processos controlados, processos de supervisão entre outros. Dentre as funcionalidades do ambiente FBSIMU, pode-se destacar:

- Proporcionar ferramentas e frameworks para o projeto e implementação de blocos funcionais customizados ou blocos funcionais padrão no ambiente de simulação;
- Executar blocos funcionais de forma contínua ou única, com a possibilidade de monitorar e modificar parâmetros de configuração e de entrada;
- Configurar e executar malhas de controle de blocos funcionais segundo uma tabela configurável de escalonamento de blocos funcionais e de mensagens;
- Utilizar modelos de simulação de sistemas dinâmicos, conjugados às malhas de blocos funcionais, de modo a estabelecer um sistema de controle de malha fechada sincronizado com a planta simulada;
- Realizar a aquisição de dados de barramento de fieldbuses reais e analisá-los de modo a estimar parâmetros e variáveis de comunicação

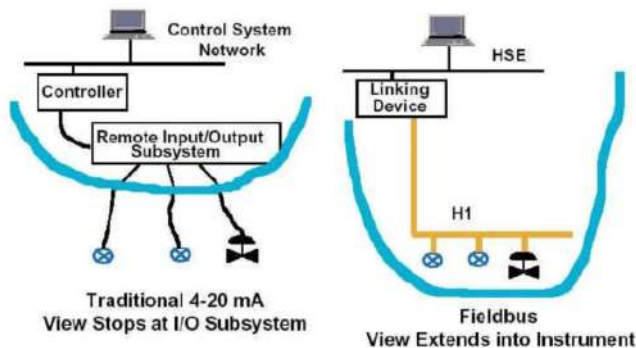


Imagem 1: Demonstração da unificação de mecanismos;
Fonte: Slide Share, 2010.

Duas áreas principais de aplicação foram criadas, a partir do meio físico, sendo elas H1 e H2. A H1 tinha como sua principal função, substituir o padrão analógico de 4-20mA em todos os sistemas de automação de processos e o H2 deveria estender H1 para atender suas necessidades na área de manufaturas.

A partir dos estudos e testes o H1 foi direcionado como padrão para o chão de fábrica e H2 para a interligação de diversos barramentos H1 e a sala de comandos centralizada.

O principal intuito era haver uma maior agilidade entre ambos, com meios físicos e velocidades diferentes. O H1 tem um valor de 31,25 Kbits/s é direcionado para mecanismos de campo, e é utilizado em áreas onde os padrões de segurança é essencial. Já o H2, com taxa de 1 a 2,5 Mbps, era utilizados para fazer a comunicação entre os controladores e mecanismos mais complexos, porém ele foi substituído pelo HSE, que usa Ethernet a 100 Mbps.

	H1	HSE
Taxa de Comunicação	31.25 Kbits/s	10 Mbit/s ou 100 Mbit/s
Distância (segmento)	1.900 m	100 m
Dois fios	Sim	Não
Multidrop	Sim	Não (UTP)
Bus-power	Sim	Não
Intrinsicamente Segura	Sim	Não
Redundância	Não	Sim
Determinística	Sim	Sim (com switches)

Tabela 1: Comparação entre as camadas H1 e HSE;

Fonte: Smar, 2009.

A rede H1, possui limitações de mecanismos, não podendo passar de 7 em um mesmo segmento. Isso por conta dos recursos que cada mecanismo exige. Para que pudesse ser possível a interligação de vários instrumentos, a rede HSE foi implantada. Ela é compatível com rede H1, além de fazer ligação com dispositivos que necessitam de uma grande capacidade da rede.

Todo esse padrão é baseado no modelo OSI (Open System Standards Organization), que consiste de sete níveis. Mas só os níveis 1,2 e 7 são aplicados e condizem em: nível físico: o sinal de transmissão, o meio físico, a velocidade de, etc; nível enlace: define o nível físico e o nível de aplicação, ele estabelece como as mensagens devem ser estruturadas, garante a integridade das mensagens e controla o acesso à rede; e nível aplicação: define como os dados e comandos são especificados, endereçamento e representação.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA

A seguir será listado algumas das principais características do sistema Fieldbus Foundation: Rede de Controle de Processo; Estrutura física: par trançado, fibra. Quanto à topologia de rede: estrela, barramento. Quanto ao número máximo de equipamentos: 32 nós/segmentos. A distância máxima entre equipamentos usando segurança intrínseca é 4-6 por segmento repetido.

Em relação à distância máxima: 1900 metros. A distância máxima com repetidores é de 9500 metros, ressaltando que se deve usar um máximo de quatro repetidores. Quanto a forma de comunicação: Client/server, Publisher/subscriber, Event.

Quanto a forma de uso: usado por equipamentos de controle de processo analógicos e discretos. Quanto à força e comunicação: ocorrem no mesmo par trançado e requer uma fonte de alimentação Foundation Fieldbus para proteger as comunicações digitais. Quanto a dispositivos fontes: podem ser alimentados por barramentos (típico). Quanto ao tipo de fiação recomenda-se usar cabo do tipo A somente em novas instalações:

1. Tipo A – Par trançado protegido, #18AWG (0.8mm), 1900m (6232 ft.);
2. Tipo B – Multi-par trançado com proteção, #22AWG(0.32mm), 1200m (3936 ft.);
3. Tipo C – Multi-par trançado sem proteção, #26AWG(0.13mm), 400m (1312 ft.);
4. Tipo D – Multi-core sem par trançado e com alta proteção, #16AWG (1.25mm), 200m (656 ft.);

	Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D
Descrição do Cabo	Par trançado com <i>Shield</i>	Um ou mais pares trançados total com <i>Shield</i>	Diversos pares trançados sem <i>Shield</i>	Diversos pares não-trançados, sem <i>Shield</i>
Área de Seção do Conductor Nominal	0,8 mm ² (AWG 18)	0,32 mm ² (AWG 22)	0,13 mm ² (AWG 26)	0,25 mm ² (AWG 16)
Máxima Resistência DC (<i>loop</i>)	44 Ω/Km	112 Ω/Km	264 Ω/Km	40 Ω/Km
Impedância Característica a 31,25 KHz	100 Ω ± 20%	100 Ω ± 30%	**	**
Máxima Atenuação a 39 KHz	3 dB/Km	5 dB/Km	8 dB/Km	8 dB/Km
Máxima Capacitância Desbalanceada	2 nF/Km	2 nF/Km	**	**
Distorção de Atraso de Grupo (7,9 a 39 KHz)	1,7 μseg/Km	**	**	**
4 Superfície Coberta pelo <i>Shield</i>	90%	**	-	-
Recomendação para Extensão de Rede (incluindo <i>spurs</i>)	1900 m	1200 m	400 m	200 m

Tabela 2: Detalhamento de cabeamento;

Fonte: Automação Industrial, 2021.

Quanto a aspectos de aterramento: a fiação não é aterrada. Se os fios do barramento forem aterrados ou pequenos, a comunicação para todos os dispositivos é interrompida (é recomendada a proteção para circuitos pequenos).

A proteção: os protetores devem ser aterrados somente em um ponto, os terminadores: apenas dois, próximos ao fim de cada barramento e as instalações em áreas perigosas: os dispositivos são intrinsecamente seguros.

Os dispositivos de endereçamento: automáticos quando conectados ao segmento e a distância de um cabo para outros: dependendo pode se causar interferência sinal. Assim, existe uma distância a ser respeitada.

	Cabo de Comunicação Profibus	Cabos com e sem shield: 60 Vdc ou 25 Vac e < 400 Vac	Cabos com e sem shield: > 400 Vac	Qualquer cabo sujeito a exposição de raios
Cabo de Comunicação Profibus	-	10 cm	20 cm	50 cm
Cabos com e sem shield: 60 Vdc ou 25 Vac e < 400 Vac	10 cm	-	10 cm	50 cm
Cabos com e sem shield: > 400 Vac	20 cm	10 cm	-	50 cm
Qualquer cabo sujeito a exposição de raios	50 cm	50 cm	50 cm	-

Tabela 2: Distância Mínima Separação de Cabeamento;

Fonte: Automação Industrial, 2021.

2.3 PONTOS POSITIVOS

Os equipamentos mediadores denominados Estação de Controle de Campo, que tem a função de transformar sinais analógicos em digitais, que são conectados com a supervisão do sistema, que traz uma redução nos gastos com o cabeamento.

O sistema é extremamente rápido na hora de detectar falhas nos sistemas, assim é muito difícil de chegar a problemas maiores no mecanismo. Ótima distribuição de funções, dentre os mecanismos. Não necessita de equipamentos dedicados à tarefas de controle. Aumento na robustez do sistema. Baixo custo para a implantação, por conta de dispensar alto custos de engenharia.

2.4 PONTOS NEGATIVOS

Exigências de potência limitadas no sistema, tudo por conta da sua extrema segurança; A alimentação, o aterramento e as cargas dos mecanismos devem ser considerados no projeto. O treinamento para poder atuar no sistema, pode ser requerido. Requer aterramento apropriado e isolamento de potência.

CONCLUSÃO

O protocolo/sistema Fieldbus Foundation, tem uma tecnologia extremamente revolucionário e sofisticada. Que contem sim, suas controvérsias, mas os pontos positivos apresentados nesse sistema o fazem se sobressair. Sendo a melhor opção para diversos ambientes que necessitem de um controle de processo.

O Foundation Fieldbus usa a fiação existente e as conexões multi-drop fornecem economias significativas nos custos de instalação. Isto inclui reduções nos custos de barreira de segurança intrínseca e de cabos, particularmente nas áreas onde a fiação está já no lugar.

Redução de custo adicional pode ser conseguida com a redução do tempo necessário para a construção e partida, bem como com a simplificação da programação das funções do controle e da lógica, usando os blocos de função embutidos nos dispositivos.

De acordo com estimativas atuais, há agora sistemas Foundation Fieldbus em operação em mais de 25 países. Estima-se hoje que aproximadamente 80 por cento de todas as novas instalações de sistemas de controle de planta que utilizam a tecnologia fieldbus são compatíveis com o Foundation Fieldbus.

REFERÊNCIAS

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL. **Protocolo FOUNDATION fieldbus.**

Automação Industrial. Disponível em: <

<https://www.automacaoindustrial.info/protocolo-foundation-fieldbus/>> Acesso em: 26 de out. 2022.

FIELDCOMM GROUP CONNECTING THE WORLD OF PROCESS AUTOMATION.

Fieldbus da Fundação. FIELDCOMM. Disponível em: <

<https://www.fieldcommgroup.org/technologies/foundation-fieldbus> > Acesso em: 26 de out.2022.

SMAR TECHNOLOGY COMPANY. **Arquitetura Foundation Fieldbus.** Smar.

Disponível em: < <https://www.smar.com/pt/fieldbus> > Acesso em: 26 de out.2022.

SLIDESHARE A SCRIBD COMPANY. **Protocolo Fieldbus Foundation.** SlideShare.

Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/frequiao/protocolo-fildbus-foundation> >.

Acesso em: 26 de out. 2022.

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL
13.465/2017: Falta de
transparência do poder público
municipal?**

Paulo César de Souza

DOI: 10.46898/home.430deef2-a05a-452e-abff-
0ab0616e453c

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

LAND REGULARIZATION IN IBIRITÉ AND FEDERAL LAW 13,465/2017: Lack of
transparency by the municipal government?

Paulo César de Souza¹

RESUMO

Trata-se de um trabalho acadêmico intitulado “REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?”. A presente dissertação consiste em: abordar a aplicação da Lei Federal 13.465, de 2017, discorre sobre a regularização fundiária no Brasil; a Lei Municipal de Ibirité 2199, de 02 de Maio de 2018, onde pontua a regularização fundiária em núcleos urbanos informações de interesse social e específico no âmbito do Município de Ibirité/MG; os serviços prestados pela empresa Geoline Engenharia, bem como, aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos no Curso de Graduação em Direito (PUC Minas), Ciências do Estado (UFMG) e estágio de Pós-Graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Utilizou-se referência bibliográfica: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Legislação Federal incluindo o Estatuto das Cidades; Constituição do Estado de Minas Gerais e Legislação do Município de Ibirité.

PALAVRAS CHAVES: Administração Municipal. Brasil. Geoline. Ibirité. Morada da Serra. Município. Pinheirinho. Primavera. Regularização Fundiária. Vila Ideal. Vista Alegre. William Parreira.

ABSTRACT

It is an academic work entitled “LAND REGULARIZATION IN IBIRITÉ AND THE FEDERAL LAW 13.465/2017: Lack of transparency of the municipal public power?”. This dissertation consists of: addressing the application of Federal Law 13,465, of 2017, discusses land regularization in Brazil; the Municipal Law of Ibirite 2199, of May 2, 2018, which punctuates land regularization in urban centers with information of social and specific interest within the scope of the Municipality of Ibirité/MG; the services provided by the company Geoline Engenharia, as well as improving the knowledge acquired in the Graduate Course in Law (PUC Minas), State Sciences (UFMG) and Postgraduate internship in Law at the Court of Justice of Minas Gerais (TJMG) . Bibliographic references were used: Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988; Federal Legislation including the Statute of Cities; Constitution of the State of Minas Gerais and Legislation of the Municipality of Ibirité.

KEYWORDS: Municipal Administration. Brazil. Geoline. Ibirite. Mountain House. County. Pinheirinho. Spring. Land Regularization. Vila Ideal. Happy view. William Parreira.

¹ Estudante do Curso de Graduação em Ciências do Estado (**Percurso Democracia e Governança Social**) da Faculdade de Direito da UFMG. Graduado em Direito pela PUC Minas e Estagiário de Pós-Graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

No dia 12.07.2023 o Município de Ibirité, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, publicou comunicado no site institucional sobre a Regularização Fundiária Urbana (REURB). Alega o Município de Ibirité que a Regularização Fundiária Urbana é um processo pelo qual a parcela da população que reside em assentamentos irregulares tem a oportunidade de estabelecer o seu imóvel.

Município de Ibirité

A Regularização Fundiária Urbana se trata de um processo pelo qual a parcela da população que reside em assentamentos irregulares tem a oportunidade de estabelecer o seu imóvel. Este processo garante para o morador uma maior segurança, pois o mesmo passará a ser o dono legal de sua residência, com documentos que comprovem a posse. Além disso, o proprietário ganha acesso a programas de financiamento, e a possibilidade de utilizar seu imóvel como garantia real. O procedimento de regularização também traz benefícios para a Prefeitura e toda a cidade, uma vez que promove o desenvolvimento das regiões destacadas, aumentando a arrecadação do município, o que conseqüentemente, se traduz em uma maior movimentação da economia. (MUNICÍPIO DE IBIRITÉ.- Regularização Fundiária Disponível em: < <https://www.ibirite.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/prefeitura-de-ibirite-retoma-discussoes-sobre-o-reurb/37374> > Acesso em: 06 de agosto de 2023.

As assembleias populares alegada pelo Município de Ibirité sem a devida transparência, não é suficiente para aclarar a população local sobre os trâmites da REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA no município, visto que antes da aprovação da Lei Federal 13.465/2017, houve a contratação da empresa Geoline Engenharia, para Serviços de

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

Georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e Regularização Fundiária.

2. LEI FEDERAL 13.465/2017 QUE DISPÕE SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA

A Regularização Fundiária Urbana e Rural (REURB) mencionada na Lei Federal 13.465/2017, é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbanístico e à titulação de seus ocupantes (MINISTÉRIO DAS CIDADES/2017).



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

Quintas da Jangada é um local residido por pessoas de elevado poder aquisitivo, não pode ser comparado a bairros como: Primavera, Morada da Serra, Vista Alegre e Vila Ideal.

A redação do artigo 10, da Lei Federal 13.465/2017 na observância em identificar os núcleos urbanos informais que devam ser

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

regularizados, organizá-lo e assegurar a prestação dos serviço público aos seus ocupantes.

Verifica-se a intenção do legislador em direcionar às áreas carentes do ente (Município de Ibirité) e não em locais resididos por pessoas de elevado poder aquisitivo. Além disso, outros pontos devem ser observados, como as condições urbanísticas e ambientais.

3. LEI MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2.199/2018 QUE APROVA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS DE INTERESSE SOCIAL E ESPECÍFICO

Em análise a redação do artigo 5º da Lei Municipal 2.199/2018, considera-se os núcleos urbanos informais, espaços ocupados predominantemente por população de baixa renda.

A redação do artigo 3º da Lei Municipal 2.199/2018 estabelece competência do Poder Executivo responsabilidade para análise de requerimento para fins de regularização e aprovação dos estudos urbanísticos de caracterização e emissão de certidão de regularização fundiária.

A responsabilidade do Poder Público Municipal positivado nas Leis Federal e Municipal, passa pela transparência com a população. Documentos oficiais apontam a falta de critério para delimitar os núcleos urbanos, o que requer análise detalhada e transparência da Administração Municipal, bem como, a fiscalização do Poder Legislativo Municipal.

Lei Municipal de Ibirité 2199/2018

(...) Da Regularização Fundiária de Interesse Social – Reurb-S Art. 5º. Os núcleos urbanos informais objeto

de regularização fundiária de interesse social são aqueles ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em Decreto Municipal. Art. 6°. Observadas as normas previstas nesta lei, no Plano Diretor e demais normas municipais pertinentes, os estudos urbanísticos dos núcleos urbanos já urbanizados poderão definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos para as regularizações regidas por esta seção, ficando a cargo da comissão a análise e efetivação das flexibilizações, incluindo, entre outros pontos: I – o tamanho das unidades imobiliárias; II – o percentual de áreas destinadas a uso público ou a uso comum dos condôminos; III – as faixas de Área de Preservação Permanente – APP a serem respeitadas, salvo nos casos em que houver o uso consolidado, assim definido na Lei Federal 12.651/2012, não ocorrendo risco geológico na manutenção das unidades habitacionais, devidamente atestados em laudos de estabilidade, e, desde que se promova a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso; IV – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, da largura das vias, de passeios e a inexistência deles. V – outros parâmetros §1°. Os estudos urbanísticos de regularização fundiária de interesse social deverão considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando houver. §2°. As iniciativas de regularização fundiária regidas por esta Seção são consideradas empreendimentos de interesse social para efeito de autorização para supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP, desde que o estudo urbanístico de regularização fundiária incite em melhoria dos padrões de qualidade ambiental. §3°. As regularizações dos núcleos urbanos informais implantados após a data fixada no art. 1° desta lei

devem respeitar as exigências em termos de faixas mínimas de Área de Preservação Permanente – APP, estabelecidas pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e seus regulamentos, bem como todos os outros requisitos ambientais previstos em legislação federal, estadual ou municipal.

4. DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IBIRITÉ E A GEOLINE ENGENHARIA

No dia 24.11.2015, o MUNICÍPIO DE IBIRITÉ, firmou contrato com a empresa GEOLINE ENGENHARIA - CNPJ 02.657.869/0001-39, conforme Ata de Registro de Preço nº 111/2015, Processo Administrativo 211/2015 e Pregão Presencial nº 059/2015, para 20.000 (vinte mil) unidades imobiliárias, Serviços de Georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. Valor Unitário: RS 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), no valor total de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais).

Verifica-se que a relação contratual entre o Município de Ibirité e a empresa Geoline Engenharia firmado antes da Lei Federal nº13.465/2017 e Lei Municipal nº 2.199/2018. Em momento algum o Município esclareceu à população os gastos (atividades desempenhadas e a desempenhar), pactuado com a Geoline Engenharia visto que o contrato foi prorrogado por diversas vezes com o valor mínimo de RS 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais).

O contrato assinado da Gestão do Prefeito Pinheirinho (atualmente deputado federal) 2013/2016 concluiu na Gestão do prefeito William Parreira 2017/2020 e 2021/2024 foi prorrogado por

diversas vezes, porém não houve nenhuma transparência dos serviços prestados dentro da vigência do contrato.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a REURB é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Os núcleos urbanos informais são aqueles núcleos clandestinos, irregulares ou nos quais não foi possível realizar a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização (MINISTÉRIO DAS CIDADES/2017). A regularização fundiária deve ser feita com toda a transparência junto a população, com a publicação de informações no portal transparência do Município.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

REFERÊNCIAS

DIREITO AMBIENTAL. Entenda o que é REURB - Regularização fundiária urbana com Roberto Neves. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HbZpeBnaV-g> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

GEOLINE ENGENHARIA. A prefeitura de Ibirité em parceria com a Geoline Engenharia realiza audiência pública para (...) Disponível em: < <https://www.geoline.com.br/a-prefeitura-de-ibirite-em-parceria-com-a-geoline-engenharia-realiza-audiencia-publica-para-tratar-de-processos-de-regularizacao-fundiaria-que-sera-realizada-no-bairro-primavera-no-municipio-de-ibirite/> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Prefeitura Municipal de Ibirité. Prefeitura Municipal de Ibirité | Regularização Fundiária Urbana (REURB). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5R1Bc9A6NJU> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023. :

IBIRITÉ. Prefeitura Municipal de Ibirité. Dúvidas do Processo de Regularização Fundiária. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tiC1eI-EDB8> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Prefeitura Municipal de Ibirité. Prefeito William Parreira. Dúvidas do Processo de Regularização Fundiária. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=d-JwTER9QJw> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Prefeitura Municipal de Ibirité. Prefeito William Parreira. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cDHSNrZ7llk> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

SANCHEZ, Julio César. Como fazer regularização fundiária (REURB). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9mFrsTbANF8> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

Referência (Legislação)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei N° 10.257, de 10 de Julho de 2021. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

BRASIL. LEI N° 13.465, de 11 de Julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana sobre a liquidação de créditos (...). Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,im%C3%B3veis%20da%20Un%C3%A3o%3B%20e%20d%C3%A1 > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. Constituição do Estado de Minas Gerais. – 30. ed. – Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2022. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70446/CE_MG_EC_111-2022.pdf?sequence=11&isAllowed=y > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

Referência (legislação municipal)

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Estabelece as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária Anual 2023 e dá outras providências. Lei Ordinária nº 2341, de 14 de Julho de 2022. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2341-de-14-de-julho-de-2022-4600> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2319, de 17 de Dezembro de 2021. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2319-de-17-de-deze-mbro-de-2021-4267> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2295, de 16 de Dezembro de 2020. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2295-de-16-de-deze-mbro-de-2020-4213> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2286, de 8 de Julho de 2020. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2286-de-8-de-julho-de-2020-4196> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária nº 2366, de 19 de Julho de 2023. Disponível em: <
<https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/processo-geral-pdf/19ca14e7ea6328a42e0eb13d585e4c22> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2341, de 14 de Julho de 2022. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2341-de-14-de-julho-de-2022-4600> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2268, de 16 de Dezembro de 2019. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2268-de-16-de-dezembro-de-2019-4162> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2193, de 27 de Dezembro de 2017. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2193-de-27-de-dezembro-de-2017-2760> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité.. Lei Ordinária Nº 2222, de 27 de Dezembro de 2018. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2206-de-16-de-julho-de-2018-1982> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2184, de 7 de Agosto de 2017. Disponível em: <
<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2184-de-7-de-agosto-de-2017-2755> > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Lei Municipal nº. 2199, de 02 de maio de 2018. aprova regularização fundiária de núcleos urbanos informais de interesse social e específico, implantados irregularmente no município de Ibirité/MG e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/lei_2199_2018 > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 5.802 de 31 de agosto de 2018. Dispõe sobre áreas do município passíveis de regularização fundiária. Disponível em: <
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2012#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 5.459 de 04 de agosto de 2017. Dispõe sobre a instituição do programa de regularização fundiária e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5459_2017#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 5.783 de 21 de agosto de 2018. Institui o procedimento de regularização fundiária urbana no bairro denominado “**RECANTO VERDE**” neste município. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5783_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº 5802/2018. Dispõe sobre Áreas do Município passíveis de Regulamentação Fundiária - **ANEXO ÚNICO (DIVERSOS BAIRROS DE IBIRITÉ).** Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. . Decreto Nº. 5819 De 28 De Setembro De 2018. Institui O Procedimento De Regularização Fundiária Urbana No Bairro Denominado “**BAIRRO BOA VISTA**” Neste Município. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5819_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 5.820 de 28 de setembro de 2018. Institui o Procedimento de Regularização Fundiária Urbana da “**ÁREA INSTITUCIONAL VILA PETROLINA**” Neste Município. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5820_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 5.914 de 18 de Dezembro de 2018. Inclui Área Localizada no Bairro **JARDIM IBIRITÉ NO ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 5.802, DE 31 DE AGOSTO DE 2018,** Que “Dispõe Sobre Áreas do Município Passíveis de Regularização Fundiária.” Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5914_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 6.107 de 15 de Agosto de 2019. Inclui Área Localizada no Bairro **BOSQUE DE IBIRITÉ NO ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 5.802, DE 31 DE AGOSTO DE 2018,** Que Dispõe Sobre Áreas do Município Passíveis de Regularização Fundiária. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_6107_2019#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto Nº. 6122 de 30 de Agosto De 2019. Inclui Área Localizada No **BAIRRO VÁRZEA, NO ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº.**

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

5.802, DE 31 DE AGOSTO DE 2018, Que Dispõe Sobre Áreas do Município Passíveis de Regularização Fundiária. ” Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_6122_2019#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº 6.498 de 10 de Junho de 2020, Institui o Procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico no Bairro Denominado “**MONSENHOR HORTA**” Localizado na Rua Antônio Anacleto de Oliveira, Entre As Ruas Raimundo Trindade e Três de Julho Com Área de 8.462,10 Metros Neste Município. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_6498_2020#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 6.672 de 11 de Setembro de 2020. Dispõe sobre a Inclusão de Áreas Passíveis de Regularização, no Município de Ibirité, no **ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 5.802, DE 31 DE AGOSTO DE 2018**, Que “Dispõe Sobre Áreas do Município Passíveis De Regularização Fundiária” E Dá Outras Providências. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_6672_2020#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 7.448, de 07 de Fevereiro de 2022. Institui o Procedimento de Regularização Fundiária Urbana no Bairro denominado “**DISTRITO INDUSTRIAL**” Neste Município. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_7448_2022#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto nº. 7.506, de 09 de Março de 2022. Institui o Procedimento de Regularização Fundiária Urbana no Bairro denominado “**VISTA ALEGRE**” Neste Município. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_7506_2022#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto Nº. 7.507, De 09 De Março De 2022. Institui o Procedimento de Regularização Fundiária Urbana no Bairro Denominado “**PRIMAVERA**” Neste Município e da Outras Providências. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_7507_2022#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto Nº. 7.509, de 09 de Março de 2022. Institui o Procedimento de Regularização Fundiária Urbana no Bairro denominado

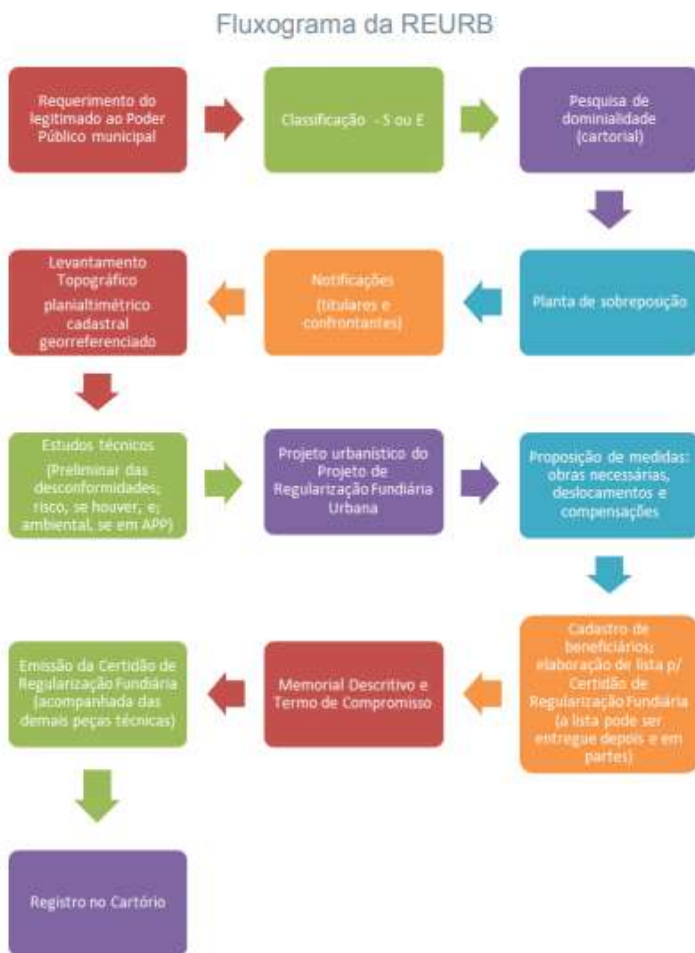
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

“**PETROLINA**” Neste Município. Disponível em: <
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_7509_2022#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Decreto N° 7.536, de 21 de Março de 2022. Institui o Procedimento de Regularização Fundiária Urbana no Bairro denominado “**MONSENHOR HORTA**” Neste Município. Disponível em: <
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_7536_2022#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O > **Acesso em:** 06 de agosto de 2023.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

FLUXOGRAMA DA REURB



(Ministério das Cidades/2017)

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

ANEXO I - DECRETO MUNICIPAL IBIRITÉ/MG 5802/2018



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Monsenhor Horta 1ª Seção
ÁREA:	Área de frente as quadras 01,02, 05 e 08 Fundo da quadra 19 do Bairro Monsenhor Horta 1ª seção, na Avenida Antônio Anacleto de Oliveira
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Monsenhor Horta 2ª Seção
ÁREA:	Área no fundo das quadras 32 e 33 do Bairro Monsenhor Horta 1ª seção, na Rua Neide Narcisa Rodrigues
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O	
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Residencial Serra Verde
ÁREA:	Continuação da Avenida Tom Jobim
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Sítio Cafezal
ÁREA:	Trecho da Rua Carlota Santana Campos do lado direito e esquerdo
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Bosque de Ibirité
ÁREA:	Fundos com a antiga Escola Rola Moça, no fundo da quadra 05
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	piranga, Jardim Ibirité e Monsenhor Horta 1ª Seção
ÁREA:	Divisa entre os bairros Jardim Ibirité, Ipiranga e Monsenhor 1ª Seção
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Jardim Ibirité
ÁREA:	Trecho da Rua dos Ferroviários e a Rua das Chácaras
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Vista Alegre
ÁREA:	Trecho da Estrada do Barreirinho (Rua dos Ferroviários) e a Rua Dois, Rua Três, Rua Quatorze, área de invasão lado esquerdo e direito da Rua Perimetral
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFGM - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



Decreto nº. /18 - Dispõe sobre as áreas passíveis de Regularização Fundiária em Ibirité.

https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Barreirinho
ÁREA:	Trecho da Avenida João Evangelista Grossi esquerda e direita
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Novo Horizonte e Redenção
ÁREA:	No Bairro Redenção entre a o Final da Rua C, Rua Arthur Campos e Rua B conhecida também como Rua Urânio. Beco B
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Novo Horizonte
ÁREA:	Em torno da Quadra 08, Quadra 09 na Rua 09, Rua Araçuaí, Área Verde, Rua Cascata referente à Quadra 83
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Recanto das Árvores
ÁREA:	Todo o Bairro Recanto das Árvores em torno das Ruas: Água Marinha, Águas Claras, Cachoeirinha, Sete de Setembro, Campo Grande, Primeiro de Abril, Três de Maio, do Rosário, Ferreira e Soares e Becos
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Recanto das Árvores
ÁREA:	Rua José Santana Moreira, Rua Carmelita Batista, Rua Mestra Maria Cristina da Silva e Ruas Sem Nomes.
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFGM - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Condomínio Bela Vista
ÁREA:	Quadra 01 e Quadra 02 na Rua Níquel (Área próximo ao Sítio do Roberto Carlos).
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O	
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Condomínio Bela Vista
ÁREA:	Quadra 03, 04 e 05 na Rua Níquel. Rua Um
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



Decreto nº. 5802 - Dispõe sobre as áreas passíveis de Regularização Fundiária em Ibirité.

17

https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Condomínio Bela Vista
ÁREA:	Quadra 06 e 07 na Rua Níquel. Rua Buritit e Da Mata.
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFGM - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Grota das Goiabeiras
ÁREA:	Rua Gerarcina dos Reis e Rua Lúcio dos Reis
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Novo Horizonte
ÁREA:	Área Renascente próxima a Rua Crisólita
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Novo Horizonte
ÁREA:	Área Verde entre as quadras 43,44, 48, 49 e 50 Área Verde entre as quadras 50 e 55
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



Decreto nº. 5802/2018 - Dispõe sobre as áreas passíveis de Regularização Fundiária em Ibirité.

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Jardim da Flores
ÁREA:	Área Verde na quadra 15 no trecho da Rua Mimosa
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Parque Estrela do Sul e Jardim Ipê
ÁREA:	Quadra 01 entre a Rua Artur Campos, Rua Antônio Pinheiro Diniz e a Rua José de Matos Ferreira
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Pantana
ÁREA:	Quadra 02 e 03 na Rodovia MG-040
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Quintas da Jangada 3ª Seção
ÁREA:	Área na Rodovia MG-040 do lado direito e esquerdo
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Pantana
ÁREA:	Quadra 04, 05, 06, 07, 08 e 09 no trecho da Avenida São Paulo
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Vila Escorpião e Canaã 2ª Seção
ÁREA:	Quadra 47 e 48 na Rua Erminia Aute de Oliveira, Rua Diamantina, Rua Maria da Fé, Rua Uberaba, Rua Barbacena e Rua Itacolomi Quadra 10 na Rua Itacolomi
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Canoas
ÁREA:	Quadra 20 e 25 na Rua Carajás antiga Rua 15 e Rua 18, e Rua Cajuru antiga Rua F
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Canoas
ÁREA:	Quadra 17 – Entre a Rua Itacolomi e Rua Ubirajara e Quadra 29 – Entre a Rua Ubirajará e Rua Carajás
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Vila Canaã
ÁREA:	Quadra 01 – Entre a Rua Boré, Rua Brumadinho antiga Rua B, Rua José Antônio Lopes antiga Rua 20 Rua Izabel Paula de Oliveira antiga Rua 21
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	São Pedro
ÁREA:	Final do Bairro na área da Petrobrás próximo à Rua Cefas Trecho da Rua Rio Jordão entre as quadras 01, 02, 04, 05, 06, 08, 09 e 10
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Retiro do Jatobá
ÁREA:	Quadras 01 à 08 na Rua Bento Rodrigues e rua Rita de Matos
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Jardim Montreal 1ª seção e Boa Vista
ÁREA:	Rua das Hortências áreas das quadras 23 e 24 Rua Flor de Liz área da quadra 05
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Ouro Negro
ÁREA:	Trecho da Rua Nossa Senhora das Rosas Místicas
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Ouro Negro
ÁREA:	Trecho da Rua Nossa Senhora das Rosas Místicas na divisa entre os Municípios de Ibirité e Betim Rua São Paulo e Avenida Minas Gerais na divisa entre os Municípios de Ibirité e Betim
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Petrovale 2ª Seção
ÁREA:	Rua Camboja, Rua Alemanha, Rua Ásia, Rua Cruzeiro, Rua Nigéria e trecho de divisa entre os Municípios de Ibirité e Betim
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Petrovale 2ª Seção
ÁREA:	Rua Argélia, Rua China, Rua Argentina, Rua Austrália, Rua México e Rua Cuba e trecho de divisa entre os Municípios de Ibirité e Betim
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O	
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Petrolina
ÁREA:	Todo o trecho da Rua Tiradentes
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFGM - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Petrolina
ÁREA:	Todo o trecho da Rua Geraldino Maciel
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O	
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Da Cascata
ÁREA:	Todo o trecho da quadra 31 na Rua Getúlio Vargas
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Da Cascata
ÁREA:	Todo o trecho da Rua Padre Eustáquio que liga o Bairro Da Cascata e Residencial Lajinha do lado direito e esquerdo
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Residencial Lajinha
ÁREA:	Todo o trecho da Rua Padre Eustáquio que liga o Bairro Residencial Lajinha e Da Cascata Área 1,2,4,5 e 6 Área do João Nunes
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O	
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Vila Jardim das Rosas
ÁREA:	Todo o trecho entre a Rua Bugarim, Rua José Carlos da Costa e Rua Angelina Nunes
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Vila Jardim das Rosas
ÁREA:	Todo o trecho entre a Rua Bugarim, Rua José Carlos da Costa e Rua Angelina Nunes
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFGM - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Jardim das Rosas 1ª Seção
ÁREA:	Quadras 10, 12,13, 14,15,16, 17 ,18, 19 e 20
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Retiro do Jatobá
ÁREA:	Área Remanescente entre os Bairros Guanabara e Serra Dourada
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Piratininga
ÁREA:	Rua Laranjeiras, Rua Jaguaré, Beco 4, Rua Higienópolis e Beco Higienópolis, Rua Per Peri
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Piratininga São Judas Tadeu
ÁREA:	Rua Machado, Rua Morro Alto, Rua da Penha Quadras 04 e 05
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Washington Pires
ÁREA:	Rua Fagundes Varela, Rua Yuri Bruno, rua Roberto Souza, Beco José Pedro de Oliveira, Beco Wellington Silva na Quadra 02
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Washington Pires
ÁREA:	Rua José Rosa de Freitas na Quadra 076
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFGM - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Palmares 2ª seção
ÁREA:	Rua Vicente de Paula Dias, Rua Bernardino Nadeira, Rua Acarai, Beco Flor de Maio, Rua Flor de Maio, rua Areias e Rua Pantanal
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Palmares 2ª seção
ÁREA:	Rua Bela Petruscky, Rua Flor de Maio, Rua Itabira e Rua Bicas entre Beco da Paz, Beco União e outros Becos na Quadra 090 Quadra 086
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Serra Dourada
ÁREA:	Área Verde entre a Rua Murta e a Rua 12-A
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Serra Dourada e Vila Ideal
ÁREA:	Área Verde final da Rua da Bica e Rua Gardênia
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Marilândia 3ª Seção
ÁREA:	Rua Esmael de Oliveira
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O	



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Marilândia 3ª Seção
ÁREA:	Rua Esmael de Oliveira Nossa Senhora das Graças Rua Santa Marcelina
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Marilândia 3ª Seção e Marilândia 2ª Seção
ÁREA:	Rua Santa Marcelina, Rua Centenário e Rua Chagas
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Marilândia 3ª Seção
ÁREA:	Rua Chácaras Rua Centenário Beco Centenário Rua Santos Dumont Rua Recanto
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Marilândia 3ª Seção
ÁREA:	Vila dos Operários, toda área a direita da Rua Luzia Mendes e Beco
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

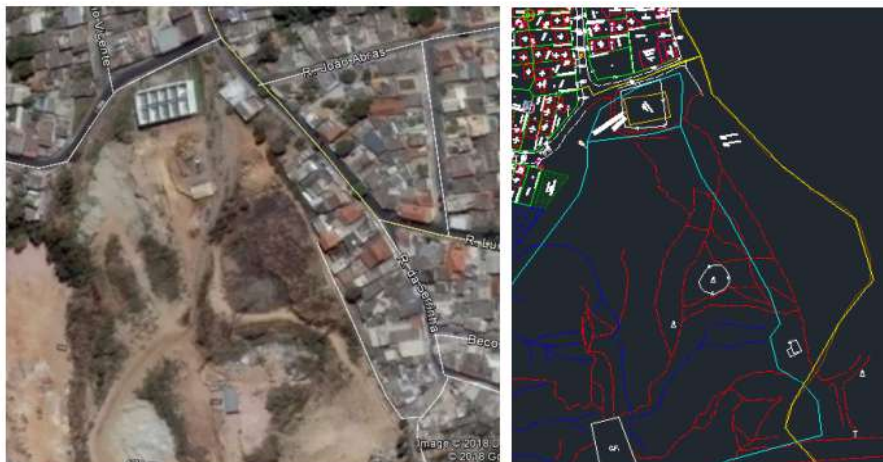
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Parque Elizabeth Los Angeles
ÁREA:	Entre a Rua Castelo Branco, Rua Floriano Pessoa e Rua Perseu antiga Rua UM-A
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Parque Elizabeth
ÁREA:	Avenida Serrinha na divisa entre Municípios de Ibirité e Belo Horizonte
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Palmares 1ª Seção
ÁREA:	Avenida Barbacena e Rua Platina
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

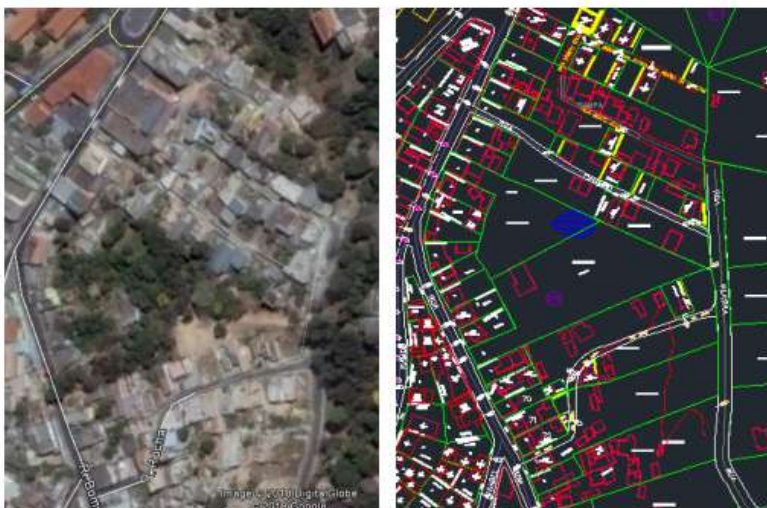
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Parque Duval de Barros
ÁREA:	Áreas da Quadra 72 e 73 Rua Bom Sucesso, Rua Platina, Beco Flor de Liz, Rua Chacra, Avenida Madureira
Elaboração:	Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023

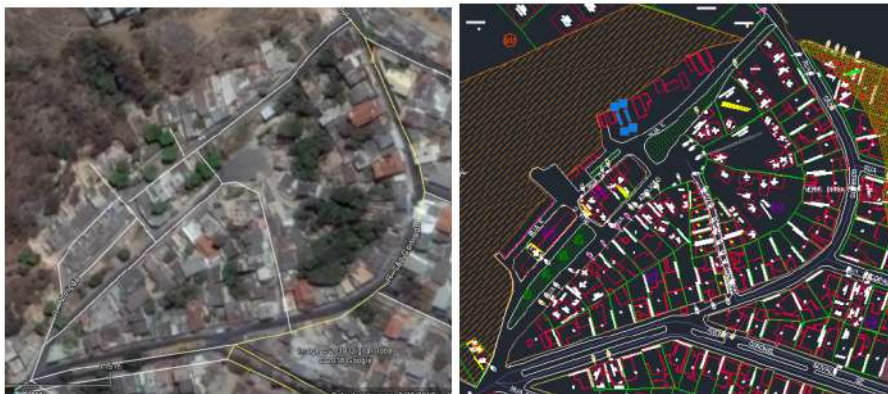
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Parque Duval de Barros
ÁREA:	Área da Quadra 73 Rua Monte Sinai, Rua Monte Cristo Rua Canário, Rua Rocha e Rua Platina
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Parque Duval de Barros e Mirante
ÁREA:	Área da Quadra 49,87 Rua São Conrado e Rua Abolição, Rua A, D, E
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O

MUNICÍPIO:	IBIRITÉ / MINAS GERAIS
	https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O
EMPRESA:	GEOLINE ENGENHARIA LTDA - 02.657.869/0001-39
BAIRRO:	Bela Vista e Palmares 1º Seção
ÁREA:	Área da Quadra 08 - Rua Júlio César de Jesus e Rua Pardal - Área Quadra 63 e 65
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG - Data: 05/08/2023	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

LEI MUNICIPAL N° 2.181, DE 05 DE JUNHO 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

CEP: 32 -400-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N° 2181, DE 05 DE JUNHO DE 2017.

“Altera nas partes que menciona as leis N° 2168 de 25 de agosto de 2015 - diretrizes orçamentárias LDO e N°2096 de 02 de dezembro de 2013 – plurianual 2014/2017.”

A Câmara Municipal de Ibité, Estado de Minas Gerais APROVOU e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte LEI:

SEÇÃO I

DAS ALTERAÇÕES na Lei 2168/2016 – diretrizes orçamentárias de 2017:

Art. 1°. São processadas na lei 2168/2016 – diretrizes orçamentárias de 2017 as seguintes alterações:

I – No quadro II – Metas anuais de Receita, Despesas, Resultado Primário, e, Montante de Dívida passam a contar os seguintes valores:

2014	2015	2016	2017	2018	2019
300.000.000,00	299.000.000,00	376.440.638,12	382.087.247,69	387.818.556,41	393.635.834,75

II – Inserir-se as ações no Demonstrativo de Metas e Prioridades

Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta Física
2128	Manutenção do conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Atividade Mantida	Porcentagem	100%
2218	Concessão de Contribuição as Entidades de Apoio ao Produtor Rural	Atividade Mantida	Porcentagem	100%

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

DECRETO MUNICIPAL 5802/2018 - PARTE 01			
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O			
N°	REGIÃO	CÓDIGO	BAIRRO
01	01	41	Monsenhor Horta 1ª Seção (Área de frente as quadras 01,02, 05 e 08)
02	01	41	Monsenhor Horta 2ª Seção (Área no fundo das quadras 32 e 33 do Bairro Monsenhor Horta)
03	01	92	Residencial Serra Verde (Continuação da Avenida Tom Jobim)
04	01	41	Sítio Cafezal (O Trecho da Rua Carlota Santana Campos do lado direito e esquerdo)
05	01	09	Bosque de Ibirité (Fundos com a antiga Escola Rola Moça, no fundo da quadra 05)
06	01	32,35 e 41	Ipiranga, Jardim Ibirité e Monsenhor Horta 1ª Seção
07	01	35	Jardim Ibirité (Trecho da Rua dos Ferroviários e a Rua das Chácaras)
08	01	21	Vista Alegre (Trecho da Estrada do Barreirinho (Rua dos Ferroviários) e a Rua Dois, Rua Três, Rua Quatorze, área de invasão lado esquerdo e direito da Rua Perimetral)
09	01	19	Barreirinho (Trecho da Avenida João Evangelista Grossi)
10	01	65, 87	Novo Horizonte e Redenção (No Bairro Redenção entre a o Final da Rua C)
11	01	65	Novo Horizonte (Em torno da Quadra 08, Quadra 09 na Rua 09)
12	01	21	Recanto das Árvores (Todo o Bairro Recanto das Árvores)
13	01	21	Recanto das Árvores (Rua José Santana Moreira, Rua Carmelita Batista)
14	01	89	Condomínio Bela Vista (Quadra 01 e Quadra 02 na Rua Níquel)

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

DECRETO MUNICIPAL 5802/2018 - PARTE 02			
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O			
N°	REGIÃO	CÓDIGO	BAIRRO
15	01	89	Condomínio Bela Vista (Quadra 03, 04 e 05 na Rua Níquel. Rua Um)
16	01	89	Condomínio Bela Vista (Quadra 06 e 07 na Rua Níquel. Rua Bunitis e Da Mata)
17	01	20	Grota das Goiabeiras
18	01	65	Novo Horizonte (Área Renascente próxima a Rua Crisólita)
19	01	65	Novo Horizonte (Área Verde entre as quadras 43,44, 48, 49 e 50)
20	01	48	Jardim Primeiro de Outubro
21	01	98	Jardim da Flores
22	01 01	76 36	Parque Estrela do Sul Jardim Ipê
23	02	89	Pantana
24	02	89	Quintas da Jangada 3ª Seção
25	02	89	Pantana
26	02 02	77 15	Vila Escorpião Canaã 2ª Seção
27	02	93	Canoas (Quadra 20 e 25 na Rua Carajás antiga Rua 15 e Rua 18, e Rua Cajuru antiga Rua F)
28	02	93	Canoas Quadra 17 – Entre a Rua Itacolomi e Rua Ubirajara

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

DECRETO MUNICIPAL 5802/2018 - PARTE 03			
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O			
Nº	REGIÃO	CÓDIGO	BAIRRO
29	02	93	Vila Canaã (Quadra 01 – Entre a Rua Boré, Rua Brumadinho antiga Rua B.)
30	02	93	São Pedro
31	02	98	Retiro do Jatobá
32	02 02	44 95	Jardim Montreal 1ª seção Boa Vista
33	02	66	Ouro Negro (Entre a Rua Rio de Janeiro e a Rua Nossa Senhora das Rosas Místicas e Rua Sergipe)
34	02	66	Ouro Negro (Trecho da Rua Nossa Senhora das Rosas Místicas)
35	02	66	Ouro Negro (Trecho da Rua Nossa Senhora das Rosas Místicas na divisa entre os Municípios de Ibirité e Betim)
36	02	66	Petrovale 2ª Seção (Rua Camboja, Rua Alemanha, Rua Ásia, Rua Cruzeiro, Rua Nigéria e trecho de divisa entre os Municípios de Ibirité e Betim)
37	02	66	Petrovale 2ª Seção (Rua Argélia, Rua China, Rua Argentina, Rua Austrália, Rua México e Rua Cuba e trecho de divisa entre os Municípios de Ibirité e Betim)
38	02	78	Petrolina (Todo o trecho da Rua Tiradentes)
39	02	78	Petrolina (Todo o trecho da Rua Geraldino)
40	02	78	Da Cascata (Todo o trecho da quadra 31 na Rua Getúlio Vargas)
41	02	78	Da Cascata (Todo o trecho da Rua Padre Eustáquio)
42	02	12	Residencial Lajinha (Todo o trecho da Rua Padre Eustáquio)

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

DECRETO MUNICIPAL 5802/2018 - PARTE 04			
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O			
Nº	REGIÃO	CÓDIGO	BAIRRO
43	02	71	Vila Jardim das Rosas (Todo o trecho entre a Rua Bugarim,)
44	02	71	Jardim das Rosas 1ª Seção (Quadras 10, 12,13, 14,15,16, 17 ,18, 19 e 20)
45	02	90	Retiro do Jatobá
46	03	77	Piratininga
47	03 03	77 95	Piratininga São Judas Tadeu
48	03	81	Washington Pires (Rua Fagundes Varela, Rua Yuri Bruno)
49	03	81	Washington Pires (Rua Safira, Rua Topázio e Avenida Barbacena)
50	03	81	Washington Pires (Rua José Rosa de Freitas na Quadra 076)
51	03	68	Palmares 2ª seção (Rua Vicente de Paula Dias)
52	03	68	Palmares 2ª seção (Palmares 2ª seção)
53	03	96	Serra Dourada (Área Verde entre a Rua Murta e a Rua 12-A)
54	03 03	96 94	Serra Dourada Vila Ideal
55	04	59	Marilândia 3ª Seção (Rua Esmael de Oliveira)
56	04	59	Marilândia 3ª Seção (Rua Esmael de Oliveira Nossa Senhora das Graças Rua Santa Marcelina)

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

DECRETO MUNICIPAL 5802/2018 - PARTE 05			
https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O			
Nº	REGIÃO	CÓDIGO	BAIRRO
57	04 04	59 58	Marilândia 3ª Seção Marilândia 2ª Seção (Rua Santa Marcelina Rua Centenário Rua Chagas)
58	04	59	Marilândia 3ª Seção (Rua Chácaras Rua Centenário Beco Centenário Rua Santos Dumont Rua Recanto)
59	04	59	Marilândia 3ª Seção (Vila dos Operários, toda área a direita da Rua Luzia Mendes)
60	04 04	74 75	Parque Elizabeth Los Angeles (Entre a Rua Castelo Branco, Rua Floriano)
61	04	74	Parque Elizabeth
62	04	74	Palmares 1ª Seção
63	05	73	Parque Duval de Barros (Áreas da Quadra 72 e 73 Rua Bom Sucesso, Rua Platina, Beco Flor de Liz, Rua Chacra, Avenida Madureira)
64	05	73	Parque Duval de Barros (Área da Quadra 73 Rua Monte Sinai, Rua Monte Cristo Rua Canário, Rua Rocha e Rua Platina)
65	05 05	73 60	Parque Duval de Barros Mirante
66	05 05	73 60	Bela Vista Palmares 1º Seção

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



PREFEITURA DE IBIRITÉ Secretaria Municipal de Administração



ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS, MAPA DE LANCES, CONFERÊNCIA DA HABILITAÇÃO & JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 211/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2015

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO, COBERTURA AEROFOTOGRAFAMÉTRICA (ORTOFOTOS), MAPEAMENTO CADASTRAL, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015 (dois mil e quinze), nesta cidade do Estado de Minas Gerais, na Sala de Licitações, reuniram-se, a partir das 9h15min (nove horas e quinze minutos), em sessão pública, a Pregoeira, Celma Maria Lopes Viana Porcino, os membros da Comissão de Apoio, Araceli Aparecida Rafael de Amorim e Cláudia da Silva Araújo, conforme Portaria nº 13 de 12 de janeiro de 2015, e o Engenheiro da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, Alfredo Davi Zanussi, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 059/2015 cujo objeto consiste na formação de REGISTRO DE PREÇOS para serviços de georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e regularização fundiária, conforme edital e anexos, elaborado e divulgado em conformidade com o que determina a Lei Federal 8666/93 e alterações e Lei Federal nº 10.520/02. Foram credenciadas as seguintes empresas: **CONSÓRCIO HIPARC-CTAGEO-CAPPE (HIPARKHOS GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTO LTDA., CTAGEO ENGENHARIA E GEOPROCESSAMENTO LTDA. E CAPPE BRASIL ENGENHARIA LTDA.)**, representado por Keyte Daiana Ramires Barreto; e **GEOLINE ENGENHARIA LTDA.**, representada por Ricardo Junior Silva Guidi. Procedeu-se à abertura dos envelopes de propostas, tendo sido as respectivas folhas rubricadas pela Pregoeira e pelos representantes presentes. As propostas foram analisadas pela Pregoeira e pelo Engenheiro, que verificaram a aceitabilidade, bem como o atendimento de todas as propostas às especificações técnicas do Edital. As licitantes foram classificadas para a sessão de lances. A fase de lances foi então iniciada, conforme mapa de lances anexo. Findada a fase de lances, iniciou-se a fase de habilitação onde foi analisada a documentação apresentada pelo vencedor, tendo sido as respectivas folhas rubricadas pela Pregoeira e pelos representantes presentes. O Engenheiro Alfredo Davi Zanussi analisou os documentos de habilitação e constatou que a licitante vencedora apresentou em conformidade a documentação técnica solicitada em edital e possui acervo técnico suficiente para execução do referido serviço. Diante do exposto, a Pregoeira Municipal declara vencedora e habilitada a licitante **GEOLINE ENGENHARIA LTDA.**, no valor global de **R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais)** de acordo com planilhas anexas. A representante do **CONSÓRCIO HIPARC-CTAGEO-CAPPE (HIPARKHOS GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTO LTDA., CTAGEO ENGENHARIA E GEOPROCESSAMENTO LTDA. E CAPPE BRASIL ENGENHARIA LTDA.)** manifestou interesse em interpor recurso. Portanto, a licitante deverá protocolizar o recurso até as 16h30min do dia 25/09/2015. Não havendo nada mais a declarar, foi encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pela Pregoeira, Comissão de Apoio e pelos representantes.

CELMA MARIA LOPES VIANA PORCINO	Pregoeira	_____
ARACELI AP. RAFAEL DE AMORIM	Comissão de Apoio	_____
CLÁUDIA DA SILVA ARAÚJO	Comissão de Apoio	_____
ALFREDO DAVI ZANUSSI	Engenheiro	_____

EMPRESAS	REPRESENTANTES
CONSÓRCIO HIPARC-CTAGEO-CAPPE	
GEOLINE ENGENHARIA LTDA.	

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



PREFEITURA DE IBIRITÉ
Secretaria Municipal de Administração



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2015

Aos 24 (vinte quatro) dias do mês de novembro de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Ibirité, localizada na Rua Arthur Campos, nº 906, bairro Alvorada, a Secretária Municipal de Administração, **PATRICIA FLÁVIA MACIEIRA**, conforme delegação conferida pelo Decreto Municipal nº 3167/2013, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 3.383/2013, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2015**, por deliberação da Pregoeira, publicada no Diário Oficial do Estado Minas Gerais em 24/11/2015, e homologada, em 24/11/2015, pela Secretária Municipal de Administração, às fls do **Processo Administrativo nº 211/2015**, RESOLVE formar REGISTRO DE PREÇOS de serviços de georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e regularização fundiária, sob a responsabilidade desta pasta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas e posteriormente, através de lances verbais, foi definido o vencedor do certame acima numerado. A empresa vencedora foi a seguinte: **GEOLINE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ de nº 02.657.869/0001-39, com sede à Avenida do Contorno, nº 9215 – Sala 507, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, Cep 30.110.941, representada pelo sócio **CHARSTON DE SOUSA PEREIRA**, portador da C.I. de nº [REDACTED] expedida pela SSP/MG e do CPF de nº [REDACTED], conforme planilha abaixo:

ITEM	UNIDADES IMOBILIÁRIAS	DESCRIÇÃO	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	20.000	Serviços de Georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e Regularização Fundiária.	R\$ 155,00	R\$ 3.100.000,00

PLANILHA DE PREÇOS - RESUMO	
ITEM	VALOR GERAL
AEROLEVANTAMENTO	R\$ 543.534,46
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO	R\$ 859.838,36
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	R\$ 1.418.852,06
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (SIG)	R\$ 277.775,12
VALOR TOTAL	R\$ 3.100.000,00
VALOR POR UNIDADE	R\$ 155,00

PLANILHA DE PREÇOS - RESUMO	
ITEM	VALOR GERAL
AEROLEVANTAMENTO	R\$ 543.534,46
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO	R\$ 859.838,36
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	R\$ 1.418.852,06
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (SIG)	R\$ 277.775,12
VALOR TOTAL	R\$ 3.100.000,00
VALOR POR UNIDADE	R\$ 155,00

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana; sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.007, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 2 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1977, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2007, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 2 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.

[Mensagem de veto](#)

[Conversão da Medida Provisória nº 759, de 2016](#)

[\(Promulgação de Parte vetada.\)](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

CEP: 32.400-538 – ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº. 2196, DE 02 DE MAIO DE 2018.

APROVA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS DE INTERESSE SOCIAL E ESPECÍFICO, IMPLANTADOS IRREGULARMENTE NO MUNICÍPIO DE IBIRITÉ/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito do Município de IBIRITÉ:

FAÇO SABER que a CÂMARA de vereadores **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte LEI:

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

<p>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2015</p>	<p>Serviços de georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e regularização fundiária</p> <p>https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/PP_059_2015_AtadeRegistrodePrecos?cdLocal=2&arquivo={8F2B6CAB-BBDC-F6A5-B842-E9B5CCE5C417}.pdf#search=geoline</p>
<p>PROCESSO Nº 211/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2015</p>	<p>OBJETO: Formação de Registro de Preços Para Serviços de Georreferenciamento, Cobertura Aerofotogramétrica (Ortofotos), Mapeamento Cadastral, Implantação de Sistema de Informações Geográficas (Sig) e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.</p> <p>https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/PP_059_2015_Atadejulgamentodo_recurso_e_da_licitacao?cdLocal=2&arquivo={F81EBAA4-5EDB-CDAF-1DA8-3AAA5D024AA3}.pdf#search=geoline</p>
<p>Diário Oficial de Ibirité 04.12.2015_ Edição 44</p>	<p>PA 211/2015 PP 059/2015 ARP 111/2015 (PMI & Geoline Engenharia Ltda). Obj: Formação de registro de preços para serviços de georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. VLR: R\$ 3.100.000,00. VIG: 12M. FDO: 24 E 1117.</p> <p>https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/DOEC_IBIRITE_44_DOEC_IBIRITE_44_ass?cdLocal=2&arquivo={DEF9EC6B-6B68-BCCB-8B9D-9CEEA54F6BC}.pdf#search=geoline</p>
<p>Diário Oficial de Ibirité 25.01.2016_ Edição 86</p>	<p>(PMI & Geoline Engenharia Ltda). Obj: Serviços de georreferenciamento, cobertura aerofotogramétrica (ortofotos), mapeamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas (SIG) e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. VLR: R\$ 3.100.000,00. VIG: 12M. FDO: 25 E 988</p> <p>https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/DOEC_IBIRITE_86_DOEC_IBIRITE_86pdf_ass?cdLocal=2&arquivo={D3C4F3BD-FF40-BD56-594A-6DFA3F1FD577}.pdf#search=geoline</p>

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

<p>Diário Oficial de Ibirité 10.08.2018_Edição 953</p> 	<p>PA 211/2015 PP 059/2015: 4º Termo Aditivo ao Contrato 004/2016 (Município de Ibirité & Geoline Engenharia Ltda) Obj: Renovado o contrato por mais 12 (doze) meses.</p> <p>https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={BCE6C3BB-5147-BCCE-DA0D-E14DAAB0CBBE}.pdf</p>
<p>Diário Oficial de Ibirité 19.09.2019_Edição 1315</p> 	<p>PA 211/2015 PP 059/2015: 5º TA ao Contrato 004/2016 (Município de Ibirité & Geoline Engenharia Ltda) Obj: renovação contratual até 20/07/2020 e reajuste de preços no valor de R\$ 3.711.015,89</p> <p>https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={7B1CB20A-EACC-DAEB-ABC1-CC27DDDBABE1}.pdf</p>
<p>Diário Oficial de Ibirité 14.08.2020_Edição 1628</p> 	<p>PA 211/2015 – PP 059/2015 – 6º Termo Aditivo ao Contrato 004/2016. (Município de Ibirité x Geoline Engenharia Ltda) Prorrogação prazo até 21/01/2021.</p> <p>https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={DD5D60A3-DBC0-0CB0-DCBC-CE5EBC05C80B}.pdf</p>

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



<https://www.geoline.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Captura-de-Tela-2021-07-28-a%CC%80s-06.49.13.png>



DETALHE RELEVANTE: COM A LOGOMARCA DA GEOLINE - **A CASA É SUA**

ibirite.mg.gov.br'. At the bottom left, there are two logos: the 'CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ' logo and the 'IBIRITÉ' logo with a stylized figure."/>

RETOMADA DA REURB
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

A CASA TEM QUE SER SUA
Programa de Regularização Fundiária

12/07 (quarta-feira)

19h

Auditório da Prefeitura Municipal de Ibirité (rua Arthur Campos, nº 906 - Bairro Alvorada)

APRESENTAÇÃO PARA OS MORADORES DOS BAIROS PRIMAVERA, ÁGUIA DOURADA E VISTA ALEGRE.

ATENÇÃO: fique atento, ao site e às redes sociais oficiais da Prefeitura para informações sobre os próximos bairros e suas respectivas assembleias.

Para mais informações sobre a REURB, [acesse ibirite.mg.gov.br](https://www.ibirite.mg.gov.br)

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

IBIRITÉ

DETALHE RELEVANTE: SEM A LOGOMARCA DA GEOLINE (CÂMARA DE VEREADORES) - **A CASA TEM QUE SER SUA**
<https://www.ibirite.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/prefeitura-de-ibirite-retoma-discussoes-sobre-o-reurb/37374>

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?

OBSERVAÇÃO RELEVANTE

O BAIRRO PRIMAVERA NÃO CONSTA NO ANEXO/DECRETO MUNICIPAL 5802/2018 (*descumprimento contratual da Geoline ?*)

https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/legislacao/decreto_5802_2018#search=REGULARIZA%C3%87%C3%83O



FONTE: Google Maps

<

https://www.google.com.br/search?q=Morada+da+Serra+Ibirite%C3%A9-MG&sxsrf=AB5stBgvGDYY1_nKGWIEE2FimkqIvI3TcA%3A1691380177324&ei=0WnQZOK4E_665OUP7-uyiAY&ved=0ahUKEwii5ZiV0smAAxV-HbkGHe-1DGEQ4dUDCA8&uact=5&og=Morada+da+Serra+Ibirite%C3%A9-MG&gs_l=Eqxnd3Mtd2i6LXNlcnAiG01vcmFkYSBkYSBTZXJyYSBjYmlyeXTDqS1NRzI_CECYvAhAmMqIQJilGEAAYBxqeMgYQABgHGB4yBhAAGAcYHilGEAAYBxqeMgIqJkiNcFDpNvI9bXACeACQAQCYAd0BoA_HRFaoBBjAuMjAuMbgBA8gBAPgBAClCBxAjGLADGCiCAGcQABgeGLADwglIEAAYCBgHGB7CAGUoABiIRMICCBAAAGAUyBxqewglGEAAYBRqe4gMEGAEgQYgGAZAGAq&client=qws-wiz-serp >

BAIRRO: Primavera (Não consta no Anexo/Decreto Municipal 5802/2018)

BAIRRO: Primavera

MUNICÍPIO: Ibirité

ESTADO: Minas Gerais

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



<https://www.ibirite.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/regularizacao-fundiaria-bairro-vista-alegre/6575>



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?



Regularização Fundiária - 20 mil imóveis serão beneficiados!



Prefeitura Muni...
1,14 mil inscritos

Inscrito

3

Compartilhar

<https://www.youtube.com/watch?v=d-JwTER9QJw>



Geoline Engenharia



Geoline Engenhar...
7 inscritos

Inscriver-se

2

Compartilhar

9 visualizações há 1 ano
Apresentação Geoline Engenharia

<https://www.youtube.com/watch?v=DzJ7w-8lQjM>

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017:
Falta de transparência do poder público municipal?



Convênio de regularização fundiária para a região da Vila Ideal



<https://www.youtube.com/watch?v=cDHSNrZ7Ilk>



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM IBIRITÉ E A LEI FEDERAL 13.465/2017: Falta de transparência do poder público municipal?

PORTFOLIO DE PROJETOS



<https://www.geoline.com.br/regularizacao-territorial/>

**ROBÓTICA EDUCACIONAL:
Uma ferramenta tecnológica
inovadora no processo de ensino/
aprendizagem de alunos do 5° ano
do ensino fundamental**

Jordan de Oliveira Raimundo

DOI: 10.46898/home.42d7cddf-4e32-4712-9a02-
6aad401033be



UNIESP CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**ROBÓTICA EDUCACIONAL: uma ferramenta tecnológica inovadora no
processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental**

ALUNO: Jordan de Oliveira Raimundo

ORIENTADORA: Profa. Ma. Luciane Carneiro de Souza

CABEDELO - PB
2022

OBS: ESTE LOCAL SERÁ PARA FICHA CATALOGRÁFICA



UNIESP CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROBÓTICA EDUCACIONAL: uma ferramenta tecnológica inovadora no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental

Jordan de Oliveira Raimundo ¹ - IESP – (jordanoliverpb@gmail.com)

RESUMO

O artigo apresenta como tema - A robótica educacional: uma ferramenta tecnológica inovadora, no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais. Visa promover reflexões e o entendimento mais abrangente da robótica no contexto educacional, dialogando sobre a importância da tecnologia, no intuito de apresentar observações do uso da robótica, e, das demais ferramentas tecnológicas, para que a educação ganhe novos elementos no processo de ensino/aprendizagem. Apresenta como objetivo geral: refletir sobre o ensino de robótica educacional como uma ferramenta tecnológica que pode contribuir no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano. Tendo como objetivos específicos: ressaltar a importância de novos elementos que possam agregar no cotidiano escolar, levando em consideração que as formas de aprendizado e os métodos de ensino também sejam diversos; reconhecer o ensino de robótica apresentando a alternativa da robótica educacional como elemento de soma na educação; descrever a importância da ferramenta tecnológica inovadora no processo de ensino/aprendizagem para os alunos do 5º ano nos anos iniciais. Utilizou-se de procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, com a abordagem descritiva, guiadas por artigos científicos impressos e virtuais em sites, participação na Olimpíada de Robótica. Assim, fundamentou-se o artigo com obras de Curcio (2008), Furletti (2010), Furletti (2010), Lobo (2015), Mendes (2008) Santori, Hung e Moreira (2016), Petry (2006), Menezes e Santos (2015), que nos possibilitou dialogar e refletir a respeito do tema. Com base nos dados coletados, constatou-se que a robótica proporciona novas possibilidades de aprendizado, facilitando o ensino, ajudando na disciplina de alunos que apresentam um comportamento inadequado, agregando valores significativos em todos os contextos do ambiente escolar, inclusive promovendo a inclusão de crianças especiais. Conclui-se que a robótica auxilia no aprendizado de diferentes áreas de conhecimento, passeia por diversos segmentos educacionais: aula de montagem, a inclusão de alunos especiais, a realização de projetos e também a participação em eventos.

Palavras-chave: Robótica Educacional. TICs. Ferramenta tecnológica. Ensino/Aprendizagem.

¹ Jordan de Oliveira Raimundo, graduando do Curso de Pedagogia, da UNIESP-PB.

ABSTRACT

The article presents as its theme - Educational robotics: an innovative technological tool, in the teaching/learning process of students from the 5th year of elementary school to early years. It aims to promote reflections and a broader understanding of robotics in the educational context, dialoguing about the importance of technology, in order to present observations on the use of robotics, and other technological tools, so that education gains new elements in the teaching/learning. Its general objective is to reflect on the teaching of educational robotics as a technological tool that can contribute to the teaching/learning process of 5th grade students. Having as specific objectives: to emphasize the importance of new elements that can add to the school routine, taking into account that the forms of learning and teaching methods are also diverse; recognize the teaching of robotics by presenting the alternative of educational robotics as an element of sum in education; to describe the importance of the innovative technological tool in the teaching/learning process for 5th grade students in the early years. Methodological procedures of bibliographic research were used, with a descriptive approach, guided by printed and virtual scientific articles on websites, participation in the Robotics Olympiad. Thus, the article was based on works by Curcio (2008), Furletti (2010), Furletti (2010), Lobo (2015), Mendes (2008) Santori, Hung and Moreira (2016), Petry (2006), Menezes and Santos (2015), which allowed us to dialogue and reflect on the topic. Based on the data collected, it was found that robotics provides new learning possibilities, facilitating teaching, helping to discipline students who have inappropriate behavior, adding significant values in all contexts of the school environment, including promoting the inclusion of children. specials. It is concluded that robotics helps in the learning of different areas of knowledge, goes through several educational segments: assembly class, the inclusion of special students, the realization of projects and also the participation in events.

Keywords: Educational Robotics. ICTs Technological tool. Teaching/Learning.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como tema central - a robótica educacional: uma ferramenta tecnológica inovadora no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais. Tece considerações sobre o processo construtivo da robótica educacional, como colaboração no âmbito do ensino e aprendizagem, tendo como alicerce a vivência já realizada.

Sendo assim, busca dialogar a respeito da importância da tecnologia, no intuito de apresentar observações do uso da robótica, e, das demais ferramentas tecnológicas, para que justamente a educação ganhe novos elementos que enriqueçam no processo de ensino/aprendizagem.

Desta forma, para a construção do nosso artigo, foram utilizados procedimentos metodológicos, através da pesquisa bibliográfica, com a utilização da abordagem descritiva, guiadas por artigos impressos e virtuais da internet, sites, participação na Olimpíada de Robótica. A pesquisa bibliográfica permitiu um estudo completo, acerca da temática, promovendo uma orientação direcionada para o estudo e produção do referido artigo.

Nesta investigação examinamos pontos importantes do nosso tema, pois, apontamos a trajetória da robótica educacional com turma do 5º ano, no processo de ensino/aprendizagem,

identificando e refletindo o desenvolvimento de construção educativa em sala de aula e no universo escolar.

Neste contexto, a temática abordada apresenta como objetivo geral: refletir sobre o ensino de robótica educacional como uma ferramenta tecnológica que pode contribuir no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais. Para atingi-lo, delimitamos os seguintes objetivos específicos: ressaltar a importância de novos elementos que possam agregar saberes no cotidiano escolar, por meio de métodos de ensino diversos; reconhecer o ensino de robótica, apresentando a alternativa da robótica educacional como elemento de soma na educação; descrever a ferramenta tecnológica inovadora no processo de ensino/aprendizagem para os alunos do 5º ano.

Embora essa geração atual nasça conectada, a educação deve acompanhar tais mudanças com o uso de métodos de ensino que proporcione ao aluno mais autonomia em aprender. Defendemos, aqui, o auxílio de componentes que dialoguem com os novos modelos de sociedade, apresentando as inúmeras possibilidades do uso da robótica - o que poderá mudar o olhar de professores sobre o uso dessas tecnologias educacionais e que escolas possibilitem aos alunos um contato maior com a robótica.

Falaremos desde a época em que a robótica educacional começou a ganhar espaço, mostrando seu potencial na educação, e na sociedade, com o pensamento de fazer da sala de aula um ambiente ainda mais atrativo, impulsionando o raciocínio lógico, rápido e incentivando o estudo em equipe.

Apresentando alternativas, possibilidades significativas para um método de educação inovadora, proporcionando aos alunos, professores, toda a comunidade escolar, um contato mais amplo e direto com as novas ferramentas tecnológicas, aumentando o cardápio de opções educacionais, pois, cada aluno aprende de forma específica. Portanto, o interesse pelo estudo trará, conseqüentemente, resultado positivo, implementando a robótica educacional como elemento de soma na educação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO DE ROBÓTICA NO BRASIL

A Robótica Educacional no Brasil vem conquistando cada vez mais espaço, tornando-se uma realidade nas instituições de ensino, pois, essa nova prática educacional vem sendo uma proposta pedagógica no currículo das escolas brasileiras, como uma ferramenta que busca proporcionar metodologias inovadoras no processo de ensino/aprendizagem. Sabe-se que a robótica não é modismo, mas sim, uma nova ferramenta tecnológica que vem ganhando espaço no universo escolar: em meados de 2002, a Robótica ganhou espaço educacional, e, tornou-se uma realidade nas salas de aula.

Nos anos seguintes, as escolas começaram a implantar laboratórios de informática, e agregaram a esses laboratórios o ensino da robótica, então, os alunos tiveram mais oportunidades de conhecer e ter acesso à robótica educacional. Os primeiros kits de robótica eram básicos, e praticamente tudo era importado de outros países; o acesso ao material era bastante difícil.

Outro fato que trouxe visibilidade e acessibilidade ao ensino da robótica foi a expansão e melhoria da Rede Mundial de Computadores no Brasil. Assim, pesquisar métodos de estudos, comprar peças e kits mecatrônicos ficou mais fácil. Foi nesse período, que apareceram, no mercado, as primeiras empresas brasileiras no segmento de tecnologia voltada para a confecção de material didático com a temática robótica e vendas de kits mecatrônicos educacionais.

Para Papert, no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), foi desenvolvida a primeira versão da linguagem de programação LOGO em 1968, contendo apenas a parte de processamento de listas. Porém, “depois, foram criados comandos como o girar e o andar de um robô” (CURCIO, 2008, p. 25).

Isso mostra que tudo começa de forma simples, e com testes; depois com aperfeiçoamentos podemos melhorar tudo. De pequenos comandos: girar e andar, até os dias atuais onde os robôs realizam movimentos, reconhecem cores, luz e temperatura. O estudo é algo constante, deve ser feito com frequência, somos pedras brutas, a todo tempo estamos em lápide. A evolução da robótica é algo surreal.

A trajetória da robótica mencionada por outros pesquisadores é entendida como um princípio do uso da robótica na educação. O referido método, desenvolvido com a finalidade educacional, é utilizado para se compreender esta ferramenta tecnológica como uma prática docente com ações voltadas para as crianças em seu ambiente escolar, que certamente desenvolveria a autoestima dos alunos, em sua socialização, autonomia, no processo de ensino/aprendizagem.

Com o passar dos anos, o estudo da robótica tornou-se ainda mais expressivo. Inicialmente, algumas instituições privadas de ensino a incluíram na grade disciplinar, com o objetivo de fazer marketing para atrair alunos; outras instituições perceberam que a então nova Robótica Educacional realmente poderia ser um grande aliado para um ensino mais contemporâneo e moderno. Com a globalização e a modernização computacional da sociedade, percebeu-se que a Robótica não era apenas um atrativo, e sim, um componente que poderia ajudar no ensino e na aprendizagem.

A união da robótica com os projetos pedagógicos ganhou proporções irreversíveis, positivamente falando. Foi dissipado o mito que a robótica era algo que contemplava apenas o estudo da matemática, e das matérias de exatas: a robótica educacional é versátil, possibilitando a realização de inúmeras atividades, em todos os campos da educação. Vale lembrar, que ela é uma ferramenta inclusiva, que pode e deve ser utilizada por alunos portadores de necessidades especiais, a exemplo dos autistas que são excelentes programadores, e ligados à tecnologia: estes alunos conseguem desenvolver o cognitivo, a psicomotricidade, e solucionar questões lógicas da programação. Ressalto que programar é uma forma de alfabetização, e uma ferramenta a mais para desenvolver a escrita e a leitura. Esses pontos tão significativos foram determinantes para a expansão do estudo da robótica em sala de aula.

Atualmente, escolas públicas e privadas têm robótica na grade de disciplinas; algumas possuem laboratórios para seu estudo. Existem muitas escolas voltadas exclusivamente para o ensino da robótica, e o que era uma utopia outrora, tornou-se uma realidade.

Algo que popularizou a robótica, não apenas a educacional, mas no todo, foi o surgimento dos primeiros eventos destinados à prática e à exposição. O ápice foi o surgimento da Olimpíada Brasileira de Robótica - OBR, onde equipes de todo o país participam das etapas: estadual, regional e nacional. Os alunos projetam e programam robôs autônomos para realizar as atividades propostas pela OBR. Outros eventos surgem, fomentando e fortalecendo a utilização da robótica. Neste período surgem feiras de Mostras Científicas, destinadas à apresentação de protótipos robóticos.

Através dessa intenção, as universidades focaram seus esforços na produção de softwares educacionais, pois, sua utilização no contexto escolar seria uma necessidade educacional para o conhecimento científico-tecnológico no desenvolvimento do ensino de robótica educacional no Brasil. Nesse processo, segundo Furletti (2010), a “[...] Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, sustentada pelos pressupostos teóricos do construcionismo de Seymour Papert, desenvolve pesquisas utilizando a linguagem de programação Logo” (FURLETTI, 2010, p. 33).

Ou seja, a Robótica conquistou um espaço na área educacional, provou que é um elemento capaz de agregar no aprendizado e estudo. A tendência é que novos softwares sejam criados e lançados, trazendo ainda mais qualidade ao ensino, facilitando as demandas escolares.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA ROBÓTICA EDUCACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

A importância da prática educacional com o método da robótica é proporcionar uma nova ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, pois, busca aliar dentro do universo escolar, desenvolver a criatividade tecnológica como de robôs, agregando novas possibilidades aos alunos.

Embora, seja como prática educativa para o processo de ensino/aprendizagem, que o professor de robótica possa dialogar com os alunos em sala de aula, usando uma metodologia diferenciada do cotidiano da criança, despertando o olhar curioso desta ferramenta de ensino.

De acordo com Lobo (2015),

Propor inovações pedagógicas aos professores é remover a estrutura do trabalho e conscientizar-se de certas interdependências, já que, em geral, não se trata de simples substituições metodológicas, mas de importantes alterações que devem ser vistas dentro da complexidade dos encargos da função do professor e de acordo com suas possibilidades e obrigações de trabalho (LOBO, 2015, p.19).

Com este universo de possibilidades, desperta nas crianças uma curiosidade única, pois, traz elementos que enriquecem o ensino, tais como: a coordenação motora, o aperfeiçoamento do cognitivo, o estudo em equipe, atença o raciocínio rápido, trabalha a lógica, e facilita a solução de problemas no cotidiano do aluno.

Quando falamos em robótica, falamos também no despertar do estudo em equipe. Alguns especialistas afirmam que este método ajuda os alunos a melhorarem o comportamento, aumentando o interesse nas matérias "tradicionais" que compõem a grade curricular das escolas.

A robótica pode ser vinculada a outros componentes curriculares, como a matemática, por exemplo, proporcionando uma programação direcionada para os robôs. Assim, os professores trabalham em conjunto com a mesma metodologia e prática de ensino. Percebemos também grande êxito nas formas de montagem, pois, com o uso dos projetos mecatrônicos, os alunos podem estudar: grandezas e medidas, Álgebra, proporção e variáveis.

A grandeza de se ter no currículo educacional oficinas ou aulas com a robótica na escola é que podemos utilizá-la como aliada em/com todas as matérias. Com português ou inglês, por exemplo, é totalmente real, pois as programações conduzem os alunos à prática e ao hábito da leitura e da escrita, uma vez que é necessário escrever a programação em códigos nos softwares, além de ajudar no desenvolvimento cognitivo, na socialização, no ambiente escolar e na sociedade como num todo.

Portanto, é de extrema a importância que as escolas adotem em seu currículo educacional o ensino da robótica, no processo de ensino/aprendizagem. A tecnologia exige rapidez, então o raciocínio rápido faz com que o cérebro trabalhe mais, produza mais, assim, leve o aluno a estudar mais, querer aprender mais, aumentando a dedicação nos estudos.

Esta prática pedagógica tem como uso uma ferramenta que proporcione a autonomia dos educandos em sala aula. Ela é necessária e benéfica, pois facilita o desenvolvimento educacional no universo escolar, e, no seu cotidiano. Em uma simples montagem, o aluno pode

aprender: adição, subtração, multiplicação e divisão, isso por que as peças do Kit de robótica são soltas, com atividades individuais, exigindo do aluno pequenas soluções de cálculos.

Em um universo tão volátil, é necessário pesquisar, estudar para nos adequarmos diariamente. Os professores devem procurar proporcionar um ambiente escolar com novos métodos pedagógicos de ensino/aprendizagem, proporcionando aos alunos a inclusão de tais ferramentas, mais precisamente a robótica.

As práticas educativas com o estudo da robótica podem acontecer de diferentes formas, como por exemplo: construção de projetos, projetando robôs com material reciclável, reaproveitando peças de computadores, televisão, micro-ondas, ar condicionado, entre outras possibilidades.

Ainda no diálogo das formas de ensino e aprendizagem da robótica, podemos dividir a matéria em robótica prática e robótica teórica. A prática, como o próprio nome já diz, se faz necessário o uso de ferramentas e peças; já na teórica, não é necessário construir protótipos, pois acontece através da leitura e da escrita.

2.3 FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DA ÁREA DE ESTUDO DA ROBÓTICA EDUCACIONAL

A união do ensino da robótica com outros componentes curriculares que compõem a grade curricular de uma unidade de ensino é considerada um ato de vanguarda, de novas descobertas, e possibilidades. Pois, a robótica educacional é ampla, proporciona aos alunos o contato em outras áreas de estudo, como por exemplo, o desenvolvimento de circuitos elétricos e construção de programações através de ferramentas como softwares e aplicativos.

Ainda nessa perspectiva, enfatizamos a ênfase às outras ferramentas, que também auxiliam no processo de ensino/aprendizagem. A internet permite que o aluno possa pesquisar, fazer download de programas, aplicativos afins. Os sites educacionais trazem jogos, atividades e vídeos que são materiais valiosos para auxiliar na vida escolar dos alunos. Hoje temos as informações em tempo real na palma da mão, sabendo manusear de forma ética e objetiva, essas ferramentas tendem a fortalecer ainda mais a educação como num todo.

Para Mendes (2008), a Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC – é entendida como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos. Esses recursos integrados permitem uma comunicação direta, rápida e direcionada, facilitando o acesso a diversos conteúdos, promovendo à inclusão tecnológica e aumentando a acessibilidade a pesquisas. Já Petry (2006) diz que o conceito de novas tecnologias está associado à utilização do computador pessoal e ao acesso às informações em formato digital texto, imagem estática e dinâmica e sons.

Segundo Santori, Hung e Moreira (2016),

No Brasil, especialmente nas últimas duas décadas, os governos, nacionais e locais, têm promovido um maior investimento na aquisição de equipamentos de computação e conexões com a internet nas instituições públicas de ensino. Cada vez mais acontece uma pressão social e econômica para o acesso a partir da escola. Como consequência disso, professores e estudantes têm uma maior possibilidade de acesso e de uso destes recursos em seus processos de ensino e de aprendizagem (SANTORI; HUNG; MOREIRA, 2016, p.139).

A tecnologia inserindo a robótica mudou a educação também. A busca por querer aprender sempre mais é nítida nos alunos. Então, ou os professores se adequam a tais mudanças, ou os avanços da tecnologia os deixarão para trás.

O professor tem muitos equipamentos tecnológicos a sua disposição. Podemos citar: o projetor (*data show*), *notebook*, caixas via *bluetooth*, *pen drive*, *smartphones* e *smartvs*. São algumas ferramentas que não existiam antigamente. Logo, os professores precisam ter o conhecimento dessas novas metodologias de ensino, saber manusear, não ficar apenas no método tradicional, quadro/caderno, caderno/quadro. Pois, é totalmente possível unir o tradicional com os novos métodos inovadores educacionais.

O fato de estarmos conectados fora do contexto escolar colaborou para que os computadores e smartphones fossem utilizados na sala de aula: comprovadamente a tecnologia agrega com maestria na educação.

De acordo com Santori, Hung, Moreira (2016), outro aspecto essencial é a integração das TICs ao currículo e ao desenvolvimento de habilidades e destrezas pedagógicas por parte dos docentes, de tal modo que se superem os enfoques tradicionais e desenvolvam novas metodologias que integrem as TICs em suas práticas pedagógicas. Isto a partir de uma perspectiva na qual os docentes não somente possuem o conhecimento disciplinar, mas conhecem a forma como seus estudantes aprendem com o uso das TICs de modo significativo.

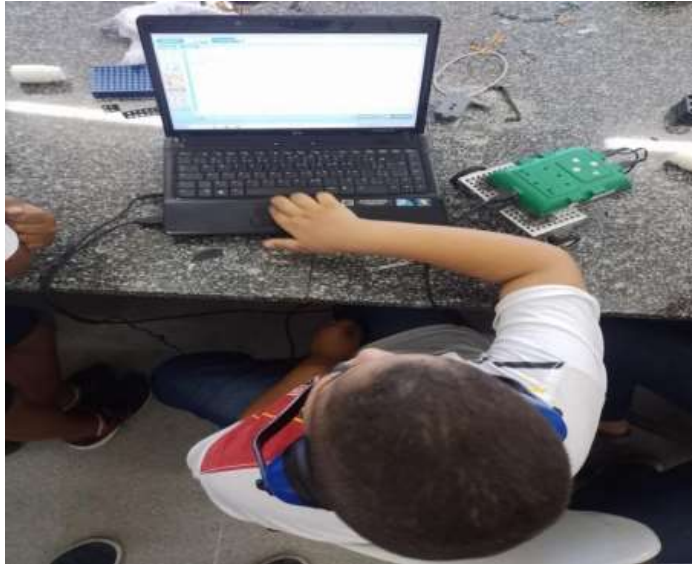
Com isso, apresentamos algumas imagens da mediação do professor ao ensinar a robótica educacional, inserindo as tecnologias digitais no processo de ensino/aprendizagem no ambiente escolar.

Figura 1: Atividade com uso da robótica educacional



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador. João Pessoa - PB, 15 de agosto de 2022.

Figura 2: Aluno autista fazendo a programação robótica



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador. João Pessoa - PB, 15 de agosto de 2022.

Podemos observar nas imagens a prática da robótica educacional em sala de aula, por crianças, que têm na robótica uma ferramenta que auxilia em seu processo cognitivo e comportamental, através da programação. Elas conseguem desenvolver também a escrita, a leitura e resolver alguns cálculos; é perceptível a interação social dos colegas de sala, isso mostra o quanto as novas tecnologias são importantes, e devem ser utilizadas para o bem comum no contexto educacional.

2.4 O USO DA ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO PROCESSO DE ENSINO/ APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

As crianças da geração já nascem tecnologicamente ativas, então, elas tendem a fazer uso da tecnologia em praticamente tudo, inclusive na educação. A Robótica Educacional permite um leque de descobertas das disciplinas ditas como tradicionais, a mesma pode transformar uma aula de geografia, por exemplo, em uma determinada aula, o professor vai explicar e ministrar conteúdo sobre a geografia do mundo, os alunos podem construir e programar um robô para ser o guia em um mapa, fazer um caminho utilizando sensores de cor, e percorrer cada continente, trazendo para a aula um momento de diferente.

Menezes e Santos (2015) definem robótica pedagógica ou robótica educacional como ambientes de aprendizagem que reúnem materiais de sucata ou kits de montagem compostos por peças diversas, motores e sensores controláveis por computador e softwares que permitam

a programação e o funcionamento dos modelos montados pelos alunos com o apoio do professor.

Esse ambiente de aprendizagem transforma a sala de aula: o material do kit de robótica encanta os alunos, eles começam a desenvolver projetos com os componentes desse kit, programam motores e sensores. Isso auxilia na solução de questões matemáticas, o aluno toma gosto para escrever bem. O português também é estudando com mais frequência.

Assim, todas as disciplinas são evidenciadas; o raciocínio lógico, rápido e crítico é trabalhado, fazendo do aluno um sujeito capaz de melhorar nas aulas, preparando-o para o fundamental II, onde é necessária mais dedicação com os estudos. Portanto, a Robótica Educacional no processo de ensino e aprendizagem no 5º ano transforma e prepara os alunos para novos desafios, vindouros com a chegada do 6º ano.

A robótica na escola propicia a criação, a vivência na prática através dos projetos que o próprio aluno idealiza. Portanto, o método de ensino da robótica é uma ferramenta que consegue desenvolver habilidades em todas as disciplinas, proporcionando uma prática educativa prazerosa que se torna ao mesmo tempo mágica para alunos do 5º ano, em sala de aula, embora, sabemos que a educação precisa de investimentos, cada vez mais, para que, dessa forma, todos possam ter o processo de ensino e aprendizagem.

Figura III – Alunos participando de atividade prática da robótica educacional



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador. João Pessoa - PB, 15 de agosto de 2022.

Figura IV: Alunos no Espaço Cultural, participando da OBR

Fonte: Site da PMJP. Fotográfico: Firmino. João Pessoa, 17 de agosto de 2022.

Apresentamos, nestas imagens acima, alunos em dois diferentes momentos: a primeira imagem são os alunos do 5º ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Governador Leonel Brizola, localizado em João Pessoa-PB, com o professor Jordan, em treinamento para a Olimpíada Brasileira de Robótica etapa estadual de 2022. Na segunda imagem alunos no local da Olimpíada, no Espaço Cultural José Lins do Rego. O evento aconteceu em 17 de agosto de 2022.

Estes momentos de interação e socialização, com o uso das TICs, têm o intuito de aproximar os alunos através da robótica educacional, proporcionando a inclusão desta prática educacional que busca embasar uma reflexão das novas tecnologias para o desenvolvimento dos alunos no universo escolar.

3 METODOLOGIA

Nosso estudo apresenta como tema - A robótica educacional: uma ferramenta tecnológica inovadora, no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais. Este artigo visa promover reflexões, e o entendimento mais abrangente da robótica no contexto educacional. Acreditamos que essa nova ferramenta tecnológica proporciona novas possibilidades no processo de ensino/aprendizagem, pois, direciona o professor a desenvolver práticas educacionais nas aulas, incluindo a robótica como um método lúdico, alcançando diretamente essa nova geração, a geração da tecnologia.

A robótica na educação traz um amplo mundo de novas possibilidades e descobertas, permitindo ao discente auxílio para um estudo ainda mais completo, logo, o aprendizado torna-se atrativo e impulsionado. É necessário nos adequarmos às mudanças, que acontecem cada vez mais rápidas.

Desta forma, para a construção do nosso artigo, foram utilizados procedimentos metodológicos, que aconteceram através da pesquisa bibliográfica com a utilização da abordagem descritiva. A pesquisa bibliográfica permitiu um estudo completo, complexo acerca

da temática, promovendo uma orientação direcionada para o estudo e construção do referido artigo.

De acordo com Severino (2013), a pesquisa bibliográfica “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados” (SEVERINO, 2013, p.106). Com relação às pesquisas descritivas, Gil (2008) argumenta que algumas delas vão além da simples identificação de variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Para Severino (2013), a pesquisa descritiva está relacionada ao levantamento de dados empíricos, com ideias presentes nos textos ou com intuições e raciocínios do próprio pesquisador (SEVERINO, 2013, p.115). Sendo assim, importante para nosso estudo é o ato de pesquisar, pois, requer sabedoria, paciência e senso, é necessário estudar em fontes confiáveis, e saber diferenciar qual artigo agregará mais na pesquisa.

Assim, o presente estudo proporcionou ao autor debruçar-se em sites de artigos científicos e livros com textos de autores como Curcio (2008), Furletti (2010), Furletti (2010), Lobo (2015), Mendes (2008) Santori, Hung e Moreira (2016), Petry (2006), Menezes e Santos (2015), que nos possibilitaram dialogar e refletir. Também apresentamos algumas fotografias para ilustrar a prática educacional utilizando-se da robótica.

Outro ponto importantíssimo é ler em abundância, passear por vários teóricos, estudar artigos em grandes quantidades. Depois é válido fazer um filtro, permanecendo com os teóricos e artigos que mais se encaixarem com a linha de estudo pesquisa. Desta forma o fiz, e trouxe para o referido artigo contribuições de autores que agregam, e que julgo importantes.

Na produção de um artigo, ter fontes de pesquisas é indispensável, e, é justamente nas pesquisas que moldamos nossos pensamentos e raciocínio, quanto mais pesquisamos, nossa mente torna-se mais criativa, crítica e produtiva. Ler e pesquisar nos molda para uma escrita mais rica e direcionada.

Pesquisar é mergulhar em um mundo de possibilidades. Ao estudar um artigo o pesquisador sente vontade de querer ir mais além. É necessário ter um norte, uma direção, uma orientação, por esses e outros fatores, a pesquisa é tão nobre.

Portanto, é importante ressaltar que nossa temática nos possibilitou um olhar diferenciado diante do contexto. Quanto à abordagem, optou-se por uma análise teórica sobre a temática referente à robótica educacional como uma prática inovadora no universo escolar, cuja metodologia utiliza ferramentas tecnológicas para a sala de aula.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo aborda a prática do estudo da robótica educacional como ferramenta pedagógica no processo de ensino/aprendizagem com alunos do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais. Trazendo reflexões sobre as mudanças na educação provocadas pela tecnologia, uma dessas inovações incluídas no currículo das escolas públicas e privadas é o ensino da robótica. Buscamos dialogar e refletir sobre a importância da robótica vista ao mesmo tempo como uma prática lúdica desenvolvida pelos professores e como uma proposta educacional. Desse modo, incentivamos os professores a fazer uso da robótica educacional, para beneficiar o desenvolvimento global dos alunos.

Também apresentamos o objetivo geral e os específicos, pois, nos possibilitou direcionar os subtópicos do presente artigo. Com isso, apresentamos como metodologia a pesquisa bibliográfica tendo como abordagem descritiva.

Como embasamento teórico desta pesquisa, apresentamos alguns autores como norte com artigos, como Lobo (2015), Furletti (2010), Petry (2006), proporcionando um entendimento amplo acerca da temática, promovendo e aguçando o desenvolvimento da escrita para nosso referencial teórico.

O resultado culminou de forma positiva para o autor poder refletir, colaborar com o processo de ensino/aprendizagem, a partir da experiência aqui descrita. Portanto, ao construir o presente artigo, pudemos trazer informações, e, conseqüentemente, contribuir com o ensino da robótica nas escolas, estreitando os laços entre robótica e educação. Assim, ao apresentar alternativas para a sua utilização, mostramos que a robótica não se resume a área de exatas, pelo contrário, ela caminha bem com todas as disciplinas.

A apresentação da fotografia, apresentado no presente artigo, deixa ainda mais evidenciado como a robótica proporciona novas possibilidades de aprendizado, facilitando o ensino, ajudando na disciplina de alunos que apresentam um comportamento de indisciplina, agregando valores significativos em todos os contextos do ambiente escolar. As imagens trazem um momento de inclusão, onde um aluno, portador de autismo, socializa com os seus colegas de sala enquanto faz a programação do robô.

Ainda é possível perceber uma equipe de alunos participando da Olimpíada Brasileira de Robótica, a qual foi campeã nas categorias de Melhor Programação, Melhor Projeto Maker. Logo, fica comprovado que a robótica passeia por diversos segmentos educacionais, de uma aula de montagem, conforme apresentado na imagem, a inclusão de alunos especiais, a realização de projetos e também a participação em eventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições da robótica educacional, no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano, dos anos iniciais, foram perceptíveis através deste artigo científico. Um tema relevante, que traz benefícios incontáveis para somar junto ao sistema educacional, contribuindo para o ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano.

O referido artigo utilizou a abordagem descritiva, proporcionando uma base sólida para a compreensão e reflexão da temática aqui apresentada. Construímos um diálogo, permitindo um entendimento mais abrangente acerca do tema, trazendo informações de como a robótica pode contribuir no processo educacional.

Mostramos, através das imagens, alguns momentos com a Robótica Educacional. Em uma das imagens trouxemos uma referência de inclusão escolar, quando apresentamos um aluno autista, programando um robô. A tecnologia digital é uma área que desperta a atenção de crianças autistas: os resultados são notórios, e o desenvolvimento dos alunos é surpreendente.

Ainda falando dos registros fotográficos, destacamos os alunos do 5º ano do ensino fundamental, em um momento da aula de robótica com a orientação do professor. Eles estavam recebendo treinamento para disputar a Olimpíada Brasileira de Robótica 2022, etapa estadual, realizada na cidade de João Pessoa-PB, no Espaço Cultural José Lins do Rego, no dia 17 de agosto do referido ano.

A imagem seguinte é com os alunos na OBR, Olimpíada Brasileira de Robótica, onde foram vencedores em duas categorias: Melhor Programação e Melhor Projeto Maker. A equipe contou com um aluno especial, promovendo a inclusão, mostrando que a Robótica faz o diferencial na educação, e pode ser estudada e feita em várias áreas e setores.

Em relação à Robótica Educacional X Comportamento, é constatado que alunos com dificuldades em ter um bom comportamento em sala de aula conseguem melhorar, pelo fato que a robótica exige concentração e estudo em equipe o tempo todo - o discente tem que ter foco para realizar as ações na robótica, isso reflete positivamente nas demais matérias.

REFERÊNCIAS

ARGENTO, Heloisa. **Importância de aprender Robótica no Ensino Fundamental I.**

Disponível em: <https://www.professordofuturo.com.br/importancia-de-aprender-robotica-no-ensino-fundamental>. Acesso em: 20 jun. 2022 AS 21:00

CURCIO, C. P. de C. **Proposta de método de robótica educacional de baixo custo.** 2008.

101f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento de Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento de Tecnologia, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LATEC, Curitiba, 2008.

FURTELLI, S. **Exploração de tópicos de Matemática em modelos robóticos com**

utilização do software Slogo no Ensino Médio. 2010. 134f. Dissertação (mestrado) – Curso de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6ª ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

IGNÁCIO, Elena. **Robótica pedagógica como estratégia para a aprendizagem.** Disponível

em: <https://edutec.ead.ufscar.br>. Acesso em: 15 jun. 2022

LOBO, Alex Sander Miranda. **O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no Ensino Superior.**

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.luizmaia.com.br/docs/cad_geografia_tecnologia_ensino.pdf&ved=2ahUKewjo2tzVMn5AhUYIZUCHdaNB2wQFnoECAQQBg&usq=AOvVaw2XLc3cSBJHxuWmG-8QmE2o. Acesso em: 12 jul. 2022

MENDES, A. **TIC – Muita gente está comentando, mas você sabe o que é?** Portal iMaster,

mar. 2008. Disponível em: <https://imasters.com.br/devsecops/tic-muita-gente-esta-comentando-mas-voce-sabe-o-que-e>. Acesso em: 15 jun. 2022

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Verbete – robótica educacional.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2015.

PETRY, L. C. O conceito de novas tecnologias e a hipermidia como uma nova forma de pensamento. **Cibertextualidades**, Porto, v. 1, n. 1, p. 110-125, 2006.

SANTORI, Almeida Silveira; HUGO, Elias Said; MOREIRA, Patricia Justo. **Uso das TICs**

como ferramenta de ensino e aprendizagem. Contexto e Educação. Disponível em:

sistemabu.udesc.br<http://sistemabu.udesc.br>. Acesso em: 22 jun. 2022

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013.

ZAMBON, Sueli Aparecida. **As aulas de robótica no ensino fundamental: competências e**

habilidades empreendedoras nas novas tecnologias aplicadas à educação

Disponível em :

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edutec.ead.ufscar.br/tccs/8f17b2cbd8cb851b71ffc96ebe36682c.pdf&ved=2ahUKewjOgZfdh8r5AhXGwJUCHb->

WB484ChAWegQIIBAB&usg=AOvVaw1CZYeVCjkO_H3OdINaO6GG. ACESSO EM :
19/08/2022 às 22:03

**SUGESTÃO PARA PRÉ-
CANDIDATOS AOS CARGOS DE
PREFEITO E VICE-PREFEITO
DE IBIRITÉ/MG 2025/2028:
responsabilidade e transparência**

Paulo César de Souza

DOI: 10.46898/home.57c1e6f7-d914-4845-8492-
20adbb5f76f3

SUGESTÃO PARA PRÉ-CANDIDATOS AOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsabilidade e transparência

SUGGESTION FOR PRE-CANDIDATES FOR THE POSITIONS OF MAYOR AND VICE-MAYOR OF IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsibility and transparency

Paulo César de Souza¹

RESUMO

Trata-se de um trabalho acadêmico intitulado: “SUGESTÃO PARA PRÉ-CANDIDATOS AOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsabilidade e transparência”. O presente trabalho acadêmico tem por finalidade analisar a proposta dos candidatos à prefeitura municipal de Ibirité, bem como, aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos no Curso de Graduação em Direito (PUC Minas) e Ciências do Estado (UFMG). Utilizou-se referência bibliográfica: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2016) e planos de governos de: Antônio Pinheiro Júnior (Toninho Pinheiro) e Alan Fernandes Rocha (Alan da Música); Daniel Sérgio de Jesus (Daniel Sérgio) e Geraldo Nonato Pereira da Costa (Geraldo Nonato); Enos Vagner Pontes (Professor Enos Pontes) e Jaime Moreira Sousa (Jaime Missionário); Henrique Lazarotti de Oliveira (Henrique Lazarotti) e Leandro Victor Rodrigues (Victor Rodrigues); João César Santos Reis (João César) e Elias Dutra Câmara (Elias Dutra) e William Parreira Duarte (William Parreira) e Paulo Telles da Silva (Paulo Telles); trabalhos acadêmicos publicados de Paulo César de Souza e informações capturadas da página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral.

Palavras Chaves: Candidato. Eleição. Governo. Ibirité. Proposta. Responsabilidade. Toninho Pinheiro. Transparência. Voto. William Parreira.

ABSTRACT

This is an academic work entitled: “SUGGESTION FOR PRE-CANDIDATES FOR THE POSITIONS OF MAYOR AND VICE-MAYOR OF IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsibility and transparency”. This academic work aims to analyze the proposal of the candidates for the municipal government of Ibirité, as well as to improve the knowledge acquired in the Graduate Course in Law (PUC Minas) and State Sciences (UFMG). Bibliographic reference was used: Brazilian Institute of Municipal Administration (2016) and government plans of: Antônio Pinheiro Júnior (Toninho Pinheiro) and Alan Fernandes Rocha (Alan da Música); Daniel Sérgio de Jesus (Daniel Sérgio) and Geraldo Nonato Pereira da Costa (Geraldo Nonato); Enos Vagner Pontes (Professor Enos Pontes) and Jaime Moreira Sousa (Jaime Missionário); Henrique Lazarotti de Oliveira (Henrique Lazarotti) and Leandro Victor Rodrigues (Victor Rodrigues); João César Santos Reis (João César) and Elias Dutra Câmara (Elias Dutra) and William Parreira Duarte (William Parreira) and Paulo Telles da Silva (Paulo Telles); published academic works by Paulo César de Souza and information captured from the website of the Superior Electoral Court.

Keywords: Candidate. Election. Government. Ibirite. Proposal. Responsibility. Tony Pinheiro. Transparency. Vote. William Parreira.

¹ Acadêmico de Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG

1. INTRODUÇÃO

No período eleitoral (2024), os candidatos aos cargos de prefeito e vice-prefeito informará à Justiça Eleitoral, mais precisamente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o **respectivo plano de governo**, documento no qual apontam as principais ideias e propostas para administrar a cidade. Nesse sentido, verifica-se que em 2020, os candidatos aos cargos apresentaram todas as ideias e pretensões.

Como é sabido, a República Federativa do Brasil é constituída pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõe a Carta Magna promulgada em 5 de outubro de 1988. Dentro deste contexto, consagrou-se a tese de que o Município é entidade integrante e necessária à Federação brasileira. Isto porque, nas Constituições anteriores, o Município não figurava como integrante da Federação, até mesmo porque o modelo adotado à época no Brasil, cópia do modelo norte-americano, não comportava a presença do Município (IBAM, 2016).

Por simetria, no Município, assume o Prefeito a posição de Chefe do Executivo, desempenhando funções políticas, executivas e administrativas. Amplas são as suas atribuições e grandes, portanto, suas responsabilidades, tanto do ponto de vista legal, como pelo fato de que é o principal depositário da confiança popular para a solução dos problemas do Município (IBAM, 2016).

Por ser conduzido ao cargo por eleição popular, o Prefeito torna-se o porta-voz natural dos interesses municipais perante a Câmara Municipal, demais esferas de Governo e outros setores que possam contribuir para o bem estar da população e o progresso do Município (IBAM, 2016).

Boa parte da doutrina vem defendendo que o “interesse local” deve ser entendido da mesma maneira que se definia o “peculiar interesse”, ou seja, com destaque para a ideia da predominância do interesse do Município sobre o eventual interesse regional ou nacional, excluindo a ideia de interesse exclusivo ou privativo da localidade. Enquanto o Município não foi inserido formalmente no seio da Federação brasileira, prevaleceu o critério clássico do peculiar interesse como peça-chave para a definição das atribuições municipais (IBAM, 2016).

Consideram-se funções políticas do Prefeito aquelas inerentes ao comando do Executivo, representadas por atos de Governo tais como: a proposição de projetos de lei; a sanção, promulgação, publicação e o veto às leis; a convocação extraordinária da Câmara; o planejamento das obras e serviços municipais; a representação do Município; a expedição de decretos e regulamentos (IBAM, 2016).

2. PLANO DE GOVERNO

Em análise aos os últimos planos de governo no Município de Ibirité constatamos

- I. **Prefeito William Parreira, Vice Paulo Telles** - Coligação: Ibirité com a força do povo - AVANTE / PV / CIDADANIA / REPUBLICANOS/ PRTB / PTC / PC do B / PROS

- II. **Prefeito Toninho Pinheiro, Vice Alan da Música** - Coligação: confiança no desenvolvimento - Progressistas / DC / DEM / PSB / PSC / PSD / PMB / PMN / PTB / Podemos / Patriotas / Solidariedade

- III. Prefeito Enos Vagner Pontes, Vice Jaime Missionário - PSOL
- IV. Prefeito Henrique Lazzarotti, Vice Leandro Victor - PT
- V. Prefeito João César, Vice Elias Dutra - PL/PDT
- VI. Prefeito Daniel Sergio, Vice Geraldo Nonato - PSL (candidatura indeferida)

Plano de Governo William Parreira e Paulo Telles (2021/2024)

Ibirité acumulou, em anos progressos, grandes demandas sociais, econômicas e ambientais decorrentes do crescimento desordenado e predatório. Após um pleito marcado por debates aquecidos e muitas promessas vazias e outras compatíveis com a realidade do município, foi eleita em 2016 para conduzir nossa cidade a coligação Renovação e Experiência. **A partir de 2017, a condução da coisa pública deixou de ser um “negócio” para atender os interesses pessoais e privados e passou a ser conduzida ao verdadeiro destinatário dos bens e serviços públicos que é a população.** Com essa nova gestão foram rearticulados a participação e gestão dos movimentos sociais, restabeleceu a autonomia da Câmara dos vereadores, onde o Poder Legislativo é essencial em uma democracia consolidada, desconstrução das práticas Patrimonialistas que não somente dilapidam o patrimônio público, como também dilaceram a alma de toda uma sociedade. Foram extintos o abuso do poder econômico e o clientelismo, marcados por uma época de “coronéis”. (grifo nosso)

Verifica-se no plano de governo descrito na composição William Parreira e Paulo Telles que o outro grupo político dilaceram a alma de toda

uma sociedade. ofertou à população “ideias vazias” e a nova **(ATUAL ADMINISTRAÇÃO)** foram rearticulados a participação e gestão dos movimentos sociais.

Lado outro, verifica-se que o texto do plano de governo apresentado pela chapa vencedora do pleito não condiz com a realidade dos fatos. Consta-se o pleno descumprimento do artigo 249 da LOI (Lei Orgânica de Ibirité) em que estabelece a realização de eleições a cada dois anos do conselho de governo, sendo a eleição realizada pelo Poder Legislativo (02 integrantes) e o Poder Executivo (01 indicação).

Um dos pontos que demonstra a disparidade entre o plano de governo apresentado pela chapa vencedora na Justiça Eleitoral. O que se observa é a plena desorganização administrativa, elevado número de indicação em cargos comissionados, elevados salários sem a devida comprovação de escolaridade e formação acadêmica. Consta-se que a administração pública prestigia os cabos eleitorais do grupo político vencedor das eleições, medida completamente desproporcional.

(...) Com essa nova gestão foram rearticulados a participação e gestão dos movimentos sociais, restabeleceu a autonomia da Câmara dos vereadores, onde o Poder Legislativo é essencial em uma democracia consolidada, desconstrução das práticas Patrimonialistas que não somente dilapidam o patrimônio público, como também dilaceram a alma de toda uma sociedade. Foram extintos o abuso do poder econômico e o clientelismo, marcados por uma época de “**coronéis**”. Com uma Gestão Humana, nos últimos 4 anos, a Prefeitura passou a ser a casa do cidadão, tendo os seus espaços destinados à construção de soluções para os problemas sociais do município, por meio dos seus recursos humanos, culturais e sociais, que, com a verdadeira participação do tecido social, por meio das audiências públicas, dos Conselhos Municipais e

atendimento direto à população, ouvidos e convocados a dar sua contribuição, são traduzidos em grandes avanços na saúde, na educação, no desenvolvimento econômico e social e na preservação ambiental. Um novo cenário de relacionamento com as instituições públicas e a abertura do diálogo com a sociedade civil organizada marcou essa gestão. Para construir um presente e um futuro próspero é necessário que todos os atores envolvidos sejam respeitados em suas especificidades e acolhidos em um franco e verdadeiro diálogo com o objetivo de perceber os diferentes olhares a respeito da situação econômica e social do município e de seus cidadãos. O terceiro setor é essencial nessa construção, onde a participação é crescente e os seus resultados são notórios em benefícios para a sociedade local. **Durante os 16 anos anteriores à essa gestão não existia esse diálogo**, não existia essa construção coletiva, as decisões eram definidas por um pequeno grupo de interesses, caracterizados pelas práticas clientelistas e corporativistas, decidindo e impondo a todos os servidores e demais membros da sociedade suas posições e deliberações. Um novo desafio se apresenta para os próximos 4 anos: consolidar a confiança nos processos políticos valorizadores da democracia participativa e direta e, a partir deles, manter a promoção do desenvolvimento sustentável para que Ibirité ofereça qualidade de vida e justiça social a seus habitantes; desafio que está sendo enfrentado por meio da ampla e vigorosa mobilização da sociedade. Manter as políticas públicas idealizadas e implementadas nos 4 anos dessa Gestão Humana.

MANIFESTANTE: PAULO CÉSAR DE SOUZA

Identidade do manifestante: Não sigilosa

Número da ocorrência: WEBA77020223

Data da manifestação: 02/02/2023 20:30:03

Tipo de manifestação: Solicitação

Unidade: Secretaria de Obras

Assunto: Obras. Mensagem: No dia **02/02/2023**, em atendimento voluntário e espontâneo aos munícipes/moradores, o MANIFESTANTE, devidamente qualificado na plataforma, **transitou na Rua Maria Natividade de Lima, nº 15, bairro Primavera, Ibitité/MG, CEP: 32.405-254, endereço da ESCOLA MUNICIPAL MORADA DA SERRA - Telefone (31) 3533-2088**, e constatou o muro da escola em **SITUAÇÃO DE RISCO**. Constata-se nas fotografias anexas situação gravíssima principalmente por envolver os moradores próximos e as crianças (retorno das aulas). Nessa senda, com fundamento na LAI (Lei de Acesso à Informação) o MANIFESTANTE requer tempestivamente esclarecimentos por escrito às respectivas secretarias de Obras - André Lima Bélico (matrícula funcional 39654) e Educação - Ana Paula Lemos de Souza Pinto gelo (matrícula funcional 23473).

TEMPO DE RESPOSTA VIA OUVIDORIA - 05 MESES

Resposta em **13/07/2023**

Prezado Sr. Paulo César,

Faz saber que a denúncia em questão foi verificada e informamos que solicitamos junto a Secretaria de Obras vistoria e providências quanto à denúncia relatada. Por fim, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que fizerem necessários.

Prefeitura Municipal de Ibitité

Ouvidoria Geral

Contato: (31) 3079-6070

O plano de governo, por mais que tenha a melhor intenção, não adianta a escrita ser diferente da realidade. O plano vencedor possibilita analisar a teoria e a prática, visto que os itens elencados, com mais de 50% de governo sequer foram ou serão cumpridos, visto que não há nenhum

empenho e dedicação com a transparência em informações de interesse público.

Plano de Governo Toninho Pinheiro e Alan da Música (2021/2024)

O presente Plano de Governo apresenta as principais propostas do candidato TONINHO PINHEIRO e ALAN DA MÚSICA e dos partidos que formam a coligação CONFIANÇA NO DESENVOLVIMENTO frente à Prefeitura de Ibirité para a administração municipal no período de 2021 a 2024. As **prioridades de governo e as características de gestão estão em consonância com o anseio da população** e a necessidade de expansão da oferta de serviços de melhor qualidade. Neste contexto, a capacidade de maximizar recursos escassos e atender às crescentes demandas da sociedade, passa a ser uma tarefa para experimentados gestores, que tenham habilidade **em compatibilizar recursos disponíveis de forma responsável e transparente**, com a celeridade na promoção e atendimento das necessidades prementes. **Com planejamento, gestão profissional eficiente e a colaboração de todos** na implementação das mudanças necessárias, o município de Ibirité voltará a crescer, atrairá investimentos com geração de renda atingindo uma qualidade de vida compatível com os anseios de todos que aqui vivem e desejam uma cidade melhor para se viver e trabalhar.

Observa-se no plano de governo apresentado à Justiça Eleitoral pelos candidatos Toninho Pinheiro e Alan da Música, a intenção no quesito responsabilidade e transparência, além disso, o compromisso com uma gestão profissional. Diferente de William Parreira e Paulo Telles, não tem como cobrar Toninho Pinheiro e Alan da Música na gestão 2021/2024, visto

que a chapa da coligação Confiança no Desenvolvimento não foi vencedora no pleito.

Plano de Governo Enos Pontes e Jaime Missionário (2021/2024)

Outra marca é que a organização em classe, sob um conceito pacífico, não compromete a eficácia social. Mas, ainda outra marca é a abertura ao diálogo como sendo **o grande desafio para que o Sistema Único de Saúde - SUS se constitua num sistema público, pautado pelos eixos da integralidade e da humanização, em atenção à saúde**. E ainda outra marca é compreender que, por mais que determinada política alcance resultados positivos do ponto de vista técnico, ela somente poderá ser convertida em capital político, para seu realizador, **se for percebida pela população**. E, ao lado disso, boas políticas, com boas avaliações técnicas, podem perder sua continuidade, caso não obtenham visibilidade positiva e apoio da opinião pública. A recomeçar da dialética na opinião pública, conforme Howlett (2000), apontando como contrapartida os riscos de saúde não evidenciados em propagandas publicitárias e passando pelas divergências na aplicação de políticas públicas, conforme em Frazão (2006), se identifica. Assim sendo, o olhar para essas situações provoca a necessidade de examinar o mais profundo dessas diferenças, dando ênfase ao significado que elas têm diante das controvérsias sociais, sobretudo, porque a disputa entre políticas públicas de saúde e saneamento é, na verdade, os conflitos de interesses sobre que essas disputas se ancoram

Conforme Enos Pontes e Jaime Missionário, no plano de governo. O diálogo é importante para enfrentar os desafios das demandas entre elas a saúde pública. Nesse contexto, de nada adianta a mera intenção sem a percepção da população.

Plano de Governo João César e Elias Dutra (2021/2024)

Educação Desenvolvimento começa escola. - Promover o diálogo das instituições educacionais no município com a comunidade. -Valorização dos profissionais da educação. - Reforma e ampliação das unidades escolares. -Ampliar o número de vagas para educação infantil. -Combater efetivamente a evasão escolar, implantação da escola em tempo integral com prática de esportes, reforço escolar e educação financeira. Desenvolvimento Econômico - Valorização e incentivo ao pequeno negócio da cidade. - Promoção de feiras regionais. -Promoção de eventos de negócios. -Desenvolvimento da economia solidária. -Desburocratização do registro e licenciamento de pequenas empresas. Desenvolvimento da Saúde -Promoção de programas de prevenção a doenças - Valorização do profissional de saúde. - Reestruturar os PSFS e UBS. - Aumentar o número de médicos na cidade - Diminuir o tempo de espera para consultas eletivas, cirurgias e exames. Desenvolvimento Social - Ampliar o plano municipal de assistência social com participação da sociedade civil. - criar um centro de convivência para idosos e asilo municipal. - Programa de incentivo a família. - Programa especial para os povos tradicionais - Ampliação do Programa de Enfrentamento a Violência Sexual. Modernização da Administração Pública - Implantar o planejamento participativo no município. - Implantar uma gestão transparente e participativa que promova a interação entre governo e sociedade civil sem exclusão. - Implantação dos conselhos

constitutivos e deliberativos em todas as secretarias. - Garantir que os cargos comissionados sejam escolhidos pelo processo seletivo simplificado garantindo uma gestão técnica. - Reforma administrativa com redução salarial 50% do secretariado, bem como do vice-prefeito e prefeito. Transporte e Mobilidade Urbana - Integração com as estações dos municípios vizinhos. - lutar pelo meio passe estudantil. -Cobrar qualidade na frota oferecida pela empresa prestadora de serviço ao município, e o cumprimento do horário - Aplicação do Plano de Mobilidade no município. -Estimular a acessibilidades de todos os cidadãos em todos espaços públicos de modo de ir e vir a todos. Meio Ambiente - Gestão de resíduos sólidos e coleta seletiva. - Proteção as nascentes. - Restaurar as áreas de preservação permanente. - Fomentação da educação ambiental nas escolas municipais. - Investir no tratamento do lixo, com possibilidade de geração de energia para abastecer a cidade reduzindo o custo da coleta. Esporte, Cultura e Lazer - Fomentar o acesso da população aos equipamentos públicos, aproveitando áreas institucionais disponíveis, tais como praça, campos, vias públicas, escolas dentre outros para a prática do esporte e lazer. - Ampliar a atuação das “ruas de lazer” e atividades recreativas prioritariamente para as populações periféricas. - Criar o conselho municipal de esporte, cultura e lazer orientando para deliberar, acompanhar e avaliar as ações de esporte, cultura e lazer do município ampliando a participação da sociedade civil nas fases e decisão, execução e fiscalização dos resultados. - Criação de uma pasta para discussão e implementação da cultura dos povos tradicionais e garantia de políticas públicas para estes povos tradicionais e igualdade racial

O plano de governo apresentado pelos candidatos João César e Elias Dutra passaram por apenas quatro laudas, em tópicos, sem detalhamento, o que torna difícil analisar com mais precisão os objetivos dos candidatos ao cargo de prefeito e vice-prefeito de Ibirité.

Plano de Governo Henrique Lazarotti e Leandro Victor (2021/2024)

Verifica-se no Plano de Governo de Henrique Lazzarotti e Leandro Victor pontos relevantes apontados nas vinte e oito laudas. O objetivo não é comparar o número de folhas, visto que o último teve apenas quatro.

(...) Ibirité, uma cidade que nas ultimas décadas sofreu com o crescimento desordenado e a especulação imobiliária, se tornou uma das maiores cidades, em população estimada em 180 mil habitantes, integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, deixando há muito sua vocação agrícola, para se tornar uma cidade dormitório com graves problemas de infraestrutura urbana e baixa qualidade da vida da população, e com ênfase na absoluta dependência de recursos federais e estaduais. Diante dos imensos desafios que a cidade enfrentou e que ainda enfrenta, o Partido dos Trabalhadores, que construiu sua história política junto ao povo manteve os mesmo princípios da democracia e da participação popular para escrever o Programa de Governo Participativo – Mudar Ibirité é Possível! O Programa foi

elaborado a partir de uma série de debates com a sociedade civil e as forças políticas locais. Debates que continuam ocorrendo e que tornam o plano dinâmico. **A construção de um programa participativo vai significar uma nova era para a nossa cidade e ainda, a garantia de que os projetos sociais e de desenvolvimento, serão realmente implementados em Ibirité**, levando benefícios a uma parcela expressiva da população que é ignorada pelos passados e pelo atual governo municipal. Ibirité precisa, merece e saberá aproveitar esse momento de avanços econômicos e sociais no país, mais ainda, colocando-se nos trilhos do desenvolvimento sustentável, para transformar sua recuperação econômica em qualidade de vida para a população.

(...) A democracia brasileira vive uma crise de representatividade provocada pelo crescente distanciamento entre o poder público e a sociedade civil. Esse esgotamento atinge todas as esferas da administração pública. Falta acesso à informação, controle social, e meios para que a população seja ouvida e participe das decisões de interesse público. Essas tensões e conflitos ficam mais evidentes nas cidades, porque é no espaço urbano que a maioria das pessoas de fato sente as conseqüências desses problemas. **É no cotidiano da cidade que os resultados de muitas decisões públicas se materializam.** É preciso apostar na ampliação e fortalecimento da democracia com aumento da participação do povo nas decisões, resultado de imprescindível aprimoramento das formas de democracia direta e participativa. Portanto, é fundamental reafirmar a importância

dos Conselhos de Políticas Públicas, além do estabelecimento de outras formas concretas de controle social em âmbito municipal, tais como, Comitês e Fóruns, Ouvidorias, Mesas de Diálogo e Negociação Permanentes, Audiências e Consultas Públicas e Conferências, processos de Participação no ciclo de Planejamento e Orçamento Público, realizando uma avaliação profunda desses mecanismos com o intuito de aperfeiçoá-los. É preciso garantir uma representação mais efetiva da vontade popular, enfrentando as sub-representações (trabalhadores/as, mulheres, negros/as, juventudes etc), estimulando e valorizando a participação ampla e democrática de todos os grupos subrepresentados nas decisões públicas. Esses mecanismos devem ser pautados pela diversidade, pela igualdade em termos de gênero, raça, etnia, orientação sexual etc., e devem garantir o acesso das camadas sociais excluídas aos processos de tomada de decisões políticas. É preciso também, de forma criativa e ousada lançar mão de iniciativas municipais ou regionais que se acumulem na direção de democratizar a comunicação, hoje monopolizada, e assegurar à sociedade efetivo direito à informação e à interpretação plural dos fatos. Nesse sentido temos como projetos:

(...) **DIREITO À CIDADE** As cidades brasileiras são expressão da profunda desigualdade social do país. Apesar da diversidade – histórica, social e cultural, de tamanho, clima e paisagem–, os municípios foram construídos seguindo o modelo no qual uma ilha central de prosperidade concentra investimentos públicos e privados, enquanto a periferia – onde majoritariamente vive a população pobre e negra – segue

exposta ao abandono estatal e à violência, sujeitando suas populações a grandes deslocamentos via transporte público de baixa qualidade. Com o objetivo de efetivar o direito à cidade, procuramos refletir sobre a influência da lógica do privado e do mercado na de Ibirité, além de apontar propostas para efetivar a aplicação da legislação existente que contribui para frear esse processo e para avançarmos em direção a uma maior qualidade de vida. A apropriação dos recursos públicos e das melhores localizações para negócios ou retenção especulativa e o abandono das periferias e bairros centrais populares são as principais causas dos grandes problemas urbanos: a dispersão geográfica, que aumenta o custo da infra-estrutura; a multiplicação moradias precárias e inadequadas; mobilidade muito ruim com viagens longas, caras e poluidoras; enchentes que se repetem a cada ano; desmoraamentos; epidemias decorrentes da proliferação de mosquitos e da coleta insuficiente do lixo; poluição do ar e dos cursos d'água; a predação ambiental, com impermeabilização do solo e ocupação de áreas ambientalmente frágeis.

Verifica-se no plano de governo oferecido pelos candidatos Henrique Lazarotti e Leandro Victor racionalidade nas ideias comparando com a realidade do município (...) execução políticas públicas, por meio de ampla consulta e escuta da população, fazendo atenção também aos aspectos territoriais e setoriais; (...) execução políticas públicas, por meio de ampla consulta e escuta da população, fazendo atenção também aos aspectos territoriais e setoriais entre outras.

3. SUGESTÃO PARA PRÉ-CANDIDATOS AOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ/MG

Possíveis Candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito em Ibirité/MG - 2024 (Situação e oposição) Elab: Acadêmico Paulo César de Souza - UFMG		
 Wagner Miguel	 A Planeta Pizza	 Carina Bitarães
 Dinis Pinheiro	 Daniel Belmiro	 Natália Pinheiro
 Toninho Pinheiro	 Marcinho Grossi	 Pastora Dolores
 Pinheirinho	 Paulo Telles	 Leide Fernandes
 Beto Alegria	 CHANDE	 Ione Pinheiro
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza. Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da UFMG Percurso Democracia e Governança Social / (12ª Turma) Organizado em 13 de agosto de 2023 - Ibirité/MG		

Como é sabido o atual prefeito Sr. William Parreira Duarte encontra-se no segundo mandato à frente do Executivo Municipal. Alguns candidatos vem sendo apontado como prováveis indicados a concorrerem aos cargos de prefeito e vice-prefeito do Município - administração 2025/208.

Nesse contexto, não se busca nenhuma pretensão em tentar coletar as ideias subjetivas do prefeito William Parreira, mas, podemos perceber em dois critérios básicos para a escolha do candidato: popularidade e confiança. Se William Parreira optar pelo critério de confiança, possivelmente escolherá Wagner Miguel e Alexandre do Planeta Pizza. Caso opte pela popularidade Beto Alegria e Carina Bitarães.

Na oposição, **provavelmente** teremos **mais de dois grupos com a seguinte composição** (possibilidade de migração)

I.Grupo Família Pinheiro - PP / Republicanos outros

II.Grupo Marcinho Grossi - Cidadania / DC

III.Federação Brasil da Esperança - PT / PCdo B / PV

IV.Grupo em formação / Novo / PL outros

As eleições de 2024 em Ibirité, não será polarizada entre dois grupos políticos, o que amplia consideravelmente a possibilidade de um grupo de oposição vencer o pleito. Como é sabido, a situação (Grupo William Parreira) não está unida, não há espaço para todos os pretendentes ao cargo de prefeito e vice-prefeito. Comenta-se acima de sete agentes políticos manifestaram reservadamente a vontade em ser prefeito - 2025/2028. Alguns partidos que estavam na composição de 2020 migraram para oposição - Cidadania e Republicanos. Observa-se no atual grupo (William Parreira) pequenos grupos dentro de um grupo. Uma parte desses agentes políticos

ficam na moita, aguardando o desdobramento para permanecer ou migrar para outro grupo com possibilidade de vitória. Independente quem vença o pleito, a pretensão do presente trabalho é apresentar, de maneira simples, duas sugestões para integrar ao plano de governo, sendo uma a responsabilidade e a outra a transparência.

3.1 RESPONSABILIDADE

Observa-se no Município de Ibirité a falta de compromisso dos agentes públicos e a desorganização na administração pública municipal. Nesse sentido, a responsabilização por descumprimento de normas não pode servir apenas para servidores mais simples.

A postura do (péssimo prefeito) William Parreira Duarte com a população é preocupante ao ponto de desrespeitar aqueles que discordam do atual modelo de governança, o que é péssimo, visto que as críticas não são avaliadas mas, desprezadas. Quando alguém cobra o Poder Público Municipal por escrito ou nas redes sociais, a pessoa é classificada como desafeto.

3.2. TRANSPARÊNCIA

Outro ponto preocupante é a falta de transparência. Na audiência pública ocorrida no Município de Ibirité foi capturada uma informação do prefeito William Parreira uma informação mentirosa

(..) A Secretaria de Planejamento de Ibirité promove, a partir de 16/03 (quinta-feira), as **Audiências Públicas 2023 – LDO 2024**. Serão cinco reuniões, a serem realizadas nas seguintes datas:

16/03/2023 (quinta-feira), 21/03/2023 (terça-feira), 23/03/2023 (quinta-feira), 28/03/2023 (terça-feira) e 30/03/2023 (quinta-feira).

Em 30/03/2023, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, William Parreira Duarte, mencionou que o governo municipal é transparente e que todas as informações constam no portal transparência. **Sem razão.**

Senhor Oficial:

1. Realize o registro da Notícia de Fato no MPE e junte ao procedimento a manifestação encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público e os documentos que a acompanham.
2. Junte aos autos cópia das Leis Municipais nº 2.296/2021 e nº 2.298/2021.
3. Expeça ofício ao Prefeito Municipal solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecimentos acerca dos empréstimos autorizados pelas Leis Municipais nº 2.296/2021 e nº 2.298/2021, bem como do empréstimo pretendido pelo Projeto de Lei nº 002/2023, especialmente sobre a destinação dos mesmos e encaminhando:
 - a. Descrição pormenorizada acerca das obras a serem realizadas;
 - b. Cópia dos projetos básico e executivos elaborados para a realização das obras;
 - c. Informações acerca dos procedimentos licitatórios realizados ou em andamento para a realização das obras pretendidas;
 - d. Demais informações pertinentes.

Ibirité, 16 de fevereiro de 2023.

DESPACHO

Cuida-se de Representação encaminhada por Henrique Lazarotti de Oliveira. Conforme narra o Representante, após as Leis Municipais nº 2.296/2021 e nº 2.298/2021 que autorizaram o Poder Executivo de Ibirité a realizar empréstimos no valor de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) e R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), novo Projeto de Lei aportou na Câmara Municipal para que empréstimo de mais de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) fosse autorizado. Aduz o Representante que as justificativas para a realização dos empréstimos são genéricas e evasivas. Discorre sobre o fato de o orçamento público municipal ter dobrado nos últimos 5 anos, chegando atualmente a mais de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), em descompasso com Municípios similares a Ibirité. Afirma que a falta de transparência em relação às obras e intervenções que o Executivo pretende fazer indica a inexistência de planejamento prévio para gastos tão relevantes.

Depois foi encaminhada por Paulo César de Souza a manifestação nº 589999022023-8 à Ouvidoria do Ministério Público. Segundo o Manifestante, no dia 15/02/2023 houve a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Ibirité, ocasião em que foi lido pelo Procurador da Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 002/2023. Relatou o Manifestante que participou da CCJ e que foi identificado que a redação do Projeto de Lei não apontava os locais das obras, ou mesmo os prédios públicos em que seriam investidos o valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) pelo Município junto à Caixa Econômica Federal – Programa Finisa.

Visando angariar elementos mínimos a supedanear o juízo de instauração acerca da instauração de Inquérito Civil, instauro Notícia de Fato com os seguintes dados:

Representante: Henrique Lazarotti de Oliveira e Paulo César de Souza

Representado: Município de Ibirité

Município: Ibirité

Objeto: Supostas irregularidades nas contratação de empréstimos pelo Município de Ibirité por meio das Leis Municipais Leis Municipais nº 2.296/2021, nº 2.298/2021 e Projeto de Lei nº 002/2023.

Comissão de Justiça

Fonte: Comunicação Câmara Publicado em: 15/02/2023 Assunto: Informativo



A Comissão de Justiça, Legislação, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas se reuniu hoje na Sala de Reuniões para a discussão de matérias.

<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/noticia/139/Comissao-de-Justica>

OBSERVAÇÃO: **A INFORMAÇÃO ACIMA FOI RETIRADA (Sem comunicação)** do site institucional da Câmara de Vereadores. DENÚNCIA FORMULADA sob número MPMG-0114.23.000308-8 (...) PAULO CÉSAR DE SOUZA recorreu ao Ministério Público, através da Ouvidoria, para apresentar reclamação (denúncia) contra a **CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ**, por falta de transparência, ausência de lista de assessores por vereador, **desaparecimento de informação referente à Comissão de Constituição e Justiça em 15/02/2023**

SUGESTÃO PARA PRÉ-CANDIDATOS AOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsabilidade e transparência

Pesquisa de Processos e Procedimentos

Classe	Procedimento Preparatório
Número	MPMG-0114.23.000308-8
Promotoria Atual	05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Município	IBIRITÉ
Área de Atuação/Assunto	PATRIMÔNIO PÚBLICO (CIVEL)
Data	13/06/2023
Situação	Aberto
Descrição	PAULO CÉSAR DE SOUZA recorreu ao Ministério Público, através da Ouvidoria, para apresentar reclamação (denúncia) contra a CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ, (?) por falta de transparência, ausência de lista de assessores por vereador, desaparecimento de informação referente à Comissão de Constituição e Justiça em 15/02/2023, publicidade excessiva - PROCON X COPASA e outros(?)

Últimos Andamentos



Ofício 023/2023

Ibirité, 15 de fevereiro de 2023.

A/C do Presidente da Câmara Municipal de Ibirité – MG

V. Sa. Sr. Alexandre Braga Soares

Referência:

Requerimento - Pedido de Vista/Sobrestamento ao Projeto de Lei 002/2023

Sirvo-me do presente documento para encaminhar a V.Exa. a solicitação dos munícipes de nossa cidade referente ao pedido de vista/sobrestamento referente ao projeto de lei 002/2023.



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Ofício 023/2023

Ibirité, 15 de fevereiro de 2023.

A/C do Presidente da Câmara Municipal de Ibirité – MG

V. Sa. Sr. Alexandre Braga Soares

Referência:

Requerimento - Pedido de Vista/Sobrestamento ao Projeto de Lei 002/2023

Sirvo-me do presente documento para encaminhar a V.Exa. a solicitação dos munícipes de nossa cidade referente ao pedido de vista/sobrestamento referente ao projeto de lei 002/2023.

Eu, vereador Francisco Soares de Aquino Neto, no uso de sua prerrogativa constitucional, art. 31 CR/88, art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais, artigo 13 da Lei Orgânica do município de Ibirité e inciso II do art. 39 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ibirité/MG, requer:

Pedido de vista **(Atecnia Legislativa - ausência de artigo específico sobre pedido de vista e sobrestamento no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ibirité). Na ausência de citação específica no regimento interno, usamos como base o modelo legislativo do Senado Federal**, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 132 do Regimento Interno do Senado Federal e cominado com o artigo 21 da Lei Orgânica do Município de Ibirité/MG que estabelece revisão anual da referida lei, inclusive a redação do artigo 30, para inserir no Regimento Interno o pedido de vista e sobrestamento com as suas especificações, em conformidade com as referências de outras casas legislativas.



Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança – Ibirité – MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010



Justificativa do pedido de vista aos artigos 1º e 2º do Projeto de lei nº 002/2023

Em apertada síntese, a redação do artigo 1º do projeto de lei nº 002/2023 solicita ao Poder Legislativo autorização para a contratação de empréstimo junto à Caixa de até **R\$70.000,00 (SETENTA MILHÕES DE REAIS)**. No artigo 2º do referido projeto, o Poder Executivo aponta que a aplicação do recurso será direcionada em obras de infra estrutura, manutenção e ampliação de prédios públicos assemelhando-se ao plano plurianual.

Noutro giro, devido ao valor, pela realidade do município e o ônus aos cofres públicos, a contratação de empréstimo deve ser realizada com responsabilidade na contratação, especificação dos recursos, o que não é o caso do presente Projeto de Lei. O Poder Executivo, embora tenha pretensão em realizar as obras, no mínimo, no bojo do artigo segundo, não apontou a localização das obras, organizando por planilha em área urbana e rural, elencando os locais.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA (QUADRO EXEMPLIFICATIVO)	
RURAL	URBANA
Obra A: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 2.000,00	Obra A: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 15.000,00
Obra B: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 1.000,00	Obra B: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 25.000,00
Obra C: Endereço: XXXXX Custo: R\$ XXXXXXX	Obra C: Endereço: XXXXX Custo: R\$ XXXXXXX



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

PRÉDIOS PÚBLICOS (QUADRO EXEMPLIFICATIVO)	
MANUTENÇÃO	AMPLIAÇÃO
Endereço: Rua transparência, bairro dinheiro público Custo: R\$ 5.000,00 (cinco milhões)	Endereço: Rua comprometimento, bairro verdade Custo: R\$2.500,00
Endereço: XXXX Custo: R\$ 3.000,00	Endereço: XXXX Custo: R\$ 5.000,00

Constata-se que a ampliação de prédios públicos, no mínimo, deveria apontar a quantidade e a descrição dos locais. A transparência e clareza na redação do artigo segundo é importante para o Poder Executivo, Legislativo e toda a população, no sentido em evitar qualquer desconfiância dos agentes envolvidos diretamente com a administração pública.

Devido a complexidade da redação do artigo 2º do projeto de Lei e a ausência de artigo específico quanto ao pedido de vista, constata-se, por analogia, em outras casas legislativas a redação que se presente alcançar no presente projeto.

Regimento Interno do Senado Federal

Referência: <

<https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISF+2018+Volume+1.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4> >

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer. **§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias,** devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.



Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança - Ibirité - MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010



Regimento Interno da Câmara Municipal de Cláudio/MG

Referência < <https://www.camaraclaudio.mg.gov.br/atividade-legislativa/regimento-interno> >

Do Adiamento da Discussão

Art. 213 - **O pedido de vista poderá ser requerido** por escrito ou verbalmente, por qualquer Vereador, e será concedido a critério da Presidência ou por deliberação do Plenário, observando o seguinte:

I - o requerimento de vista deverá ser justificado, para deliberação da Presidência ou do Plenário;

II - o prazo de vista não ultrapassará a sete dias.

Regimento Interno da Câmara Municipal Betim/MG

Referência: < <https://legislativo.camarabetim.mg.gov.br/NormaJuridica/ShowNormaJuridica/47234> >

Dos Requerimentos Sujeitos a Despacho do Presidente da Câmara

Art. 236. E decidido, em despacho, pelo Presidente o requerimento que solicite:

XXII – pedido de vistas à proposição.

Verifica-se nos três paradigmas apontados, cada casa legislativa tem redação elaborada, de forma diferente sobre o pedido de vista. O regimento da Câmara Municipal de Cláudio/MG estabelece a discricionariedade do presidente em deferir ou não. Na Câmara Municipal de Betim/MG, a redação aponta que a decisão do Presidente é por despacho o pedido de vista.



Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança – Ibirité – MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Como não há um artigo apontando expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal, o período de aplicação ao paradigma da redação 132 do Regimento Interno do Senado Federal (...) **§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser accito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias**, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.

Por fim, **REQUER pedido de vista pelo prazo de 05 dias**, para que o Poder Executivo modifique a redação do artigo 2º do Projeto de Lei Complementar 002/2023 em apontar (conforme quadro exemplificativo acima) a localização das obras e informações aos prédios públicos em manutenção e ampliação.

Desde já agradecemos a atenção.

Atenciosamente,

Francisco Soares de Aquino Neto

Maximiliano Parreira da Silva

Daniel Belmiro de Almeida



Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança - Ibirité - MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Gleison Eloi Lopes

Dimas Ramos de Miranda

Alexandre Jose Ferreira dos Santos

Marclene Rodrigues dos Santos

Dimas Ramos de Miranda

Artur Orlando da Silva

Carlos Henrique Varela Pascoal

Fabio Batista de Araújo

Oswaldo Alves da Silva



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança - Ibirité - MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010



Rivaldo Pereira de Souza

Wallace Junio Ribeiro Andrade

Wanderlei Martins de Paula

Alexandre Braga Soares



Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança - Ibirité - MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010

LEGISLATIVO DE IBIRITÉ

OMISSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

CEP: 32.400-538 – ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 002/2023

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO NO VALOR DE ATÉ R\$ 70.000.000,00 (SETENTA MILHÕES DE REAIS) JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- PROGRAMA FINISA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. Prefeito do Município de IBIRITÉ:

FAÇO SABER que a CÂMARA de vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar junto à Caixa Econômica Federal - Programa FINISA, operações de crédito até o limite de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

Art. 2º. Os recursos das operações de crédito de que tratam o art. 1º serão aplicados em obras de **Infraestrutura Urbana e Rural, Manutenção e Ampliação de Prédios Públicos**, conforme ações definidas no plano plurianual.

Art. 3º. As operações de crédito de que tratam esta Lei, serão contratadas de acordo com as disposições legais em vigor e com as normas da entidade de crédito.

Parágrafo único. Os recursos resultantes das operações de crédito autorizadas nesta Lei serão obrigatoriamente aplicados na execução das finalidades dispostas no art. 2º desta Lei.

ONDE? QUAIS PRÉDIOS???
CADÊ A TRANSPARÊNCIA ?

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que o plano de governo é um documento relevante para os candidatos ao cargo de prefeito e vice-prefeito. Alegar preocupação com transparência pode parecer simples e fácil. Não obstante, constata-se no presente trabalho a discrepância entre a teoria e a prática. Constata-se no pedido de empréstimo de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões) o prefeito William Parreira não foi transparente com a população.

As pesquisas e informações apresentadas demonstram que o grupo político (situação) da administração 2021/2024 não cumpriu o plano de governo apresentado à Justiça Eleitoral. Segundo levantamento estatístico realizado pelo IBGE no último censo de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Município possui 170.387 pessoas.

Entretanto, a maioria da população do Município de Ibirité desconhece a relevância do plano de governo apresentado pelos candidatos no período eleitoral nas eleições municipais. Muitos munícipes eleitores imaginam que exercer a cidadania se resume apenas em votar.

Os apontamentos descritos no plano de governo pela chapa vencedora passam longe da realidade. A transparência é um ponto relevante para todos os governos que tem como norte os princípios elencados no artigo 37 da Carta Magna conhecida como L.I.M.P.E. (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) da Administração Pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Disponível em:** < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de Antônio Pinheiro Júnior (Toninho Pinheiro) e Alan Fernandes Rocha (Alan da Música). **Disponível em:** < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/389418/5_1601071387594.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de Enos Vagner Pontes (Professor Enos Pontes) e Jaime Moreira Sousa (Jaime Missionário). **Disponível em:** < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/673548/5_1601139050871.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de Henrique Lazarotti de Oliveira (Henrique Lazarotti) e Leandro Victor Rodrigues (Victor Rodrigues). **Disponível em:** < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/433664/5_1600462771426.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de João César Santos Reis (João César) e Elias Dutra Câmara (Elias Dutra). **Disponível em:** < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/818081/5_1601088662674.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de William Parreira Duarte (William Parreira) e Paulo Telles da Silva (Paulo Telles). **Disponível em:** < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/802192/5_1601053390597.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rcl 57238 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 01/03/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-042 DIVULG 06-03-2023 PUBLIC 07-03-2023.

DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues. Exercício da cidadania: um guia para os pais. Prof. Me. Mônica Fernandes. Alfenas, 2021. **Disponível em:** < <https://www.unifenas.br/extensao/cartilha/Exercicio%20da%20Cidadania%20-%20ATEx%20I.pdf> > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Manual do Prefeito. Disponível em: <
https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_prefeito15ed2017_2.pdf >
Acesso em: 13 de Agosto de 2023.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <
<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf> > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

MINAS GERAIS. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Acesso ao link de pesquisa para conectar ao corpo de email Funcional de Membros. Disponível em: <
https://transparencia.mpmg.mp.br/form/contato/email_funcional. **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Pesquisa de processos e procedimentos. Pesquisa de procedimentos extrajudiciais. Disponível em: <
<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/consulta-processual/procedimentos-extrajudiciais/> > **Acesso em:** 13 de agosto de 2023

RESENDE, Antônio José Calhau de. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 7-42, jan./dez. 2008.

RESENDE, Antônio José Calhau de. AUTONOMIA MUNICIPAL E LEI ORGÂNICA. Disponível em: <
<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1266/3/0001266.pdf> >
Acesso em: 13 de Agosto de 2023.

SANTOS, Paulo Ângelo. Os direitos sociais em relação à saúde e sua aplicabilidade nos dias atuais: a necessidade da intervenção dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal para a garantia de uma saúde melhor (2023). Disponível em: <
http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170601131558.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SILVA, Beatriz do Espírito Santo. Direitos fundamentais sociais: teoria e prática. Pelotas: Ed. UFPel, 2022.

SOARES, David Willian. Direito constitucional direitos sociais. Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional - 2017. Disponível em: <
<https://www.fag.edu.br/mvc/assets/pdfs/anais-2017/DAVID%20WILLIAN%20SOARES--1.pdf> >. **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. COMPILADO DE ATIVIDADE ACADÊMICA ENTRE 2020/2023. Disponível em: <
https://www.homeeditora.com/files/ugd/1044df_aaa12dec71049d1ba61cc604166fdfd.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SUGESTÃO PARA PRÉ-CANDIDATOS AOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsabilidade e transparência

SOUZA, Paulo César de. Eleição Na Câmara Municipal de Ibirité Biênio 2023/2024 E O Tabuleiro Político Municipal: breves comentários **Disponível em:** < https://www.homeeditora.com/files/ugd/1044df_b9db4f4bc6af4b16b6828c9e69bb4f14.pdf >. **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CAPÍTULO 71 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Paulo César de Souza e Natalia Regina Pinheiro Queiroz) **Disponível em:** < https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_sociais_2-71.pdf >. **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CIÊNCIAS DO ESTADO: liberdade de Expressão e Pluralismo de Ideias. **Disponível em:** < <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2021/07/EIREVICE.pdf> >. **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CAPÍTULO 28 - GESTÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL **Disponível em:** < <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/06/capitulo-humanas2-28.pdf> > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CAPÍTULO 118 -JUSTIÇA ELEITORAL CASSA MANDATO DE PREFEITO E VICE DE IBIRITÉ/MG. **Disponível em:** < https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_3-118-1.pdf > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Capítulo 20 - Projeto de Lei Municipal nº 026/2022 e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ibirité/MG. **Disponível em:** < <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/12/capitulo-livro-humanas-dez-20.pdf> > **Acesso em:** 13 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Ciências do Estado: Liberdade de Expressão e Pluralismo de Ideias Paulo César de Souza. Caderno de Resumos do I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado. Os desafios na produção e difusão do conhecimento científico 26 a 28 de julho de 2021. Belo Horizonte: Revista de Ciências do Estado, 2021.

SOUZA, Paulo César de. Justiça eleitoral cassa mandato de prefeito e vice de Ibirité/MG. Pesquisa e inovações em ciências humanas e sociais: produções científicas multidisciplinares no século XXI, volume I, Organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Cassação de William Parreira e Paulo Telles: Breves Considerações. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Arapongagem em Garibaldi/RS e a Resolução 381/2022. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Resolução 1.224/2022 e as eleições suplementares em Divisa Alegre/MG. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de e **QUEIROZ**, Natalia Regina Pinheiro. Administração Pública em Ibirité e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 e a resolução 23669/2021. Diálogos em direito. São Paulo: Opção, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 em Itatiaia/RJ e a resolução nº 1201/2021. O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo Ponta Grossa: Aya, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Política, saúde pública e as eleições 2022. Estudos avançados em Direito Público e Direito Privado Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2022.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Introdução ao Conhecimento Científico do Direito e do Estado. Disponível em: < <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/1periodo/DIT074.pdf> > Acesso em: 13 de Agosto de 2023.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Introdução à Política. Disponível em: < <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/1periodo/DIR108.pdf> > .Acesso em: 13 de Agosto de 2023.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Pensamento Jurídico-Político Brasileiro. Disponível em: < <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/2periodo/DIT076.pdf> > Acesso em: 13 de Agosto de 2023.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Organização dos Poderes do Estado Brasileiro, Departamento: Direito Público. Disponível em: < <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/4periodo/DIP205.pdf> > Acesso em: 13 de Agosto de 2023.

ANEXO COMPLEMENTAR



Possíveis Candidatos a **Prefeito e Vice-Prefeito** em
Ibirité/MG - 2024 (Situação e oposição)
Elab: Acadêmico Paulo César de Souza - UFMG

		
Wagner Miguel	A Planeta Pizza	Carina Bitarães
		
Dinis Pinheiro	Daniel Belmiro	Natália Pinheiro
		
Toninho Pinheiro	Marcinho Grossi	Pastora Dolores
		
Pinheirinho	Paulo Telles	Leide Fernandes
		
Beto Alegria	CHANDE	Ione Pinheiro
<p>ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza. Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da UFMG Percurso Democracia e Governança Social / (12ª Turma) Organizado em 13 de agosto de 2023 - Ibirité/MG</p>		

DENÚNCIAS FORMULADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

01	22/05/2023	MPMG 0114.23.000006-8 (instalação de URPV)	P.P. (...) Apurar os fatos (instalação de URPV em área de preservação ambiental ou no seu entorno Bairro Palmeiras/Ibirité,
02	01/06/2023	MPMG 0114.23.000216-3 Objetiva Projetos e Serviços Ltda e da necessidade de realização de concurso público para engenheiros e arquitetos no Município de Ibirité	P.P. (...) Angariar elementos acerca de supostas irregularidades na contratação da Objetiva Projetos e Serviços Ltda e da necessidade de realização de concurso público para engenheiros e arquitetos no Município de Ibirité
03	02/06/2023	MPMG 0114.23.000049-8 suposta irregularidade urbanística, consistente em colapso parcial da Rua Arthur Campos	P.P. (...) Notícia de existência de suposta irregularidade urbanística, consistente em colapso parcial da Rua Arthur Campos,
04	20/06/2023	MPMG 0114.22.000404-7 Desestruturção de via pública intitulada Rua Vinte, localizada no bairro Petrolina, em Ibirité-MG	I.C (...) Trata-se de Inquérito Civil Público instaurado para apurar notícia de desestruturção de via pública intitulada Rua Vinte, localizada no bairro Petrolina, em Ibirité-MG,
05	22/06/2023	MPMG 0114.22.000282-7 integral reparação da calçada localizada em frente ao imóvel da representante (Rua Olinto Anacleto Cassimiro, n. 73, Bairro Duval de Barros, Ibirité/MG	I.C (...) Apuração da efetiva adoção de providências pela Prefeitura, para integral reparação da calçada localizada em frente ao imóvel da representante (Rua Olinto Anacleto Cassimiro, n. 73, Bairro Duval de Barros
06	26/06/2023	MPMG 0114.23.000116-5 NATALIA TAVARES DE FARIA, suposta funcionária fantasma	P.P. (...) Angariar elementos acerca da ocupação de cargo em comissão por NATÁLIA TAVARES DE FARIA, suposta ?funcionária fantasma
07	27/06/2023	MPMG 0114.23.000349-2 Possíveis irregularidades na contratação da empresa Objetiva Projetos e Serviços Ltda	P.P. (...) ouvidoria do MPMG narrando possíveis irregularidades na contratação da empresa Objetiva Projetos e Serviços Ltda para executar serviços à administração do Município de Ibirité
08	03/07/2023	MPMG 0114.23.000367-4 Através do Inquérito Civil n.º MPMG-0114.20.000589-9, possíveis irregularidades perpetradas por Antônio Torres Gonçalves - GUNDA	P.P. (...) possíveis irregularidades perpetradas por Antônio Torres Gonçalves, pois, supostamente, seria um ?Servidor Fantasma? no Município de Ibirité. Infere-se dos autos supramencionados
09	11/07/2023	MPMG 0114.23.000390-6 Eleição e condução dos trabalhos do CODEMA de Ibirité	I.C (...) Apurar notícia de suposta ilegalidade na eleição e condução dos trabalhos do CODEMA de Ibirité, bem como aparente utilização irregular do Fundo Municipal de Saneamento Básico da Prefeitura de Ibirité
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza. Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da UFMG Percurso Democracia e Governança Social / (12ª Turma) Organizado em 13 de agosto de 2023 - Ibirité/MG			

SUGESTÃO PARA PRÉ-CANDIDATOS AOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ/MG 2025/2028: responsabilidade e transparência

<p align="center">DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE GOVERNO WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES - 2021/2024 COLIGAÇÃO IBIRITÉ COM A FORÇA DO POVO https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/802192/5_1601053390597.pdf</p>	
<p>Ibirité acumulou, em anos progressos, grandes demandas sociais, econômicas e ambientais decorrentes do crescimento desordenado e predatório.</p>	<p>SIM. Realmente o Município de Ibirité, localizado na RMBH cresceu de maneira desordenada.</p>
<p>Com essa nova gestão foram rearticulados a participação e gestão dos movimentos sociais, restabeleceu a autonomia da Câmara dos vereadores, onde o Poder Legislativo é essencial em uma democracia consolidada, desconstrução das práticas Patrimonialistas que não somente dilapidam o patrimônio público, como também dilaceram a alma de toda uma sociedade. Foram extintos o abuso do poder econômico e o clientelismo, marcados por uma época de “coronéis”.</p>	<p>NÃO. A afirmação no plano de governo não condiz com a realidade cotidiana em Ibirité. A postura do prefeito William Parreira Duarte assemelha a um coronel nos anos de chumbo (década de 70), período da ditadura militar (possui dificuldades e críticas). William Parreira foi cassado em duas instâncias na JUSTIÇA ELEITORAL.</p>
<p>Com uma Gestão Humana, nos últimos 4 anos, a Prefeitura passou a ser a casa do cidadão, tendo os seus espaços destinados à construção de soluções para os problemas sociais do município, por meio dos seus recursos humanos, culturais e sociais</p>	<p>NÃO. A gestão aponta humanismo mas, é completamente confusa e desorganizada em suas ações.</p>
<p>com a verdadeira participação do tecido social, por meio das audiências públicas, dos Conselhos Municipais e atendimento direto à população, ouvidos e convocados a dar sua contribuição, são traduzidos em grandes avanços na saúde, na educação, no desenvolvimento econômico e social e na preservação ambiental.</p>	<p>NÃO. O descumprimento dos conselhos é a falta de divulgação do artigo 249 da Lei Orgânica de Ibirité, que estabelece a ELEIÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNO.</p>

DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE GOVERNO WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES - 2021/2024 COLIGAÇÃO IBIRITÉ COM A FORÇA DO POVO https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/802192/5_1601053390597.pdf	
Um novo cenário de relacionamento com as instituições públicas e a abertura do diálogo com a sociedade civil organizada marcou essa gestão.	NÃO. O Relacionamento do Poder Público com a população, de maneira institucional, é deficitário.
O terceiro setor é essencial nessa construção, onde a participação é crescente e os seus resultados são notórios em benefícios para a sociedade local. Durante os 16 anos anteriores à essa gestão não existia esse diálogo, não existia essa construção coletiva, as decisões eram definidas por um pequeno grupo de interesses, caracterizados pelas práticas clientelistas e corporativistas, decidindo e impondo a todos os servidores e demais membros da sociedade suas posições e deliberações.	NÃO. A atual GESTÃO coloca culpa em administração passada mas, não existe diálogo com a população, o que se percebe é a centralização da pessoa do (PÉSSIMO) prefeito William Parreira, falta de diálogo e TRANSPARÊNCIA com a população.
Manter as políticas públicas idealizadas e implementadas nos 4 anos dessa Gestão Humana. As próximas eleições serão uma oportunidade para definirmos qual projeto deverá ser escolhido para a condução das políticas públicas do município, a continuidade de um trabalho sério, árduo e em busca das soluções dos problemas do povo por meio do diálogo aberto ou o retrocesso de gestões marcadas pela arrogância, pelas práticas individualistas e patrimonialistas, onde os interesses particulares e privados prevaleceram sobre o interesse público e coletivo.	NÃO. Plano de governo completamente oposto aos acontecimentos em 2023. A gestão apontada humana, encabeçada por um prefeito agressivo, desequilibrado que tem dificuldades com as críticas. SUJEITO ARROGANTE , que alega arrogância de gestores passados.

DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE GOVERNO WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES - 2021/2024 COLIGAÇÃO IBIRITÉ COM A FORÇA DO POVO https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/802192/5_1601053390597.pdf	
<p>Na gestão atual, o município foi reconduzido para a modernidade e a contemporaneidade apesar da escassez de recursos financeiros em relação aos repasses estaduais, onde o acúmulo de recursos não recebidos pela esfera estadual agravou a possibilidade de concretizar outras e novas políticas públicas.</p>	<p>NÃO. afirmação estranha, visto que centenas de servidores públicos possuem elevados salários em cargos comissionados. Lado outro, a falta de grandes indústrias requer responsabilidade dos gestores públicos.</p>
<p>(Plano de Governo) Parafrazeando César, “não basta ser honesto, mas tem de parecer honesto”,</p>	<p>NÃO. Raciocínio confuso Parafrazeando Paulo César de Souza “ NÃO É HONESTO E NEM PARECE SER HONESTO”</p>
<p>Por tudo isso, reafirmamos a necessidade da continuidade desse governo municipal, legitimado pela cooperação com as organizações da sociedade civil, submetido ao interesse público o poder de planejar a cidade para os próximos 4 anos, em oposição à perversidade dos interesses privados e especulativos que dominaram a prefeitura por 16 anos com um mesmo grupo político oligárquico dominante que avassalou os sonhos e a esperança da sociedade ibiriteense. Este é o compromisso da coligação “Ibirité Com a Força do Povo”, que tem como candidatos William Parreira para prefeito e Paulo Telles para vice-prefeito.</p>	<p>NÃO. Causa perplexidade em afirmações estranhas. Um dos vários pontos negativos da atual administração é culpar a administração passada. Não há compromisso com a transparência. Além disso, o que se observa é a desorganização administrativa no serviço público municipal</p>

DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE GOVERNO

WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES - 2021/2024

COLIGAÇÃO IBIRITÉ COM A FORÇA DO POVO

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/802192/5_1601053390597.pdf

PROBLEMAS NA ATUAL ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

I. Falta de transparência das informações de interesse da população

II. Arrogância e insolência do Prefeito **William Parreira**, inclusive afrontou vereadores na Câmara < https://www.youtube.com/watch?v=Eqli_BJP74k&t=8s >

III. Elevados gastos com SHOWS sem prestígio aos artistas da cidade, desestímulo aos artistas iniciantes

IV. inchaço da máquina pública com indicação de cargos comissionados (**elevados salários**) com baixa escolaridade, desprestigiando a formação técnica por indicação política (prejuízo a população) < <https://www.youtube.com/watch?v=0qfNPybqB80> >

V. Desorganização administrativa na prestação de serviço à população

VI. Falta de publicação de edital CONCURSO PÚBLICO no município.

ANAIS DO FÓRUM NACIONAL DE PUBLICAÇÕES/Ano II/2023

Autores e autoras,

Apresento a vocês os Anais do Fórum Nacional de Publicações/Ano II/2023 publicado pela Home Editora, com a certeza de que essa é mais uma obra que contribuirá para a promoção da qualidade de vida das pessoas.

Os trabalhos acadêmicos apresentados neste livro, em sua maioria frutos de proficuas pesquisas acadêmicos (TCC, monografia, dissertação, tese), decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões nas suas respectivas áreas; pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que vêm sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores experientes e novatos no desenvolvimento social e científico que possa melhorar a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Acredito, verdadeiramente, que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Esse livro é parte da materialização dessa utopia.

Ednilson Ramalho

Editor-Chefe

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

